

**v.03.05**

# **sociologia & antropologia**

**JANEIRO-JUNHO DE 2013**  
**ISSN 2236-7527**

*Sociologia & Antropologia* destina-se à apresentação, circulação e discussão de pesquisas originais que contribuam para o conhecimento dos processos socioculturais nos contextos brasileiro e mundial. A Revista está aberta à colaboração de especialistas de universidades e instituições de pesquisa, e publicará trabalhos inéditos em português e em inglês. *Sociologia & Antropologia* ambiciona constituir-se em um instrumento de interpelação consistente do debate contemporâneo das ciências sociais e, assim, contribuir para o seu desenvolvimento.

---

S678

*Sociologia & Antropologia*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. – v. 3, n. 6 (novembro 2013) – Rio de Janeiro: PPGSA, 2011 – Semestral

ISSN 2236–7527

1. Ciências sociais – Periódicos. 2. Sociologia – Periódicos. 3. Antropologia – Periódicos. I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia.

---

CDD 300

**A REVISTA ESTÁ INDEXADA EM:**

CLASE

DOAJ

LATINDEX

PROQUEST

SEER/IBICT

SUMÁRIOS.ORG

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**

**Reitor**

Carlos Antônio Levi da Conceição

**Vice-Reitor**

Antônio José Ledo Alves da Cunha

**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**

**Diretor**

Marco Aurélio Santana

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA**

**Coordenação**

Octávio Bonet

Felícia Picanço

**Sociologia & Antropologia.**

Revista do PPGSA

Programa de Pós-Graduação em  
Sociologia e Antropologia

Largo de São Francisco de Paula, 1, sala 420

20051-070 Rio de Janeiro RJ

t. | fax +55 (21) 2224 8965 ramal 215

revistappgsa@gmail.com

revistappgsa.ifcs.ufrj.br

Publicação semestral

*Biannual publication*

Solicita-se permuta

*Exchange desired*

Tiragem desta edição: 500 exemplares

VOLUME 03 NÚMERO 05  
JANEIRO-JUNHO DE 2013  
SEMESTRAL  
ISSN 2236-7527

# **sociologia & antropologia**

## **CORPO EDITORIAL**

### **Editores**

Gláucia Villas Bôas (Editora Responsável)

André Botelho

Elina Pessanha

### **Comissão Editorial**

Elsje Lagrou

José Reginaldo Gonçalves

José Ricardo Ramalho

### **Conselho Editorial**

Evaristo de Moraes Filho

(Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, Brasil)

Alain Quemin

(Universidade de Paris 8, França)

Brasílio Sallum Junior

(Universidade de São Paulo, Brasil)

Carlo Severi

(École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, França)

Charles Pessanha

(Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

Elide Rugai Bastos

(Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, Brasil)

Gabriel Cohn

(Universidade de São Paulo, Brasil)

Gilberto Velho (*in memoriam*)

(Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

Guenther Roth

(Universidade de Columbia, Nova York, Estados Unidos da América)

Helena Sumiko Hirata

(Centre National de la Recherche Scientifique, Paris, França)

Huw Beynon

(Universidade de Cardiff, País de Gales, Reino Unido)

Irllys Barreira

(Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil)

João de Pina Cabral

(Universidade de Lisboa, Portugal)

José Sérgio Leite Lopes

(Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

José Maurício Domingues

(IESP/Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil)

José Vicente Tavares dos Santos

(Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil)

Leonilde Servolo de Medeiros

(Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil)

Lília Moritz Schwarcz

(Universidade de São Paulo, Brasil)

Manuela Carneiro da Cunha

(Universidade de Chicago, Illinois, Estados Unidos da América)

Mariza Peirano

(Universidade de Brasília, Distrito Federal, Brasil)

Maurizio Bach

(Universidade de Passau, Baviera, Alemanha)

Michèle Lamont

(Universidade de Harvard, Cambridge, Massachusetts, Estados Unidos da América)

Patrícia Birman

(Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil)

Peter Fry

(Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

Philippe Descola

(Collège de France, Paris, França)

Sergio Adorno

(Universidade de São Paulo, Brasil)

Wanderley Guilherme dos Santos

(Academia Brasileira de Ciências e Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

### **Assistente editorial**

Maurício Hoelz Veiga Júnior

### **Secretário**

Carlos Douglas Martins Pinheiro Filho

### **PRODUÇÃO EDITORIAL**

#### **Projeto gráfico, capa e diagramação**

a+a design e produção

Glória Afflalo, Fernando Chaves e Mariana Monteiro

#### **Preparação e revisão de textos**

Beth Cobra

#### **Tradução dos resumos**

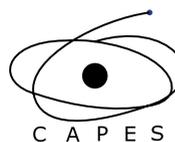
Luciana Villas Bôas

© Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia / UFRJ

Direitos autorais reservados: a reprodução integral de artigos é permitida apenas com autorização específica; citação parcial será permitida com referência completa à fonte.

### **Apoio**

ppgsa programa de Pós-Graduação em **sociologia&antropologia**



## APRESENTAÇÃO

*Sociologia & Antropologia* chega ao terceiro ano de vida, agradecendo a seus leitores e a toda comunidade acadêmica que vem contribuindo com a excelência que temos perseguido em nossos números.

Neste número não poderia ser diferente. Apresentamos ao leitor um subconjunto de artigos em torno da obra do sociólogo francês Pierre Bourdieu, falecido há dez anos. Abordando questões relevantes do conjunto da sua obra e, especialmente, de sua recepção no Brasil, os artigos são encabeçados por entrevista de Afrânio Garcia Jr. e Elina Pessanha com Gisèle Sapiro, reconhecidamente uma das colaboradoras mais próximas do sociólogo. Seguem dois artigos dedicados, de perspectivas diferentes, à recepção da obra de Bourdieu no Brasil que reveem aspectos centrais da história contemporânea das ciências sociais no Brasil e de sua diversidade regional: José Sergio Leite Lopes a compara à recepção de Alain Touraine; Renato Ortiz nos apresenta um relato favorecido por sua convivência pessoal e intelectual com o homenageado. Fechando esse subconjunto, Marie-France Garcia-Parpet explora uma das dimensões promissoras da continuidade da reflexão de Bourdieu, a sociologia da economia.

Ricardo Pagliuso Regatieri analisa a crítica da “dominação” na chamada “Escola de Frankfurt” em artigo que também reconstitui a experiência intelectual do exílio dos membros do Instituto de Pesquisa Social em uma série de conferências proferidas em 1941. Essas conferências são um contraponto, no artigo, a *Dialética do Esclarecimento*, de Max Horkheimer e Theodor Adorno.

Marco Aurélio Santana e Igor Peres discutem alguns eixos temáticos na obra em curso de David Harvey, chamando a atenção para a centralidade da reflexão do autor sobre cidades.

José Ricardo Ramalho, Rodrigo Santos e Raphael Lima discutem de modo detalhado a dinâmica sociológica que vem articulando

do estratégias de desenvolvimento industrial, dinâmicas territoriais de contestação social e confronto político. Com base em pesquisa empírica realizada sobre a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e formas emergentes de contestação em Volta Redonda (RJ) e Congonhas (MG), os autores argumentam sobre a importância das formas de enraizamento social como condicionantes da ação econômica.

Abdelhafid Hammouche examina a dinâmica urbana em bairros submetidos à gentrificação, utilizando-se de trabalho empírico realizado em Wazemmes, bairro perto do centro da cidade de Lille, no Norte da França, chamando a atenção para processos de ressignificação de urbanidade e etnicidade aí envolvidos.

Carlos Henrique Menezes Garcia e Claudio Salvadori Dedecca examinam a situação recente da filiação sindical dos trabalhadores no Brasil a partir da constatação de que o quadro da sindicalização pouco se alterou nos anos 2000, apesar dos movimentos de queda do desemprego e aumento do emprego formal no mercado de trabalho.

Juan Ignacio Piovani analisa o processo histórico, social e cultural complexo que acompanhou as mudanças de sentido do termo “estatística” de objeto a método e reconstrói três tradições intelectuais para esclarecer as raízes profundas da teoria estatística moderna no pensamento científico europeu e sua relação com a pesquisa social empírica.

Luiza Larangeira da Silva Mello propõe uma análise comparativa entre textos de caráter autobiográfico do intelectual e político brasileiro Joaquim Nabuco e do escritor norte-americano Henry James, nos quais eles modelam suas subjetividades e confrontam-se com alguns dos problemas que mobilizaram boa parte dos intelectuais, na virada do século XIX para o XX.

Também explorando perspectivas comparadas, Eliska Altmann apresenta resultados de pesquisa sobre crítica cinematográfica na América Latina. Com base em entrevistas com críticos da Argentina, de Cuba e do México, busca valorizar o debate sobre recepção de bens culturais e compreender certo circuito latino-americano nele inscrito.

Por fim, Cristina Buarque de Hollanda resenha o livro *Dubai: gilded cage*, de Syed Ali.

O leitor notará que neste número foram feitas modificações relacionadas à identificação dos autores e dados do periódico, às instruções e ao acompanhamento da submissão de contribuições, visando à consolidação de *Sociologia & Antropologia*.

Desejamos a todos ótima leitura!

VOLUME 03 NÚMERO 05  
JANEIRO – JUNHO DE 2013  
SEMESTRAL  
ISSN 2236–7527

- ARTIGOS**
- 11 ENCONTROS COM PIERRE BOURDIEU E DESTINOS DE SUA OBRA – ENTREVISTA COM GISÈLE SAPIRO**  
Afrânio Garcia Jr. e Elina Pessanha
- 43 TOURAINE E BOURDIEU NAS CIÊNCIAS SOCIAIS BRASILEIRAS: DUAS RECEPÇÕES DIFERENCIADAS**  
José Sergio Leite Lopes
- 81 NOTA SOBRE A RECEPÇÃO DE PIERRE BOURDIEU NO BRASIL**  
Renato Ortiz
- 91 A SOCIOLOGIA DA ECONOMIA DE PIERRE BOURDIEU**  
Marie-France Garcia-Parpet
- 119 SOBRE A NATUREZA DO PRESENTE HISTÓRICO. A CRÍTICA DA DOMINAÇÃO NO INSTITUTO DE PESQUISA SOCIAL NO INÍCIO DOS ANOS 1940**  
Ricardo Pagliuso Regatieri
- 151 CAPITALISMO, CIDADE E POLÍTICA NA PERSPECTIVA DE DAVID HARVEY**  
Marco Aurélio Santana e Igor Peres
- 175 ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E DINÂMICAS TERRITORIAIS DE CONTESTAÇÃO SOCIAL E CONFRONTO POLÍTICO**  
José Ricardo Ramalho, Rodrigo Salles Pereira dos Santos e Raphael Jonathas da Costa Lima

	201	<b>VALORIZAÇÃO DE BAIRROS ANTIGOS E RESSIGNIFICAÇÃO DA ALTERIDADE: O EXEMPLO DE WAZEMMES EM LILLE</b> Abdelhafid Hammouche
	223	<b>A HETEROGENEIDADE DO MERCADO DE TRABALHO E A DESIGUALDADE NA REPRESENTAÇÃO SINDICAL</b> Carlos Henrique Garcia e Claudio Salvadori Dedecca
	245	<b>DE OBJETO A MÉTODO: NOTAS HISTÓRICAS SOBRE ESTATÍSTICA E PESQUISA SOCIAL</b> Juan Ignacio Piovani
	271	<b>O BOM FILHO À CASA TORNA: FORMAÇÃO HUMANISTA EUROPEIA E SENTIMENTO PÁTRIO EM JOAQUIM NABUCO E HENRY JAMES</b> Luiza Larangeira da Silva Mello
<b>REGISTROS DE PESQUISA</b>	296	<b>FORMAÇÃO, CAMPO E OCASO: REGISTROS DA CRÍTICA CINEMATOGRAFICA NA AMÉRICA LATINA</b> Eliska Altmann
<b>RESENHA</b>	315	<b>CAPITALISMO E NOVOS NÔMADES EM DUBAI</b> Ali, Syed. (2010). <i>Dubai: gilded cage</i> . New Haven e Londres: Yale University Press Cristina Buarque de Hollanda

VOLUME 03 NUMBER 05  
JANUARY–JUNE 2013  
BIANNUAL  
ISSN 2236–7527

- ARTICLES**
- 11 ENCOUNTERS WITH PIERRE BOURDIEU AND THE FATES OF HIS WORK—AN INTERVIEW WITH GISÈLE SAPIRO**  
Afrânio Garcia Jr. and Elina Pessanha
- 43 TOURAINÉ AND BOURDIEU IN THE BRAZILIAN SOCIAL SCIENCES: TWO DIFFERENTIATED RECEPTIONS**  
José Sergio Leite Lopes
- 81 NOTES ON PIERRE BOURDIEU’S RECEPTION IN BRAZIL**  
Renato Ortiz
- 91 THE ECONOMIC SOCIOLOGY OF PIERRE BOURDIEU**  
Marie-France Garcia-Parpet
- 119 ON THE NATURE OF THE HISTORICAL PRESENT. A CRITIQUE OF DOMINATION AT THE INSTITUTE OF SOCIAL RESEARCH IN THE BEGINNING OF THE 1940’S**  
Ricardo Pagliuso Regatieri
- 151 CAPITALISM, CITY AND POLITICS IN DAVID HARVEY’S PERSPECTIVE**  
Marco Aurélio Santana and Igor Peres
- 175 STRATEGIES OF INDUSTRIAL DEVELOPMENT, DYNAMICS OF TERRITORIAL CONTESTATION AND POLITICAL CONFRONTATION**  
José Ricardo Ramalho, Rodrigo Salles Pereira dos Santos and Raphael Jonathas da Costa Lima

	201	<b>THE IMPROVEMENT OF OLD NEIGHBORHOODS AND THE RESIGNIFICATION OF ALTERITY: THE CASE OF WAZEMMES IN LILLE</b>	Abdelhafid Hammouche
	223	<b>THE HETEROGENEITY OF LABOR MARKET AND THE INEQUALITY OF UNION REPRESENTATION</b>	Carlos Henrique Garcia and Claudio Salvadori Dedecca
	245	<b>FROM OBJECT TO METHOD: HISTORICAL NOTES ON STATISTICS AND SOCIAL RESEARCH</b>	Juan Ignacio Piovani
	271	<b>THE GOOD SON RETURNS HOME: HUMANIST EUROPEAN EDUCATION AND NATIONAL FEELING IN JOAQUIM NABUCO AND HENRY JAMES</b>	Luiza Larangeira da Silva Mello
<b>RESEARCH REGISTERS</b>	296	<b>FORMATION, FIELD AND DECLINE: RECORDING FILM CRITICISM IN LATIN AMERICA</b>	Eliska Altmann
<b>REVIEW</b>	315	<b>CAPITALISM AND THE NEW NOMADS IN DUBAI</b>	Ali, Syed. (2010). <i>Dubai: gilded cage</i> . New Haven and London: Yale University Press Cristina Buarque de Hollanda

## **ARTIGOS**



Afrânio Garcia Jr.<sup>1</sup>  
Elina Pessanha<sup>II</sup>

## ENCONTROS COM PIERRE BOURDIEU E DESTINOS DE SUA OBRA – ENTREVISTA COM GISÈLE SAPIRO

Tradução de Eduardo Dimitrov e Máira Muhringer Volpe

Em 23 de janeiro de 2002 falecia Pierre Bourdieu, recém-aposentado de sua cátedra de sociologia no Collège de France, provocando uma comoção pública que suscitou pronunciamentos de autoridades como as do presidente da República, Jacques Chirac (gaullista histórico), do Primeiro Ministro e opositor do presidente, Lionel Jospin (socialista), de diversos outros representantes eleitos ou simples militantes, bem como de escritores, artistas, cientistas, filósofos e intelectuais das mais variadas procedências e ideologias, tudo com vasta cobertura da mídia. Mas não se imagine haver consenso nacional ou mesmo corporativo de intelectuais; esse sem-número de manifestações reeditou ainda os ataques virulentos expressos publicamente em anos posteriores à greve geral de 1995, como foi o caso de número integral do *Le Nouvel Observateur*, contendo ataques do editor, mas também do colega da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), Jacques Julliard.<sup>1</sup> Até o livro intitulado *Do jornalismo depois de Bourdieu* (Schneidermann, 1999) fez parte do debate. Como toda polêmica ácida, não foi época de tranquilidade, ou de recolhimento, para os adeptos de suas teorias ou admiradores de suas posturas intelectuais. Seria isto uma demonstração suplementar de que a controvérsia aberta é a única forma de se afirmar um novo “paradigma intelectual”, algo inerente ao conceito de “campo” proposto pelo “sociólogo maldito”? A polêmica que suscitou, e que ganhou em intensidade nos anos finais de sua existência, prejudicaria o exame detido da pertinência dos enunciados de sua obra voltada para as ciências sociais?

Se esse alvoroço parece ter acontecido em escala internacional, sobriamente, no Brasil, Luiz Werneck Vianna pôde relembrar as obras nas quais Manuel Palácios, à época doutorando sob sua orientação, realizara contagem bibliométrica, atestando ser Bourdieu o autor mais citado no país, em teses de sociologia, antropologia e ciência política, entre 1990 e 1994, ultrapassando mesmo o trio dos clássicos, Durkheim, Weber e Marx (ver Melo, 1999). Dez anos após seu falecimento, transcrições de seus cursos no Collège de France foram editadas na França,<sup>2</sup> reunidas em obra discutida em debates públicos, dando origem a um dossiê a respeito de sua atualidade em uma das empresas mais ativas na Internet francesa – *Mediapart*. Colóquios e livros se sucedem, em escala internacional, sobre o aporte da obra científica de Pierre Bourdieu.

Ainda em 2012, os autores desta introdução puderam reunir-se em Paris, no Centre de Sociologie Européenne (CSE), que fora dirigido por Bourdieu (organismo agora incorporado – por força dos reagrupamentos impostos pelas mudanças institucionais na pesquisa francesa –, ao Centre Européen de Sociologie et de Science Politique – CESSP), e começaram a organizar o conjunto de textos, precedido por entrevista, que se segue. O projeto visou tratar tanto dos destinos internacionais da obra daquele autor – da leitura de seus textos, mas, sobretudo, dos usos de suas questões, de seus métodos e de seus conceitos para enfrentar novos desafios –, quanto de sua recepção e utilização criativa no Brasil. A reflexão deveria abarcar os usos atuais de suas ferramentas teóricas e ainda permitir entender os modos de projeção de sua obra para além da França, sobretudo em direção ao Brasil. Como Renato Ortiz assinala em seu artigo: “Ler Bourdieu no Brasil não é o mesmo que fazê-lo na França”. Longe de nós explicitar essa diversidade para buscar ortodoxias ou reforçar centralidades: o modo de pensar a circulação internacional de ideias do sociólogo francês convida a fazer uma sociologia desta diversidade; a entender as facilidades e os obstáculos propriamente sociais à universalização de toda e qualquer forma de pensamento; a entender as possíveis mutações que qualquer proposição científica sofre ao enfrentar a saga de sua generalização. A novidade deste conjunto de textos é justamente a de combinar sociologia histórica da elaboração progressiva de programas de pesquisa, e das hipóteses teóricas que permitiram validar, com os modos de apropriação desses elementos em espaços nacionais muito diferentes de onde foram engendrados.

Dois subconjuntos ajudam a pensar tanto a evolução da pesquisa em seu universo europeu de origem, quanto a evolução dos usos desses instrumentos por pesquisadores brasileiros. A entrevista com Gisèle Sapiro – diretora atual do CSE e do CESSP que o engloba, ex-orientanda de Bourdieu, cientista social proeminente – explicita o modo como foi admitida enquanto doutoranda, como foi levada a redelimitar o escopo e os métodos de sua investigação, como viu seu trabalho ser consagrado como trilha original ao pôr

à prova o conceito de “autonomia do campo literário”, para, finalmente, apresentar um vasto panorama da recepção da obra de Pierre Bourdieu no mundo internacional, particularmente no universo anglo-saxão, onde lecionou seguidamente nos últimos anos.

Por sua vez, Marie-France Garcia-Parpet, pesquisadora do Institut National de la Recherche Agronomique (INRA) e associada ao CSE/CESSP, analisa a sociologia da economia no início e no fim da trajetória de Bourdieu. Os primeiros trabalhos sobre a Argélia permitiram a conformação do conceito de *habitus*, exatamente por haver discordância absoluta entre os modos de pensar e agir do camponês cabila e os modos de funcionamento da economia de mercado, na qual teria que obter seu sustento, após o reagrupamento efetuado pelas tropas militares francesas desde os anos 1950. A “economia de mercado” se impunha a atores que nunca haviam sido socializados para ela. Após haver estudado os campos literário e científico e examinado os ajustes necessários ao conceito de campo ao tratar da concorrência política, sem nunca ter deixado de chamar a atenção para a especificidade da “economia das trocas simbólicas”, Pierre Bourdieu vai aplicar os questionamentos e os métodos elaborados ao exame dos modos de concorrência da economia de mercado no estudo de qualquer campo.

Essas duas contribuições de autoras francesas explicitam certamente debates atuais travados na cena europeia, bem como seus ecos e controvérsias muito além da Europa, sobretudo nos Estados Unidos e no Canadá.

Já o texto de Renato Ortiz, professor de sociologia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), de maneira semelhante à primeira parte da entrevista de Gisèle Sapiro, refere-se ao seu encontro com a obra de Bourdieu, e a repercussão desta entre alunos e professores universitários, desde sua chegada à Universidade de Vincennes, marcada profundamente pelas mudanças institucionais que se seguiram a maio de 1968. Ao objetivar seu próprio percurso, como cientista social em formação, Renato Ortiz melhor situa a experiência de ser confrontado a percepções muito diferentes de Bourdieu no Brasil e na França; relembra, ainda, como, em sua volta ao Brasil, aproximou-se de Florestan Fernandes e como chegou a organizar o volume sobre Bourdieu da coleção *Grandes Cientistas Sociais*, pela Ática (Ortiz, 1983), ressaltando os paradigmas concorrentes no momento daquela edição. Sua perspectiva sublinha a importância da sociologia dos leitores de qualquer autor importado, já que é preciso entender, na área da Educação, como a obra de Paulo Freyre teria sido vista, em finais dos 1970, de modo antagônico àquela do autor francês. Esse contraponto entre a cena brasileira e a cena europeia funciona como convite para reavaliar, ou, ainda, afastar, muitos mal-entendidos acerca dos sentidos das ferramentas teóricas e práticas propostas por Bourdieu, tal qual a percepção do sociólogo como “representante da ideologia da ordem” (imagem jamais existente na Europa).

José Sergio Leite Lopes reconstitui as carreiras de Alain Touraine e Pierre Bourdieu em suas relações com o mundo internacional, sobretudo suas passagens pelos Estados Unidos, como, e por meio de quem, inspiraram novos programas de pesquisa a respeito das classes populares no Brasil e das mudanças dos modos de pensar e agir das classes dominantes (como entre empresários industriais ou intelectuais). José Sergio demonstra, neste texto, a fecundidade de uma das propostas mais singulares de Pierre Bourdieu ao pensar a extensão de suas ferramentas fundadas no conceito de “campo” para questionar a circulação internacional de ideias e de paradigmas científicos, ou estéticos. Bourdieu já havia constatado, ao estudar os usos de Martin Heidegger na França (ver Bourdieu, 1988), o quanto os significados presentes na cabeça de qualquer participante do campo intelectual alemão ficavam totalmente opacos para os leitores franceses, facilitando implantar sentidos completamente opostos aos originais no universo de chegada. Assim, a recusa de qualquer exportação de pensamento francês, como se fosse um bloco monolítico ou uma propagação de ideias em um vácuo do pensamento, é seguida da proposta de se privilegiar as diferenças sociais e intelectuais no campo intelectual exportador e no campo intelectual importador. A hipótese é a de que a homologia de posições em cada campo nacional informa alianças e clivagens. Qualquer leitor poderá se dar conta da riqueza de detalhes, e da erudição que pôde ser mobilizada por José Sergio Leite Lopes, atestando como esta nova postura permite pôr em relação dados empíricos numerosos e chegar a modelos explicativos de forte densidade.

Talvez valha a pena lembrar que o cruzamento das fronteiras nacionais é característico de todos os participantes desses escritos, inclusive dos organizadores. Gisèle Sapiro, especialmente entrevistada para esta publicação, já veio ao Brasil mais de uma vez, a última delas como conferencista da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) em 2012. Ela tem uma trajetória bastante particular. Seu itinerário difere dos comuns, nos círculos intelectuais franceses, em dois sentidos: embora nascida na França, onde passou sua infância, viveu e se formou em Israel; além disso, provém da área de literatura comparada fortemente voltada para os “translations studies” (com interesse pela filosofia da ciência, filosofia da linguagem). Mas foi acolhida na França por Bourdieu e se tornou uma de suas discípulas mais bem-sucedidas: premiada com a medalha de bronze pelo Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) em 2000, é a atual diretora do CESSP. Seu livro mais recente, *La responsabilité de l'écrivain* (Sapiro, 2011), aborda de forma aprofundada e inovadora os processos movidos contra escritores desde a Revolução Francesa, voltando a pôr à prova a autonomia problemática do “campo literário”.

Marie-France Garcia-Parpet, formada em economia em Nanterre, em 1970, começou sua trajetória de pesquisadora junto ao curso de Pós-Gradua-

ção em Antropologia Social do Museu Nacional, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), participando de investigações sobre feiras e mudanças dos modos de dominação das grandes plantações canavieiras do Nordeste. Tornou-se professora no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da mesma Universidade em 1978, onde lecionou por muitos anos no domínio da antropologia social. Realizou pós-doutorado e missões científicas na França, junto à equipe de Pierre Bourdieu, onde investiu em publicações sobre a construção social de mercados, a partir de etnografia de praça mercantil operando através de painel sob comandos computadorizados. Ingressou no INRA em 1994, sem deixar de manter laços de pesquisa constantes com seus colegas no Brasil, investigando a globalização do mercado do vinho.

Renato Ortiz começou por estudos de engenharia antes de ir à França, onde se reconverteu para as ciências sociais, licenciando-se na Universidade de Vincennes. Fez doutorado em antropologia com Roger Bastide, de quem foi um dos últimos alunos na EHESS, prolongando os questionamentos deste autor sobre o lugar da religião de origem africana na construção de espaços sociais para os negros no Brasil. Ao retornar, seu itinerário é também singular: ingressa primeiro na Universidade Federal da Paraíba, de onde partiu para lecionar na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), chegando, finalmente, à UNICAMP, onde figura como professor titular do Departamento de Sociologia.<sup>3</sup> Praticamente todo ano faz estadias na França, dando sequência ao amplo espectro de suas pesquisas. Se o primeiro livro foi voltado para sociologia da religião, parte substancial de sua obra problematiza a relação entre cultura, indústria cultural e identidade nacional, desenvolvendo, em época mais recente, estudos sobre globalização do ponto de vista cultural.

Finalmente, José Sergio Leite Lopes fez o “diploma de estudos econômicos gerais” na Universidade de Paris – acompanhando o exílio de seu pai –, e formou-se, em 1970, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) em Economia. Ingressou, como estudante, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) do Museu Nacional (MN/UFRJ) naquele ano, passando a pesquisar grupos operários do Nordeste, objetos de suas monografias de mestrado e doutorado. Sua reconversão de economista a antropólogo foi confirmada ao tornar-se professor de antropologia social do PPGAS/MN, em 1978, no primeiro concurso público desta instituição. Voltou à França, em pós-doutorado supervisionado por Pierre Bourdieu, em finais dos anos 1980, e tornou-se um dos colaboradores de *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Como seus colegas franceses Michel Pialoux e Stephane Beaud, a constância temporal das investigações acerca dos mesmos grupos operários, em parceria com Rosilene Alvim, em pesquisas de largo fôlego e profundidade, permitiu objetivar a existência operária no longo prazo, estudando os períodos de auge e de declínio dessa classe no Brasil. Foi nomeado recentemente diretor do Colégio Brasileiro de Altos Estudos (CBAE) da UFRJ.

Não seria possível, no âmbito deste número, apresentar um panorama exaustivo da recepção da obra de Pierre Bourdieu no mundo internacional, nem mesmo no Brasil. Como relembra Renato Ortiz, no campo da Educação em nosso país muitos foram os empreendimentos de tradução e de desenvolvimento de projetos de pesquisa inspirados na obra de Pierre Bourdieu. Novos usos e novas gerações se apropriam criativamente desse instrumental. Note-se, ainda, a observação que perpassa praticamente todos os testemunhos deste conjunto de textos a respeito do caráter pioneiro de *Economia das trocas simbólicas*, coletânea organizada por Sergio Miceli em inícios dos anos 1970, calçando seu projeto, de longo prazo, de examinar a recomposição das classes dirigentes no Brasil (Miceli, 2001). Convidado a participar deste número, Sergio Miceli preferiu abster-se, por estar engajado na edição da obra *Sobre o Estado*, para este mesmo ano.<sup>4</sup>

Esperamos contribuir para aprofundar o debate a respeito da pertinência das ferramentas forjadas por Pierre Bourdieu para a prática de pesquisas em ciências sociais e, como ressalta Gisèle Sapiro no final da entrevista que se segue, para reforçar o diálogo e o trabalho comum entre cientistas sociais inscritos em diferentes universos nacionais. Esperamos, por conseguinte, colaborar para a necessária universalização do discurso científico.

**Afrânio Garcia Jr. & Elina Pessanha.** A primeira parte desta entrevista tem por objetivo compreender seu encontro com Pierre Bourdieu. Se bem entendemos seu trajeto, você fez o ensino superior, antes do doutorado, fora da França. Como foi que veio fazer seu doutorado aqui, na França? Poderia falar um pouco deste seu percurso?

**Gisèle Sapiro.** Eu nasci na França, mas minha família imigrou para Israel, para Tel Aviv, em 1978. Foi lá, então, que segui meu percurso escolar e fiz meus estudos de literatura comparada e de filosofia na Universidade de Tel Aviv. Fiz BA [*Bachelor of Arts*] em Literatura Comparada e em Filosofia. Em seguida, fiz MA [*Master of Arts*] em Literatura Comparada.<sup>5</sup> Em Tel Aviv trabalhei com o professor Itamar Even-Zohar, amigo de Pierre Bourdieu, e importador e continuador dos formalistas russos. Ele havia desenvolvido a teoria do polissistema e se interessava muito pela sociologia da literatura de Bourdieu. Eles haviam se encontrado e tornaram-se amigos.

**A.G. & E.P.** Então já havia uma ligação anterior à sua chegada a Paris?

**G.S.** Sim. Na verdade, foi dessa maneira que eu descobri Bourdieu, porque Even-Zohar me fez lê-lo. Eu era francesa, então lia em francês. Em relação aos outros estudantes em Israel, eu era a única francesa do Departamento de Literatura Comparada. Ele, portanto, rapidamente me associou ao projeto de tradução dos textos de Bourdieu. Nós líamos Bourdieu, ele nos ensinava Bourdieu. Alguns textos que circulavam não haviam sido publicados, mas circulavam em hebraico. Como eu lia em francês, evidentemente ele me fez ler e também participar do projeto de tradução. Para mim foi uma descoberta inacreditável. Eu nunca tinha feito sociologia.

**A.G. & E.P.** Você vinha inteiramente da literatura?

**G.S.** Sim. Eu fiz literatura comparada e filosofia, sobretudo filosofia da ciência e filosofia da linguagem; isso não é o que se chama de filosofia continental, é mais próximo da filosofia analítica e eu queria fazer uma tese em lógica. Even-Zohar, meu orientador, quando eu lhe disse que queria fazer uma tese em lógica, respondeu: “mas você não trabalhará sobre o mundo?” Isso me fez mudar rapidamente de opinião. No entanto, estava claro para mim que eu não queria continuar a fazer interpretação de texto. Lecionei também no Departamento, era assistente. Existiam duas correntes no Departamento: uma era mais dedicada à poética, e outra, muito forte em narratologia, na qual Menachem Perry era um dos professores, e eu era sua assistente.

Mas muito rapidamente comecei a ensinar também história das ideias políticas, era assistente de Shlomo Sand que estava no Departamento de História. Ele era especialista em história francesa e história intelectual, e eu o encontrei durante o meu mestrado. Meu mestrado tratou da representação nacional nos semanários “político-literários” franceses do período da Liberação, uti-

lizando noções de Iúri Lotman a respeito da imagem de si de uma cultura. Fiz meu mestrado sobre a reconstrução da imagem de si da França depois da Liberação. Durante um ano examinei detidamente a imprensa de periódicos. Meu professor, Itamar Even-Zohar, já estava um pouco fora da literatura, ele trabalhava cada vez mais sobre a cultura, era isso que o interessava. Ele me incentivou nessa direção e eu me interessei em trabalhar mais com ele do que com a corrente de narratologia, do que continuar fazendo interpretações de texto. Assim descobri a obra de Bourdieu, acho que foi já no final do BA. Isso é um pouco confuso, não tenho uma lembrança muito clara. Mas é certo que, quando estava no mestrado, eu já utilizava Bourdieu. Quando vim fazer meu doutorado, vim para a França por dois meses para trabalhar sistematicamente nos arquivos...

**A.G. & E.P.** Isso foi em que ano?

**G.S.** Isso foi em 1988, 1989 talvez. Vim por um mês, dois meses, eu não lembro mais, para fazer meu trabalho de campo; estava na Biblioteca Nacional para levantar esses semanários “político-literários”. Even-Zohar recomendou que eu encontrasse Bourdieu. Pedi-lhe, então, uma entrevista e ele me recebeu. E me lembro, muito claramente, desse encontro, que foi muito impressionante. Ao mesmo tempo, acho que eu não mensurava ainda, na época, a notoriedade internacional de Bourdieu. Era um momento em que ela estava se ampliando. E, então, ele gentilmente me dedicou uma hora, nós conversamos, ele estava apaixonado pelo objeto, mas me disse: “ah, mas precisaria fazer todo um trabalho sobre o campo intelectual sob a Ocupação.”

**A.G. & E.P.** Então foi desde o início do retorno à França que seu foco se direcionou para essa discussão sobre os escritores durante a Ocupação e a Liberação?

**G.S.** Eu já tinha trabalhado, nessa época, sobre a Liberação. Trabalhei acerca da representação nacional na imprensa da Liberação e, portanto, Bourdieu me disse que precisaria fazer um trabalho sobre o campo intelectual sob a Ocupação. Então, eu terminei minha dissertação. Em Israel é muito comum se fazer o doutorado no exterior. Este é, sobremaneira, o percurso de excelência; como frequentemente acontece nos pequenos países relativamente dominados, faz-se a tese de doutorado no exterior. Eu já havia acordado com Even-Zohar que faria meu doutorado no exterior – que iria à França –, isso era evidente para mim. Ele me aconselhou a fazer o doutorado na França. Então, fiz meu mestrado em dois anos, lecionei..., enfim, eu já traduzia também, participei do grupo de tradução...

**A.G. & E.P.** Em tudo isso, que língua era utilizada?

**G.S.** O hebraico. Eu escrevi meu mestrado em francês, porque Even-Zohar lia

trinta línguas e, evidentemente, falava o francês; e fiz um grande resumo de 50 páginas em hebraico. Mas todo o meu curso foi em hebraico, eu lecionava em hebraico e havia feito curso em inglês.

**A.G. & E.P.** Quantas línguas você falava nessa época?

**G.S.** Eu falava mais línguas do que hoje em dia, lia em francês, inglês, hebraico. Eu havia feito curso de alemão porque precisava de uma segunda língua estrangeira no BA. Fiz até cursos particulares, pois eu queria me aprofundar em alemão. Líamos Kafka no original, com um professor. Não era pelas notas na universidade, eu tinha boas notas, era somente porque eu queria me aprofundar em línguas. E para o mestrado, faltava-me ainda uma língua. Fiz sozinha, então, um curso de italiano. Peguei um “aprenda você mesmo” e o seguia todo sábado e domingo. No fim, como exame, Even-Zohar me fez traduzir um artigo. Traduzi do italiano um texto de Iúri Lotman sobre a biografia como gênero. Foi bem interessante.

**A.G. & E.P.** Mas, além de você, entre os colegas de mestrado, e para além do seu orientador de mestrado, como os outros viam, por exemplo, os trabalhos de Pierre Bourdieu?

**G.S.** No departamento, havia o polo de narratologia, de que gostava menos, era voltado mais para a análise de textos propriamente. Nele, havia a “Escola de Tel Aviv” que se fundava sobre a tradição narratológica, sobretudo anglo-americana, mas havia também análises sobre o discurso indireto livre. É uma escola muito reconhecida e Even-Zohar tinha sua própria teoria – a teoria do polissistema –, reconhecida mundialmente. Hoje em dia ainda há especialistas em polissistema em todo o mundo. Ele é a referência sobre isso. E também é o criador dos “Translations Studies”. Ele constituiu os “Translations Studies” com o belga José Lambert e seu aluno Gideon Toury como um domínio à parte. No quadro da “teoria do polissistema” ele trabalhava com a literatura israelense, interessando-se, por exemplo, pelas traduções em hebraico (que constituem quase um *corpus* nessa língua), as mediações tais como a da literatura francesa, que foi importada por meio do russo, enfim, todas essas questões que foram trabalhadas desde os anos 1980. Um dos cursos que eu segui foi sobre normas de tradução. Fui formada nesse meio. Havia cursos em que se ensinava Bourdieu, sobretudo sobre o conceito de campo. Os artigos eram extraídos de *Questões de sociologia* e versavam sobre o campo literário. Havia um sobre o mercado linguístico; um artigo sobre algumas propriedades do campo; outro, sobre a censura... Era um pouco a nossa bíblia. Todos os estudantes que seguiam Even-Zohar trabalhavam sobre polissistema e liam Bourdieu. De modo geral, era nosso quadro teórico. Então aplicamos tudo isso à literatura, com esse paradigma. Mas não éramos senhores do método sociológico. Trabalhávamos o texto. Não sabíamos fazer entrevistas, não conhecíamos outros métodos.

**A.G. & E.P.** Você ainda não tinha trabalhado com estatística até então?

**G.S.** Eu não sabia absolutamente nada de estatística. Mesmo o trabalho de arquivos sobre a imprensa, para mim, era completamente novo: ir à Biblioteca Nacional, retirar os dossiês, consultar os microfimes. Eu nunca tinha feito isso antes, sempre trabalhei com livros, com textos, não era, de modo algum, uma historiadora, não tinha nenhuma formação em história. Enfim, eu continuo não tendo, mas não tive formação em história, nem em sociologia, antes do doutorado.

**A.G. & E.P.** E chegando à França?

**G.S.** Eu não deveria dizer isso, mas, na verdade, no momento de me inscrever no doutorado, me dei conta de que a única pessoa que eu conhecia na França era Bourdieu, porque ele gentilmente havia me recebido. Mas, de todo modo, eu me coloquei essa questão sobre a sociologia, pois implicava, para mim, uma mudança de disciplina. Não era de forma alguma evidente inscrever-me em sociologia. Para além de Bourdieu, eu não conhecia nada de sociologia. Eu tinha lido *A distinção*, obra que me fascinou, que foi uma verdadeira revelação. É verdade que foi uma revelação quando eu a li, mas era, ao mesmo tempo, uma conversão disciplinar que precisaria ser feita. Então foi isso: eu redigi um projeto de doutorado sobre a recomposição do campo intelectual francês à época da Liberação. Era também um pouco a continuidade do diálogo com Shlomo Sand. Eu era sua assistente e ele era o mais historiador dos intelectuais, então ele me introduziu à história dos intelectuais à moda francesa.

**A.G. & E.P.** Perdão, de quem se trata?

**G.S.** Shlomo Sand, que escreveu o livro *Como o povo judeu foi inventado*. Atualmente ele é uma grande estrela internacional, mas na época ele era conhecido aqui na França pelo seu trabalho sobre a solidariedade. Ele fez sua tese sob a direção de Jacques Julliard na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS). É israelense, mas havia feito seus estudos aqui, na França. Então ele me introduziu a tudo que dizia respeito à história dos intelectuais, que Even-Zohar absolutamente não conhecia. Foi ele, por exemplo, que me fez ler Christophe Charle, porque Even-Zohar não o conhecia completamente, conhecia por meio do Bourdieu. Sand me fez ler, creio, Anna Boschetti.

**A.G. & E.P.** A autora de *Sartre e os “tempos modernos”*?

**G.S.** Exatamente. Então eu peguei tudo que conheci por meio dele e escrevi esse projeto sobre a recomposição do campo intelectual durante a Liberação. E o enviei a Bourdieu, que me aceitou no doutorado; mas ele me disse: “é preciso fazer um DEA” [*Diplôme d’Études Approfondies*, que antecedeu o mestrado na França]. Normalmente, com um mestrado em Israel, eu poderia me inscrever diretamente no doutorado, mas, como mudei de disciplina, deveria

refazer o mestrado. Hoje em dia faço isso sistematicamente com meus alunos, eu os faço refazer o mestrado.

**A.G.** Estou muito contente de ouvir você dizer isto, porque a cada vez que é preciso inscrever estudantes estrangeiros, este dilema se coloca aqui na EHESS. Para as pessoas que vêm de outro país – que não a França, onde há uma grande expectativa do uso culto da língua e da tradição nacional –, se a primeira experiência de redação é a tese de doutorado, os problemas são muito mais violentos do que se, antes, se fizer um mestrado.

**G.S.** Você está certo. Bourdieu tinha razão, pois havia também uma mudança de disciplina. Eu fui formada em termos metodológicos durante o DEA. Estudei estatística, fizemos um curso com Salah Bouhedja, e aprendi a fazer Análise de Correspondência Múltipla (ACM), aprendi a fazer entrevistas, a conhecer métodos de amostragem, e assim por diante.

**A.G.** Salah Bouhedja, é bom explicar, era o responsável por todas as análises de correspondência nessa época, no Centre de Sociologie Européenne (CSE), uma das novidades metodológicas centrais utilizadas por Bourdieu, particularmente em *A distinção*.

**G.S.** Perfeitamente. Meu professor Itamar Even-Zohar, que já tinha vindo à Fondation de la Maison des Sciences de l’Homme (FMSH), era muito amigo de Salah. Ele me apresentou a Salah e nos tornamos amigos enquanto eu era estudante. E é por isso também que, quando eu entrei no CNRS, e que não havia escritório para me instalar (a direção do Centro não encontrou um escritório para mim), Salah disse: “eu a acolho no meu escritório”.

**A.G.** O que era uma consideração enorme, porque Salah, em regra geral, não era de acolher ninguém a seu lado.

**G.S.** É verdade! Ele tinha adorado Itamar porque Itamar se interessava por informática há muito tempo, trabalhava muito sobre Internet e tudo o mais. Lá, nós utilizávamos o correio eletrônico já nos anos 1990. E ele vinha conversar com Salah sobre questões de informática, e depois um simpatizou com o outro. Para mim, Salah era uma porta de entrada extraordinária no CNRS. Depois, eu encontrei Francine Muel – claro, foi um grande encontro, que contou muito em meu percurso – e Victor Karady.

**A.G. & E.P.** Quando foi que você chegou ao CNRS?

**G.S.** Cheguei em setembro de 1990. Fiz meu DEA, nós nos encontramos, todo um bando se constituiu nesse momento, pessoas que conquistaram cargos de pesquisador hoje em dia. Era engraçado, porque fiz um projeto sobre a Liberação e Bourdieu não parava de me dizer: “você não compreenderá nada da Liberação se não trabalhar com a Ocupação”. E eu não queria trabalhar com a Ocupação.

**A.G.** Posso contar qual é a minha primeira recordação de sua presença no CNRS? Marie-France e eu viemos para a França em 1992, para um segundo pós-doutorado. Assim nós frequentamos o mesmo seminário na EHESS que você, Odile Henry, Grazia Scarffo e muitos outros.

**G.S.** Sim, o seminário anual de Bourdieu na EHESS.

**A.G.** E minha primeira recordação é de você dizendo: “tenho um objeto de pesquisa terrível, porque quero estudar como as pessoas vão buscar resolver querelas literárias através da política”.

**G.S.** Não me lembro. Mas por que eu disse isso?

**A.G.** Era uma rodada na qual cada um deveria apresentar o que estava fazendo. Dizendo isso, você explicitava que era, ao mesmo tempo, um objeto muito sedutor e um grande desafio. Para Marie-France e para mim, efetivamente, ele nos parecia um grande desafio. Ao mesmo tempo – o que é confirmado pelo seu livro – pensávamos que somente alguém que viveu muito tempo no exterior, e que tinha certa distância com relação à França, poderia enfrentar esse objeto.

**G.S.** Eu nunca tinha pensado nisso. É estranho, porque, para mim, o objeto é distante por outra razão. Eu vinha da teoria literária e da filosofia, e não da história; não conhecia essa história, de fato. Não conhecia muito bem os autores. Quero dizer, não eram lidos. E talvez eu tenha lido um pouco de Mauriac, mas não estou certa. Aragon, eu não o tinha lido. Tinha lido Sartre, isto sim! Muito. E a literatura para mim era muito importante. Mas interessar-me pela vida dos escritores me era completamente estranho. É nesse sentido que esse objeto era distante para mim. Ao mesmo tempo, tinha a questão da Ocupação, que não dizia respeito diretamente à minha história familiar, porque meus pais imigraram para a França, no entanto eles foram de alguma maneira envolvidos. Por isto, dizer que é um objeto distante é e não é verdade ao mesmo tempo.

**A.G. & E.P.** Claro, mas você vem do lado das vítimas da potência Ocupante, não é assim?

**G.S.** Sim, mas não diretamente.

**A.G. & E.P.** Não diretamente vítimas, mas mesmo assim...

**G.S.** Sim, é isso. E eu me lembro que Francine Muel me falou, em um momento, de minha relação com esse objeto. Acho que é a razão pela qual eu não queria trabalhar sobre a Ocupação, mas, sim, sobre a Liberação. Agora, evidentemente, a Liberação não era estranha, pois era a recomposição da imagem de si para a França e tudo que gira em torno disso. Mas eu me lembro, escrevi isso no meu DEA, é interessante. Eu tinha em mente o que queria fazer. Tinha lido o livro de Herbert R. Lottman – não o mesmo de agora, não Lúri

Lotman, mas Herbert, jornalista –, que fez uma boa história dos intelectuais, especialmente sobre esse período, e me interessei muito pelo Comitê Nacional dos Escritores. Eu não sabia por que, mas me interessava muito essa instância durante a Liberação. E Bourdieu me incentivou a trabalhar sobre a Academia Francesa e a Academia Goncourt. Eu nunca teria tido essa ideia sozinha e ninguém tinha trabalhado a esse respeito no período da Ocupação. Não era, absolutamente, tratada na história dos intelectuais, que era muito “individualista”, centrada nos indivíduos. Eu acho que ele teve uma ideia de gênio, uma intuição muito forte, mesmo que no momento do DEA ele tenha dito: “é preciso parar, terminar com o trabalho sobre as instituições”. Eu tinha construído tudo em torno das instituições da vida literária. Eu me apoiava em Alain Viala. Tentei capturar o campo no momento de sua desarticulação, por meio da evolução das instituições que deveriam garantir a autonomia do campo, porém, na verdade, foi por meio delas que se introduziu a heteronomia. Foi assim que eu as reconstruí. E, no mesmo momento, a necessidade de criar uma nova instância clandestina, o Comitê Nacional dos Escritores, para reconquistar a autonomia perdida. Bourdieu estava muito contente e me disse: “Bom, mas as instituições são listas de nomes, não se pode fetichizá-las”. Em seguida, eu trabalhei, repensei e me disse: “as instituições existem. É preciso trabalhá-las em diferentes níveis: em um nível como instância enquanto tal, como um agente coletivo, enquanto agente dentro do campo, porque elas têm uma imagem, produzem uma imagem, elas também produzem sanções, concedem prêmios. A instituição atua como um agente, mas também como um grupo de indivíduos heterogêneos que lutam pela boa definição da instituição. E, evidentemente, esse terceiro nível se passa em situações particulares, como em conjunturas de crise como essa, na qual há novas limitações que pesam sobre essa instituição e ela deve justificar sua existência, ou redefini-la”. Isso foi o que eu pensei em relação à teoria dos campos. Não está inscrito na teoria do campo, eu a trabalhei desta maneira, articulando-a com a questão da autonomia. De todo modo, escutei Bourdieu e finalmente trabalhei sobre a Ocupação, detive-me durante 15 anos nesse assunto. Mas a tese eu a fiz em três anos, graças a Bourdieu.

**A.G. & E.P.** E como você acredita que Bourdieu via a importância desse objeto?  
**G.S.** Eu me lembro, sem dúvida, desse mesmo seminário no qual se falou de tudo isso. Lembro de Bourdieu dizendo – em seminário no qual havia uma apresentação rápida de cada um: “ah, sim, esse é um objeto importante porque aqui, nos corredores da EHESS, as pessoas poderiam se matar em situações como essas”. Eu me lembro disso porque fiquei marcada por sua afirmação. Devo dizer que, quando houve uma série de ataques contra Bourdieu, no momento de seu engajamento, em 1995, eu já tinha terminado minha tese, mas estava escrevendo o meu livro, trabalhando sobre as querelas dos

maus mestres em 1940 – momento no qual se estigmatiza Gide, Mauriac, acusando-os de terem sido maus mestres –, que a derrota foi culpa deles, causada por irresponsabilidade deles.<sup>6</sup>

A.G. & E.P. Esse tema é tratado em *A guerra dos escritores*.

G.S. Isso mesmo. Não foi tratado dessa maneira na tese, mas eu estava trabalhando nele naquele momento para o livro. Para mim uma imagem esbarrou na outra, quer dizer, os ataques contra Bourdieu lembraram-me exatamente dessa querela dos maus mestres. Querelas de rivalidade que tomam uma proporção política, ou seja, às quais se dá um tratamento político para universalizá-las no mesmo momento. Eu vivi de maneira muito violenta esses ataques porque, para mim, esse mecanismo ecoava em circunstâncias nas quais as pessoas eram ameaçadas; era uma maneira de denunciá-las politicamente com todas as consequências dessas acusações. Eu acho que, para ele, era um assunto muito importante, claramente. É por esse motivo que ele me incentivou a trabalhar sobre a Ocupação. Ele tinha razão em dizer que eu não compreenderia nada da Liberação se não trabalhasse sobre a Ocupação. Para mim era demais. Acho que eu me sentia, em função do que vocês disseram, muito envolvida com uma das partes para trabalhar tal tema. Certo é que eu não me sentia suficientemente distanciada.

A.G. Se me permite, vou tentar explicitar outro ponto de vista sobre o alcance de sua pesquisa. Acredito que foi a primeira vez que alguém no CSE trabalhou sobre a heteronomia de um campo que já se tinha autonomizado. É verdade que Bourdieu nunca adotou o princípio evolucionista, segundo o qual, uma vez que a autonomização se produziu, ela não poderia jamais voltar atrás. No entanto, eu nunca vi um trabalho tendo por objeto o recuo da autonomização de um campo, e a sua pesquisa era uma ocasião muito boa para refletir exatamente sobre um assunto tão difícil de pensar. Quer dizer, como a política pesa sobre o mundo literário; ela não pode pesar como as autoridades políticas gostariam. Para aqueles que vinham de um país autoritário, era o meu caso e o de Marie-France, era ainda mais interessante, porque você problematizava como a autonomização do campo pode existir, e o que pesava em literatura durante um regime autoritário. Você dispunha quase de uma experimentação completa. O momento da Ocupação conduz à heteronomia da atividade literária, depois o estudo do Comitê Nacional dos Escritores esclarece o retorno à autonomia. Havia uma novidade propriamente teórica fundada sobre um estudo bem empírico.

G.S. Sim, é verdade. No coração está a problemática teórica da autonomia; o que quer dizer e através de que meios ela se traduz. Como pensá-la e como pensar também a heteronomia, porque ela me interessava talvez mais do que a autonomia. Isso estava no centro de minha postura. E continua, eu nunca

parei de trabalhar sobre a questão da autonomia, não sei por que, mas é o que me atrai. Eu traduzi um artigo para o hebraico que muito me marcou, fazia parte de uma antologia que Even-Zohar queria fazer, mas nunca foi publicado. Nós passamos um tempo a retrabalhá-lo, ele inventava palavras porque, por exemplo, “distinção” não existia em hebraico, nem “nobreza”. Não o terminávamos nunca. Um dos textos de Bourdieu que mais me marcou foi “O mercado de bens simbólicos”. Não é um texto de que todo mundo fala espontaneamente. É um velho artigo de 1971 no qual justamente a questão das forças e limitações que pesam sobre a literatura, o papel das instituições, é central. E isto é algo que desapareceu dos artigos mais teóricos sobre o campo. Bourdieu nem mesmo utiliza o conceito de campo. Ele fala de mercado, mercado de bens simbólicos, de um momento de autonomização no começo do século XIX. É um artigo que me estruturou profundamente, muitos dos meus trabalhos se referem implicitamente a ele, sem dúvida mais que a outras coisas. As *regras da arte* ainda não tinha sido publicado quando comecei, foi editado em 1992.

**A.G. & E.P.** Mas já havia sido publicado “A invenção da vida de artista”, não?  
**G.S.** Sim, no entanto, era um dos raros artigos que eu não tinha lido. Já tinha lido, eu lhes disse, todos os artigos de *Questões de Sociologia* e tudo o que ele tinha escrito sobre campo literário.

**A.G. & E.P.** Até agora nós falamos de seu encontro com Bourdieu e, como, ao encontrá-lo, você foi confrontada com seu próprio trajeto e o que se abria para ele naquele momento. Como você vê o encadeamento das interrogações de Bourdieu e, do seu ponto de vista, quais são as suas maiores contribuições teóricas e metodológicas?

**G.S.** A questão é como eu o percebia naquele momento, ou quais são hoje em dia, para mim, as contribuições de Bourdieu? Não é exatamente a mesma pergunta, porque eu trabalhei bastante este problema a partir de sua trajetória. Assim, hoje, tenho uma visão diferente daquela que tinha.

**A.G. & E.P.** Podemos começar da sua visão atual.

**G.S.** Então, vocês querem dizer, sua contribuição sociológica, de uma maneira geral, ou sobre a literatura?

**A.G. & E.P.** Como estudante orientada por ele, existia essa relação direta, individual. Até aqui nós tratamos da sua relação individual e o objeto que você construiu, mas se você situasse esse objeto no andamento das pesquisas de Bourdieu, como o faria? Nesse momento, ele estava no Collège de France há mais de uma década, um sinal importante de sua consagração.

**G.S.** Sim, eu fiz o curso sobre o Estado ministrado no Collège na época. De 1990 a 1992, fiz todos os cursos sobre Estado. O que eu compreendi estudan-

do, agora, o seu percurso, é que este foi o tempo forte de sua internacionalização. Eu não percebia isso à época. E, no entanto, poderia ter percebido, porque ele enviou a Even-Zohar as três conferências que fez no Japão e me pediram para traduzi-las para o inglês para a *Poetics Today*.

A.G. & E.P. Aquelas que estão publicadas em *Razão prática*?

G.S. Exatamente. Eu as traduzi para a *Poetics Today* e depois o texto foi revisito por Brian McHale, porque meu inglês não era suficientemente bom; mesmo assim, só existe essa versão em inglês. Ele foi convidado a ir ao Japão em 1988, depois da publicação de *A distinção* pela Harvard University Press, portanto, em inglês, o que aumentou muito sua recepção nos Estados Unidos e, ao mesmo tempo, no mundo. Há uma recepção internacional de Bourdieu na Alemanha, na Itália, muito cedo, relacionada às questões sobre arte; no Brasil também, via Sergio Miceli, que fez uma antologia sobre o poder simbólico. É um recorte muito original, ninguém havia feito isso.

A.G. & E.P. Essa coletânea chama-se *Economia das trocas simbólicas*. Um dos artigos é este, sobre os mercados dos bens simbólicos que você mencionou há pouco. Mas podemos retomar a questão da recepção internacional.

G.S. Certo, eu posso dizer mais alguma coisa sobre sua trajetória teórica. É um momento de internacionalização dela que, ao mesmo tempo, teve um efeito de retorno sobre sua teoria. Trabalhei isto no artigo sobre as leituras de Pierre Bourdieu que entreguei a Gérard Maugé e que deve sair nas edições *Silepse*. Ele começa a se interrogar sobre a possibilidade de transposição de seus conceitos para outros lugares que não a França, por volta de 1989. Portanto, ele refletiu sobre a noção de “capital burocrático” que se tornou, em seguida, “capital político” para adaptá-lo aos países do Leste da Europa. Refletiu sobre a noção de “distinção”. O que significa “distinção” no Japão? Como podemos ou não podemos transportar os conceitos e as noções para outros países? O debate sobre *A distinção* nos Estados Unidos indagava: “será que se pode aplicar esse conceito neste país?”. Tentou-se constituir critérios empíricos para objetivar o “capital cultural”, mas de fato não se chegou a encontrar equivalentes. Então, começou-se a colocar em questão o modelo conceitual. Isto já tinha acontecido na Alemanha. Colocou-se em questão o modelo em bloco, dizendo que não se aplicava ao país, em vez de se perguntar sobre os critérios de diferenciação específicos ao país. Assim, Bourdieu começou a desenvolver uma reflexão metodológica comparatista. Esse é também o momento em que ele se engaja em projetos europeus no início dos anos 1990. É desse período *A miséria do mundo*; eu ouvi quando ele falava sobre essas coisas. Participei um pouco da *Líber* [*Revue Européenne des Livres*] e da *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, após a tese. Não estava realmente presente nos projetos coletivos, mas observei-os de longe e depois reconstruí o todo. Eu

sei, agora, que naquela época ele começou a se engajar também nas questões europeias. E também é o momento no qual se internacionaliza seu engajamento político. Nota-se a mudança, mas a mudança política é mais tardia. Eu concedi entrevistas sobre os dez anos de sua morte e me lembro de que um dos jornalistas questionou-me se eu tinha ficado surpresa com o engajamento político de Bourdieu em 1995. Eu me dizia: “não, não me lembro de ficar surpresa”. Eu pensava, pensava... E depois, de repente, à noite, a lembrança me veio. Era a greve! Estávamos todos mobilizados, estávamos todos na rua, nas manifestações! Era absolutamente natural o seu engajamento. Para nós, era coerente e, de certa maneira, não poderia ter sido de outro modo. Mas foi engraçado porque eu tive uma espécie de “black-out”. O movimento de 1995 foi uma experiência extraordinária, inesquecível.

**A.G. & E.P.** Ao mesmo tempo, o fato de ele utilizar sua autoridade contra uma parte dos intelectuais que diziam que manter as conquistas sociais era coisa de dinossauros...

**G.S.** Sim, o conservadorismo e a inversão das categorias da história política tradicional. Bom, eu tinha boas ferramentas para decodificar tudo isso, principalmente sobre os intelectuais. Foi aí que começaram os ataques contra Bourdieu. Muito violentos. E eu os decodifiquei.

**A.G. & E.P.** Houve O “dezembro” dos intelectuais franceses, de 1997.

**G.S.** Sim, mas os ataques a Bourdieu são de 1995, de uma violência incrível. E eu os lia à luz das querelas de maus mestres sobre a Ocupação e os decodifiquei assim, como um ajuste de contas e como ataques de pessoas que não tinham os meios de combater Bourdieu intelectualmente, cientificamente. Então, eles tentaram desacreditá-lo, tentaram desvalorizar sua teoria falando de seu engajamento político, porque não tinham meios de combatê-lo com armas intelectuais. Era muito violento e, ao mesmo tempo, era de uma grande efervescência. É o momento no qual foi criada a editora Raisons d’Agir. Participei dela no começo, mas não fiquei porque não era meu modo de engajamento, ficava mais à vontade nas manifestações. Tudo aconteceu ao mesmo tempo, de uma única vez.

Gostaria de voltar a um ponto anterior. *As regras da arte* não tinha sido publicado quando redigi minha tese, então eu não tinha esse *corpus* de texto como referência. Encontrei o plano nos textos de Bourdieu, de 1970, sobre os intelectuais. Em relação aos parâmetros, eu tinha construído variáveis na tese, mas mesmo frente à análise quantitativa, Bourdieu estava cético, ele dizia: “não se pode fazer quantitativo sobre os escritores, porque eles possuem grandezas diferentes, tamanhos diferentes e isso não se pode restituir na análise”. E, na verdade, ele ficou surpreso com o resultado de minhas análises quantitativas. Ficou realmente contente com as Análises de Correspondência Múl-

tipla, porque antes ele havia me dito: “ nós não lhe ensinamos nada, mas eu vou lhe ajudar”. No dia seguinte de minha defesa de tese ele me telefonou para dizer: “agora é preciso fazer análise de correspondência”, porque eu não as havia apresentado na tese.

**A.G. & E.P.** O período de 1993-1995 foi de forte ataque contra Bourdieu e, ao mesmo tempo, ele recebeu a medalha de ouro do CNRS. Foi mais ou menos na mesma época em que você recebeu a sua, não?

**G.S.** Não, não foi no mesmo momento. Sua medalha foi no momento de meu recrutamento ao CNRS. Ele foi premiado em 1993, e eu fui recrutada em 1995. Foi a primeira medalha de ouro em Ciências Sociais, eu acho.<sup>7</sup>

**A.G. & E.P.** Esses prêmios mostravam que sua pesquisa era considerada como um trabalho inovador. Nessa época, Bourdieu acumulou os sinais de notoriedade científica como membro do Collège de France, medalha de ouro do CNRS e outros.

**G.S.** Minha medalha de bronze foi mais tarde.<sup>8</sup> No entanto, meu recrutamento para o CNRS, claramente está ligado ao seu prêmio. Porque até aquele momento, as pessoas que trabalhavam com Bourdieu não eram recrutadas facilmente pelo CNRS, porque o Centro era dominado por outras correntes. Mas o que ocorreu foi que Odile Henry descobriu, uma semana antes do concurso, que ela não poderia mais se candidatar, pois havia diminuído o limite de idade. Foi por isso que ela não se apresentou ao CNRS em CR1 [*chargé de recherche de 1<sup>ère</sup> classe*], eu me apresentei em CR2 [*chargé de recherche de 2<sup>ème</sup> classe*] e passei. Se não tivesse havido diminuição do limite de idade, eu não me apresentaria naquele ano. Era um ano no qual havia mais postos e Bourdieu, efetivamente, disse, no momento da cerimônia da medalha de ouro, no final de seu discurso, com todas as letras, que ele queria postos para as pessoas que trabalhavam com ele. Então ele fez uma carta de recomendação muito elogiosa, e foi tudo. No final, fui classificada em primeiro lugar.

**A.G. & E.P.** É um bom indício de como a força científica de Bourdieu não provinha de forças institucionais.

**G.S.** Ah, sim, isto é certo. Os mecanismos, eu os compreendi bem. E para mim foi uma sorte extraordinária entrar no CNRS, porque assim a questão de retornar a Israel não se colocou mais.

**A.G. & E.P.** Passemos para o outro conjunto de questões, a propósito dos destinos dos trabalhos de Pierre Bourdieu. Você fez muitas viagens, especialmente nesses últimos anos, para dar cursos e conferências, o que implicou longas estadias nos Estados Unidos, em outros países da Europa, na América Latina, na Ásia. Você publicou numerosos artigos sobre tradução, inclusive

sobre a tradução das obras de Pierre Bourdieu. Como você considera, portanto, esse efeito internacional da obra de Bourdieu, no caso, fora da França?

G.S. O que eu posso dizer, o que me parece o mais importante a esse respeito, é o fato de ser uma obra que realmente funcionou como um programa de pesquisas no exterior. Quer dizer, as análises realizadas com Mauricio Bustamante mostram que houve diferentes fases da recepção dos livros de Bourdieu. Há a fase na qual a recepção é mais fragmentada, até meados dos anos 1980, em que a difusão é feita por especialidade. Há a recepção do sociólogo da educação, do antropólogo, quer dizer, a recepção pela antropologia na ocasião da publicação de *O senso prático*, e depois há, igualmente, aquela da sociologia da cultura. Em diferentes países são grupos diferentes que discutem, mas não necessariamente entre eles; como dizia Craig Calhoun, eles não faziam parte da mesma conversa. Rogers Brubacker propôs uma leitura, em 1985, destacando a relação com Max Weber. Identificava-se muito Bourdieu com o marxismo e Brubacker quebrou isso em um artigo da *Theory and Society*, destacando a importância não somente de Durkheim e Marx como fontes, mas também de Weber. De repente, isso muda completamente o modo de percepção de Bourdieu. Craig Calhoun descobriu Bourdieu na Inglaterra, já nos fim dos anos 1970, e o introduziu em Chicago. Os *workshops* que foram organizados por volta de 1986, 1987, em Chicago, vão alargar os círculos de recepção. Depois Loïc Wacquant chega aos Estados Unidos e introduz Bourdieu sob outros aspectos. Em seguida são formados grupos de pessoas mais diretamente ligadas à obra em seu conjunto. Teve a recepção de *A distinção*, que ajudou a constituir o domínio da sociologia da cultura nos Estados Unidos. Antes, esse domínio não existia enquanto tal. Havia, mais especificamente, a sociologia da arte. Vera Zolberg, e seu marido Henry, descobriram muito cedo a obra de Bourdieu, nos anos 1960. Eles o introduziram e desenvolveram a sociologia da arte a partir dos trabalhos sobre museus e outros trabalhos da mesma época. Contudo, a sociologia da cultura enquanto práticas culturais não existia. A publicação de *A distinção* vai estruturar esse domínio de pesquisa e, ao mesmo tempo, vai criar uma espécie de domínio de pesquisa muito positivista sobre os indicadores de capital cultural. Teve a revista *Poetics* que introduziu a teoria do campo literário e que também deu lugar a uma apropriação muito positivista. No início dos anos 1990, há o livro coletivo dirigido por Craig Calhoun, Edward Lipuma e Moishe Postone, *Bourdieu: critical perspectives*, que destaca a dimensão teórica, porque é preciso compreender que nos Estados Unidos há uma separação entre teoria e empiria muito forte, e Bourdieu não entrava em nenhuma etiqueta simplista. Não era a teoria pura: ele tinha muita empiria para ser teórico e muita teoria para ser empírico. De certa maneira, ele não era suficientemente positivista no sentido americano. Então, eles fornecem uma leitura teórica de Bourdieu. De toda forma, atualmente eles se arrependem, porque acham que ficou teórica

demais. O conceito de capital já era bem difundido, particularmente o de “capital cultural”. É esse conceito que aparece com maior frequência nas revistas de ciência sociais americanas desse período. Há uma pesquisa feita na época por dois pesquisadores, Jeffrey Sallaz e Jane Zavisca, sublinhando que o conceito de “capital cultural” é muito difundido. O conceito de “*habitus*” se difundiu via trabalhos de antropologia. Por outro lado, o conceito de “campo”, até os anos 1990, não aparece. Eu me lembro de que quando nós partimos com Bourdieu – Frédéric Lebaron e eu – para o colóquio de Colônia, na Alemanha, a respeito das Análises de Correspondências Múltiplas, com Johan Heilbron e Brigitte Le Roux também, Frédéric e eu fomos os únicos, em todo o colóquio, a apresentar alguma coisa sobre o conceito de “campo”. Todo mundo tinha trabalhado as Análises de Correspondências Múltiplas a partir de *A distinção*, isso em 1996 ou 1997, talvez. O conceito de “campo” teve uma recepção internacional mais tardia.

**A.G. & E.P.** Mas na Alemanha a recepção é um pouco diferente dessa periodização...

**G.S.** Completamente, porque há uma recepção do conceito de “campo” muito mais cedo, por Joseph Jurt, mas nos estudos literários. Como tem em Israel o conceito de “campo”, mas é igualmente pelos estudos literários. Na sociologia, de modo algum. O conceito de “campo” entra tardiamente nas referências das principais revistas. Claro, teve a *Theory and Society* e *Poetics*, mas *Poetics* era restrita aos estudos literários no início, e ainda continua, eles são principalmente literários.

O livro de Calhoun, Lipuma e Postone apresenta a teoria de Bourdieu como teoria e, de repente, Bourdieu torna-se um grande nome – como Foucault, Derrida, Barthes – até mesmo fora da sociologia, mesmo que sua recepção não esteja ligada à *French Theory* de maneira direta. É menos frequente em sociologia, mas pode-se ver que a citação ritual de Bourdieu torna-se corrente: pessoas que o leram apenas de segunda mão ou que têm ideias preconcebidas, pessoas que não o leram seriamente. Por outro lado, é possível ver também como Bourdieu foi apropriado por verdadeiros programas de pesquisa. Michèle Lamont, que trabalhou de perto com a teoria de Bourdieu e fez uma interpretação pessoal; Loïc Wacquant, que formou muita gente em Berkeley; Calhoun é muito central também nessa recepção, mais central, com certeza, do que Lamont. Atualmente, há uma nova geração, não é propriamente uma nova geração, mas pessoas que descobriram Bourdieu cada vez mais, nos Estados Unidos e no mundo também, e que se firmaram. Além dos Estados Unidos, vi que na Alemanha por um longo período havia somente Joseph Jurt, romanista que se interessava por Bourdieu. Há, em torno de Norbert Wolf e Marcus Joch, uma nova geração de especialistas em literatura alemã que começaram a se interessar pela teoria do “campo”. Aconteceu também na Itália, mas de ma-

neira mais restrita e, infelizmente, foi uma tragédia, porque o jovem colega que fazia isso, que tinha descoberto Bourdieu, suicidou-se muito jovem. Ele não chegou ao final de seu projeto. Foi muito dramático. Nós o encontramos na rede estabelecida pelo projeto europeu *Espace pour les Sciences Sociales Européen* (ESSE). Atualmente, há pessoas que se aproximam cada vez mais de Anna Boschetti para desenvolver análises inspiradas em Bourdieu, incluindo estudos sobre a Itália. Em Israel a recepção vem de longa data.

**A.G. & E.P.** Você havia falado da Índia.

**G.S.** Na Índia, houve o colóquio organizado por Roland Lardinois e Meenakshi Thapan. No entanto, os indianos são muito acadêmicos. Ou têm um discurso muito geral, ou trabalhos empíricos que não se inspiram muito em Bourdieu. Não encontrei na Índia interlocutores que realmente trabalhassem com o quadro teórico de Bourdieu, contrariamente ao Japão, onde há uma recepção antiga. O caso do Japão é muito interessante porque Arusho Kato, que é um grande especialista em Bourdieu e supervisionou todas as traduções – é um literato, um romanista também –, descobriu Bourdieu pelo livro de Anna Boschetti sobre Sartre, porque ele era sartreano. Ao ler o prefácio no qual Anna resume a teoria do “campo” de Bourdieu, ele disse: “mas quem é esse sociólogo? Quem é esse pensador?”

**A.G. & E.P.** Você acabou de receber uma colega chinesa que traduziu *A distinção* na China, agora.

**G.S.** Ah, sim. Olhando os dados com Mauricio Bustamante, em 2008, constatamos que já existiam 17 traduções de Bourdieu para o chinês. Ela fez sua quinta tradução, cujo título não olhei, mas é recente. É uma especialista em literatura francesa, farei uma entrevista com ela na próxima semana. No Japão a recepção é mais antiga, Bourdieu foi convidado para pronunciar conferências em 1989, e essa viagem abriu a recepção de sua obra.

**A.G. & E.P.** A sociologia da literatura foi importante para muita gente.

**G.S.** Sim, é importante para a recepção internacional de Bourdieu. Eu penso também na Bélgica, onde não há tradução, mas há um grupo composto por Jacques Dubois e pessoas do círculo de Liège. E agora há uma nova geração que trabalha com a teoria do campo, no domínio da sociologia da literatura, formada por egressos de estudos literários. Isso ocorreu na Suécia, sobretudo na ciência da educação.

**A.G. & E.P.** Você pôde verificar se, nessa recepção internacional recente, houve objetos de pesquisa que Bourdieu não desenvolveu, mas que foram retomados por seus colaboradores, a exemplo de Abdelmalek Sayad, que estendeu a reflexão sobre a imigração argelina para a França, dando continuidade aos

trabalhos precedentes sobre a Argélia?

G.S. Havia Joseph Jurt na Alemanha, que desenvolvia um projeto de tradução com Bourdieu, o qual continuamos no Laboratório. Houve o projeto europeu em torno de Franz Schulteis, mas a recepção não chega a todos os domínios. Houve poucas colaborações diretas com Bourdieu. Em sociologia da ciência, não havia muita coisa, isso é interessante também. Apesar do livro de Bourdieu, *Science de la science et réflexivité*, ele não teve colaborações posteriores, ao menos que eu saiba. Isso é desenhado atualmente com a renovação da sociologia dos intelectuais nos Estados Unidos sobre a história das ciências sociais, a “*new sociology of knowledge*”, mas Bourdieu ficou um pouco ocultado. A sociologia dos intelectuais é um domínio que se desenvolve na França, mas que não se desenvolveu da mesma forma em outros lugares. Houve recentemente uma retomada nos Estados Unidos, mas mesmo assim não há equivalência. Nós criamos uma rede temática na Associação Francesa de Sociologia e não há uma igual na American Sociological Association nos Estados Unidos. Há alguma coisa na sociologia da educação, na sociologia do mundo universitário.

A.G. & E.P. Qual é o lugar que você atribui às atividades editoriais de Bourdieu? Bourdieu produzia artigos e livros, mas também editava a coleção *Le sens commun* na editora Minuit e *Actes de la Recherche em Sciences Sociales*. Que lugar atribuir às estratégias propriamente editoriais na construção de sua rede de pesquisa internacional?<sup>9</sup>

G.S. Bourdieu mostrou como isso pode ser central, quer dizer, fazer verdadeira edição, fazer uma verdadeira revista, mas uma revista com critérios outros que os acadêmicos. Dito de outra forma, havia critérios acadêmicos muito estritos, muito restritivos, do ponto de vista da exigência científica, mesmo se não era padronizada, regida por normas, como é o caso de hoje em dia. Mas é também uma revista que introduziu caricaturas, ilustrações, era ao mesmo tempo interdisciplinar e visava um público mais amplo que o mundo acadêmico, e isto é realmente raro, aqui, para uma revista acadêmica. E mesmo para as edições, porque ele sempre fez um trabalho editorial. As coleções que dirigiu são constituídas por livros escolhidos de uma maneira extremamente exigente. Ele traduziu Ernst Cassirer, Erwin Panofsky, publicou obras filosóficas extremamente complexas, mas ao mesmo tempo, ele as publicou em uma editora que não tinha grande distribuição, mas possuía um público que não era puramente acadêmico, pois não se tratava de editora universitária e isso coincide com o grande momento do *boom* das ciências sociais. Mas pela sua coleção, ele é quase um precursor. É o momento no qual as casas editoras Seuil, Gallimard criam também coleções. Então, é realmente contemporâneo da inovação editorial. É verdade que sua coleção é uma coleção de obras importadas, sobretudo feita de muitas traduções. Trouxe

para a França todo um *corpus* estrangeiro que nós não conhecíamos. Ele traduziu, por exemplo, Erving Goffman, editou também um conjunto de textos de Durkheim, de Mauss, organizadas por Victor Karady, que não tinham sido editados. Ele criou, assim, um *corpus* da disciplina, porque a sociologia estava se constituindo enquanto disciplina acadêmica. Não se pode esquecer: a graduação em sociologia na França é de 1958, portanto é uma espécie de refundação da disciplina que havia sido extirpada pela guerra. Ao mesmo tempo em que ele era filósofo de formação, era um antropólogo, um ávido leitor, lia tudo que passava em sua frente. Eu fiz uma entrevista com ele na qual me contou muitas coisas. Tinha uma livraria, acho que era na rua Soufflot, ele passava e pegava tudo o que lhe caía nas mãos. Lia tudo, leu Schultz antes de ser traduzido. Passou um verão traduzindo Cassirer, depois Panofsky. Foi ele quem traduziu *Architecture gothique et pensée scolastique*.

**A.G. & E.P.** E essa referência foi central na teoria de *habitus*.

**G.S.** Certamente! Era nesse período que ele formulava sua primeira teoria do *habitus*, no posfácio ao livro de Panofsky. A primeira ocorrência do *habitus* aparece no texto constitutivo da obra *O baile dos celibatários*, a propósito das técnicas do corpo, de Mauss. O texto que abre este livro é de 1962, e *Architecture gothique et pensée scolastique* é, me parece, de 1967. No posfácio ele associa as categorias de percepção e pensamento. O conceito de *habitus* se forma e vê-se bem que sua teoria se elabora, sobretudo, no contato com a pesquisa empírica. Esta é a força da teoria de Bourdieu. Essa constante confrontação com o real, com o mundo real, com o material empírico extremamente rico, que combinava métodos diferentes, quantitativo e qualitativo ao mesmo tempo, essa leitura inacreditável muito ampla de todas as disciplinas.

**A.G. & E.P.** Você vinha do método de análise de texto e teve que se confrontar com os métodos quantitativos, ou com esse uso muito fino de métodos quantitativos e qualitativos, lado a lado. Como você vivenciou essa diversidade?

**G.S.** A verdade é que eu descobri os métodos quantitativos no DEA. Lembro-me de quando fiz um questionário em um curso de estatística. Eu não sabia o que era um questionário. Lembro-me de que trabalhei com um colega que me explicou como eu deveria fazer e logo entendi. Eu gosto bastante do método quantitativo. Na verdade, em relação aos materiais muito textuais, fazer quantitativo descansa minha cabeça. Foi uma experiência fazer o questionário, eu não me lembro mais de quantas questões, acho que eram 128 questões. Não era um verdadeiro questionário, era um questionário prosopográfico, um misto de questões sobre um indivíduo e de recuperação de dados presentes em diferentes arquivos. Eu construí minhas variáveis assim. Uma coisa muito me impressionou. A ideia de fazer uma contagem é algo que nunca tinha pensado. Eu li Christophe Charle e frequentei seu seminário. Ele era um modelo para

mim, sobretudo seu estudo sobre o caso Dreyfus. Foi então que comecei a usar dado quantitativo. Bourdieu era cético quando eu dizia que usaria dado quantitativo para o campo literário. O que fiz foi introduzir variáveis que ninguém tinha utilizado antes: sobre os editores, variáveis literárias, sobre os gêneros praticados. Existia a tese de Rémy Ponton, que era um modelo extraordinário, eu o procurei a propósito das propriedades sociais dos escritores. Ele tinha analisado as escolas, mas seu estudo não tratava dos editores, das revistas e, desse ponto de vista, existia algo novo na minha tese. É isso que dá a solidez de meu estudo porque essas variáveis objetivas – publicou ou não em uma grande revista, em tal editor – de repente restituem o “campo”. É verdade que eu não pude duvidar que as pessoas que publicavam em uma revista de poesia, não publicavam na grande imprensa. Via-se nas análises de correspondência. Isso permitiu comparar as instituições entre si. É simples: o dado quantitativo permite sistematizar os dados que o espírito não permite sintetizar. Nós temos uma apreensão intuitiva. Eu trabalho muito com o quantitativo, mas nunca somente com o quantitativo. É a mesma coisa quando trabalhamos sobre tradução, trabalhamos apenas com as línguas que dominamos, sabemos o que contamos, verificamos o que contamos. Eu construí meus dados, então eu sabia tudo o que eu contava. Eu digo aos meus estudantes, o dado quantitativo não fala sozinho. Para fazê-lo falar, é preciso do qualitativo. Essa oposição entre quantitativo e qualitativo prevaleceu nos Estados Unidos, na França felizmente não é assim. É verdade que quando comecei a fazer quantitativo, era num nível muito descritivo, simplista, pois a modelação estatística e tudo o mais, não sabia fazer. Eu adorava fazer, mas não sabia como.

**A.G. & E.P.** Se olharmos com vagar para os livros de Bourdieu, percebemos que os números de *Actes de la Recherche* frequentemente precederam a cristalização completa de alguns objetos e conceitos explicativos. Quase como se a teorização só pudesse avançar por meio de balões de ensaios, fiel à ideia de que a pesquisa se fazia pela renovação das tentativas de explicar um objeto preciso. Por meio de *Actes*, Bourdieu parecia romper as fronteiras entre uma pesquisa puramente individual e algo de muito mais amplo, no qual as pesquisas analisadas pareciam ser o resultado de trabalhos conduzidos em rede. Para sua recepção internacional *Actes* não teria sido um trunfo?

**G.S.** Na dimensão política, eu acho que Bourdieu fez obra de pioneiro para o domínio das ciências humanas e sociais na França. Mesmo a noção de um laboratório, no sentido que o CNRS dava a essa palavra nos anos 1950, 1960, quando retomava a noção de laboratório no sentido das ciências duras. Ele constituiu um verdadeiro laboratório: existia um chefe do laboratório, uma equipe, um trabalho coletivo, uma divisão do trabalho, cada um levava uma parte, mas se inscrevia num projeto mais vasto. E essa modalidade de divisão do trabalho era nova. Pois não é uma divisão do trabalho no sentido das

ciências da natureza nas quais é dado ao estudante um trabalho de pipeta e depois ele vai assinar em uma lista de quinze pessoas. Quer dizer, cada um tinha um objeto seu, mas, como você disse, esse objeto toma sentido em um conjunto mais vasto no qual existiam questões comuns de pesquisa. Isso desapareceu, e quando eu entrei no Centro, já não estava mais tão presente.

**A.G. & E.P.** Actes exerceu um forte efeito estruturante sobre toda a rede de pesquisadores baseados na França ou residentes no exterior, não?

**G.S.** Essa revista se impôs para além do Centro e ela estruturou enormemente a pesquisa, e ainda ultrapassou a disciplina. Eu trabalhei bastante, durante minha tese, com os jovens historiadores e cientistas políticos – havia mais historiadores e cientistas políticos do que sociólogos – e eu via muito bem a recepção de Bourdieu na história, em toda uma geração de historiadores, como Anne Simonin e outros que estão agora na EHESS. Mas eu vejo a recepção de Bourdieu no domínio da história dos intelectuais. Na história intelectual e na história cultural há uma forte recepção de Bourdieu, mais do que em outros domínios. Na ciência política também. Por exemplo, em nosso laboratório, hoje em dia, que é a fusão do CSE, antigo laboratório de Bourdieu, e do Centro de Pesquisa Política da Sorbonne, há um conjunto de cientistas políticos que descobriram Bourdieu quando começaram suas carreiras e que integraram essas problemáticas em suas reflexões, o que contribuiu para a corrente que, atualmente, na ciência política, é a mais científica e próxima da sociologia histórica.

**A.G. & E.P.** Atualmente você dirige um Centro que é o prolongamento de uma configuração institucional criada nos anos 1950. E Bourdieu foi central na retomada do legado que começou por Raymond Aron. Como você vê as perspectivas desse conjunto e de sua relação internacional?

**G.S.** O CSE foi criado em 1958 por Raymond Aron, no momento em que ele criou a graduação em sociologia, portanto são realmente contemporâneos. É nesse momento que ele traz Bourdieu da Argélia, em 1961 ou 1962. Eles são postos em contato, não sei muito bem como. Aron foi ver Bourdieu na Argélia e o ajudou a retornar à França.

**A.G. & E.P.** Parece que se teriam conhecido quando Raymond Aron foi presidente do júri do Baccalauréat na Argélia dos anos 1950.

**G.S.** É possível. Ele trouxe Bourdieu para o CSE e orientou sua reflexão em direção à sociologia. Bourdieu se inscreveu no doutorado com Aron. Muito rapidamente torna-se secretário geral do CSE, em 1961-62. Em 1965, acho, torna-se diretor de estudos na EHESS e, ao mesmo tempo, diretor adjunto do Centro. Depois, por volta de 1968, há uma ruptura política e Bourdieu sai com uma grande parte da equipe. Ele cria o Centre de Sociologie de l'Éducation et

de la Culture (CSEC). Mesmo depois dessa ruptura, o CSE continuou a existir no Collège de France, mas não era um laboratório do CNRS. Foi o CSEC que se tornou um laboratório do CNRS. Depois da morte de Aron, no Collège de France, Bourdieu recuperou essa estrutura do CSE, que se fundiu com o CSEC, nos anos 1990; em 1997, foi renomeado Centre de Sociologie Européenne, que era mais de acordo com as orientações do laboratório e o projeto europeu que estava em curso. Nessa ampliação, havia menos projetos sobre educação e mais sobre cultura, além de outras temáticas, como a história social das ciências sociais. É o momento também em que se recuperou um pedaço do Centre de Culture et Société Urbaine (CSU), através da integração de um grupo de pesquisadores ao CSE. Em 2010, fundiu-se com o Centre de Recherche Politique et Sociale (CRPS) da Sorbonne, que é o laboratório de ciência política fundado por Jacques Langrois. Como disse antes, esse Centro agrega cientistas políticos que se caracterizam por seu duplo distanciamento em relação à filosofia política e à sociologia eleitoral. Eles introduziram um paradigma não apenas quantitativo e trabalham com uma verdadeira abordagem científica na ciência política. Grande parte deles fundou a revista *Politix*. Leram muita sociologia, sobretudo a de Bourdieu, e desenvolveram estudos sobre o engajamento, os movimentos sociais, as instituições políticas, as elites políticas; começaram também a trabalhar sobre o meio político.

No contexto da fusão, havia eixos comuns, um tratava da mundialização, internacionalização e construção europeia; outro da sociologia das elites, que desenvolveu uma parceria com a Universidade de Columbia. Um terceiro eixo era história social das ciências sociais, que existe ainda. Pouco a pouco, outros eixos foram agrupados. Para o próximo quinquênio nosso projeto se redefiniu para um eixo que se chama “going global?”, na linha da mundialização, que se caracteriza por uma sociologia do internacional. Não é a maneira clássica de trabalhar sobre as relações internacionais, como essa que existe em ciência política, mas uma sociologia dos atores e das instituições internacionais. Por exemplo, veja o trabalho de Johanna Siméant sobre as ONGs na África. Há um grupo que trabalha sobre a construção europeia, especificamente, sobre o papel dos juristas. Fizeram um estudo prosopográfico, com uma base de dados enorme. É algo que nunca foi feito sobre o perfil dos juristas e sua relação com as elites nacionais: aqueles que investem no exterior, como seus investimentos se fazem no mundo internacional, na Europa, e contribuem para criar essa nova relação. Isto cruza também o eixo que não foi mantido como um eixo separado, o da sociologia das elites. Nós queríamos constituir-lo e agora ele está constituído, especialmente com os trabalhos de François Denord acerca das transformações do campo de poder na França. Denord tem uma equipe que retoma os questionamentos de Bourdieu nos anos 1960 sobre esse assunto. No entanto, ele faz uma grande análise quantitativa do campo de poder na sua atualidade e mostra o aumento do poder econômico e financeiro em rela-

ção aos capitais anteriormente detidos pelas elites. Decidimos reunir este eixo da sociologia das elites com aquele das relações sociais e de dominação. Ele vai se chamar “Poder e Relações de Dominação”, incluindo trabalhos sobre o meio político, o enquadramento de classes populares, a forma de exercer a dominação pelas instâncias dedicadas ao controle dessas classes populares e as novas formas de capital cultural hoje em dia.

**A.G. & E.P.** Este assunto foi examinado em um dos últimos números de *Actes de la Recherche* organizado por Delphine Serre.

**G.S.** Sim, exatamente. Há uma linha de pesquisa que se chama “Produção, Circulação e Apropriação de Bens Simbólicos”, na qual estão incluídos não somente os bens culturais, mas também a produção das opiniões e do consentimento. Além disso, integra esse conjunto a sociologia das mídias, que se desenvolveu bastante no laboratório com os trabalhos de Patrick Champagne e outros sobre o campo de produção cultural, com um novo foco sobre a forma de apropriação das obras, sua recepção, como a pesquisa que fizemos sobre o festival *Correspondance de Manosque* e sobre o festival de cinema documentário. Uma dimensão dessa pesquisa sobre a divisão do trabalho é a questão do autor na produção cultural. Quem se apropria da posição de autor? Qual a relação entre divisão do trabalho e apropriação do capital simbólico na produção cultural? Outro eixo é a sociologia histórica da ciência, a maior parte voltada para a sociologia e a história das ciências sociais, com o projeto europeu Interco/SSH e a questão da internacionalização e trocas em ciências humanas e sociais na Europa e fora da Europa, com a América Latina, os Estados Unidos, os antigos países colonizados do Sul, para compreender e fazer proposições visando à melhoria das condições de circulação internacional das ideias.

**A.G. & E.P.** Você poderia dizer uma última palavra sobre as expectativas de fortalecimento das cooperações internacionais, pois há um vasto programa nesse sentido.

**G.S.** Penso que a questão internacional deve ser um objeto de pesquisa. Quer dizer, nossos objetos foram construídos nacionalmente, sobretudo na sociologia, o que por vezes se justifica, mas por vezes enviesa, ocultando não somente a dimensão comparativa que permitiria relativizar e historicizar as categorias nacionais, mas também as trocas e as transferências em escala internacional, sem as quais não se podem compreender certas transformações no nível nacional. Por conseguinte, acredito que isso precisa ser desenvolvido em colaborações internacionais por meio de um programa de pesquisa comum. Penso que é preciso trabalhar para desnacionalizar a vida acadêmica, como dizia Bourdieu. Contrariamente ao que se pensa, ela é muito mais nacional do que se pode imaginar. Essa é uma tarefa bem mais difícil do que se pode considerar. Os dados nacionais são efetivamente diferentes. Se qui-

sermos trabalhar com um conjunto grande de dados nacionais – isso Bourdieu se perguntou em seu programa europeu –, como compará-los, uma vez que não são produzidos da mesma forma? Essa é uma fraqueza induzida pelos efeitos da nacionalização das ciências sociais. As ciências sociais nasceram estritamente ligadas aos Estados nacionais e, por isso, são marcadas por categorias nacionais na produção de dados.

A.G. & E.P. Muitíssimo obrigado.

Concedida em 05/07/2012 | Aprovada em 06/05/2013

**Elina Pessanha** é professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), coordena o Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro, também na UFRJ. Suas pesquisas abordam os direitos do trabalho, a ativação da justiça pelos trabalhadores e a atuação dos magistrados trabalhistas. Desenvolve também projeto (com José Sergio Leite Lopes, José Ricardo Ramalho e Regina Morel) sobre os precursores da Sociologia do Trabalho no Brasil. É autora (com Glaucia Villas Bôas e Regina Morel) de *Evaristo de Moraes Filho – um intelectual humanista* (2005) e de *Operários navais – trabalho, sindicalismo e política na indústria naval do Rio de Janeiro* (2012).

**Afrânio Garcia Jr.** é antropólogo, mestre de conferências da École de Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) e pesquisador vinculado ao Centre Européen de Sociologie et de Science Politique (CESSP) da Sorbonne. Doutor em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/MN-UFRJ), onde foi professor concursado de 1978 a 1998. Foi codiretor do Centre de Recherche sur le Brésil Contemporain (CRBC/EHESS), em parceria com Ignacy Sachs, entre fevereiro de 1996 e novembro de 2009. Seus trabalhos focalizaram modos de dominação e famílias camponesas no Nordeste brasileiro. Atualmente pesquisa mobilidade universitária e circulação internacional das ideias. Prepara, em colaboração com Vassili Rivron e Gustavo Sora, um livro sobre a valorização simbólica do Brasil contemporâneo.

## NOTAS

Os autores e títulos mencionados na entrevista com Gisèle Sapiro estão nas referências bibliográficas [N. E.].

- 1 Para uma seleção de críticas violentas à Pierre Bourdieu no período pós-1995 até o presente, consultar a biografia de Marie-Anne Lescourret (2008: 12-17).
- 2 Obra a ser lançada, com tradução de Rosa Freyre de Aguiar, pela Companhia das Letras ainda neste ano.
- 3 Veja-se o livro resultante de sua livre-docência (Ortiz, 2010).
- 4 Cabe agradecer ainda ao competente e incansável trabalho de Eduardo Dimitrov e de Maíra Muhringer Volpe, como tradutores e auxiliares de edição dos textos.
- 5 O *Baccalauréat universitaire* (BA) equivale ao diploma de graduação brasileiro. Já *Maîtrise universitaire* (MA) corresponde ao de Mestrado [N.T.].
- 6 Em 1995, em reação ao plano do então primeiro ministro Alain Juppé (1995-1997) de reforma na aposentadoria e na previdência social, uma série de greves foram deflagradas em diferentes setores (ferroviário, correios, fornecimento de gás e energia elétrica, educação, saúde etc.). Bourdieu, que dois anos antes havia recebido a medalha de ouro do CNRS, e ocupava os mais altos postos de consagração intelectual no sistema francês (na EHESS e no Collège de France), foi um dos poucos intelectuais de grande visibilidade que apoiou o movimento grevista contra os avanços do neoliberalismo e o enfraquecimento do que ele chamou de “a mão esquerda do Estado” [N.T.].
- 7 De fato, instituída em 1954, a medalha de ouro do CNRS premiou dois antropólogos previamente a Pierre Bourdieu, em 1993: Claude Lévi-Strauss foi agraciado em 1967 e André Leroi-Ghouran em 1973. Da lista até aquele ano constavam, ainda, um historiador e um geógrafo. Em seguida, receberam essa medalha o antropólogo Maurice Godelier, em 2001, o economista Jean Tirole, em 2007, e o antropólogo Philippe Descola, em 2012.
- 8 A medalha de bronze foi atribuída a Gisèle Sapiro em 2000, por seu livro *La guerre des écrivains*.
- 9 Vale lembrar a atuação de Bourdieu na edição da Revista Internacional de Livros *Liber* que era publicada em francês,

alemão, italiano, búlgaro, húngaro, sueco, romeno, grego, norueguês e turco. No Brasil, uma coletânea foi editada por Bourdieu, organizada por Sergio Miceli e publicada pela editora da Universidade de São Paulo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Boschetti, Anna. (1985). *Sartre et “Les temps modernes”*. Paris: Les Éditions de Minuit.

Bourdieu, Pierre. (1975). *L'invention de la vie d'artiste. Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 1, 2, p. 67-93.

Bourdieu, Pierre. (1974). *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.

Bourdieu, Pierre & Miceli, Sergio. (1997). *Liber I*. São Paulo: Edusp.

Bourdieu, Pierre; Sapiro, Gisèle & McHale, Brian. (1991). *Poetics Today*, 12, 4, National Literatures/Social Spaces, Duke University Press, p. 655-669.

Brubaker, Rogers. (1985). Rethinking classical theory: the sociological vision of Pierre Bourdieu. *Theory and Society*, 14, p. 745-775. Disponível em: <<http://works.bepress.com/wrb/25>>. Acesso em 2 mai 2013.

Calhoun, Craig, Lipuma, Edward & Postone, Moishe. (1993). *Bourdieu: critical perspectives*. Chicago: University of Chicago Press.

Denord, François, Lagneau-Ymonet, Paul & Thine, Sylvain. (2001). *Le champ du pouvoir en France. Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 170, p. 24-57.

Duval, Julien et alii. (1997). *Le “Décembre” des intellectuels français*. Paris: Raisons d'Agir.

Lescourret, Marie-Anne. (2008). *Pierre Bourdieu, vers une économie du bonheur*. Paris: Flammarion.

Melo, Manuel Palácios da Cunha e. (1999). *Quem explica o Brasil*. Juiz de Fora: Ed. UFJF.

Miceli, Sergio. (2001). *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras.

Ortiz, Renato. (2010). *Trajetos e memória*. São Paulo: Brasiliense.

Ortiz, Renato (org.). (1983). *A sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983.

Sallaz, Jeffrey & Zavisca, Jane. (2007). Bourdieu in American Sociology, 1980-2004. *Annual Review of Sociology*, 33, p. 21-41.

Sand, Shlomo. (2008). *Comment le peuple Juif fut inventé*. Paris: Fayard.

Sapiro, Gisèle. (2011). *La responsabilité de l'écrivain. Littérature, droit et morale en France (XIX<sup>e</sup>-XXI<sup>e</sup> siècle)*. Paris: Seuil.

Sapiro, Gisèle. (1999). *La guerre des écrivains: 1940-1953*. Paris: Fayard.

Sapiro, Gisèle & Bustamante, Mauricio. (2009). Translation as a measure of international consecration. Mapping the world distribution of Bourdieu's books in translation. *Sociologica*, 2-3, p. 1-45.

Schneidermann, Daniel. (1999). *Du journalisme après Bourdieu*. Paris: Fayard.

Serre, Delphine. (2012). Le capital culturel dans tous ses états. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 191-192, p. 4-13.

## ENCONTROS COM PIERRE BOURDIEU E DESTINOS DE SUA OBRA – ENTREVISTA COM GISÈLE SAPIRO

### Resumo

A entrevista de Gisèle Sapiro sobre Pierre Bourdieu pertence a um conjunto de textos que visam marcar os 10 anos da morte de Pierre Bourdieu em 2012. A atual diretora do Centre de Sociologie Européenne (CSE), do Centre Européen de Sociologie et de Science Politique de la Sorbonne (CESSP) – apresenta um vasto panorama da recepção da obra de Pierre Bourdieu no mundo internacional, particularmente no anglo-americano. Formada em Israel e vinda da área de literatura comparada, ela narra o encontro com aquele que se tornaria seu professor e orientador de doutorado, e de cuja obra se tornaria grande divulgadora. Inspirada por sua experiência como tradutora, reflete sobre a recepção da obra de Bourdieu pelo mundo, mostrando como as características culturais próprias a cada sociedade criaram ambientes mais ou menos favoráveis a certos aspectos da obra do autor, viabilizando o extraordinário sucesso junto a públicos disciplinares distintos.

### Palavras-chave

Gisèle Sapiro; Circulação de ideias; Recepção de ideias; Pierre Bourdieu; Público leitor.

## ENCOUNTERS WITH PIERRE BOURDIEU AND THE FATES OF HIS WORK – AN INTERVIEW WITH GISÈLE SAPIRO

### Abstract

The interview with Gisèle Sapiro about Pierre Bourdieu belongs to a group of texts that mark the 10th anniversary of the Pierre Bourdieu's death in 2012. Current director of the Centre de Sociologie Européenne (CSE), associated with the Centre Européen de Sociologie et de Science Politique de la Sorbonne (CESSP), Sapiro offers a broad overview of the international, particularly Anglo-American, reception of Pierre Bourdieu's work. Sapiro studied Comparative Literature in Israel and describes her encounter in Paris with Bourdieu who would become her professor and sponsor and whose work she would propagate. Based upon her experience as translator, Sapiro analyzes the reception of Bourdieu's work, showing how specific cultural features of different societies created a favorable context to certain aspects of Bourdieu's work and made the extraordinary success of Bourdieu's ideas among readers within different disciplines.

### Keywords

Gisèle Sapiro; Circulation of ideas; Reception of ideas; Pierre Bourdieu; Readership.

## **TOURAINÉ E BOURDIEU NAS CIÊNCIAS SOCIAIS BRASILEIRAS: DUAS RECEPÇÕES DIFERENCIADAS**

Ao ter a ocasião de retomar o tema da recepção da obra de Pierre Bourdieu no Brasil, faço-o a partir da comparação com a recepção de outro sociólogo francês, Alain Touraine, anteriormente implantado na circulação de ideias e redes de pesquisadores entre os dois países. De fato, a recepção da obra<sup>1</sup> de Bourdieu no Brasil poderia ser, à primeira vista, surpreendente, dada a presença direta de Alain Touraine no país, bem como na América Latina, haja vista a posição concorrencial dos dois autores no campo da Sociologia francesa desde meados dos anos 1960. Esta aproximação justifica-se, além disso, pelo fato de minha análise anterior da recepção de Bourdieu ter sido feita a partir de seus efeitos sobre a “renovação das análises das classes populares brasileiras” (ver Leite Lopes, 2003a, 2003b, 2005).<sup>2</sup> Ora, a presença de Touraine no Brasil tem por origem sua importância na fundação de um Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho pertencente à Cadeira de Sociologia I da Universidade de São Paulo (USP), a partir de seu investimento anterior nesta especialidade sociológica na França e no Chile. Ele vem assim, durante a missão na USP em 1960, que lhe é atribuída por seu ex-mentor no Centre d’Études Sociologiques, Georges Friedmann, legitimar estudos que incluíam os trabalhadores industriais como objeto de destaque ao lado dos estudos sobre empresários que também vinham sendo desenhados no Brasil.

A trajetória dos dois autores no que diz respeito à sua relação com o campo das ciências sociais brasileiras pode ser uma pista interessante para

o conhecimento de aspectos deste mesmo campo no que se refere à sua inserção na circulação internacional de ideias e de pesquisadores. Por outro lado, este exame comparativo, ao ser feito quando a suposta concorrência entre os dois autores está de certo modo ultrapassada desde o próprio amadurecimento da carreira divergente de ambos, pode ser mais frutífero do que em períodos anteriores de maior rivalidade das respectivas “escolas de pensamento”. De fato, com a morte de Bourdieu após uma intensa penetração internacional de sua obra, em particular no polo dominante dos países anglo-saxônicos nos anos 1990, destacaram-se, dentre as declarações à imprensa que se seguiram ao falecimento do sociólogo controvertido na mídia e no campo intelectual, as de Touraine, ao fazer o reconhecimento da singularidade e da fecundidade da obra deste *directeur d'études* concorrente.<sup>3</sup> Além disso, a diversificação dos próprios pesquisadores no interior dos centros de pesquisa relacionados a um e outro diretor de estudos no interior da École des Hautes Études en Sciences Sociales e em outras instituições de ciências sociais, fazendo, de certa forma, cruzar pertencimentos anteriormente opostos, vem contribuir para atenuar uma dentre as famosas rivalidades no campo francês assinaladas por Eric Hobsbawm em suas memórias.

Acima está dito uma “suposta” rivalidade, na medida em que se torna difícil ilustrá-la com textos escritos. Na recente biografia de Bourdieu com farta consulta à documentação disponível feita por Lescouret (2008), por exemplo, Touraine não aparece no índice de nomes citados e, portanto, parece inexistente no livro (na verdade seu nome aparece mencionado numa passagem do livro, mas não é transposto para o índice). No estado atual da literatura sobre a história social e intelectual do campo sociológico francês as referências a esta concorrência entre diretores de estudos não aparece de forma explícita.<sup>4</sup> O próprio Touraine, em capítulo para o livro *L'état des sciences sociales en France* (Guillaume, 1986: 139), classifica Bourdieu ao seu lado no que ele denomina de Sociologia do Conflito, por oposição a sociólogos preocupados com uma Sociologia da Integração (Crozier e Boudon); mas ao mesmo tempo ambos se distanciariam, pois enquanto Bourdieu é classificado como estruturalista crítico, ele mesmo, Touraine, se vê como um sociólogo da ação. No mesmo artigo Touraine reconhece a vitalidade da revista criada e dirigida por Bourdieu, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. A rivalidade operaria muito mais na área de informalidade institucional não escrita e nas suas consequências.

## TOURAINÉ E A CONSOLIDAÇÃO DA SOCIOLOGIA DA USP NOS ANOS 1960 E 1970

Cinco anos separam Touraine – nascido em 1925 e formado pela École Normale Supérieure como *agrégé* de História em 1950 –, de Bourdieu, nascido em 1930 e formado em 1955, *agrégé* de Filosofia. O primeiro entrou como diretor de estudos na École de Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) em 1960, o segundo em 1964.

A primeira vinda ao Brasil de Alain Touraine se deu em 1960, em uma missão na USP. Segundo seu relato, uma demanda teria sido feita a Georges Friedmann, presidente da Associação Internacional de Sociologia (ISA) entre 1956 e 1959, por parte de Fernando de Azevedo e a Cadeira de Sociologia II da USP, para que uma cooperação se estabelecesse em torno da Sociologia do Trabalho, área a ser reforçada na USP; a demanda teria sido canalizada para ele.

Foi talvez por intermédio da Associação Internacional de Sociologia [ISA] da qual Friedmann era o presidente [que chegou pedido da USP para o envio de especialista em Sociologia Industrial], mas a mesma demanda finalmente me foi feita pela USP e, portanto, eu fui; aliás, foi divertido porque eu fui ensinar no quadro das atividades da Cadeira 2, isto é Fernando de Azevedo... E depois de dois meses mais ou menos, me pediram para eu especificar meus projetos, de fazer propostas, e eu disse: “Bem, eu acho que se deve criar um Centro de Sociologia do Trabalho e proponho que o seu diretor seja Fernando Henrique Cardoso”. Foi um escândalo! Porque era a outra cadeira, a Cadeira 1. Então eu fui considerado um traidor. E como todos os traidores, eu mudei de lado e fiquei muito amigo de Fernando Henrique, de Octávio Ianni, desse pessoal...<sup>5</sup>

Touraine se atribui a ideia de constituir o Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT) e de sugerir a designação de Fernando Henrique Cardoso, então assistente do chefe da Cadeira de Sociologia I, Florestan Fernandes, para dirigir o Centro. Ele estaria se associando, assim, ao mito de origem deste centro e à sociologia do trabalho brasileira nascente.<sup>6</sup> Ele continuaria, ao longo da vida, a manter relações com os então pesquisadores do CESIT e da Cadeira de Sociologia I da USP, em particular com Fernando Henrique, a quem convidou para ser professor na Universidade de Nanterre entre 1967 e 1968. E dirigiria a tese de muitos doutorandos brasileiros (e latino-americanos) ao longo das décadas seguintes.<sup>7</sup>

De acordo com seu investimento na Sociologia Industrial, Touraine centrou todas as suas atenções no que diz respeito ao Brasil em São Paulo, diferenciando-se de Roger Bastide, antigo ocupante da Cadeira de Sociologia I, que já havia retornado à França em meados dos anos 1950.<sup>8</sup>

Durante sua primeira estadia em São Paulo, Touraine pôde se encontrar com o conjunto dos pesquisadores de Sociologia (de ambas as Cadeiras) e em especial com aqueles que já vinham desenvolvendo pesquisas sobre trabalho e trabalhadores, como era o caso de Juarez Brandão Lopes e de Azis Simão,

dos quais ele publicaria artigos em 1961, em número especial da revista *Sociologie du Travail*, em seu terceiro ano de edição (além de um artigo de Fernando Henrique Cardoso e um dele próprio Touraine, sobre “a consciência operária em São Paulo”). Juarez Brandão Lopes, como Touraine, nascido em 1925, havia feito sua graduação na Escola de Sociologia e Política e, com uma recomendação de Donald Pierson, professor da Escola originário da Universidade de Chicago onde fora orientado por Robert Park, para Chicago se dirigiu com a finalidade de fazer sua pós-graduação (que acabou sendo seu mestrado), seguindo os passos de Mario Wagner Vieira da Cunha e de Oracy Nogueira. Touraine também passara um ano nos EUA com bolsa Fullbright no início dos anos 1950, mas o fizera em Harvard, com visitas a Columbia e a Chicago. Na visita a Chicago fez um levantamento sobre o sindicalismo estadunidense. Embora com desconfianças políticas quanto ao establishment universitário americano, Touraine fora enviado (pelo Centre d'Études Sociologiques) aos EUA com uma bolsa da Fundação Rockefeller para inteirar-se dos procedimentos de pesquisa sociológicos considerados avançados naquele momento, em particular aqueles formulados por Parsons, Merton e Lazarsfeld. Este era o paradigma sociológico de dirigentes do CES, como Georges Gurvitch, Jean Stotzel, ou mesmo de Georges Friedmann.

Além de Juarez Brandão Lopes, que possuía este capital escolar internacional de ter passado pela Universidade de Chicago, outros sociólogos lidavam com o tema do trabalho nos anos 1950 no Brasil. Azis Simão, que havia vivenciado o sindicalismo do início dos anos 1930 e se tornara estudioso das transformações por que passavam os sindicatos em sua relação com o Estado, o que fazia no interior da Cadeira II da USP; Evaristo de Moraes Filho, autor do livro *O problema do sindicato único no Brasil* (1951), mas situado entre o Direito e a Sociologia, entre o Ministério do Trabalho e a Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro, não se tornara visível para o empreendimento sociológico mais estrito da USP; José Albertino Rodrigues, formado pela Escola de Sociologia e Política como Juarez, assistente da Cadeira de História Econômica da USP (da mesma forma que Fernando Henrique) até 1955, estava, desde a segunda metade dos anos 1950, trabalhando na criação da assessoria técnica aos sindicatos de trabalhadores (no Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Sócio-Econômicos, o DIEESE) e, portanto, era menos visível para Touraine durante a sua passagem por dois meses na USP em 1960. Leôncio Martins Rodrigues ainda era estudante de Florestan Fernandes e de Fernando Henrique e seria, logo a seguir, um participante do CESIT e um dos sociólogos mais próximos à temática de Touraine dos anos 1960 e 1970 (ver Leite Lopes, Pessanha & Ramalho, 2012).

Antes de sua vinda ao Brasil, Touraine já tinha uma experiência mais duradoura com o reforço internacional à implantação da Sociologia do Trabalho na Universidade do Chile. Também ali a demanda chilena, através do

diretor do Instituto de Sociologia da Universidade do Chile, Eduardo Hamuy, que havia feito sua formação na Universidade de Columbia (ver Blanco, 2007), se dirigiu a Georges Friedmann, com sua posição de evidência internacional na Associação Internacional de Sociologia (ISA), e este incumbiu seus pesquisadores no Centre d'Études Sociologiques do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), Alain Touraine, Jean Daniel Reynaud e Lucien Brams a partilharem missões sucessivas de seis meses na implantação do ensino e da pesquisa sobre a sociologia do trabalho na Universidade do Chile.<sup>9</sup>

A estadia de Touraine no Chile entre julho de 1956 e janeiro de 1957 lhe proporcionou o início de uma ligação mais profunda com este país e a América Latina. Ele se casou com uma chilena, Adriana Arenas Pizarro, e passou a fazer parte das redes de sociólogos latino-americanos daí por diante. Com a sua experiência de pesquisa anterior na França, a saber, seu trabalho sobre os operários e a evolução técnica nas Fábricas Renault,<sup>10</sup> além de sua participação nas pesquisas coletivas do CES na siderurgia em Mont Saint-Martin, Longwy, no Leste da França, bem como ainda na amostragem nacional sobre os operários industriais na França, Touraine se habilitava para conceber uma pesquisa sobre a mineração e a siderurgia no Chile.<sup>11</sup> Assim como o diretor do Instituto de Sociologia da Universidade do Chile, Eduardo Hamuy, também ele havia estudado nas universidades da Costa Leste estadunidense e se familiarizado com as metodologias quantitativas da sociologia dominante de então naquelas universidades, e as havia praticado no trabalho coletivo de seu centro de pesquisa na França.<sup>12</sup> Tal trabalho coletivo também expressava algo como uma hierarquia de tarefas, de forma que a concepção da pesquisa, a execução do questionário em campo, o tratamento dos dados quantitativos e a redação final pudessem ser dissociados e realizados ou dirigidos por pesquisadores diferentes (Di Tella et al., 1966).

Alguns pontos comuns com a pesquisa de Juarez Brandão Lopes, que serviu de base aos seus livros *Crise do Brasil arcaico* (1967) e *Sociedade industrial no Brasil* (1964) aparecem. Pode-se notar que, paralelamente, sem se comunicarem, Brandão Lopes e Touraine escolhem, ambos, comunidades de operários industriais para estudar de forma comparativa: uma, mais “tradicional”, submetida a formas de dominação autoritárias; outra, mais recente, sob formas de dominação mais modernas, mais profissionais. Este é o caso do par “Sobrado e Mundo Novo”, no caso de Juarez; e de “Lota e Huachipato”, no caso de Touraine.<sup>13</sup> Em *Crise do Brasil arcaico* as duas cidades abrigam indústrias têxteis; no caso da pesquisa chilena a comparação é feita entre uma empresa de mineração e uma empresa siderúrgica (como no estudo mencionado de Barrington Moore Jr.). Além desta coincidência de estratégia comparativa, há uma outra, de ordem temática: o estudo dos operários de origem rural. Em *Sociedade industrial no Brasil*, Brandão Lopes ([1964] 1971) analisa, ao lado dos operários qualificados da indústria de São Paulo, a existência de um grande con-

tingente de trabalhadores industriais recentes de origem rural.<sup>14</sup> No artigo que Touraine dedica à “consciência operária em São Paulo”, no número de *Sociologie du Travail* de 1961 onde ele organiza um dossiê de artigos de sociólogos da USP estudiosos do trabalho, é dada importância a esta característica da força de trabalho industrial nas fábricas de São Paulo, que de resto passa a ter lugar central nas análises sociológicas de então sobre o assunto. Em 1961 Touraine assina, com Orietta Ragazzi, a publicação de um relatório de pesquisa sobre os operários de origem agrícola na França (Touraine & Ragazzi, 1961).<sup>15</sup>

No entanto à diferença do tratamento qualitativo das entrevistas e observações feitas por Brandão Lopes na fábrica de autopeças Metal Leve, de São Paulo, bem como nas cidades de Leopoldina e Cataguases, em Minas Gerais, ambas as pesquisas inseridas nos estudos de comunidade das cidades-laboratório do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE); os estudos acima mencionados em que Touraine participou no Chile ou na França foram realizados sob a mecânica de equipes tendo por instrumento de registro o questionário, seguido de relatórios comentando os dados numéricos dispostos em tabelas.

Se no livro *L'évolution du travail ouvrier aux usines Renault*, publicado em 1955, mas baseado em pesquisa do final dos anos 1940 (em torno de 1948), há o uso de observação direta nos postos de trabalho, bem como de uma análise, baseada na documentação histórica, voltada para a relação dos operários com as máquinas e processos de fabricação, nos estudos posteriores realizados em meados dos anos 1950, quando vários membros do Centre d'Études Sociologiques haviam feito estágios nos Estados Unidos, sobretudo nas universidades da Costa Leste (como Touraine, bolsista Rockefeller nas universidades de Harvard, Columbia e Chicago entre setembro de 1952 e setembro de 1953), o procedimento adotado é o da equipe trabalhando sob um regime de divisão do trabalho em torno do instrumento do questionário e das tabelas quantitativas produzidas.

É interessante que as contribuições da Universidade de Chicago que então, nos anos 1940 e 1950, se desenvolviam em torno de sucessores de Robert Park, como Robert Redfield, Everett Huges e Herbert Blumer – que mantinham (os dois últimos) uma agenda de pesquisa sociológica que se aproximava da agenda antropológica e etnográfica – não estão no horizonte de apropriações dos sociólogos bolsistas franceses enviados às universidades estadunidenses. (Tais autores de Chicago não passam despercebidos dos bolsistas brasileiros, alunos de Donald Pierson, procedentes da Escola de Sociologia e Política, como Mario Wagner Vieira da Cunha, Oracy Nogueira e Juarez Brandão Lopes, este último, aluno de Blumer e Louis Wirth no início dos anos 1950.) Apesar de uma apreciação crítica da sociologia norte-americana vista em bloco,<sup>16</sup> os sociólogos franceses, vindos de uma formação literária e se

considerando autodidatas ao enfrentarem suas primeiras pesquisas empíricas, se fascinam com os procedimentos estatísticos da *survey research*, com suas construções de amostragem, de definição de variáveis, de verificação de hipóteses, de testes estatísticos, do aprendizado de noções como a de “atitude”; procedimentos estes que passam a ser considerados como as técnicas legítimas de uma sociologia científica. Assim, o Laboratoire de Sociologie Industrielle, fundado por Touraine na EHESS em 1959, procura juntar as preocupações teóricas com as do domínio do rigor técnico, na apresentação que dele é feita no número 2 do primeiro ano da *Revue Française de Sociologie* (1960: 218): insiste-se, ali, sobre o objetivo de “associar [no laboratório] pesquisadores desejosos de desenvolver um conjunto coerente de proposições teóricas e de elevar o nível técnico e metodológico de suas investigações” (apud Chapoulie, 1991: 356, nota 51). Para isto, o contato e o intercâmbio com o novo padrão de sociologia quantitativa das universidades da Costa Leste estadunidense foi importante, como indica o trecho de depoimento de Touraine: “Sendo eu totalmente autodidata, perdi muito tempo até chegar à minha estadia nos Estados Unidos como bolsista Rockefeller durante o ano [universitário] 1952-53” (apud Chapoulie, 1991: 353, nota 49).

Assim, o treinamento nas técnicas estatísticas que vinham promovendo uma parte da sociologia estadunidense à pretensão de sociologia científica aparece como uma aposta da geração de sociólogos franceses com autoridade nas instituições de pesquisa do pós-guerra na formação da geração seguinte. Isto aparece nos relatórios do Comitê Nacional do CNRS de acompanhamento dos pesquisadores a que teve acesso Lucie Tanguy. No relatório de Friedmann sobre as atividades de Touraine nos anos 1953-1954, aparece o efeito de disciplinamento desejado sobre este pesquisador, que havia entrado em 1950 no CNRS, aos 25 anos, recém-saído da École Normale Supérieure (ENS), onde havia feito uma dissertação de diploma de estudos superiores [*mémoire de diplôme d'études supérieures*] sobre “L'évolution du travail ouvrier aux usines Renault”, orientado pelo historiador Ernest Labrousse.<sup>17</sup> A apreciação de Gurvitch, que se soma à de Friedmann no mesmo dossiê, diz ainda: “[...] Nós ficamos satisfeitos de constatar que M. Touraine tinha adquirido uma boa iniciação de estatístico<sup>18</sup> [...]. É um sujeito difícil de guiar e enquadrar mas desde que prossiga com sua maturação e se discipline, nós persistimos em pensar que seu futuro científico é muito promissor”.

Após participar nas diversas pesquisas coletivas do CES e ter adquirido a formação desejada por seus supervisores, Touraine deixa aquele centro do CNRS, do qual era pesquisador, ao ser nomeado, em 1958, para professor na École Pratique des Hautes Études (depois EHESS), onde, apoiado por Fernand Braudel, organiza o Laboratoire de Sociologie Industrielle e passa a *directeur d'études* em 1960. Para isto, sem dúvida, sua atuação nas pesquisas sobre a indústria automobilística, a siderurgia e a mineração na França e no

Chile (quanto a estes dois últimos setores), além das credenciais adquiridas nas parcerias internacionais quanto à difusão da sociologia do trabalho francesa no Chile e na Argentina,<sup>19</sup> faziam valer seu estabelecimento como *directeur d'études* da EHESS. Como assinala Lucie Tanguy, “[...] o acesso ao estatuto de autor maior, num dado momento, depende da legitimidade adquirida perante seus pares (pelo seu uso da norma científica), mas também de sua capacidade de fornecer uma análise da sociedade como totalidade estruturada. A notoriedade de Touraine se estabelece a respeito do primado concedido aos conflitos e aos movimentos sociais [...] [notoriedade comparada às de Crozier e Reynaud quanto aos primados dados ao estudo das organizações e ao das negociações para a resolução de conflitos, respectivamente]” (Tanguy, 2011: 129). Esta busca por notoriedade leva a riscos quanto às grandes interpretações que são lançadas pelos autores.<sup>20</sup>

Já diretor do Laboratoire de Sociologie Industrielle desde 1958, Touraine funda, em seguida, em 1970, o Centre d'Études des Mouvements Sociaux e, em 1981, o Centre d'Analyse d'Intervention Sociologique, todos na École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris. Durante todo este período manteve contato com sociólogos brasileiros, bem como com latino-americanos.

### **BOURDIEU E O AUMENTO DA AMPLITUDE DA RECEPÇÃO: DA ANTROPOLOGIA DO CAMPESINATO E DOS TRABALHADORES A UMA SOCIOLOGIA HISTÓRICA DAS ELITES INTELLECTUAIS**

Diferentemente de Touraine, Bourdieu nunca esteve no Brasil ou na América Latina. A difusão inicial de suas obras se deveu à sua repercussão junto a alunos brasileiros, bolsistas em Paris, que se tornaram professores em instituições de ensino e pesquisa brasileiras. Quando Moacir Palmeira foi seu aluno, entre 1967 e 1969, na EHESS, Bourdieu já tinha tomado contato com o Brasil pelo menos através da resenha que fizera do livro de Bastide, *Religiões africanas no Brasil*, em 1961, no primeiro número da revista *L'Homme*, como assinou Fernando Pinheiro Filho (2009). Os cursos que Palmeira fez com Bourdieu foram importantes para a feitura da sua tese de doutorado, *Latifundium et capitalisme, lecture critique d'un débat* (1971). No curso que por sua vez Palmeira deu no segundo semestre de 1970 no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional-UFRJ (PPGAS-MN-UFRJ), em que reconstruía o processo de feitura da tese refazendo com os alunos a análise crítica da literatura sobre a questão agrária brasileira com um instrumental de sociologia dos intelectuais e de suas obras, os primeiros artigos de Bourdieu sobre o assunto foram lidos e colocados num lugar acessível da caixa de ferramentas antropológica que os estudantes deste programa iam então incorporando.<sup>21</sup> Nos cursos dados por Palmeira, logo seguido por outros colegas,

sobre Sociedades Camponesas, os artigos: “Société traditionnelle: attitude à l’égard du temps et conduite économique”, “Célibat et condition paysanne”, bem como capítulos de *Travail et travailleurs en Algérie* e *Le déracinement* tornaram-se textos usuais. Esta conjugação de textos sobre sociologia da produção intelectual, bem como sobre etnologia cabila e do campesinato francês caracteriza a incorporação precoce e transversal da obra de Bourdieu no Brasil, diferentemente da que ocorre em outros campos de ciências sociais em outros países, em particular nos campos dominantes anglo-saxônicos. Na grande maioria destes outros campos nacionais a apreensão da obra de Bourdieu é mais tardia e se dá por campos e subdisciplinas especializadas e tornadas estanques, os sociólogos culturais e da educação ignorando a produção da etnologia do campesinato apropriada pelos antropólogos e vice-versa (ver indicações neste sentido em Calhoun, 2005: 241; Leite Lopes, 2005; Bourdieu, 2005: 325).<sup>22</sup>

Assim, além da tese de Palmeira, as obras de Bourdieu aparecem com destaque nas dissertações e teses, depois publicadas, de vários colegas que passaram pelo Museu Nacional.<sup>23</sup> Também o decano do Museu Nacional nesta geração, o professor Luiz de Castro Faria, após uma produção antropológica clássica situada na etnologia e na arqueologia, se apropria da produção de Bourdieu e de Foucault em suas pesquisas sobre o pensamento social brasileiro. Pode-se observar que o texto do projeto “Emprego e mudança social no Nordeste”, realizado no PPGAS-MN entre 1975 e 1977 e coordenado por Palmeira, envolvendo cerca de vinte pesquisadores, tem pontos de inspiração na discussão entre sociologia e estatística e na importância da reflexão sobre a produção de conhecimento em situações autoritárias de dominação social que permeiam *Travail et travailleurs en Algérie* e outras obras da fase argelina de Bourdieu.<sup>24</sup> Este projeto representou uma expansão dos resultados alcançados no projeto coletivo sobre a Zona da Mata canavieira de Pernambuco para outras áreas rurais do Nordeste, para situações urbanas e industriais e para áreas do Norte do país, produzindo resultados nos seus relatórios e nas dissertações e teses futuras dos pesquisadores que dele participaram. Em artigo anterior sobre a recepção de Bourdieu no Brasil pude me estender sobre a formação deste grupo de pesquisa em torno de Palmeira, primeiramente através dos processos de transformação social na área da zona canavieira de Pernambuco que ele e Lygia Sigaud haviam iniciado em 1969 com um período de trabalho de campo, e que se seguiu com uma equipe maior no início de 1972. De lá pra cá outros relatos sobre tais projetos de pesquisa coletivos foram publicados e mais estão por vir.<sup>25</sup>

A apropriação da obra de Pierre Bourdieu por parte dos antropólogos que passaram pelo Museu Nacional tornou-se de certa forma um *habitus* científico, uma incorporação de instrumentos de trabalho. Embora alguns dentre eles tenham participado da tradução e publicação de algumas poucas obras

de Bourdieu, como do artigo “Campo intelectual e projeto criador” e do livro *Questões de sociologia*, a sua importância se dá no domínio da transmissão de um aprendizado incorporado. Isto se deu entre o início dos anos 1970 até os anos 1990, no interior do sistema de pós-graduação brasileiro, antes que, com a consolidação dos doutorados nacionais, o sistema de bolsas de estágio doutoral “sanduíche” e as bolsas de pós-doutorado tenham proporcionado estágios nas instituições francesas, inclusive nos centros em que a influência de Bourdieu se fazia notar, aumentando, desde os anos 1990, as possibilidades de contato direto dos pesquisadores brasileiros de diversas instituições.

Isto não quer dizer que o uso de Bourdieu fosse unânime no Museu Nacional, longe disto; os efeitos de campo também se exercem neste caso e a vinculação com autores de referência é um dos diferenciadores de linhas de pesquisa e perspectivas diversificadas. Mas a sua apropriação entre os pesquisadores do campesinato e dos trabalhadores em geral, dos que lidam ou lidaram com pensamento social, antropologia da política e antropologia econômica é generalizada desde os anos 1970 e sua importância na formação das gerações seguintes é grande.<sup>26</sup>

Uma outra fonte histórica de divulgação da obra de Bourdieu no Brasil é o grupo de pesquisa criado por Sergio Miceli, sociólogo, ex-professor da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP) e professor do Departamento de Sociologia da USP. Três anos mais novo que Moacir Palmeira, como ele Miceli também fez sua graduação na Escola de Sociologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), formando-se em 1967. Após um mestrado na USP, Miceli inscreveu-se no doutorado da EHESS sob a orientação de Bourdieu. Ele já havia entrado em contato anteriormente com o autor francês para organizar uma edição no Brasil de uma coletânea de seus artigos, que veio a ser *A economia das trocas simbólicas*, publicado pela editora Perspectiva em 1974. Neste livro, Miceli, em estreita colaboração com o autor na escolha dos artigos, apresentava ao público leitor brasileiro, em uma introdução do livro, artigos importantes de Bourdieu espalhados em revistas acadêmicas de difícil obtenção até para o público francês.

Quando Miceli foi seu orientando de doutorado na École (EHESS), Bourdieu já havia feito sua primeira estadia de longa duração nos Estados Unidos, na Universidade de Princeton (ano universitário 1972-1973).<sup>27</sup> Diferentemente de Touraine e alguns colegas de sua geração, que foram aos EUA com bolsas no início dos anos 1950, como um aprendizado de início de carreira, Bourdieu foi numa situação de professor convidado. Já então era *directeur d'études* da EHESS, e já havia publicado, em sua coleção, *Le sens commun* na editora Minit, autores de universidades norte-americanas como Erving Goffman (*Asiles*, 1968), Herbert Marcuse (*Raison et révolution*, 1968), Edward Sapir (*Linguistique*, 1967), dentre vários livros de autores franceses e internacionais.<sup>28</sup> No ano mesmo de 1973, durante sua estadia em Princeton ou logo após seu

retorno, foram publicados na mesma coleção outros dois livros de Goffman (*La présentation de soi* e *Relations en public*; *Les rites d'interaction* seria publicado no ano seguinte). Segundo David Swartz (1998: 26), Bourdieu já teria se encontrado pessoalmente com Goffman numa das curtas viagens aos Estados Unidos que fizera nos anos 1960 às universidades da Pensilvânia e de Princeton. Diferentemente da influência de Parsons, Merton e Lazarsfeld sobre o aprendizado dos jovens pesquisadores franceses dos anos 1950, Bourdieu, que fez seu aprendizado dos sociólogos (e antropólogos) norte-americanos lendo-os dentro da França, já tinha uma aversão aos setores dominantes daquela sociologia situada nas universidades de Harvard ou Columbia e simpatizava com as novas gerações formadas na tradição da chamada Escola de Chicago.

De fato, pode-se avaliar que nos cinco anos de diferença que separam Bourdieu de Touraine tenha havido tempo para uma relativa recuperação do campo acadêmico e técnico francês em relação ao mais imediato pós-guerra. Por exemplo, enquanto os jovens sociólogos franceses (entre os quais estava Touraine) iam aos Estados Unidos no início dos anos 1950 buscar uma formação nas técnicas estatísticas auxiliares, Bourdieu, no final dos anos 1950 e início dos 1960, iria buscar nos jovens (como ele) estatísticos do INSEE (o IBGE da França) em missão na Argélia os instrumentos para a feitura de um livro conjunto, *Travail et travailleurs en Algérie*, livro este que até hoje se mantém como referência para a colaboração autorreflexiva entre as duas disciplinas, livres do “fetichismo da estatística” que poderia rondar os sociólogos.<sup>29</sup> Alguns destes mesmos colaboradores estatísticos irão colaborar mais adiante nas pesquisas do Centre de Sociologie Européenne que Bourdieu dirige, como nas pesquisas sobre a frequência socialmente diferenciada dos museus europeus. Assim, tudo indica que Bourdieu tenha encontrado na sua formação em Filosofia na École Normale Supérieure os recursos para que pudesse enfrentar, como “autodidata”, a literatura antropológica e sociológica de que se nutriu para analisar a realidade social argelina dos anos 1950 e 1960 que o fascinara. Tal formação havia sido feita na vertente de Filosofia da Ciência, cujos mestres eram Bachelard, Canguillem (seu orientador) e Vuillemin, dotando-o de instrumentos de epistemologia científica que o iriam acompanhar ao longo de sua trajetória.<sup>30</sup> Este aprendizado lhe traria uma grade de leitura dos clássicos nas Ciências Sociais, como Marx, Durkheim e Weber, diferenciada da que vinha sendo feita nos centros dominantes da Sociologia.<sup>31</sup> Sua leitura de Weber, central em seus textos sobre a transformação social na Argélia e, posteriormente, para a construção de sua noção de campo, distanciavam-no daquela que vinha sendo feita por Parsons e outros colaboradores nos Estados Unidos.<sup>32</sup>

Quando fez seu doutorado sob a orientação de Bourdieu entre 1975 e 1978, Miceli, como dissemos, já havia organizado com ele *A economia das tro-*

cas simbólicas, e pôde beneficiar-se da ebulição em andamento no Centro de Sociologia Europeia com a fabricação do lançamento da revista *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*.<sup>33</sup>

Remeto à breve descrição que havia feito da trajetória de Miceli em artigo anterior.<sup>34</sup> Na continuidade da descrição havia observado que Miceli teve que conquistar seu lugar na USP a partir de uma situação inicialmente desfavorável, com referência à hostilidade e aos preconceitos para com a sua proximidade de Bourdieu, em virtude da importação para São Paulo do contexto francês de suposta rivalidade com o grupo de Alain Touraine (Leite Lopes, 2003b). Aqui a própria consolidação da Sociologia da USP e sua excelência faziam com que houvesse uma resistência a novos autores *outsiders*.<sup>35</sup>

O ótimo artigo de Fernando Pinheiro Filho sobre a recepção de Bourdieu no Brasil (2009) vale-se de meu artigo anterior para trazer novas contribuições sobre o assunto. Ele argumenta que apesar de ter havido uma incorporação das obras de Bourdieu inicialmente entre uma parte dos antropólogos do Museu Nacional, a USP e seu entorno em São Paulo teriam as melhores condições para a recepção durável da obra de Bourdieu após sua introdução pelas iniciativas editoriais de Miceli e por seu trabalho de pesquisa e ensino próprios. O autor reitera a já clássica análise da prevalência das ciências sociais na USP desde os anos 1950 no cenário brasileiro, resultante da decisiva atividade das elites paulistas nas circunstâncias da revanche cultural à derrota de 1932 e diante de um Rio de Janeiro distrito federal cujas experiências universitárias são malsucedidas em face da instabilidade política que as permeavam (ver Miceli, 1989). Pinheiro Filho foi certamente levado a este raciocínio reagindo à confissão, no meu artigo, da perspectiva crítica que alimentava minha geração de antropólogos do campesinato e das classes trabalhadoras diante da produção da geração anterior de sociólogos do trabalho e, por extensão, do estilo estabelecido na sociologia uspiana.<sup>36</sup> Isto apesar da nossa admiração nutrida por esta mesma escola, que passou, após 1964, a ser reprimida e ainda assim soube permanecer viva e transformadora, seja na universidade e nas instituições paralelas que criou, seja no exílio. Esta nossa ambiguidade nos levou a uma postura compreensiva que o instrumental sobre a sociologia da universidade e dos intelectuais de Bourdieu, dentre outras perspectivas, pode propiciar (ver Leite Lopes, Pessanha & Ramalho, 2012). Talvez mais do que a disputa pela taça Roberto Gomes Pedrosa (o antigo torneio Rio-São Paulo de futebol que precedeu o Brasileirão dos anos 1970) acadêmica, se possa atentar para os fluxos de pesquisadores entre os dois centros, bem como seu transbordamento diversificado para múltiplos pontos na rede de pós-graduação e pesquisa que se formou no país desde os anos 1970 e se espalha significativamente até hoje.<sup>37</sup> Se uma instituição como o CBPE, criada por Anísio Teixeira e sediada na capital, por exemplo, for examinada, se verá a conexão entre equipes formadas no Rio por Darcy Ribeiro

(como se sabe, mineiro egresso da Escola de Sociologia e Política de São Paulo) e as equipes da USP e de egressos da ESP (como Oracy Nogueira e Juarez Brandão Lopes) que participavam dos projetos do Centro nos anos 1950.<sup>38</sup> Não é desconectado desta rede que Roberto Cardoso de Oliveira, filósofo graduado pela USP, orientando de Florestan Fernandes, virá para o Rio de Janeiro e alguns anos depois de sua chegada irá fundar o PPGAS-MN em 1968, juntamente com David Maybury-Lewis e o apoio de Castro Faria.

Também no sentido inverso, há os que, formados na graduação do Rio de Janeiro, na Escola de Sociologia e Política da PUC-Rio e na Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi), irão procurar a pós-graduação da USP e depois vão se fixar nas instituições universitárias de São Paulo. Sergio Miceli é um deles, formado pela Sociologia da PUC-Rio, dentre as gerações cariocas que procuravam com afinco a profissionalização em ciências sociais (desde a geração de Moacir Palmeira, Otávio Velho e Luiz Antonio Machado da Silva, graduada em 1964 – para me ater a alguns nomes – até as seguintes, de Miceli, Lygia Sigaud, Alice de Paiva Abreu, Celina Vargas do Amaral Peixoto, Paulo Sergio Pinheiro, todos da PUC, e Aspásia Camargo, Sergio Silva, Gilberto Velho, Yvonne Maggie, e outros, da FNFfi<sup>39</sup>). É no contexto dos círculos de jovens intelectuais cariocas, entre a sociologia e o teatro, que Miceli pôde se permitir a leitura deste autor desconhecido que era Bourdieu, que escrevia sobre campo intelectual e sociologia da cultura.<sup>40</sup> E com seus ex-colegas cariocas, em particular com sua amiga de longa data, Lygia Sigaud, pôde Miceli compartilhar desde cedo (e desde sempre) suas leituras de Bourdieu.<sup>41</sup>

Assim, com base nesta sua acumulação prévia não uspiada de capital cultural, Miceli já foi construindo seu caminho na pós-graduação da USP de forma independente, tanto do leque de pesquisas que ainda coordenava Florestan Fernandes e que lhe fora oferecido em 1968, bem como dos seus orientadores, Marialice Forachi e Leôncio Martins Rodrigues (os detalhes em entrevista com Miceli estão na matéria da revista *Piauí*, já referida). A acolhida que lhe proporcionou Leôncio no doutorado, mesmo não sendo a área de pesquisa de Miceli a de sua especialidade, é ilustrativa do grau de abertura existente na USP para com um aluno de excelente desempenho. No entanto, sua inserção profissional na FGV entre 1971, logo após seu mestrado, até 1986, onde foi professor de sociologia, editor da *Revista de Administração de Empresas*, e chefe do Núcleo de Pesquisas e Publicações, lhe deu mais liberdade<sup>42</sup> para levar a cabo sua pesquisa de doutorado, fazendo-o no exterior, entre 1974 e 1978 sob a orientação de Bourdieu (paralelamente à sua feitura na USP, entre 1973 e 1978, sob a orientação de Leôncio Martins Rodrigues), bem como, posteriormente, fazer sua pesquisa de livre-docência sobre o campo eclesialístico brasileiro, que defende na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em 1986. Em 1989 entra para o Departamento de Sociologia da USP e em 1992 é professor titular.

Assim sua trajetória parece indicar que a plena legitimação do uso de Bourdieu na Sociologia da USP, com a incorporação no corpo professoral de seu talvez único ex-orientando brasileiro de doutorado e responsável por muitas das mais importantes traduções daquele autor no Brasil, é relativamente recente; e se dá depois que tanto Miceli já era renomado nacionalmente, quanto Bourdieu o era internacionalmente.<sup>43</sup> Enquanto isto, outros colegas de universidades em São Paulo, como Letícia Canêdo, na Educação da UNICAMP, ou Roberto Grün, sociólogo na Engenharia de Produção da Universidade Federal de São Carlos, desenvolveram contatos constantes com o centro de pesquisa e a equipe em torno de Bourdieu desde o início dos anos 1990 através de períodos de pós-doutorado e convênios internacionais.

Uma outra trajetória em trânsito não somente entre o Rio e São Paulo, mas também entre Touraine e Bourdieu, é a de Maria Andrea Loyola. Andrea acompanhou desde 1961 os cursos de especialização dados por Roberto Cardoso de Oliveira no Museu Nacional, foi estagiária de Castro Faria no Setor de Arqueologia e foi da primeira turma do mestrado do PPGAS-MN-UFRJ criado em 1968. Na ocasião era professora de Ciências Sociais na Universidade Federal de Juiz de Fora (onde havia concluído sua graduação em 1960) desde 1965, quando teve sua carreira interrompida por sua aposentadoria precoce pelo AI-5, em dezembro de 1968. Defendeu sua dissertação em 1972, *Trabalho e modernização da indústria têxtil*, com base em material empírico do polo industrial de Juiz de Fora, orientada por Leôncio Martins Rodrigues da USP (orientador externo no PPGAS-MN). No PPGAS-MN fez assim uma ponte com a Sociologia da USP. Foi orientada no doutorado por Alain Touraine, com a tese *Les ouvriers et le populisme* (Universidade de Nanterre-Paris X) em 1973. Entre 1974 e 1985 foi pesquisadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) e professora de Sociologia na PUC-SP (quando orientou a dissertação de Roberto Grün sobre os bancários de São Paulo). Entre 1986 e 1999 fez parte do Núcleo de Estudos da População da UNICAMP. Desde 1982 se vinculou à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), ao Instituto de Medicina Social, onde desenvolveu pesquisas sobre usos sociais do corpo e da sexualidade. Na UERJ foi sub-reitora de pesquisa e pós-graduação nos anos 1990 e foi Coordenadora da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Após seu doutorado com Touraine, Andrea se aproximou do centro de Bourdieu desde meados dos anos 1970, onde fez estágios de pós-doutorado em 1980–1981 e em 1995 e esteve sempre presente através de intercâmbios institucionais. Em 1982 publicou o artigo “Cure des corps et cure des âmes. Les rapports entre les médecines et les religions dans la banlieue de Rio” na revista *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* (1982), que serviu de base para o livro *Médicos e curandeiros: conflito social e saúde* (1984), tradução de: *L'ésprit et le corps: des thérapeutiques populaires dans la banlieue de Rio* (1983). Além disso, em 2001 dirigiu o vídeo “Pierre Bourdieu. Série Pensa-

mento Contemporâneo”, pela UTV da UERJ, entrevista que foi reaproveitada no interior do filme de Pierre Carles, *La sociologie est un sport de combat* e depois foi transcrita e editada pela editora da UERJ em 2002.

Os fluxos de pesquisadores entre centros e pensamentos de escola regionais são assim mais frequentes e intensos do que habitualmente se destaca, como parecem indicar muitas trajetórias acadêmicas. Também o deslocamento de Afrânio Garcia Jr. do Museu Nacional, onde fez o mestrado e o doutorado com pesquisas sobre o campesinato sob a orientação de Moacir Palmeira, para ser professor na EHESS de Paris desde 1996, estando inserido ao mesmo tempo no centro de Bourdieu e até recentemente na direção do Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain (CRBC), contribuiu para organizar um ecumenismo produtivo das diferentes procedências de doutorandos, doutorandos-sanduíche, pós-doutorandos e pesquisadores sênior de todo o Brasil nos seus intercâmbios com centros franceses. Sendo ele frequentemente o supervisor do estágio de doutorado-sanduíche ou o anfitrião de pós-doc, ou do intercâmbio de pesquisador visitante, ou ainda chamado por supervisores de outros centros franceses a auxiliar no trabalho de supervisão dos estágios, Afrânio Garcia Jr. tornou-se, nos anos 1990 e 2000, um polo-chave no intercâmbio entre pesquisadores brasileiros e franceses em ciências sociais.<sup>44</sup> Como integrante do centro de Bourdieu (para efeitos do que estamos tratando neste artigo), e relacionado com a constelação de pesquisadores de outros centros que passaram por tal orientação (dissidentes ou não), sua posição-chave no intercâmbio repercute na qualidade da apropriação desta escola de pensamento no campo das ciências sociais brasileiras (embora seu trabalho neste intercâmbio transcenda esta escola, mesmo tomada aqui em sentido amplo).

Pode-se mencionar, ainda, a relação de pesquisa estabelecida por Lygia Sigaud com pesquisadores da École Normale Supérieure de Paris (ENS, ilustrativos da constelação aludida logo acima), instituição onde foi professora visitante, na pesquisa coletiva realizada sobre os acampamentos de trabalhadores rurais em Pernambuco no final dos anos 1990, envolvendo professores e alunos do PPGAS-MN-UFRJ e da ENS.

Deve-se dar um lugar de destaque também, na organização da circulação entre pesquisadores franceses e brasileiros, a Monique de Saint-Martin, que foi diretora do Centre de Sociologie de l'Éducation et de la Culture da EHESS até o final dos anos 1990. Ela veio ao Brasil em 1976 a pedido de Bourdieu para conhecer de perto os grupos de pesquisa já em contato com o seu centro e aprofundar as relações com eles, bem como conhecer novos. Por mais de vinte anos foi uma coordenadora importante da rede de pesquisadores internacionais que aquele centro constituiu.<sup>45</sup> Se Bourdieu pôde evitar sua vinda ao Brasil mesmo tendo crescentes convites de pesquisadores brasileiros que eram dos mais numerosos grupos nacionais a frequentarem o seu centro,

em parte isto se deveu à dedicação de Saint-Martin que realizou as viagens necessárias ao país. (Quando provavelmente passou a considerar a vinda ao Brasil como iminente, estava em seus últimos anos e a manifestação repentina da doença que o acometeu impediu esta possibilidade.) Monique manteve relações constantes com os pesquisadores brasileiros na França e segue vindo ao Brasil para encontros a convite de pesquisadores brasileiros.

### COMENTÁRIOS FINAIS

A apropriação diferenciada da obra, do pensamento de escola e dos instrumentos de pesquisa de autores tais como Touraine e Bourdieu pelo campo brasileiro de ciências sociais é, como sabemos e como procuramos mostrar, especificada historicamente. As diferenças temporais entre as trajetórias dos dois autores produz um diálogo que atinge diferentes gerações. A abrangência temática, bem como os instrumentos de trabalho privilegiados pelos autores também circunscrevem a sua receptividade por diferentes grupos de pesquisadores em outros campos nacionais. Por outro lado, vemos também como está em jogo na circulação de ideias e pesquisadores não somente a relação entre os campos das ciências sociais francês e brasileiro, mas também a relação com outros campos dominantes ao longo do tempo, como, por exemplo, a relação diferencial dos autores com o campo norte-americano.

A bagagem acumulada de sociologia industrial e do trabalho por parte de Touraine fez com que fosse procurado pela sociologia da USP no momento mesmo em que as pesquisas sobre o fenômeno industrial de São Paulo eclodiam. Ele se encontrou com pesquisadores como Azis Simão e Juarez Brandão Lopes, que já tinham acumulado investigações anteriores sobre trabalhadores industriais no Brasil, e incentivou a conformação institucional de um centro de pesquisa específico para este fim reunindo novos pesquisadores (o CESIT). Graças à missão para a qual foi convidado pela USP em 1960 manteve relações permanentes com alguns dos discípulos de Florestan Fernandes. Com a mudança de foco da sociologia industrial para a sociologia dos movimentos sociais, Touraine também atraiu novas gerações de orientados e pesquisadores brasileiros e latino-americanos. Por sua ligação profissional e afetiva com o Chile, e por ter diretamente estudado temáticas latino-americanas, sempre foi um autor privilegiado nos círculos sociológicos locais (além de solidário nos exílios dos pesquisadores latino-americanos nos períodos de ditaduras locais).

Já a apropriação de Bourdieu incide sobre gerações subsequentes, inicialmente trazida de forma precoce por bolsistas que frequentaram seus cursos poucos anos depois de sua titularidade na EHESS, e que fizeram com que sua recepção por antropólogos e sociólogos brasileiros pudesse ser próxima

à produção dos seus primeiros escritos e houvesse um acompanhamento do decorrer de sua obra. De forma que ao ser traduzido e ter adquirido renome nos anos 1990 nos países anglo-saxônicos dominantes no campo das ciências sociais, já era bem conhecido nos círculos especializados brasileiros. Seus estudos sobre o campesinato cabila (e francês) e os trabalhadores argelinos atraíram os antropólogos brasileiros sequeiros de novos instrumentos para a análise das classes populares. Por outro lado, suas análises críticas sobre os intelectuais e a escola forneceram ferramentas reflexivas para o autoconhecimento sobre os produtores de conhecimento no país, por parte de novas gerações de cientistas sociais. As antecipações de tendências que Bourdieu fez desde cedo ao longo de sua carreira fizeram parte destas ferramentas: o uso crítico simultâneo da estatística e da etnografia; a militância científica do empreendimento de conhecimento etnográfico, mesmo nas situações extremas de dominação social, como na situação de guerra na Argélia; a antecipação da crise escolar e universitária na França nos anos 1960; o uso cruzado da etnografia das sociedades tradicionais em transformação e da sociologia da dominação cultural das sociedades ditas complexas na superação dos ganhos de conhecimento da revolução estruturalista por uma concepção histórica de uma sociologia da prática. Dentre o conjunto de autores que surgiram nos anos 1960 fornecendo ferramentas conceituais inovadoras para as gerações das décadas seguintes, como Foucault ou E. P. Thompson, Bourdieu se destaca pelas frentes diversificadas em que tais antecipações no entendimento da direção em que ocorriam as transformações sociais em curso se deram. No momento em que as ciências sociais brasileiras se consolidavam de forma significativa com o crescimento das pós-graduações a partir dos anos 1970, tal instrumental de antecipações forneciam munição, juntamente com outras tradições intelectuais coerentemente apropriadas, para a crítica e para o resgate das contribuições das gerações pioneiras anteriores.

Por outro lado, a apropriação precoce dos estudos de Bourdieu sobre o campesinato e os trabalhadores argelinos por parte dos antropólogos do campesinato e das classes trabalhadoras brasileiras previne-os de estranhar a suposta guinada de Bourdieu nos anos 1990, com a publicação do livro *A miséria do mundo* e com a proeminência de intelectual público adquirida como participante de movimentos sociais contra o neoliberalismo triunfante. Trata-se, após um percurso de estudos em direção ao estudo das dominações simbólicas e culturais, privilegiando os campos dos dominantes – sistema escolar, nobreza de estado, o campo político, o campo cultural, o campo intelectual, a formação do Estado – de uma nova ênfase nos efeitos sofridos pelas classes e grupos sociais dominadas. Não foi por acaso que Bourdieu tinha em sua equipe desde sempre pesquisadores como Abdelmalek Sayad, estudioso da imigração magrebina na França, ou como Michel Pialoux, investigador da classe operária francesa. Uma atualização, com vistas ao estudo

dos novos proletários franceses dos anos 2000, dos achados de pesquisa iniciados na Argélia do início dos anos 1960 pôde assim ser feita, como se observa em capítulos do livro quase-testamento em que se constitui o *Meditações pascalianas*. E restitui as contribuições menos evidenciadas de Bourdieu e seus colaboradores sobre os estudos das classes dominadas, ao lado de seus resultados e obras sobre os polos dominantes dos campos sociais.

Recebido em 02/04/13 | Aprovado em 04/05/13

**José Sergio Leite Lopes** é o atual Diretor do Colégio Brasileiro de Altos Estudos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e é um dos coordenadores do Núcleo de Antropologia do Trabalho, estudos biográficos e de trajetória (NuAT) do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) do Museu Nacional/UFRJ, onde fez seus mestrado (1975) e doutorado (1986). É autor de *O vapor do diabo* (1976); de *A tecelagem dos conflitos* (1988) e de *A ambientalização dos conflitos sociais* (2004).

## NOTAS

- 1 Aqui se tratará de obras no sentido amplo, incluindo a sua importância na constituição de redes de pesquisadores nacionais e internacionais, vistas da perspectiva da recepção nas ciências sociais brasileiras.
- 2 “Pierre Bourdieu et le renouveau des enquêtes ethnologiques et sociologiques au Brésil” (2003a). Este artigo foi republicado com algumas modificações em Dubois, Durand & Wikin (2005). Em português, na *Revista de Cultura Vozes* (2003b). A versão brasileira do texto é um pouco maior.
- 3 “C’est un choc dans la mesure où notre univers intellectuel à tous, le mien particulièrement, est un monde qui s’organisait, non pas complètement mais en partie, par rapport à Bourdieu. Il était une référence positive ou négative indispensable. Il avait grossi comme un arbre qui pousse ses racines et ses feuilles et couvrait un domaine énorme de l’opinion. Le fait que mes orientations, mon travail ont toujours été et de plus en plus opposés aux siens, me donne la liberté de dire que son oeuvre est considérable. [...] Quand je regarde ses positions au cours des années, rétrospectivement, je me sens d’accord avec 90% d’entre elles, même si nous nous sommes heurtés sur la grève de 1995. Il est du côté des déterminismes sociaux, je suis du côté de la liberté, mais les deux faces de la sociologie ne peuvent vivre l’une sans l’autre. Et j’ai le sentiment qu’une partie importante de ma vie a été, sans parler, un dialogue avec lui, comme cela fut le cas avec les sociologues américains ou avec Althusser...”. *Libération*, 25/1/2002.
- 4 Acabei achando uma referência na nota de rodapé da p. 27 do livro *Culture and power: the sociology of Pierre Bourdieu*, de David Swartz, onde é dito que os votos de Raymond Aron (cadeira de “Sociologie de la civilisation moderne”, 1970-1982), Lévi-Strauss (cadeira de “Anthropologie sociale”, 1959-1978) e Braudel (cadeira de “Civilisation moderne”, 1949-1972) teriam sido decisivos na eleição de Bourdieu para a cadeira de Sociologia do Collège de France, que vinha sendo disputada com Touraine.
- 5 “C’était peut-être par l’intermédiaire d’ailleurs de l’Association Internationale de Sociologie (AIS) dont Fried-

man était le président, je ne me rappelle plus, mais la même demande finalement m'a été faite par la USP et donc, je suis venu; et alors, c'est amusant parce que je suis venu enseigner dans le cadre de la 'Cadeira 2', c'est-à-dire Fernando de Azevedo... Et au bout de deux mois ou quelque chose comme ça, on m'a demandé de préciser mes projets, de faire des propositions et j'ai dit: 'Et bien, je crois qu'il faut faire un centre de sociologie du travail et je propose que le directeur en soit Fernando Henrique Cardoso'. Scandale! Parce que c'était l'autre cadeira, c'était la Cadeira 1! Alors j'ai été considéré comme un traître; alors, j'ai fait comme tous les traîtres: je suis passé chez l'ennemi et donc je suis resté très ami de Fernando Henrique, d'Octavio Ianni, de ces gens-là..." (Entrevista com Alain Touraine, concedida ao autor em fevereiro de 1994).

- 6 Os projetos iniciais que davam surgimento ao CESIT estão em Fernandes, *A sociologia numa era de revolução social* (1976): cap. 10 "Economia e sociedade no Brasil: análise sociológica do subdesenvolvimento", e cap. 11 "A empresa industrial em São Paulo; projeto de estudo", p. 314-358. Ver também Arruda & Garcia (2003: cap. 9).
- 7 Dentre os orientados de Touraine figuram, dentre outros, sociólogos com importantes contribuições tais como, Andrea Loyola (*Les ouvriers et le populisme*, Universidade de Nanterre-Paris X, 1973); Aspásia Camargo (*Brésil, Nordeste: mouvements paysans et crise populiste*, EHESS, 1973); Ilse Scherrer (*Le syndicat et le changement de la société agraire dans le Rio Grande do Sul*, Universidade de Nanterre-Paris-X, 1973); Décio Saes (*Classe moyenne et système politique au Brésil*, EHESS, 1974); e Tom Dwyer (*Une conception sociologique des accidents du travail*, EHESS, 1978). Touraine teria orientado nove teses sobre o Brasil. Dentre os professores na França que mais orientaram teses "sobre o Brasil" até 1999, estão: Frédéric Mauro (História, 30 teses), Michel Rochefort (Geografia, 25), Ignacy Sachs (Economia, Ecologia, 22), Pierre Salama (Economia, 21), Michel Mafesoli (Sociologia, 15), Pierre Monbeig (Geografia, 9), Katia Matoso (História, 9). Ver Sabóia (2000).
- 8 "Mais vous savez, quand on est Européen, il y a deux manières d'aborder l'Amérique Latine: il y a la manière Bastide, protestant, Cévenol, austère: alors il cherche les

tambours, la sexualité, l'Amérique chaude. Moi je suis aussi du genre puritain mais j'ai toujours eu, même exagérément, horreur du tropical parce que je trouvais ça colonialiste. Alors, je voulais traiter les Latino-Américains dans des rapports d'égalité, ce qui manquait d'imagination par beaucoup de côtés mais pour moi, mon Amérique Latine, a toujours été une Amérique Latine très sérieuse, très travailleuse et cela n'est pas par hasard que je suis un Chiléno-Brésilien" (Entrevista com Alain Touraine, concedida ao autor em fevereiro de 1994).

- 9 "C'était un programme de formation mais l'idée c'était quand même de faire de la formation de *chercheur* et par conséquent, il y avait une partie de formation proprement dite, d'*enseignement* si je puis dire et il y avait une partie 'exécution d'une recherche', une véritable recherche" (Entrevista com Jean Daniel Reynaud, concedida ao autor em fevereiro de 1992).
- 10 Inicialmente este trabalho foi sua dissertação na École Normale Supérieure, orientada pelo historiador Ernest Labrousse. Tornou-se uma publicação pelo CES na editora do CNRS em 1955, após acrescentar um trabalho de observação local estimulado por Friedmann sobre as consequências das atitudes operárias da evolução técnica de setores da siderurgia como a laminação. Ver Touraine (1955).
- 11 "On peut dire que la recherche avait été très largement dessinée et conçue par Touraine, que c'est moi qui ai réalisé le travail sur le terrain et que le dépouillement a été fait par Brams et Di Tella puisque c'est très largement lui qui a rédigé les résultats. Le problème posé était simple: bon, il est vrai que c'était un peu bizarre comme division des tâches mais cela peut s'expliquer aussi du fait que entre nous trois, il n'y avait pas beaucoup de problèmes pour poser les choses dans les mêmes termes. Donc cela avait du sens de faire une même étude successivement à plusieurs" (Entrevista com Jean Daniel Reynaud, concedida ao autor em fevereiro de 1992).
- 12 "Le thème de départ était simple: c'était, en prenant deux régions géographiquement très proches puisque Lota comme Huatchipato sont de la même province du Chili... Concepción. Et bien c'est le Sud, ce n'est pas le Grand Sud, si

quand même... C'est à 650 kilomètres de Santiago! Et, il y avait d'une part, l'industrie la plus traditionnelle: le charbon et, d'autre part, une des premières (je crois que c'était la seconde) industrie sidérurgique d'Amérique Latine, Huatchipato. Huatchipato qui est en fait dans la banlieue de Concepción. Et donc, l'idée très simple, c'était l'idée de *comprendre ce que voulait dire 'modernisation'*.

Est-ce qu'on pouvait, en comparant ces deux situations très proches géographiquement qui, finalement, recrutent leurs salariés sinon tout à fait de la même manière, du moins dans la même zone, est-ce qu'on pouvait se demander ce qui changeait avec la modernisation et... 'modernisation' ne semble pas le mot que nous aurions employé à cette date. A cette date, le mot était 'développement' mais, en même temps, notre idée était bien de prendre un petit peu de distance par rapport à l'idée strictement économique de développement. C'est nous demander dans quelle mesure un développement économique reposait aussi sur des transformations des relations sociales et on aurait dit, à cette date, des 'attitudes'. On s'adonnait donc au travail de terrain avec un nombre d'enquêtés relativement élevé" (Entrevista com Jean Daniel Reynaud, concedida ao autor em fevereiro de 1992, grifos meus).

13 A notar que este tipo de comparação, por coincidência também entre os mineiros do carvão e os novos metalúrgicos do Vale do Rjur, é utilizada no final dos anos 1970, na análise histórica do período pré-nazista na Alemanha feita por Barrington Moore Jr. no livro *Injustiça; as origens sociais da obediência e da revolta* ([1978] 1987: cap. 7). A análise, que se beneficia da abertura de perspectivas feita por E. P. Thompson desde 1963, mostra como as concepções tradicionais dos mineiros lhes beneficiavam na compreensão das mudanças sofridas pelos trabalhadores, proporcionando-lhes um protagonismo no movimento social que os novos metalúrgicos não apresentavam.

14 O capítulo "O ajustamento do trabalhador à indústria: mobilidade social e motivação" (p. 22-93), retoma texto escrito em torno de 1960 como folheto para o Instituto de Economia e Administração da USP e artigo na revista *Educação e Sociedade* do CBPE.

- 15 A divisão do trabalho na equipe de pesquisa é assim explicada: “Cette enquête [...] a été menée sous la direction de A. Touraine par O. Ragazzi qui a rédigé le questionnaire à partir de celui qui était utilisé par l’enquête sur la représentation ouvrière du travail et de la société (dirigée para A. Touraine), recueilli les documents, classé les réponses. Le rapport d’enquête a été rédigé en collaboration par A. Touraine et R. Boudon, ancien élève de l’École Normale Supérieure, agrégé de philosophie. L’introduction et la conclusion sont de A. Touraine” (note, p. 15). Segundo Lucie Tanguy, “Boudon rappelle qu’Alain Touraine lui a mis le pied à l’étrier [lhe deu a primeira ajuda] ‘en lui proposant d’analyser la pile de tableaux tirés de son enquête sur les ouvriers d’origine agricole’ et ainsi facilité son entrée au CNRS où il put réaliser sa thèse sur *L’analyse mathématique des faits sociaux* dans des conditions confortables” (Tanguy, 2011: 135, nota 5).
- 16 Como, por exemplo, nesta apreciação crítica retrospectiva de Touraine feita sobre o que encontrou durante sua estadia de 1952 em Harvard, citada em Chapoulie (1991: 348): “Um mundo intelectual muito refinado, mas onde falta, aos meus olhos, coragem, de quem já não ousa olhar a sociedade frente a frente [regarder la société en face], contentando-se de a recobrir dos falsos esplendores de teorias reconfortantes. O triunfo do funcionalismo desta época não pode se compreender sem esta grande satisfação de si, esta ausência de crítica sobre a sociedade americana que se explicava pela formidável potência deste país e sua força de integração e de luta contra os desviantes neste período de Guerra Fria” (ver Touraine, 1977: 66-67).
- 17 “Monsieur Touraine est un esprit brillant et certainement une des personnalités de sa génération au CES. Toutefois nous l’avons mis en garde contre une propension trop marquée à l’esprit de système, aux généralisations un peu hâtives et lui avons plusieurs fois recommandé de ne pas clore prématurément une phase d’observation [...] concrète [...]. [...] son premier objectif devait être la mise au point définitive de son rapport d’enquête sur la Régie Renault qui doit être publié dans les ‘Travaux du CES’.” (Dossier Alain Touraine, Archives CNRS, 91 0024 DPC, 1953-54, rapporteur, Friedmann). Ver Tanguy (2011: 134).

- 18 Tanguy acrescenta “Allusion au séjour fait par Touraine aux États-Unis (bourse Rockefeller de septembre 1952 à septembre 1953), dont Friedmann retient: ‘Harvard où il étudie les problèmes de méthode de la sociologie américaine; ensuite dans différentes universités dont les recherches l’intéressent directement en insistant tout particulièrement sur les ressources du Bureau of applied social research de Columbia University à New York.’” (Tanguy, 2011: 134, nota 4).
- 19 Touraine também esteve na Argentina em seguida à sua estadia no Chile, onde fez contatos com Gino Germani e outros sociólogos argentinos. Estabeleceu uma forte colaboração posteriormente com Silvia Sigal.
- 20 Dentre estes riscos se situa a defasagem entre a interpretação teórica e os dados empíricos construídos. Touraine enfrentou problemas desta ordem quando de sua defesa de tese de doutorado na universidade de Paris, sobre o texto que depois seria publicado como *Sociologie de l’action*, a partir da arguição de Raymond Aron (ver em suas memórias, Aron, 1983, p. 347-348, citação reproduzida em [http://fr.wikipedia.org/wiki/Alain\\_Touraine](http://fr.wikipedia.org/wiki/Alain_Touraine)), que acabou repercutindo sobre a severidade dos outros arguidores e sobre o candidato, e que consistia na crítica do uso inadequado de categorias filosóficas que se descolariam do seu material sociológico: “je reprochai à Touraine de se lancer dans des analyses plus philosophiques que sociologiques sans la maîtrise des concepts, sans la formation du philosophe.” Difícil dizer a que ponto os rumores sobre esta defesa de tese tenham contribuído para reforçar a decisão de Bourdieu de não fazer a sua própria tese de doutorado, afinal fundada na recusa de Aron, que seria seu diretor de tese, à proposta de Bourdieu de fazê-la baseada nos seus materiais argelinos (de *Travail et travailleurs en Algérie* e *Le déracinement*). Aron teria dito: “Ce n’est pas digne de vous” (supondo talvez que o objeto deveria ser mais nobre ou tratado de forma mais filosófica, formação esta possuída por Bourdieu). Parte do que seria sua tese foi incorporado em *Esquisse d’une théorie de la pratique*, de 1972 (ver Bourdieu, 2004, p. 49-50). Já *Sociologie de l’action*, quando publicado como livro recebeu uma resenha crítica na *Revue Française de Sociologie*, reunindo de forma

inusitada o colega de Touraine, Jean Daniel Réynaud e Bourdieu (1966: 508-517), logo respondida na mesma revista (Touraine, 1966: 518-527).

- 21 Assinale-se que a banca da tese de Palmeira foi constituída por François Bourricaud (orientador, fez estudos no Peru, indicado por Pierre Monbeig, que recebeu inicialmente o bolsista brasileiro com bolsa francesa), Touraine e Frederic Mauro, historiador brasilianista. Palmeira solicitou a presença de Bourdieu na banca mas não foi atendido, tendo o orientador aparentemente preferido uma banca latino-americanista. Quanto ao curso aludido, ver no site do PPGAS-MN <[http://ppgasmuseunacional.web565.kinghost.net/cursos\\_ant.html](http://ppgasmuseunacional.web565.kinghost.net/cursos_ant.html)> o curso: Estrutura Social do Brasil (Avaliação de Modelos) (AS-205), Prof. Moacir Gracindo Soares Palmeira, 2º Período Letivo de 1970, 3 créditos. Os textos de Bourdieu, dentre outros autores, eram: Pierre Bourdieu, *Champ intellectuel et projet créateur*, *Les Temps Modernes*, 1966, 246, nov., p. 865-906 (tradução brasileira: Campo intelectual e projeto criador. In: Jean Pouillon et al. (orgs.). *Problemas do estruturalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968: 105-145); Pierre Bourdieu et al., *Le métier du sociologue*, 1ª parte (La rupture, caps. 1, 2, 3 e 4: 35-46; 1ª parte, caps. 5, 6 e 7, e Conclusions: 103-113, esp. p. 107-109, “L’enracinement social du sociologue”; Pierre Bourdieu & Jean-Claude Passeron, *Sociology and philosophy in France since 1945. Death and resurrection of a philosophy without subject*, *Social Research*, 1967, 34, 1, Spring, p. 162-212.
- 22 Calhoun, “Centralité du social et possibilité de la politique” (2005: 225-256). No mesmo livro estão meu artigo anteriormente citado, “Pierre Bourdieu et le renouveau des enquêtes ethnologiques et sociologiques au Brésil” (2005: 103-111), e as considerações finais de Bourdieu, “Secouez un peu vos structures!” (2005: 325-341) no simpósio de julho de 2001 que serviu de base ao livro.
- 23 Tal é o caso das dissertações e teses de Lygia Sigaud (1979a e 1979b), de Afrânio Garcia Jr. (1982 e 1989), de Beatriz Heredia (1982 e 1989), de Rosilene Alvim (1974 e 1997), de Marie France Garcia-Parpet (1977 e 1984), de Alfredo Wagner de Almeida (1979 e 1993), Eliane Cantarino (1977 e 1988), Leilah Landim (1978 e 1993), Doris Rinaldi (1978),

Regina Novaes (1978 e 1997), e alcançando as gerações seguintes.

- 24 Ver, em particular, a concepção de “situações-tipo” e a parte de metodologia em Palmeira et al. (1977). Ver também a apreciação sobre os efeitos deste projeto em Garcia Jr. (2011).
- 25 Por exemplo, ver Palmeira (1994); Sigaud (2008); Leite Lopes (2009); Garcia Jr. (2011).
- 26 Para uma análise da história da criação do PPGAS-MN-UFRJ, ver Garcia Jr. (2009).
- 27 No registro dos professores convidados que passaram pelo Institute for Advanced Studies, School of Social Sciences de Princeton, Bourdieu aparece sob o tema de pesquisa “Economia dos Bens Simbólicos”: IAS-SSS –Princeton – Pierre Bourdieu – 1972-73 – SOC – Economy of Symbolic Goods. (Ver, por ordem alfabética, em <<http://www.sss.ias.edu/people/past-scholars>>).
- 28 Ver relação de livros na coleção *Le sens commun*, da Editora Minuit, cujo diretor era Bourdieu até o início dos anos 1990, em <[http://www.leseditionsdeminuit.com/f/index.php?sp=coll&collection\\_id=49](http://www.leseditionsdeminuit.com/f/index.php?sp=coll&collection_id=49)>.
- 29 Garcia-Parpet (2003) analisa esta relação de Bourdieu com os estatísticos na Argélia.
- 30 Como se sabe, uma exibição desta maestria no manejo dos instrumentos de epistemologia científica aparece no trabalho em conjunto com Passeron e Chamboredon, *Le métier du sociologue* ([1968] 1983), todos formados nesta linha de filosofia da ciência na École Normale Supérieure.
- 31 Ver, por exemplo, o artigo “Gênese e estrutura do campo religioso” (Bourdieu, 1974: 27-78), incluído em *A economia das trocas simbólicas*.
- 32 Para consultar os estudos sobre a trajetória e as posições no campo intelectual de Weber, estudos estimulados por Bourdieu, ver Pollak (1996a, 1996b) e Kalinowski (2005).
- 33 Para uma extensa reflexão sobre este período, ver o livro de Boltanski (2008). Para uma reflexão sobre um período anterior do Centro, ver Delsaut (2005b) e uma visão mais geral em “Entrevista de Pierre Bourdieu com Yvette Delsaut: sobre o espírito da pesquisa” (2005a).

34 “Miceli fez seus estudos de graduação de sociologia na Universidade Católica do Rio [... formando-se em 1967]. Fez a sua dissertação de mestrado na Universidade de São Paulo sobre um programa de auditório de televisão, sobre a cultura de massa; e seu doutorado foi feito ao mesmo tempo na USP, sob a direção de Leôncio Martins Rodrigues, sociólogo do trabalho da escola de São Paulo, e na EHESS, sob a direção de Bourdieu. Sua tese sobre os ‘intelectuais e as elites dirigentes no Brasil’ entre 1920 e 1945 foi construída enquanto estava na EHESS, no seminário de Bourdieu. Ele reuniu um grande acervo de trajetórias de intelectuais (principalmente escritores) mostrando como fizeram uma reconversão na vida intelectual a partir da decadência econômica de sua família de origem. A partir dos relatos autobiográficos, bem como de decretos e despachos de nomeação no Jornal Oficial, desvenda a construção de redes de capital social que ligam os intelectuais e os membros das elites políticas e econômicas. Analisa a relação entre os escritores e o Estado, ponto de chegada desses intelectuais, a partir de um movimento de reconversão, através da universidade, das elites em decadência para as novas profissões estatais (o aparelho burocrático estava em plena construção entre os anos 1920 e 1940). Em seguida estuda, através de métodos e acervos de dados semelhantes, o campo dos bispos; coordena estudos sobre a história das ciências sociais no país e, finalmente, se volta para o campo das belas artes e da pintura”. Ver Leite Lopes (2003b: 11).

35 Posso remeter aqui à reportagem de Brian de Assis, “A invenção do intelectual”, na revista *Piauí* (2011, 62: 11): “De acordo com Maria Arminda [Arruda, colega de Miceli no Departamento de Sociologia] a tese de doutorado de Sergio é um marco nas Ciências Sociais brasileiras. Não somente pela apresentação de um novo jeito de ver a intelectualidade brasileira, mas pela coragem de Miceli em usar a referência de Pierre Bourdieu em um meio pouco receptivo ao autor francês dentro da Universidade de São Paulo”. Disponível em <<http://www.scribd.com/doc/88791281/A-Invencao-do-Intelectual-vida-e-obra-do-sociologo-brasileiro-Sergio-Miceli>>. Acesso em 1 maio 2013.

36 Ver, por exemplo, a perspectiva do meu artigo “Sobre os trabalhadores da grande indústria na pequena cidade:

crítica e resgate da *Crise do Brasil arcaico*” (1987) e do de Rosilene Alvim, “Família e operários de origem camponesa: uma leitura da ‘Crise do Brasil arcaico’” (1987), além da Introdução do livro *Cultura e identidade operária* (ver Leite Lopes, 1987).

- 37 A tal ponto que hoje o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, coordenado por Alfredo Wagner de Almeida, e associado a pós-graduações na UFAM, UEAM e UFMA, é uma poderosa equipe de pesquisadores que utiliza com perícia as ferramentas calibradas por Bourdieu (dentre outras) no contexto dos conflitos territoriais e dos movimentos sociais de populações tradicionais em várias partes do país.
- 38 Ver o contexto do livro *Crise do Brasil arcaico*, de Juarez Brandão Lopes, assim como o depoimento na sessão “Conversa com o Autor”, da ANPOCS. Ver também Marianni (1982). Dentre as pesquisadoras recrutadas pela equipe do CBPE estavam Maria Laís Mousinho Guidi (também assistente de Manuel Diegues Jr. na antropologia da PUC-Rio), Josildete Consorte e Alzira Abreu. Também a inclusão de Florestan Fernandes no suporte acadêmico ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Brasil no início dos anos 1960, ilustra essa ajuda mútua entre os poucos sociólogos da época diante da precariedade das instituições científicas, para além de rivalidades locais. Na banca de titular de Florestan na USP lá estava Evaristo de Moraes Filho.
- 39 Dentre estes, Miceli se estabeleceu na FGV-SP e na USP; Paulo Sergio Pinheiro na UNICAMP e depois na USP, Sergio Silva na UNICAMP. Outros ainda, como Lygia Sigaud, Gilberto Velho, Alice de Paiva Abreu, fizeram doutorado em São Paulo, mas eram estabelecidos no Rio, no Museu Nacional e no IFCS-UFRJ.
- 40 Ver depoimento de Miceli no artigo já citado da revista *Piauí* em nota anterior. Seria mais improvável que tal leitura ocasional entusiasmada fosse procurada e efetivada fora da literatura canônica por um estudante do universo sociológico das ciências sociais da USP naquele momento; o sucesso institucional também carrega os seus pesos e limites.
- 41 Miceli é generoso para com os leitores, proporcionando-lhes farto material na direção de uma sólida autoanálise,

aplicando a si próprio a objetivação de seus trabalhos de pesquisa sobre setores das elites intelectuais (ver seu depoimento em Loureiro, Bastos & Rego, 2008). Mais distante de seu pai, que atua como dissipador da renda familiar, e próximo de seu tio materno, que lhe apoia em momentos decisivos, e do qual destaca o sobrenome, Miceli desde cedo aguça sua observação e sua sensibilidade a respeito das especificidades de diferentes setores declinantes e emergentes das elites brasileiras.

42 Segundo sua própria apreciação, na entrevista referida, do que seria na USP caso tivesse aceito convite anterior de Leôncio Martins Rodrigues para que já entrasse no Departamento de Sociologia alguns anos antes do que efetivamente entrou. Ver, também, Bastos et al. (2006: 225).

43 Miceli já havia sido nos anos 1980 secretário geral da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) durante quatro anos e havia criado, em sua gestão, a *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, desta associação (em 1986). A obra de Bourdieu no final dos anos 1980 já havia se beneficiado de traduções em inglês e se espalhava pelo polo dominante das universidades estadunidenses.

44 A abrangência do trabalho que vinha sendo feito por Afrânio Garcia Jr. junto aos pesquisadores brasileiros relacionados com centros franceses pode ser aquilatada pela dimensão do abaixo-assinado de mais de 450 nomes, além das assinaturas das entidades representativas em ciências sociais, que se seguiu a um manifesto criticando a intervenção da direção da EHESS no CRBC. O abaixo-assinado foi entregue à direção da EHESS em junho de 2008 por Marcelo Ridenti, então secretário geral da ANPOCS, e fez o conselho científico da instituição francesa procurar soluções de incorporação do CRBC a outros centros que não tolhessem as suas linhas de atuação durante mais um ano. Depois disto prevaleceu a rigidez institucional. Tal intervenção da direção da EHESS significava a dissolução da equipe coordenada conjuntamente por Ignacy Sachs e Afrânio Garcia desde 1996.

45 Ver seu artigo “Dominação social, dominação escolar” (2003).

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- Almeida, Alfredo Wagner de. (1993). *Conflitos e mediação: os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado*. Tese de Doutorado. PPGAS/Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Almeida, Alfredo Wagner de. (1979). *Jorge Amado, política e literatura*. Rio de Janeiro: Campus.
- Alvim, Rosilene. (1997). *A sedução da cidade: os operários camponeses e a fábrica dos Lundgren*. Rio de Janeiro: Graphia.
- Alvim, Rosilene. (1987). Família e operários de origem camponesa: uma leitura da Crise do Brasil arcaico. In: Leite Lopes, José Sergio (org.). *Cultura e identidade operária*. Rio de Janeiro: Marco Zero/ Ed. UFRJ, p. 123-146.
- Alvim, Rosilene. (1979). *A arte do ouro: um estudo sobre os ourives de Juazeiro do Norte*. Brasília: Ed. UnB (Pesquisa Antropológica, 19).
- Aron, Raymond. (1983). *Mémoires: 50 ans de réflexion politique*. Paris: Julliard (2 vols.).
- Arruda, Maria Arminda N. & Garcia, Sylvia Gemignani (orgs.). (2003). *Florestan Fernandes, mestre da sociologia moderna*. Brasília: Paralelo 15/CAPES.
- Assis, Brian de. (2011). A invenção do intelectual. *Piauí*, 62, nov., p. 3-14. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/88791281/A-Invencao-do-Intelectual-vida-e-obra-do-sociologo-brasileiro-Sergio-Miceli>>. Acesso em 1 maio 2013.
- Bastos, Elide Rugai et al. (2006). *Conversas com sociólogos brasileiros*. São Paulo: Ed. 34, p. 219-250.
- Blanco, Alejandro. (2007). As ciências sociais no Cone Sul e a gênese de uma elite intelectual (1940-1965). *Tempo Social*, 19/1, p. 89-114.
- Boltanski, Luc. (2008). *Rendre la réalité inacceptable: à propos de la production de l'idéologie dominante*. Paris: Demopolis.
- Bourdieu, Pierre. (2011). *Meditações pascalianas*. Tradução de Sergio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Bourdieu, Pierre (org.). (2007). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes.

Bourdieu, Pierre. (2005). Secouez un peu vos structures! In: Dubois, Jacques, Durand, Pascal & Winkin, Yves (orgs.). *Le symbolique et le social: la reception internationale de la pensée de Pierre Bourdieu*. Liège: Les Éditions de l'Université de Liège, p. 325-341.

Bourdieu, Pierre. (1974). *A economia das trocas simbólicas*. Introdução, organização e seleção de Sergio Miceli. São Paulo: Perspectiva.

Bourdieu, Pierre. (1972). *Esquisse d'une théorie de la pratique*. Paris: Seuil.

Bourdieu, Pierre; Chamboredon, Jean-Claude & Passeron, Jean-Claude. (1983) [1968]. *Le métier du sociologue*. Paris: Mouton.

Bourdieu, Pierre & Sayad, Abdelmalek. (1964). *Le déracinement. La crise de l'agriculture traditionnelle en Algérie*. Paris: Les Éditions de Minuit.

Bourdieu, Pierre et al. (1963). *Travail et travailleurs en Algérie*. Paris: Mouton.

Brandão Lopes, Juarez R. (1971) [1964]. *Sociedade industrial no Brasil*. São Paulo: Difel.

Brandão Lopes, Juarez R. (1967). *Crise do Brasil arcaico*. São Paulo: Difel.

Calhoun, Craig. (2005). Centralité du social et possibilité de la politique. In: Dubois, Jacques, Durand, Pascal & Winkin, Yves (orgs.). *Le symbolique et le social. La réception internationale de la pensée de Pierre Bourdieu*. Liège: Éditions de l'Université de Liège (coleção "Sociopolis"), p. 225-256.

Cantarino, Eliane. (1988). *Da proletarização renovada à reinvenção do campesinato*. Tese de Doutorado. PPGAS/Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Cantarino, Eliane. (1977). *Laranja e lavoura branca. Um estudo das Unidades de Produção Camponesa da Baixada Fluminense*. Dissertação de Mestrado. PPGAS/Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Chapoulie, Jean-Michel. (1991). La seconde fondation de la sociologie française, les Etats-Unis et la classe ouvrière. *Revue Française de Sociologie*, 32/3, p. 321-364.

Delsaut, Yvette. (2005). Entrevista de Pierre Bourdieu com Yvette Delsaut: sobre o espírito da pesquisa. *Tempo Social*, 17/1, jun., p. 175-210.

Delsaut, Yvette. (2005). Depoimento sobre *Les héritiers*. *Tempo Social*, 17/1, jun., p. 211-228.

Di Tella, Torcuato et al. (1966). *Huachipato et Lota; Étude sur la conscience ouvrière dans deux entreprises chiliennes*. Paris: CNRS.

Fernandes, Florestan. (1976). *A sociologia numa era de revolução social*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar.

Garcia Jr., Afrânio. (2010). Objetivando mudanças sociais em grandes plantações nordestinas: para além do cativeiro de casas-grandes e de senzalas. Um projeto de pesquisas coletivo historicamente situado. Paper apresentado no American Anthropological Association 109th Annual Meeting, 17-20 nov., Nova Orleans.

Garcia Jr., Afrânio. (2009). Fundamentos empíricos da razão antropológica: a criação do PPGAS e a seleção das espécies científicas. *Mana*, 15/2, out. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132009000200004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132009000200004&script=sci_arttext)>. Acesso em 2 maio 2013.

Garcia Jr., Afrânio. (1989). *O sul: caminho do roçado*. São Paulo/Brasília: Marco Zero/Ed. UnB.

Garcia Jr., Afrânio. (1982). *Terra de trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Garcia-Parpet, Marie-France. (2003). Les outsiders dans l'économie de marché: Pierre Bourdieu et les travaux sur l'Algérie. *Awal, Cahiers d'Études Berbères*, 27-28, p. 139-152.

Garcia-Parpet, Marie-France. (1984). Feira e trabalhadores rurais: as feiras do brejo e do agreste paraibano. Tese de Doutorado. PPGAS/Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Garcia-Parpet, Marie-France. (1977). *O Bacurau: Étude de cas d'un marché situé dans une usina*. Dissertação de Mestrado. PPGAS/Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Guillaume, Marc (org.). (1986). *L'état des sciences sociales en France*. Paris: La Découverte.

Heredia, Beatriz. (1989). *Formas de dominação e espaço social*. São Paulo: Marco Zero.

Heredia, Beatriz. (1982). *A morada da vida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Kalinowski, Isabelle. (2005). *La science, profession & vocation; suivi de leçons wébériennes sur la science & la propagande*. Marseille: Agone.

Landim, Leilah. (1993). *A invenção das ONGs. Do serviço invisível à profissão sem nome*. Tese de Doutorado. PPGAS/Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Landim, Leilah. (1978). *A cooperativa do trabalhador. Diferenciação social e organização camponesa*. Dissertação de Mestrado. PPGAS/Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Leite Lopes, José Sergio. (2009). A ponta do novelo: em busca da trajetória de Lygia Sigaud. *Mana*, 15/1, p. 257-278.

Leite Lopes, José Sergio. (2005). Pierre Bourdieu et le renouveau des enquêtes ethnologiques et sociologiques au Brésil. In: Dubois, Jacques; Durand, Pascal & Winkin, Yves (orgs.). *Le symbolique et le social. La réception internationale de la pensée de Pierre Bourdieu*. Liège: Éditions de l'Université de Liège (coleção "Sociopolis"), p. 103-112.

Leite Lopes, José Sergio. (2003a). Pierre Bourdieu et le renouveau des enquêtes ethnologiques et sociologiques au Brésil. *Awal. Cahier d'Études Berbères*, 27-28 (n. esp. "L'autre Bourdieu"), p. 169-178.

Leite Lopes, José Sergio. (2003b). A recepção dos trabalhos de Pierre Bourdieu e a renovação das análises sobre as classes populares brasileiras. *Revista de Cultura Vozes*, 97/4, p. 5-21.

Leite Lopes, José Sergio. (1987a). Introdução. In: *Cultura e identidade operária*. Rio de Janeiro: Marco Zero/Ed. UFRJ, p. 11-32.

Leite Lopes, José Sergio. (1987b). Sobre os trabalhadores da grande indústria na pequena cidade: crítica e resgate da Crise do Brasil arcaico. In: *Cultura e identidade operária*. Rio de Janeiro: Marco Zero/Ed. UFRJ, p. 147-170.

Leite Lopes, José Sergio; Pessanha, Elina & Ramalho, José Ricardo. (2012). Esboço de uma história social da primeira geração de sociólogos do trabalho e dos trabalhadores no Brasil. *Educação & Sociedade*, 33, jan./mar., p. 115-129. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302012000100008>>. Acesso em 1 maio 2013.

Lescourret, Marie-Anne. (2008). *Pierre Bourdieu. Vers une économie du Bonheur*. Paris: Flammarion (“Grandes Biographies”).

Loureiro, Maria Rita; Bastos, Elide Rugai & Rego, José Marcio R. (orgs.) (2008). *Conversas com sociólogos brasileiros: retórica e teoria na história do pensamento sociológico do Brasil. Relatório de Pesquisa n. 11*, FGV-EAESP/GVPesquisa. Disponível em <<http://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/publicacoes/Rel112008.pdf>>. Acesso em 2 maio 2013.

Loyola, Maria Andrea. (1984). *Médicos e curandeiros: conflito social e saúde*. São Paulo: Difel.

Loyola, Maria Andrea. (1983). *L'ésprit et le corps: des thérapeutiques populaires dans la banlieue de Rio*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme.

Loyola, Maria Andrea. (1982). *Cure des corps et cure des âmes. Les rapports entre les médecines et les religions dans la banlieue de Rio*. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 43, p. 3-45.

Mariani, Maria Clara. (1982). *Educação e ciências sociais: o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais*. In: Schwartzman, Simon (org.). *Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro*. Brasília: CNPq, p. 167-195.

Miceli, Sergio. (1989). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais/ IDESP (vol. 1).

Moore Jr., Barrington. (1987) [1978]. *Injustiça; as origens sociais da obediência e da revolta*. São Paulo: Brasiliense.

Moraes Filho, Evaristo de. (1979) [1951]. *O problema do sindicato único no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega.

Novaes, Regina. (1997). *De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro: Graphia.

Novaes, Regina. (1978). *Os escolhidos. Doutrina religiosa e prática social*. Dissertação de Mestrado. PPGAS/ Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Palmeira, Moacir. (1994). *Memorial para o concurso de professor titular*. Museu Nacional-UFRJ. Rio de Janeiro: Biblioteca Francisca Keller do PPGAS–MN-UFRJ, mimeo.

Palmeira, Moacir. (1971). *Latifundium et capitalisme. Lecture critique d'un débat*. Thèse de 3e. Cycle. Université de Paris.

Palmeira, Moacir et al. (1977). Emprego e mudança sócio-econômica no Nordeste. *Anuário Antropológico*, 76, p. 201-238.

Pinheiro Filho, Fernando Antonio. (2009). The renovation: aspects of Pierre Bourdieu's reception in Brazil. *Sociologica*, 1. Disponível em <<http://www.rivisteweb.it/doi/10.2383/29574>>. Acesso em 3 fev 2013.

Pollak, Michael. (1996a). Max Weber: elementos para uma biografia sócio-intelectual, parte I. *Mana*, 2/1, p. 59-96.

Pollak, Michael. (1996b). Max Weber: elementos para uma biografia sócio-intelectual, parte II. *Mana*, 2/2, p. 85-114.

Reynaud, Jean-Daniel & Bourdieu, Pierre. (1966). Une sociologie d'action est-elle possible? *Revue Française de Sociologie*, 7/4, p. 508-517.

Rinaldi, Doris. (1978). *A terra do santo e o mundo dos engenhos. Estudo de uma comunidade rural nordestina*. Dissertação de Mestrado. PPGAS/ Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Sabóia, Anita (org.). (2000). Catalogue general de thèses sur le Brésil, 1823-1999. *Cahiers sur le Brésil Contemporain*, hors série, 354p.

Saint-Martin, Monique de. (2003). Dominação social, dominação escolar. *Educação & Realidade*, 28/1, jan.-jul., p. 21-29. Disponível em <<http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/download/25659/14990>>. Acesso em 2 maio 2013.

Sigaud, Lygia. (2008). A collective ethnographer: fieldwork experience in the Brazilian Northeast. *Information sur les Sciences Sociales*, 47, p. 71-97.

Sigaud, Lygia. (1979a). A nação dos homens. *Anuário Antropológico*, 78, p. 13-116.

Sigaud, Lygia. (1979b). *Os clandestinos e os direitos*. São Paulo: Duas Cidades.

*Sociologie du Travail* (1961). número especial, contém dossiê: "La classe ouvrière au Brésil", 1961.

Swartz, David. (1998). *Culture and Power: the sociology of Pierre Bourdieu*. Chicago: University of Chicago Press.

Tanguy, Lucy. (2011). *La Sociologie du Travail em France; enquete sur le travail des sociologies, 1950-1990*. Paris: La Découverte.

Touraine, Alain. (1977). *Un désir d'histoire*. Paris: Stock.

Touraine, Alain. (1966). La raison d'être d'une sociologie de l'action. *Revue Française de Sociologie*, 7/4, p. 518-527.

Touraine, Alain. (1955). *L'évolution du travail ouvrier aux usines Renault*. Paris: CNRS.

Touraine, Alain & Ragazzi, Oretta. (1961). *Ouvriers d'origine agricole*. Paris: Études Sociologiques aux Éditions du Seuil.

## **TOURAINÉ E BOURDIEU NAS CIÊNCIAS SOCIAIS BRASILEIRAS: DUAS RECEPÇÕES DIFERENCIADAS**

### **Palavras-chave**

Bourdieu; Touraine;  
Campo intelectual;  
Recepção; Ciências sociais  
brasileiras.

### **Resumo**

Ao retomar o tema da recepção da obra de Pierre Bourdieu no Brasil, o presente artigo o faz a partir da comparação com a recepção de outro sociólogo francês, Alain Touraine, anteriormente implantado na circulação de ideias e redes de pesquisadores entre os dois países. A trajetória dos dois no que diz respeito à sua relação com o campo das ciências sociais brasileiras pode ser uma pista interessante para o conhecimento de aspectos deste mesmo campo no que se refere à sua inserção na circulação internacional de ideias e de pesquisadores. A bagagem acumulada de sociologia industrial de Touraine fez com que fosse procurado pela sociologia uspiana no momento em que as pesquisas sobre o fenômeno industrial de São Paulo eclodiam. Já a apropriação de Bourdieu incide sobre gerações subsequentes, e, ao ter adquirido renome nos anos 1990 nos países anglo-saxônicos, já era bem conhecido nos círculos especializados brasileiros.

## **TOURAINÉ AND BOURDIEU IN THE BRAZILIAN SOCIAL SCIENCES: TWO DIFFERENTIATED RECEPTIONS**

### **Keywords**

Bourdieu; Touraine;  
Intellectual field;  
Reception; Social history  
of Brazilian  
social sciences.

### **Abstract**

This article compares the reception of Pierre Bourdieu's with that of Alain Touraine's within the Brazilian social sciences. At the time when Brazilian social scientist became acquainted with Bourdieu's work, Touraine's ideas already belonged to the international circulation of ideas and scholars between France and Brazil. The trajectory of both French sociologists in regard with the field of Brazilian social sciences is an interesting lead for understanding the position of this same field within the international circulation of ideas and scholars. The sociologists of the University of São Paulo invited Touraine, with his intellectual background in industrial sociology, at the time when studies about the industry in the metropolis were flourishing. By contrast Bourdieu's work was appropriated by subsequent generations of scholars. When Bourdieu acquired fame in Anglo-American countries in the nineties he was already well known by Brazilian specialists. Some of his research tools were appropriated by within these new generations of the social sciences' field.



## NOTA SOBRE A RECEPÇÃO DE PIERRE BOURDIEU NO BRASIL

As ideias viajam para portos distintos e carregam consigo o fundamento dos conceitos e a materialidade da história. Entre o ponto de partida e de chegada alguma coisa se perde, outras são acrescentadas no local de acolhida. A noção de recepção busca dar conta desse hiato entre o texto e a leitura, o discurso e sua decodificação. Talvez fosse mais correto dizer letramento (*literacy*). A escrita é algo estático, acabado, diferente da sensação de movimento que letramento evoca. O termo nos remete ao contexto e aos usos da leitura. Ler Bourdieu no Brasil não é o mesmo que fazê-lo na França. Meu primeiro contato com seus escritos foi em Vincennes, por volta de 1970, durante meu curso de graduação em Sociologia. Não me refiro à Université de Paris VIII, forma institucional que a revestia. Vincennes desapareceu da memória educacional e política francesas, o trauma dos eventos políticos a relegou ao esquecimento. Ela tinha sido criada em 1969, logo após a rebelião de maio de 1968, e abrigava uma cultura contestatória de esquerda. Paris VIII sobreviveu às intempéries do tempo como instituição de ensino de pouco prestígio, tendo sido deslocada para a periferia da cidade (Saint Denis), onde amarga uma existência opaca. As notícias que eu tinha de Bourdieu vinham primeiro de meus professores. François Chatelêt, nos seus cursos de Filosofia, referia-se de maneira elogiosa a *Les héritiers* (1964); meu professor de Semiologia, o argentino Luis Prieto, o conhecia pessoalmente; nas aulas muitas vezes seu nome surgia ao lado de Passeron, e suas simpatias pendiam sempre para

este último; por fim, pelo próprio Passeron, de quem fui aluno. *Le métier de sociologue* (1968) foi um livro importante na minha formação. Para um jovem iniciante em ciências sociais ele continha um conjunto de ensinamentos que nos fornecia um horizonte sedutor e bem delimitado do trabalho intelectual. A ideia de autonomia do conhecimento, de vigilância epistemológica, assim como a crítica ao empiricismo, particularmente norte-americano, pareciam-me fecundas e promissoras. Mas Bourdieu não existia ainda como uma figura singular, autor cuja idiossincrasia esgotava-se em si mesmo. Apesar de ter publicado vários textos individualmente – os trabalhos sobre a Argélia e um conjunto de artigos –, seu reconhecimento público estava ainda vinculado a outras pessoas. Os franceses tinham por hábito referir-se a Bourdieu-Passeron como se tratasse de uma dupla indissociável. Isso se devia à repercussão de *Les héritiers* e *La reproduction* (1970), e aplicava-se ainda a *Le métier de sociologue*, embora o texto incorporasse um autor a mais, Chamboredon. Na verdade muitos de seus trabalhos foram realizados em conjunto, como *L'amour de l'art* (1966), escrito em parceria com Alain Darbel e Dominique Schnapper. É somente a partir de 1975, com a fundação dos *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, que ele vai se distanciar de uma escrita mais coletiva. Seu nome se conjuga agora no singular, é um traço intransferível: a eleição para o Collège de France irá, definitivamente, consagrá-lo.

No Brasil as coisas não se passam exatamente desta maneira. A associação Bourdieu-Passeron existe, mas não é predominante. Os primeiros textos traduzidos levam sua assinatura pessoal e dizem respeito ao campo intelectual e à temática da juventude, mas são partes de livros coordenados por outras pessoas (Pouillon et al., 1968; Brito, 1968). O texto organizado por Sergio Miceli (Bourdieu, 1974) não foge à regra e é também composto por um conjunto de artigos. Mas ele possui um mérito em relação aos anteriores: trata-se de uma coletânea editada em forma de livro, seu objetivo era apresentar ao leitor brasileiro um amplo panorama dos interesses e da metodologia do autor. Sua entrada entre nós se faz, portanto, no singular, e a associação com outros nomes é tênue (*A reprodução* foi traduzida em 1975). *Les héritiers* e *Le métier de sociologue* serão conhecidos do grande público tardiamente, depois de seu nome estar consagrado pela chancela do Collège de France. Não obstante, a repercussão de seus escritos é pequena; na década de 1970 são poucos os textos disponíveis e raros os autores brasileiros que o utilizam no âmbito das ciências sociais. Recordo-me quando propus a Florestan Fernandes a inclusão de seu nome na coleção *Grandes Cientistas Sociais*, pois ele era um autor ainda bastante desconhecido. Creio que a repercussão de seus escritos, embora limitada, fazia-se sobretudo no domínio da educação. A tradução de *La reproduction* teve um impacto relativo entre alguns setores desta área. O livro adquiriu certo prestígio entre os que viam com restrição o pensamento de Paulo Freyre. Pode-se dizer que as duas perspectivas eram

inteiramente antagônicas. Freyre pensava a educação como um espaço de libertação, toda a sua experiência pedagógica ancorava-se nessa dimensão. A escola deveria estimular os alunos a superarem suas dificuldades ou, como se costumava dizer, “ler o mundo para transformá-lo”. A ideia de conscientização do “oprimido” encontrava-se na base de sua metodologia de ensino. Era necessário que os alunos-sujeitos tomassem consciência da sociedade que os envolvia para poderem apreciá-la criticamente. Eles chegariam à escola com uma cultura anterior que não seria melhor nem pior do que a do professor, e durante o aprendizado seriam estimulados a apreender “em conjunto”. Não caberia ao ensino apenas transmitir um saber consolidado, mas despertar no estudante um espírito criativo e engajado. *La reproduction* caminhava na direção oposta. A crítica visava à manutenção das desigualdades sociais a partir da escola, vista como uma espécie de “aparelho ideológico do Estado”. O indivíduo seria modelado por elementos sociais internalizados no *habitus* de cada um. Isso lhe daria pouca liberdade de escolha, tratava-se de se transmitir uma cultura determinada por uma instituição socialmente legítima. Havia, assim, uma forte resistência em relação à proposta teórica dos autores.

Não se pode esquecer o contexto no qual tudo isso se passa: a presença da ditadura militar. O clima intelectual é influenciado pelo autoritarismo existente, ele marca as ciências sociais, assim como a aclimatação das ideias “estrangeiras” a tal situação repressiva. A restrição que se faz aos escritos de Bourdieu, ou seja, à versão que enfatiza os aspectos da reprodução social, de uma certa maneira aplica-se também a outros autores. Um exemplo: a Escola de Frankfurt. Os escritos de seus membros são introduzidos entre nós no final dos anos 1960 e a revista *Tempo Brasileiro* tem um papel importante na sua tradução e disseminação. No entanto, dificilmente um texto como “O iluminismo como mistificação das massas” poderia prosperar no Brasil em tempos de censura e repressão. A Escola de Frankfurt tinha como objetivo a crítica do capitalismo avançado, isto é, a forma que ele havia adquirido em alguns países europeus e nos Estados Unidos. Desconfiava-se da modernidade, ela era percebida na sua realização perversa e desencantada, consolidando um novo tipo de dominação. A visão de Adorno e Horkheimer deixava pouco espaço, praticamente nenhum, para a atuação política no interior dos partidos ou das associações sindicais. Por isso a esfera da arte encerrava para eles uma dimensão metafórica, era o espaço de “alienação” possível num mundo dominado pela racionalidade tecnocrática e as regras da mercadoria (o conceito de alienação possui, neste caso, uma inflexão positiva). A arte seria a única escapatória aos tentáculos de uma opressão que contaminaria todos os poros da sociedade. A questão política encontrava-se, portanto, diluída e qualquer ação neste sentido seria inútil ou necessariamente recuperada pelo “sistema” como um todo. Esse tipo de diagnóstico tinha poucas chances de prosperar no quadro de uma polarização ideológica na qual a violência e o arbítrio predomina-

vam. Não é casual que a recepção ao pensamento frankfurtiano tenha sido pouco entusiasta; foi preciso esperar um certo tempo para que ele se convertesse em categorias analíticas para o entendimento de aspectos da realidade brasileira (por exemplo: indústria cultural). O clima político favorecia o acolhimento de algumas ideias, mas prejudicava outras. Gramsci também foi introduzido neste momento, porém sua aceitação foi inteiramente distinta, afinal sua perspectiva estava voltada para o tema da revolução e da transformação social, a política habitava o âmago de suas preocupações. Na área da educação, na qual o livro de Bourdieu e Passeron era mais conhecido, Gramsci teve um êxito excepcional. Seus textos não eram apenas lidos com atenção, mas um conjunto de pesquisas foram realizadas a partir de sua concepção teórica. A questão da reprodução, mesmo fundamentando-se na crítica à desigualdade social, deparava-se com um terreno que lhe era adverso.

Pode-se acrescentar a esse argumento um outro. Durante a ditadura militar, particularmente nos anos 1960 e 1970, a vida intelectual encontrava-se cindida do ponto de vista político. Nesse contexto, diversas correntes do marxismo faziam-se presentes. Não se deve imaginar que elas dominavam o debate intelectual, certamente as coisas não se passaram assim. Um olhar retrospectivo mais sereno sobre o período irá discernir uma diversidade de pensamentos em concorrência. Entretanto, o regime autoritário funcionava como uma espécie de caixa de ressonância e, para certos grupos, ampliava a magnitude do debate. Creio que isso se passou com o althusserianismo – sua chegada ao Brasil foi bastante controversa. São inúmeros os textos publicados contra tal tendência teórica: José Arthur Giannotti (*Contra Althusser*, 1968), Caio Prado Jr. (*O marxismo de Louis Althusser*, 1971), Fernando Henrique Cardoso (*Althusserianismo ou marxismo?*, 1972), Carlos Nelson Coutinho (*O estruturalismo e a miséria da razão*, 1972) e vários outros. Minha impressão é que havia certo exagero neste tipo de reação, afinal a presença de Althusser nada tinha de substancial, ela limitava-se a pequenos agrupamentos de intelectuais engajados numa reavaliação do pensamento de Marx. Por outro lado, sabendo que entre o lugar de origem das ideias e sua viagem para outros portos havia uma incongruência, eu percebia que a apropriação do pensamento althusseriano também não coincidia com minha experiência anterior. No âmbito da discussão francesa a contribuição de Althusser não se resumia à sua pretensão em construir um marxismo “verdadeiramente” científico. Seus textos faziam parte de todo um debate no qual se encontravam perspectivas diversas, Lévi-Strauss na Antropologia, Saussure na Linguística, Roland Barthes na Semiologia, Gaston Bachelard na Filosofia. A leitura pressupunha um campo múltiplo de sentido no qual o marxismo era uma das configurações possíveis. De qualquer maneira, cabe ressaltar no contexto brasileiro o vínculo que se estabelece entre *La reproduction* e as propostas de Althusser (na França, Bourdieu não é visto como um althusseriano. Há inúmeros pontos que o afastam des-

sa corrente de pensamento, desde sua relação com o marxismo à contribuição de outros autores como Durkheim e Weber à sua concepção teórica). Há, primeiro, a tese central do livro. Pode-se argumentar que na perspectiva althusseriana a escola seria apenas um “aparelho ideológico de Estado”, enquanto para Bourdieu e Passeron sua eficácia dependeria de como o social inscreve-se no *habitus* individual. Por isso o conceito de mediação é central para os autores. Permanece, entretanto, uma certa convergência entre essas duas concepções. Mas a aproximação com Althusser manifesta-se também na forma como o livro é escrito. Ele se estrutura a partir de afirmações genéricas – as teses –, comentadas em seguida em seções separadas, os escólios, artifício geralmente utilizado em Filosofia e particularmente por Althusser em diversos de seus trabalhos. O fato é que este vínculo reforçou uma certa resistência em relação aos trabalhos de Bourdieu entre nós.

A proposta de colaboração com Florestan Fernandes foi o desdobramento de uma longa correspondência que havíamos mantido até então. Logo ao chegar ao Brasil eu lhe enviei uma cópia de minha tese de doutorado em francês. Como antigo aluno de Bastide, pareceu-me apropriado fazê-lo. Ele leu e gostou, foi quando começamos a nos corresponder com uma certa frequência. Tomei por hábito enviar-lhe vários textos nos quais estava trabalhando, fiz isso com os ensaios sobre Gramsci publicados em *A consciência fragmentada*. Não o conhecia pessoalmente até que recebi o convite para participar da Coleção *Grandes Cientistas Sociais* (1977). Viajei a São Paulo, eu vivia em Belo Horizonte, era professor na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e acertamos as coisas. Florestan queria que eu organizasse dois livros, um sobre Franz Fanon, outro sobre Georges Balandier. Atendi o seu pedido desde que fizesse uma pequena modificação. O livro sobre Fanon nunca foi editado, mesmo eu tendo trabalhado sobre a seleção dos textos e escrito uma longa introdução a seu respeito; na verdade, a coleção tinha uma série de problemas com a Editora Ática, voltada para a publicação de livros didáticos, e terminou sendo cancelada. Quanto a Balandier, sugeri-lhe substituir por Pierre Bourdieu. Parecia-me importante torná-lo mais conhecido entre o público brasileiro. Nessa época ele já havia fundado uma revista de grande prestígio internacional, mas ainda não havia publicado *La distinction*, e ingressou no Collège de France um pouco depois. Entrei em contato por carta e ele gentilmente me enviou por correio um conjunto de artigos, além de um exemplar de *Esquisse d'une théorie de la pratique*. A escolha dos textos foi feita a partir da amostra sugerida pelo próprio Bourdieu. O livro (Bourdieu, 1983) tardou a ser publicado devido a problemas editoriais (a jovem que se ocupava da coleção, um tanto inconformada, fez questão de incluir na introdução a data que eu lhe havia remetido o texto para publicação: novembro de 1978).

Florestan Fernandes não tinha uma visão muito positiva de Bourdieu, foi necessário argumentar várias vezes para convencê-lo da importância de

seus escritos. Logo percebi que não se tratava de uma resistência meramente pessoal, ela resultava do ambiente intelectual reinante na época. No âmbito da Sociologia havia uma oposição clara entre dois tipos de perspectivas teóricas: sociologia da ordem versus sociologia do conflito. Essa divisão dicotômica (nunca consegui entender o seu sentido) encontrava-se estampada nos currículos dos cursos de graduação. Ordem e conflito eram matérias distintas, ensinadas como individualidades contrapostas uma à outra. A sociologia da ordem identificava-se ao estrutural-funcionalismo de Talcott Parsons, seu representante máximo, e a ela associava-se o funcionalismo de Robert Merton e seus seguidores. Em princípio essa corrente de pensamento teria uma concepção holística na qual a sociedade seria constituída por partes, cada uma com funções específicas no intuito de promover a estabilidade do sistema social. Sua contra-cara seria um pensamento voltado para o entendimento dos conflitos, ou seja, os mecanismo que colocavam em xeque essa mesma estabilidade. No caso do Brasil, e eu diria da América Latina, havia uma forte reação à hegemonia americana nas ciências sociais, em que o tema da mudança era decisivo no processo de modernização desses países “periféricos”. A problemática do conflito, às vezes associada à luta de classes, terminava por prevalecer num ambiente de disputa ideológica. Bourdieu era visto como representante da sociologia da ordem. Essa amálgama parecia-me estranha. Afinal, sua proposta era justamente de se contrapor à hegemonia norte-americana no terreno sociológico (um ponto em comum com os latino-americanos). Isso encontrava-se claramente esboçado na longa introdução a *Le métier de sociologue*. Quanto ao funcionalismo, este encontrava-se ausente de suas análises. A sociedade não é, para ele, uma totalidade cujas partes se integram através da realização de suas funções parciais. A noção de *habitus* visava justamente estabelecer uma mediação entre o sujeito e a dimensão coletiva partilhada pelos outros, projeto anteriormente empreendido por Sartre na sua tentativa de aproximar o marxismo do existencialismo. A associação com a temática da ordem e do conflito talvez pudesse ser explicada pela presença do estruturalismo, ou melhor, a controvérsia que o envolvia. De fato, sua valorização no cenário intelectual francês tinha implicações teóricas. Recordo-me que Sartre, ao fazer uma resenha crítica do belo livro de Foucault, *Les mots et les choses* (1966), dizia que ele tinha razão em analisar os diferentes *epistemes* cognitivos em distintos momentos históricos. Mas a questão que lhe intrigava era: como se passava de um *episteme* para outro? Ou seja, como introduzir a história no seio de uma análise de tipo estruturalista? No entanto, não devemos confundir as coisas. O debate em torno do estruturalismo e da história (Lévi-Strauss, respondendo a Sartre, havia escrito todo um capítulo de seu livro *O pensamento selvagem*) não era homólogo à questão da “mudança”, tal como a entendíamos no contexto de modernização brasileira e latino-americana. Tampouco o método estruturalista resumia-se à noção

de ordem. Os escritos de Bourdieu têm, certamente, algo de “estruturalista”, talvez fosse mais correto dizer que ao incorporar a problemática das classificações ele recuperava uma parte dos ensinamentos de Durkheim, posteriormente valorizados pela corrente estruturalista em Antropologia. Entretanto, em momento algum isso era sinônimo de uma sociologia da ordem em contraposição a uma suposta sociologia do conflito (sua análise era uma crítica da ordem estabelecida). Tal antinomia somente fazia sentido em solo brasileiro, terreno no qual as ideias eram aclimatadas e investidas de outro significado.

A partir dos anos 1980 os textos de Bourdieu serão cada vez mais difundidos no Brasil: traduções de livros, organizações de coletâneas e, sobretudo, a utilização de sua metodologia de trabalho na compreensão de questões da realidade brasileira. A meu ver existem dois aspectos que merecem ser sublinhados para o seu êxito entre nós. Primeiro, o processo de institucionalização das ciências sociais. A criação dos cursos de pós-graduação, assim como as regras de funcionamento da vida acadêmica transformam-se radicalmente a partir do final dos anos 1960. Isso terá implicações no processo de autonomização do conhecimento. A importância e o prestígio dos cientistas sociais recai agora na avaliação entre os pares, distanciando-se do tipo de intelectual engajado do qual o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) era talvez a referência principal. A noção de “campo” surge como elemento analítico para dar conta da história das ciências sociais no Brasil. Essa Sociologia “mais acadêmica”, ou, se preferirem, “mais institucional”, torna-se cada vez mais prevalente; Bourdieu nos fornecia as ferramentas teóricas para a sua compreensão. Mas não se deve perder de vista o outro lado da moeda, isto é, a legitimação desta nova ordem acadêmica. Ironicamente, o hiato entre a viagem e as ideias irá novamente se manifestar. Desde seus primeiros escritos sobre o campo intelectual Pierre Bourdieu exercita um olhar crítico em relação ao conhecimento sociológico. Posteriormente isso ficará ainda mais explícito em textos como *Méditations pascaliennes* (1997) e *Science de la science et réflexivité* (2001). Dentro de sua perspectiva analítica a autonomia do pensamento sempre se encontra ameaçada: pela ideologia, pelo senso comum, pelo saber publicamente consagrado na grande mídia. No entanto, a organização interna do mundo acadêmico cria também novos obstáculos para a sua emancipação. A mera existência de um espaço intelectual separado de outras instâncias não lhe confere um estatuto “científico”. A busca pelo conhecimento é uma espécie de inconformismo constante que encontra barreiras inclusive no âmbito universitário. Por isso uma publicação como *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* dedica diversos artigos críticos ao tema da institucionalização do saber acadêmico: disputa entre os agentes do campo intelectual para manter a ordem estabelecida das ideias; os critérios quantitativos de avaliação científica; a emergência da noção de citação; a

classificação das revistas etc. Sintomaticamente, essa dimensão controversa permaneceu ausente dos estudos brasileiros, o importante era captar o movimento de institucionalização: criação das associações nacionais de pós-graduação, revitalização ou emergência das associações disciplinares, desenvolvimento das agências de financiamento de pesquisa. Diante da modernização das instituições científicas brasileiras, a desconfiança de Bourdieu em relação às amarras acadêmicas tornou-se efêmera, ausente.

O segundo elemento ao qual eu me referia diz respeito à problemática do poder. Bourdieu (também Foucault) fazia parte de uma geração para a qual ela se colocava de outra forma. Não eram os elementos “conscientes” que lhe interessavam. A tradição marxista e fenomenológica, particularmente Sartre, tinha por hábito trabalhar as relações de poder em termos de “consciência”. Consciência de classe, diante do processo de alienação da classe operária, ou consciência de si mesmo, ao se considerar a ideia de engajamento. O projeto sartreano de literatura engajada partia da noção de uma “tomada de consciência” do escritor diante das injustiças que ele presenciava no mundo. Para convencer o outro ele devia, antes de mais nada, compreender a si mesmo e sua relação conflituosa com a realidade envolvente. Essa ênfase na “tomada de consciência” era também partilhada pelos marxistas, daí a importância da luta ideológica; essa era a maneira pela qual os indivíduos poderiam ser esclarecidos das armadilhas de uma “falsa consciência”. É muito possível que no ambiente intelectual francês o estruturalismo tenha contribuído para uma mudança desta perspectiva teórica. Ao privilegiar a “estrutura” ele afastava-se dos fenômenos que se situavam na superfície do real, ou seja, da “consciência”. Neste sentido, as relações de poder deveriam ser analisadas numa esfera mais ampla de sentido. Dito de outra maneira, elas não se confundiriam com a política. Esse é um traço que marca os estudos de Bourdieu. O *habitus* é um mecanismo que atua de maneira imperceptível, não se trata de um comportamento no qual o indivíduo escolhe essa ou aquela direção em função da existência de determinados valores. Pode-se dizer o mesmo das classificações do gosto, elas não se apresentam no nível da consciência, tratam-se de formas classificatórias que antecedem aquilo que é classificado. O poder se aninha no interstício desses “lugares” inacessíveis. Num primeiro momento, quando Bourdieu é introduzido no Brasil, a convergência entre poder e política se impõe. Resulta disso o mal-entendido em relação à sua recepção. No confronto da luta política contra a ditadura militar o nível da “consciência” prevalece, era difícil distinguir poder de política. Porém, com o passar do tempo, sobretudo com a democratização da sociedade brasileira, percebe-se cada vez mais que esses termos não são propriamente homólogos. A leitura crítica das relações de poder pode agora efetuar-se sem os constrangimentos anteriores.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bourdieu, Pierre. (1983). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. Organizado por Renato Ortiz. São Paulo: Ática (Coleção *Grandes Cientistas Sociais*).

Bourdieu, Pierre. (1974). *A economia das trocas simbólicas*. Organizado por Sergio Miceli. São Paulo: Perspectiva.

Brito, Sulamita de (org.). (1968). *Sociologia da juventude*. Rio de Janeiro: Zahar.

Pouillon, Jean et al. (1968). *Problemas do estruturalismo*. Rio de Janeiro: Zahar.

Recebido em 04/11/12 | Aprovado em 04/05/13

**Renato Ortiz** fez graduação em Sociologia na Université de Paris VIII, e mestrado e doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS). Atualmente é professor titular da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Publicou, entre outros, *Cultura brasileira e identidade nacional* (1985); *A moderna tradição brasileira* (1988); *O próximo e o distante: Japão e modernidade-mundo* (2000) e *A diversidade dos sotaques: o inglês e as ciências sociais* (2008).

**Palavras-chave**

Pierre Bourdieu; Recepção  
controversa; Ciências  
sociais brasileiras; Poder  
e política; Campo  
intelectual.

**Keywords**

Pierre Bourdieu;  
Controversial reception;  
Social Sciences in Brazil;  
Power and politics;  
Intellectual field.

**NOTA SOBRE A RECEPÇÃO DE PIERRE  
BOURDIEU NO BRASIL****Resumo**

Neste artigo, Renato Ortiz recorda sua primeiras leituras da obra do autor na década de 1970 quando estudava na França. Observa que no Brasil a recepção de Bourdieu não se fez sem controvérsias, entre outros motivos, devido aos debates sobre sociologia da ordem e sociologia do conflito, nos quais se identificava a sociologia de Bourdieu à primeira. Conta de sua relação com Florestan Fernandes para a organização e publicação da coletânea sobre Bourdieu na Coleção *Grandes Cientistas Sociais* pela Ática. Depois dos anos de 1980, entretanto, a obra do sociólogo francês é cada vez mais difundida nas ciências sociais brasileiras, contribuindo para isso, tanto a modernização e autonomização das instituições científicas brasileiras quanto a apropriação pelas ciências sociais de nova concepção de poder, nos anos de regime democrático, a qual permitiu a distinção entre política e poder.

**NOTES ON PIERRE BOURDIEU'S RECEPTION IN BRAZIL****Abstract**

In this article, Renato Ortiz remembers his first readings of Pierre Bourdieu's in the 1970's when he was studying in France. According to Ortiz the reception of Bourdieu's work in Brazil did not foreclose controversies, among other reasons, because it was identified with a sociology of order rather than a sociology of conflict. Ortiz collaborated with Florestan Fernandes to edit a collection of Bourdieu's articles in a series *Coleção Grandes Cientistas Sociais* published by Ática. After the 1980's the work of the French sociologist is widely disseminated among Brazilian social scientists both because of the modernization and autonomization of Brazilian scientific institutions and the articulation of a new conception of power, with the introduction of the democratic regime, which allowed for a distinction between power and politics.

## A SOCIOLOGIA DA ECONOMIA DE PIERRE BOURDIEU

Tradução de Eduardo Dimitrov e Máira Muhringer Volpe

A ciência que designamos por “economia” assenta numa abstração originária, que consiste em dissociar uma categoria particular de práticas, ou uma dimensão particular de qualquer prática, da ordem social em que toda a prática humana se encontra imersa. Essa imersão [...] obriga [...] a pensar qualquer prática, a começar por aquela que se apresenta, da maneira mais evidente e rigorosa, como sendo “econômica”, como um “fato social total”, no sentido de Marcel Mauss.

Pierre Bourdieu

Assim é o primeiro parágrafo da introdução de uma das últimas obras de Pierre Bourdieu, *As estruturas sociais da economia* (2001: 3),<sup>1</sup> no qual ele sistematiza o método e o sistema de conceitos necessários para romper com a teoria neoclássica.<sup>2</sup> Nessa mesma introdução, ele apresenta os conceitos que elaborou para dar conta de sua concepção antropológica da economia. Se a parte mais empírica da obra centra-se, especificamente, em uma de suas pesquisas sobre “O mercado da casa própria”, seus trabalhos sobre a Argélia são constantemente evocados para explicar a elaboração de alguns conceitos como *habitus* e, ao fazê-lo, destaca a importância do trabalho empírico particular para efetuar a ruptura necessária com o senso comum.<sup>3</sup>

Bourdieu chama a atenção sobre a dificuldade dessa ruptura com as prenoções do senso comum porque se trata de questionar o que está inscrito nas rotinas mais banais da experiência cotidiana. Segundo ele, seus trabalhos sobre a Argélia permitiram iluminar o que “a análise isolada de nossas so-

iedades está frequentemente pronta a nos fazer esquecer, porque o sistema econômico e as atitudes estão em harmonia quase perfeita, a racionalização vindo se estender pouco a pouco até a economia doméstica” (Bourdieu, 2008: 76). Foi em plena guerra de independência que ele se interrogou a respeito dos efeitos sociais do desenraizamento das sociedades tradicionais e da confrontação dos indivíduos à lógica da economia de mercado.<sup>4</sup> A partir dos anos cinquenta, a constituição de um mercado de trabalho pela colonização vai ser acelerada pela vontade de autonomia política dos argelinos, à qual a autoridade militar francesa respondeu brutalmente, obrigando-os a deixarem as terras ancestrais e reagrupando-os em campos ou obrigando-os a migrar em direção às cidades, desagregando as unidades sociais tradicionais. Com a aceleração do êxodo rural e o favorecimento da difusão dos modelos urbanos, os reagrupamentos suscitaram a desruralização, levando ao abandono de condutas econômicas pertinentes à economia tradicional. O desenraizamento das terras ancestrais impôs aos indivíduos sua submissão à economia de mercado sem que eles dispusessem de categorias de pensamento e de cálculo que os permitissem adotar estratégias adequadas à nova situação.

Convém, portanto, retomar tal experiência que se revelou muito fecunda para compreender essa realidade social particular, mas também essencial para todas as pesquisas posteriores como fonte de questões a serem examinadas, como matriz de inovações conceituais e posturas teóricas afirmadas mais tarde.

### **TOMADA DE DISTÂNCIA DO “UNIVERSALISMO ETNOCÊNTRICO” E CONDIÇÕES DE PERCEPÇÃO DA CONTINGÊNCIA DA ATIVIDADE ECONÔMICA**

Bourdieu tomou como objeto as condições sociais relativamente extraordinárias dos agentes que, conjugadas a condições sociais também relativamente extraordinárias da própria pesquisa, permitiu-lhe não fazer a economia da análise da gênese das disposições dos agentes confrontados à economia capitalista e evitar uma situação de concordância imediata entre o “subjetivo” e o “objetivo”, entre as disposições e as posições, entre as antecipações (ou as esperanças) e as possibilidades. Nos anos 1960, Bourdieu analisou uma situação na qual os camponeses argelinos, dotados de disposições formadas pelo universo pré-capitalista, eram confrontados ao mercado, esse que os obrigavam a descobrir, ou melhor, a “reinventar, com mais ou menos sucesso, consoante os seus repertórios econômicos e culturais, tudo o que a teoria econômica considera (pelo menos tacitamente) como dado, isto é, como um dom inato, universal e inscrito na natureza humana” (Bourdieu, 2001: 17).

Uma abordagem pluridisciplinar singular, circunstâncias excepcionais de um país em guerra e a experiência cruzada do mundo social permitem

explicar a originalidade de sua produção. Ela foi informada por um interesse particular pela etnologia na Argélia, mas também em sua região de origem, o Béarn, permitindo-lhe recolocar em questão a visão estruturalista que faz dos agentes simples suportes de estruturas cognitivas ou executantes de regras.<sup>5</sup> Bourdieu, filósofo *normalien*<sup>6</sup> que migrava para a etnologia e a sociologia, engajou-se em um projeto coletivo e interdisciplinar acerca da situação de emprego. Na coordenação desse projeto encontrava-se Jacques Breil, engenheiro formado pela prestigiosa “École polytechnique”, então diretor do Serviço Estatístico da Argélia, que propôs à Caisse de Développement de l’Algérie criar uma Associação de Pesquisa sobre o Desenvolvimento Econômico e Social.<sup>7</sup> As condições particulares de uma situação que se prestava a pôr entre parênteses as relações estruturadas entre as diversas disciplinas de ciências sociais e que suscitou um diálogo intenso entre estatísticos e etnólogos, permitiram, assim, dar sentido aos resultados construídos a partir de uma interrogação a respeito do emprego na sociedade francesa. Certamente, a aplicação sistemática de um questionário forjado a partir de categorias de pensamento emergidas do sistema capitalista não teria feito sentido se ela não tivesse sido instruída pelo conhecimento dos modelos culturais tradicionais que permitiram compreender os comportamentos das pessoas pesquisadas. Esses modelos ainda estão presentes nas suas recriações e transformações, em função de situações novas. Esse trabalho cruzado integrou a sociologia, permitindo fazer, no momento da pesquisa, a crítica histórica de categorias e de conceitos – sobretudo trabalho, desemprego, uso da moeda, crédito (no qual o tempo desempenha um papel central) –, que serviram para constituir o questionário aplicado e analisar suas percepções dentre as populações rurais e urbanas, proletárias, subproletárias e comerciantes.

É o que Bourdieu designou como *habitus* clivado (participando do universo popular por suas origens e do universo culto por sua trajetória), que contribuiu para que ele dirija seu olhar para uma teoria das práticas (de pessoas comuns). Uma maneira, segundo Louis Pinto, de não renegar suas ligações ao meio social de origem:

Atribuir o senso prático a todos os agentes é, por procuração, preservar para os próximos uma espécie de dignidade antropológica, cujo valor se deixa avaliar *a contrario* por todas as cegueiras que o objetivismo poderia fazer perder. Desde o momento que o camponês cabila e o camponês do Béarn são percebidos numa espécie de sobreposição, a postura objetivista do intelectual tende a ser sentido como uma forma de arrogância ou de desprezo que atinge não somente indivíduos distantes, mas igualmente os mais próximos (Pinto, 2003: 98).

Assim, numa entrevista concedida a Franz Schultheis, Bourdieu evocou sua experiência de pesquisa na Argélia: “o olhar de etnólogo compreensivo que eu assumi em relação à Argélia, eu pude assumir a respeito de mim mesmo, sobre as pessoas da minha região, sobre meus país, sobre o sotaque

do meu pai e da minha mãe, e recuperar tudo isso sem drama” (Bourdieu, 2003a: 24). Enfim, deve-se sublinhar aqui a importância do papel de Abdelmalek Sayad, estudante argelino que se tornou colaborador e amigo. Ele permitiu a Bourdieu ter esse olhar cruzado de familiarização com um mundo estrangeiro e de desenraizamento de um mundo familiar – condição essencial de uma etnografia fina para que

a linguagem da regra do modelo, que pode parecer tolerável enquanto ela se aplica a outras práticas, não resiste à evocação concreta do manejo prático do simbólico das interações sociais, tato, habilidade, saber-fazer, senso da honra, que supõem os jogos de sociabilidade mais cotidianos, e que pode se combinar com a implementação de uma semiologia espontânea, quer dizer de um corpus de preceitos, de receitas e de indícios codificados (Bourdieu, 1972: 161).

A ruptura com a visão primeira das práticas econômicas deve-se à observação de práticas de camponeses cabila que ele mesmo relata como desconcertantes. Tal situação – por exemplo, de empréstimo de gado, na qual contra toda “razão” econômica, o emprestador sentia-se “obrigado relativamente àquele que contraía o empréstimo em nome da ideia de que este assegurava a manutenção de um animal que, fosse como fosse, teria sido necessário alimentar” (Bourdieu, 2001: 16) – que o leva, com outras observações também anedóticas, a perceber como contingente as condutas ordinárias da vida cotidiana, o cálculo dos custos e lucros, o empréstimo a juros, bem como uma filosofia implícita do trabalho fundada sobre a equivalência do trabalho e do dinheiro. Foi a análise dessas situações que permitiu a Bourdieu romper com essa “forma particular de etnocentrismo, que se disfarça de universalismo, [e] pode levar a creditar universalmente os agentes com aptidão para a conduta econômica racional” (Bourdieu, 2001: 18), bem como dar à economia uma visão histórica, objetivando assim as condições sociais das experiências da *doxa*.

### **SENSO PRÁTICO E AÇÃO RAZOÁVEL *VERSUS* AÇÃO RACIONAL**

Contrariamente aos antropólogos que estudaram a África negra na época da descolonização e centraram suas preocupações em torno da questão dos modos de produção em uma linguagem marxista, Bourdieu dedicou-se a mostrar que se trata de um sistema imposto aos agentes, no qual os trabalhadores são lançados e, portanto, eles devem aprender as regras. O sucesso de uma adaptação dos agentes supõe uma reinvenção criadora. É diferente da situação evocada por Sombart, a respeito de um capitalismo nascente no qual o empreendedor é, ao mesmo tempo, aquele que faz o capitalismo (Sombart, 1926: 235). Embora inspirado em trabalhos de Marx, seu recurso a Max Weber reforçou o exame das mudanças de comportamento e de categorias de pensamento sob influência de um “materialismo generalizado”. Ele vai mostrar

que, face à desagregação da economia tradicional, o novo sistema de atitudes e de modelos não se elabora no vazio. Esse novo sistema constituiu-se a partir de atitudes costumeiras que sobrevivem ao desaparecimento ou à desagregação de suas bases econômicas e só podem ser adaptadas às exigências da nova situação ao custo de uma transformação criadora frequentemente dolorosa. Enquanto no capitalismo nascente, ou na sociedade capitalista avançada, como na França metropolitana, a discordância entre as atitudes concretas e as estruturas da economia é mínima, na Argélia, atitudes e ideologias diferentes coexistem na sociedade como um todo e, como assinala Bourdieu, algumas vezes elas coexistem no interior das próprias consciências. Esse processo colocou em evidência a diversidade das situações objetivas e subjetivas – enquanto diferentes maneiras de se viver essa experiência –, de tal modo que os agentes econômicos não são atores genéricos, intercambiáveis, mas mulheres e homens de certa idade, situados num espaço social, tendo uma história individual e coletiva que imprimem suas marcas mais profundas em suas maneiras de ser.

A racionalização das condutas econômicas está, de fato, no centro da reflexão de *Trabalho e trabalhadores na Argélia* (Bourdieu et al., 1963) e de *O desenraizamento* (Bourdieu & Sayad, 1964). É, sem dúvida, a lógica da passagem da economia pré-capitalista à economia capitalista: o espírito de previsão e de cálculo necessário à realização pelos agentes da ação racional, que mobilizam os autores. Bourdieu e Sayad analisaram o que era o trabalho na sociedade tradicional e a maneira como as disposições costumeiras, que sobreviveram à desagregação do antigo modelo, informaram a nova situação objetiva ao custo da recriação. Para o camponês de antigamente, a ausência de contabilidade era um dos aspectos constitutivos da ordem econômica e social da qual ele participava, e o trabalho era uma forma de preencher suas obrigações perante o grupo. A função econômica jamais era isolada, mas dotada de uma pluralidade de funções. Os preceitos da moral e da honra denunciavam o espírito do cálculo. Os subproletários, aqueles que perderam o acesso à terra, como em Marx, são portadores de representações e de disposições não mais eficazes e que devem adquirir disposições adaptadas às situações de mercado, como em Weber.

Os autores mostraram que são frequentemente os mais desprovidos – os subproletários –, que, interrogados acerca do salário que lhes seria necessário para viver bem, são levados a formular projeções desmedidas. À medida que se elevam os recursos efetivos, no entanto, as opiniões tornam-se mais realistas, mais racionais e a previsão do futuro depende estritamente das potencialidades objetivas que são definidas para cada indivíduo, pelo seu status social e por suas condições materiais de existência. O acesso a um patamar de calculabilidade, por sua vez, é marcado principalmente por dispor de renda capaz de superar a preocupação com a subsistência quotidiana e

coincide com uma transformação profunda das disposições: a racionalização da conduta tende a se estender à economia doméstica e as disposições compõem um sistema organizado em função de um futuro apreendido e controlado pelo cálculo e pela previsão. Completamente diferente é a situação dos que estão sujeitos à urgência do cotidiano, desprovidos tanto dos meios materiais de assegurar a subsistência, quanto de horizonte de calculabilidade, ao passo que indivíduos que já acumularam posses têm comportamentos que tendem a compor um sistema que se organiza em função de um futuro abstrato, apreendido e controlado pela previsão e pelo cálculo. Para Bourdieu, a relação com o tempo é a chave para o uso racional da moeda.<sup>8</sup> Enquanto na troca sabe-se direta e concretamente o uso futuro que se poderá fazer do produto, com a moeda, que representa um poder de antecipação, o uso futuro que ela permite é longínquo, indeterminado, e constitui o símbolo de um porvir abstrato. O uso da moeda supõe a adoção de atitudes voltadas para um projeto, com uma infinidade de possíveis. Para indivíduos formados e preparados para uma economia tendendo a assegurar a satisfação imediata das necessidades, o uso racional da moeda, enquanto mediação universal das relações econômicas, supõe necessariamente uma aprendizagem longa e difícil. A monetarização das trocas serve para reforçar a demonstração do caráter histórico das relações capitalistas. Contrariamente à visão dos economistas que falam da moeda como um meio de facilitar as trocas, Bourdieu explicita todas as rupturas objetivas e subjetivas que o uso da moeda implica.

As análises precedentes mostram como as experiências passadas funcionam a cada momento como uma matriz de percepção, o que leva Bourdieu a dizer em “O campo econômico”, que

a razão (ou a racionalidade) é *bounded*, limitada, não só, como crê Herbert Simon, porque o espírito humano é genericamente limitado [...], mas porque é socialmente estruturado, determinado e, por isso, limitado. [...] os agentes não são universais porque as suas propriedades, e em particular as suas preferências e os seus gostos, são o produto da sua posição e dos seus deslocamentos no espaço social, logo da história coletiva e individual (Bourdieu, 2001: 262-263).

O comportamento de cada agente é função menos de suas estratégias e cálculos explícitos do que de seu “senso de jogo”, adquirido ao longo de seu itinerário social.<sup>9</sup> A substituição do léxico da decisão por disposição, ou do adjetivo “racional” por “razoável”, é indispensável para exprimir uma visão da ação radicalmente diferente daquela que fundamenta, de maneira frequentemente implícita, a teoria neoclássica.

Substituindo a utilização do termo *ethos*, *habitus* está presente desde os primeiros textos, assim como a ideia de um princípio gerador de estratégias, sem ser, de algum modo, o produto de uma verdadeira intenção estratégica. “A consciência do desemprego estrutural pode inspirar as condutas e determinar as opiniões sem aparecer, claramente, aos espíritos que ela assombra

e sem chegar a se formular explicitamente” (Bourdieu, 1963b: 268). Do mesmo modo é esboçada a noção de história incorporada:

um conjunto de saberes empíricos transmitidos pela educação difusa ou específica de saberes acionados e implícitos, à maneira do manejo da língua materna, mais do que concebidos explicitamente e solidárias com uma “sabedoria” que não é constituída e unificada enquanto tal (Bourdieu, 1963b: 26).

Embora vise à análise prioritariamente das condutas econômicas, ele mostra que a reestruturação das práticas, após o desenraizamento do universo tradicional, assume uma forma sistemática. Tendo em comum a suposta referência a um futuro calculado, todas as formas de ação racional (regulação dos nascimentos, poupança, preocupação com a educação das crianças), tornam-se, então, unificadas pela afinidade estrutural (Bourdieu, 1977a: 95). O estudo das práticas econômicas dos antigos camponeses cabila abriu, assim, a via para a teorização de uma “economia das práticas” em todos os domínios da vida social.

Em *Esboço de uma teoria da prática* (1972) e em *O senso prático* (1980), Bourdieu vai formular um conceito geral da ação operando uma ruptura com a concepção estruturalista dos agentes, que os considera simples suportes de estruturas ou executantes de regras, atribuindo-lhes uma “espontaneidade condicionada”. No prefácio de *O senso prático*, ele compartilha seu itinerário de interrogações alimentadas por esse olhar cruzado acerca da realidade mais familiar e mais estrangeira, que lhe permitiu transformar uma simples observação do seu meio de origem (a aproximação da distância genealógica em função do interesse que se pode ter ao enunciar um parentesco), em uma interrogação a respeito das condições de obediência à regra de casamento com a prima paralela, considerada como típica em sociedades árabe-berberes. Recorrendo à análise estatística, ele constatou que esse tipo de casamento preferencial representa apenas 4% das uniões contraídas, o que o levou a se perguntar, apoiando-se em Wittgenstein, sobre as condições de obediência à regra. Ele introduz a essa etapa a noção de estratégia, que restitui aos agentes uma margem de criação e de improvisação, fruto de uma percepção de possíveis, como também de prováveis, e os permite operar ajustes sobre as chances objetivas.

Abordando principalmente a questão do dinheiro, Bourdieu vai opor-se radicalmente à concepção da teoria neoclássica de um indivíduo abstrato e genérico, demonstrando que, numa afirmação que ele retomou em *As estruturas sociais da economia*:

as disposições econômicas as mais fundamentais, necessidades, preferências, propensões [ao trabalho, à poupança, ao investimento], não são exógenas, isto é, dependentes de uma natureza humana universal, mas *endógenas* e dependentes de uma história, que é precisamente a do cosmos econômico, onde são exigidas e recompensadas (Bourdieu, 2001: 22).

Bourdieu mostrou também que, paradoxalmente, o processo de constituição da economia como um domínio separado é, ele mesmo, indissociável de uma nova forma de recalçamento e denegação da economia e do econômico, bem como da autonomização de microcosmos de produtores intelectuais – escritores, pintores, artistas, cientistas –, que se institui com a emergência de campos de produção cultural fundados sobre o recalçamento de suas condições econômicas e sociais de possibilidade. Bourdieu deu uma atenção particular a esse tipo de produção e seus trabalhos sobre a Argélia revelam-se fonte de inovação conceitual, ainda que o conceito de *campo* tenha sido forjado apenas com o seu retorno à França.

### **CAPITAL SIMBÓLICO E DENEGAÇÃO DO INTERESSE**

Como sublinha em *Razões práticas* (Bourdieu, 1997a), em seus últimos trabalhos sobre a Argélia, informado ainda pela pesquisa sobre a configuração social de sua terra natal (Béarn) e pelo domínio prático que tinha da economia doméstica, Bourdieu desenvolveu o conceito de capital simbólico. Ele mostra que a economia pré-capitalista repousa numa denegação do que consideramos ser a própria economia, obrigando a ter implícito certo número de operações e de representações acerca dessas operações: a economia de bens simbólicos repousa no recalçamento ou na censura do interesse econômico. Contrariamente às representações correntes das sociedades pré-capitalistas, essas práticas não cessam de obedecer ao cálculo econômico, ainda que pareçam desinteressadas, porque escapam à lógica do cálculo interessado (no sentido restrito) e se orientam por questões não materiais e dificilmente quantificáveis, tradicionalmente relegadas pelos economistas à irracionalidade do sentimento e da paixão.

Na sociedade tradicional, efetivamente, a estratégia consiste em acumular o capital de honra e de prestígio – que se pode adquirir, sobretudo, por casamentos e confrontos políticos face a face –, produzindo uma clientela, que fornece a solução adequada ao problema que envolveria a manutenção permanente de toda a força de trabalho. O capital simbólico (o prestígio, o nome de família), que se reconverte facilmente em capital econômico, constitui uma forma preciosa de acumulação em uma sociedade na qual o rigor do clima e a fragilidade dos meios exigem o trabalho coletivo. Essa convertibilidade do capital simbólico em capital econômico é mobilizada para explicar a economia pré-capitalista. Bourdieu chama a atenção principalmente sobre o fato de que a circulação de bens ocasionados pelo casamento, “o dote, dissimula a circulação potencial de bens indissociavelmente materiais e simbólicos os quais são apenas o aspecto mais visível aos olhos do *homo-economicus* capitalista” (Bourdieu, 1972: 240). A apropriação de uma clientela,

mesmo que herdada, diz o autor, supõe um *trabalho*, quer se trate de assistência política contra as agressões, os roubos, as ofensas, quer de assistências econômicas, frequente em casos de escassez. Em um contexto caracterizado pela fragilidade dos modos de produção, a ação dos mecanismos sociais que tendem a fazer da acumulação de capital simbólico a única forma legítima de acumulação, impondo a dissimulação ou o recalçamento do interesse econômico, tendia a impedir o capital material. Retomando os trabalhos de René Maunier (1930), Bourdieu menciona que, algumas vezes, a assembleia intervinha para advertir as pessoas de “não se enriquecerem” (Bourdieu, 1972: 238).

Essa denegação das práticas “econômicas” concerne tanto à produção quanto à circulação, ambas sendo dotadas de uma ambiguidade, espécie de contradição entre a verdade objetiva e subjetiva. Tudo se passa, na verdade, como se a especificidade da economia tradicional residisse no fato de que a ação econômica não pode reconhecer explicitamente os fins econômicos em relação aos quais ela é objetivamente orientada. As festas, as cerimônias, as trocas de presentes (instituição que cumpre a função designada ao crédito em nossa sociedade) são vividas como muitos atos de generosidade – graças ao intervalo de tempo que separa o dom e o contradom (que torna possível o risco, por menor que seja, de não haver contradom) –, e dão lugar a uma percepção isenta de todo cálculo, mesmo que elas sejam indispensáveis para a existência do grupo e de sua reprodução econômica. Insistindo sobre o intervalo de tempo interposto entre o dom e o contradom, que os permite “aparecer e se parecer como tantos atos inaugurais de generosidade, sem passado nem futuro”, Bourdieu rejeita a construção objetivista de Claude Lévi-Strauss que projeta retrospectivamente o contradom no projeto do dom, transformando-os, assim, em um encadeamento mecânico de atos obrigatórios. Ela

[a construção objetivista] faz desaparecer [...] as condições de possibilidade do *desconhecimento institucionalmente organizado e garantido*, que está no princípio da troca de dons e, talvez, de todo trabalho simbólico visando a transmutar, pela comunicação e pela cooperação, as relações inevitáveis que impõem o parentesco, a vizinhança e o trabalho, em relações eletivas de reciprocidade (Bourdieu, 1972: 228).

Essa maneira de ver, nos diz ele, reduz a troca de dons ao doador-doador, não se podendo mais distinguir entre uma troca de dom e um ato de crédito.

A troca de dons (ou de serviços) se opõe ao doador-doador da “economia econômica” na medida em que ela tem por princípio não um sujeito calculador, mas um agente socialmente predisposto a entrar, sem intenção nem cálculo, em um jogo de troca. A boa fé ou a boa reputação constitui a melhor, se não a única, garantia econômica (Bourdieu, 1972). As pesquisas etnográficas e sociológicas a respeito dos diferentes domínios artísticos permitiram a Bourdieu afinar o conceito de capital simbólico e de demonstrar que o poder de nomear – o poder simbólico – é também fundamental nas sociedades mo-

dermas da Europa. O que resultará de seus trabalhos a respeito da multiplicidade dos produtores culturais na França, não é a ausência da competição entre indivíduos por ter uma fala autorizada no interior do grupo, mas, sim, que essa competição se torna o polo dominado das concorrências propriamente econômicas.

Bourdieu mostrou que em nossa sociedade, no centro mesmo da “economia econômica”, ou de mercados (para fazer referência ao senso comum), encontra-se também a lógica da economia simbólica que transforma a verdade das relações de dominação – em particular nas relações paternalistas ou nas economias camponesas de certas regiões da França, como Gascogne, onde o direito de primogenitura assegura a perenidade da exploração das terras. A contrapartida desse costume, que impede a divisão das terras com a morte do pai, exige que o filho mais novo renuncie ao casamento, ou que ele parta, ou ainda que se torne um “trabalhador doméstico sem salário” na exploração das terras familiares. Bourdieu fala de alquimia simbólica que faz com que o caçula responda a essa desapropriação sem mesmo se colocar a questão da obediência. É o resultado de um trabalho de socialização e de apreciação de todo o grupo que permite perceber as injunções inscritas em uma situação, ou em um discurso, e os obedecer.

A partir dos anos 1970, Pierre Bourdieu desenvolveu trabalhos sociológicos na França a respeito da sociologia do ensino superior, da frequência aos museus, dos usos da fotografia e da produção de bens culturais. As lógicas das condutas de honra (acumulação ou perda de credibilidade) estudadas entre os camponeses cabila organizaram seu olhar para descrever os “mundos da arte”, as práticas econômicas dos escritores, dos grandes costureiros, dos editores, ou dos empresários da casa própria. O conceito de capital simbólico, que ele afinou especialmente para o estudo das obras de arte, permitiu-lhe analisar setores inteiros das economias ditas capitalistas que não funcionam segundo a lei do lucro como a busca pela maximização do rendimento monetário, tal como a produção dos bens culturais (Bourdieu, 1977b; 1992; 1999), e se destacar, assim, da economia neoclássica e marxista. De fato, Pierre Bourdieu mostrará que a constituição da economia enquanto economia, como mostrou Karl Polanyi (1944), operada progressivamente nas sociedades europeias, é acompanhada da constituição de ilhas ou microcosmos de uma espécie de economia pré-capitalista – como o mercado da arte ou o universo científico –, que se perpetuam no sistema capitalista constituído como tal. Enquanto nesse se constitui um espaço de jogo, no qual o princípio é a lei do lucro material e onde o espírito de cálculo se afirma, onde “negócios são negócios”, com a gênese de um campo artístico ou literário, é a emergência progressiva do mundo econômico invertido que se apresenta, no qual as sanções positivas do mercado são indiferentes, até mesmo negativas (Bourdieu, 1992: 121-126).

Nos campos artístico e literário, o sucesso comercial pode ter valor de condenação e, inversamente, o artista maldito pode tirar partido de sua maldição, incluindo sua indigência material. O voto de pobreza, como em certos universos religiosos, parece constituir uma espécie de contrapartida ao primado dos investimentos nos “valores espirituais” e as atividades culturais são vividas como vocação. Trata-se de um mundo ao avesso, no qual a verdade dos preços é excluída. Sua análise dos produtos culturais mostra tal fenômeno como “realidades de dupla face, mercadorias e significações, cujo valor propriamente simbólico e o valor mercantil permanecem relativamente independentes” (Bourdieu, 1996: 162). Como nas sociedades tradicionais, o fracasso das empresas com base em critérios propriamente econômicos pode ser uma condição para obtenção do reconhecimento do grupo. Ademais, os valores simbólicos e as disputas retóricas que eles implicam não podem ser considerados como aspectos secundários, podendo ser analisados num momento posterior, a fim de dotar com maior realismo um modelo econômico. Os fatores culturais, com efeito, não são uma fachada que ocultariam as estruturas profundas das trocas econômicas; eles são uma das condições de possibilidade desses mercados. Em um artigo de 1977, sublinha que os universos artísticos, nos quais “um investimento será tanto mais produtivo, do ponto de vista simbólico, quanto menos for declarado” (Bourdieu, 2004: 23), constituem um “desafio [...] a toda espécie de economicismo”: eles implicam uma economia que funciona apenas “mediante um recalçamento constante e coletivo do interesse propriamente ‘econômico’ e da verdade das práticas desvendadas pela análise ‘econômica’” (Bourdieu, 2004: 19). O interesse é aqui negado, as sanções positivas do mercado são indiferentes, mesmo estigmatizantes, e as práticas se prestam a duas leituras opostas, mas igualmente falsas, que as reduzem ao altruísmo ou ao lucro (Bourdieu, 1977a; 1992: 201).

O capital simbólico supõe a existência de agentes sociais constituídos de tal maneira que eles acordam em uma crença não explícita “uma submissão dóxica às injunções do mundo, obtida quando as estruturas mentais da-quele a quem se dirige a injunção estão de acordo com as estruturas envolvidas na injunção que lhe é dirigida” (Bourdieu, 1997a: 171). É o compartilhamento das categorias de percepção, o tabu da explicitação, o trabalho de elaboração de eufemismos que permitem o encantamento da relação de dominação: a cumplicidade levando à submissão do caçula, a exploração doce do pintor pelo *marchand*, o efeito mágico da assinatura. “Uma revolução simbólica (a operada por Manet, por exemplo) pode ser-nos incompreensível enquanto tal porque as categorias da percepção que ela produziu e impôs se nos tornaram naturais e aquelas que derrubou se nos tornaram estranhas” (Bourdieu, 1996: 419, 3ª parte, cap. I, nota 38).

Nas sociedades capitalistas, um aspecto fundamental dessa economia dos produtos culturais de funcionamentos *suis generis* consiste no fato de que

as instituições, aparentemente encarregadas da circulação, são parte integrante do aparelho de produção que deve produzir e assegurar a crença nos valores de seu produto. A definição da qualidade, para um romance ou para uma obra de arte contemporânea, é o objeto da disputa de que participam os produtores, os intermediários, os mecenas que as suscitaram, o Estado e o conjunto dos agentes engajados no campo de produção. Bourdieu sublinhou que o valor das obras artísticas é o produto de mecanismos coletivos envolvendo todo um conjunto de sacerdotes e de crenças (críticos, instituição escolar, amadores esclarecidos ou movidos por uma boa vontade cultural etc.). Acrescentou ainda que talvez seja por se negligenciar cotidianamente esse trabalho social coletivo de valorização que “as obras de arte fornecem um exemplo perfeito àqueles que pretendem refutar a teoria marxista do valor trabalho” (Bourdieu, 2004: 22).

Se os primeiros trabalhos de Bourdieu, depois de 1965, trataram do processo de autonomização dos campos de produção cultural e das suas condições históricas, artigos mais recentes evocaram, em diferentes momentos, ao menos nos anos 1990, a possibilidade, hoje, de uma regressão a formas de heteronomia dos universos de produção cultural (Bourdieu, 1992: 467-472; 1999). Ele fala de um crescimento tendencial, de longa duração, de grandes empresas de produção em detrimento do modelo do criador autônomo (Bourdieu, 1989). Ao longo das últimas décadas, os movimentos de concentração que foram produzidos num domínio como o da edição (Bourdieu, 1999), em que se verifica a influência crescente das mídias sobre o campo de produção cultural (Bourdieu, 1997b), participavam, sem dúvida, de uma aceleração desse processo, para o qual os políticos de inspiração neoliberal contribuíram. Tal processo de concentração é ilustrado pelo caso da televisão francesa, cujas transformações tiveram, ao menos em parte, origem nas decisões políticas que colocaram um fim no “monopólio público dos canais” em benefício de um “mercado” fortemente regido pela busca de publicidade e de audiência. Esses textos refletem bem a preocupação, muito presente na obra de Bourdieu, com a historicidade, e vão evocar a virtualidade de uma maior heteronomia dos campos específicos segundo as épocas consideradas.

Diferentemente dos trabalhos a respeito da Argélia, os textos sobre a constituição de microcosmos de atividades culturais, dotadas de questões e de modalidades de sanções específicas às diferentes estratégias implementadas pelos agentes, relataram a diferenciação de espaços de jogo autônomo, dos *campos*. Para explicar o universo de produção simbólica – tal como a criação literária, o mundo da arte, a moda, a ciência e a religião (Bourdieu, 1992; 1975; 1976; 1971b) – e o peso de suas limitações específicas, Bourdieu vai utilizar o conceito de *campo*, que lhe permitiu articular as exigências das especificidades dos produtos (sobretudo a produção literária que é vivida pelos produtores como uma vocação) e a análise das propriedades e dos cons-

trangimentos aos quais são submetidos os produtores. O conceito de *campo* convidava a passar do projeto criador da consciência singular às disposições e às condições que determinam a atividade de um pintor ou de um escritor, integrando, como elemento de compreensão complementar, o *habitus* e o conjunto de recursos possuídos por cada um, cuja mobilização é mais ou menos forte segundo regras do jogo em vigor em cada *campo*. A análise dos campos culturais influenciou, portanto, a pesquisa sobre o campo econômico. Contribuiu, assim, para um avanço teórico na compreensão do funcionamento do conjunto dos mercados, analisando o estado das forças sobre o conjunto das empresas envolvidas na produção de bens semelhantes.

### **PENSAR OS MERCADOS EM TERMOS RELACIONAIS: O CONCEITO DE CAMPO**

Ainda que nos domínios não regulados diretamente pelas relações mercantis Bourdieu tenha frequentemente utilizado a noção de *mercado* – insistindo a respeito das questões materiais que existem mesmo nas trocas mais “espirituais”<sup>10</sup> –, ele vai se valer do termo *campo* para designar a produção e as trocas econômicas consideradas no seu conjunto, ou tendo em vista os tipos de produto, e do termo *capital* para os recursos possíveis de serem mobilizados nesse espaço, instrumento essencial para configurar as relações de força que estruturam o campo. No entanto, diferentemente da teoria neoclássica e da teoria marxista, o dinheiro não constitui o único trunfo para se diferenciar nas atividades econômicas. Como ele bem mostrou em *La noblesse d’État* (Bourdieu, 1989) – especialmente na parte que diz respeito ao patronato, à família, à escola –, o fato de ter pertencido ao corpo dos altos funcionários do Estado também é elemento a ser considerado para explicar a posição dominante de uma elite específica na economia francesa. A mesma obra explicita que o direito de primogenitura se viu descartado dos costumes de sucessão em benefício dos filhos dotados de diplomas e de competências mais raras.

Contrariamente aos economistas neoclássicos, que desaparecem com a questão das condições econômicas e culturais da conduta econômica racional, ou seja, que consideram a racionalidade econômica como universal e inscrita na natureza humana, Bourdieu, munido de sua experiência argelina, afirma a necessidade de fazer a gênese das disposições econômicas do agente econômico, especialmente de seus gostos, de suas necessidades, de suas propensões ou de suas aptidões para o cálculo, a poupança, ou o trabalho. De outro lado, preconiza a análise da gênese do próprio campo econômico, isto é, a história do processo de diferenciação e de autonomização que resulta na constituição desse jogo específico, o campo econômico obedecendo suas próprias leis e tendo uma validade limitada à autonomização radical que opera

a teoria pura constituindo a esfera econômica como um universo separado. Segundo ele, é essencial ver que a esfera das trocas mercantis separou-se progressivamente dos outros domínios da existência e se afirmou um *nomos* específico, no qual o interesse econômico se impôs como princípio de visão dominante. É preciso ver como o espírito de cálculo se impõe pouco a pouco a todos os domínios da prática contra a lógica da economia doméstica, fundada sobre a denegação do cálculo e a generosidade ou gratuidade. Bourdieu menciona que,

a revolução ética ao cabo da qual a economia pode constituir-se enquanto tal, na objetividade de um universo separado, regido pelas suas próprias leis, as do cálculo interesseiro e da concorrência sem limites pelo o lucro, encontra a sua expressão na teoria econômica “pura” que registra, inscrevendo-a tacitamente no princípio da sua construção de objeto, a clivagem social e a abstração prática cujo produto é o cosmos econômico (Bourdieu, 2001: 20).

É assim que Bourdieu considera, da mesma maneira que Max Weber, a teoria da utilidade marginal como “um fato histórico-cultural”, que manifesta esse aspecto fundamental das sociedades contemporâneas, qual seja, a tendência à racionalização formal, correlativa com a generalização das trocas monetárias (Bourdieu, 2001: 19). O interesse econômico, ao qual se tem a tendência a reduzir todas as formas de interesse, é a forma específica que reveste o investimento no campo econômico, uma vez que este é apreendido pelos agentes dotados de disposições e de crenças adequadas, porque adquiridas em e por uma experiência precoce e prolongada de suas regularidades e de sua necessidade. Esse ajuste da realidade a um modelo de relações e disposições que esquece as condições históricas de possibilidade deve muito aos enunciados dos próprios economistas.<sup>11</sup> “À teoria econômica em sua forma mais pura”, diz Bourdieu,

[...] isto é, mais formalizada, que nunca é tão neutra quanto crê e quer fazer crer, e às políticas que são implementadas em seu nome ou legitimadas por seu intermédio, interpõem-se agentes e instituições que são impregnados de todos os pressupostos herdados da imersão num mundo econômico particular, saído de uma história social singular. A economia neoliberal, cuja lógica tende hoje a impor a todo o mundo, por intermédio de instâncias internacionais, como o Banco Mundial, ou o FMI e os governos a que estas ditam, direta ou indiretamente, os seus princípios de “governança”, deve um certo número das suas características, pretensamente universais, ao fato de estar imersa, *embedded*, numa sociedade particular, isto é, enraizada num sistema de crenças e valores, num *ethos* e numa visão moral do mundo. Em suma, num *sensu comum econômico*, ligado, enquanto tal, às estruturas sociais e às estruturas cognitivas de uma ordem social particular (Bourdieu, 2001: 24, grifos do autor).

Outra diferença em relação à teoria neoclássica – longe de ser um universo atomizado no qual se confrontam agentes intercambiáveis tendo um peso negligenciável sobre os mecanismos de mercado –, o campo é socialmente construído, e os agentes, dotados de recursos diferentes, interagem

para realizar trocas mercantis, bem como conservar ou transformar a relação de força em vigor. Longe de estarem diante de um universo sem gravidade, as empresas são orientadas pelos limites e pelas possibilidades que estão inscritas em suas posições, assim como na representação que elas fazem dessa posição e daquelas de seus concorrentes, em função de sua informação e de suas estruturas cognitivas. A força ligada a um agente depende de seus diferentes trunfos, fatores diferenciais de sucesso (ou de fracasso), que podem lhe assegurar uma vantagem na concorrência, isto é, mais precisamente o volume e a estrutura do capital que possui sob suas diferentes formas: capital financeiro, capital cultural (capital tecnológico, jurídico, organizacional),<sup>12</sup> capital social (conjunto de recursos disponíveis por meio de uma rede de relação mais ou menos mobilizável e mais ou menos extensa, que procura uma vantagem competitiva<sup>13</sup>) e capital simbólico (imagem da marca). Tem-se uma relação de força entre as empresas que, por seu tamanho ou sua imagem da marca, podem impor as regras do jogo. Percebe-se, aqui, que a abordagem estrutural considera os efeitos que resultam além de toda interação: a estrutura do campo, definida por uma distribuição desigual do capital, pesa, ao lado de toda intervenção ou manipulação direta, sobre o conjunto de agentes engajados no campo, restringindo tanto mais o universo de possíveis que lhes é aberto quando eles estão mal posicionados nessa distribuição. As grandes empresas impõem a definição mais favorável de trunfos a seus interesses. As empresas dominantes são, portanto, aquelas que ocupam uma posição tal que a estrutura age a seu favor e têm parte ligada com o estado global do campo, lutando para perpetuar ou redobrar sua dominação. Elas constituem um ponto de referência para as concorrentes, que, não importa o que façam, são obrigadas a tomarem posição em relação a elas. Se tiverem interesse em aumentar a demanda de seus produtos, elas devem igualmente defender suas posições contra os concorrentes com barreiras à entrada ou restrições econômicas. É essa estrutura social específica que comanda as tendências iminentes aos mecanismos do campo econômico e, ao mesmo tempo, as margens de liberdade deixadas aos agentes.

Alguns agentes são de tal modo dotados que podem agir sobre o campo, seja impondo seus preços porque controlam uma grande parte do mercado ou introduzem novas tecnologias, seja impondo mudanças das regras do jogo que lhes seriam favoráveis, fazendo pressão, como veremos adiante, sobre a burocracia do Estado. É por isso que, ao invés de conceber a estrutura do campo como um algo que se impõe a todos os agentes, essa visão estrutural admite que os agentes econômicos modifiquem o campo no qual se movem. Segue-se que a estrutura do campo pesa sobre o conjunto dos agentes econômicos a despeito de toda intervenção direta, opondo-se assim ao interacionismo que abarca uma visão da ordem econômica e social reduzida a uma pluralidade de indivíduos interagindo frequentemente de maneira contratual,

o que restringe ainda mais o espaço dos possíveis oferecido para aqueles mal posicionados na distribuição dos recursos. Está-se aqui numa configuração diferente daquela da teoria dos jogos, tão apreciada pelos economistas, que reduz os efeitos produzidos pelo campo econômico a um jogo de antecipação recíproca desprovida de toda a transcendência em relação àqueles que estão engajados no momento (Bourdieu, 2001: 243-244).

A estrutura do campo comanda o direito de entrada nele e a distribuição de probabilidades de ganhos. As empresas dominantes (*market leaders*) constituem um ponto de referência obrigatório para os outros concorrentes (*challengers*), os quais, não importando o que façam, são intimados a tomar posição. Uma das maneiras de evitar a concorrência pode, então, consistir em se especializar em novos campos, ou nichos do mercado. As fronteiras do campo, vistas aqui, são uma trama de lutas, pois os agentes econômicos trabalham sem cessar para excluir os concorrentes atuais ou potenciais, para produzir critérios de reconhecimento, os direitos de entrada suscetíveis de favorecer a empresa deles no campo e o poder de dizer o que é legítimo ou não, como se pode observar no campo artístico. Há, em alguma medida, pelo menos duas questões diferentes: maximizar os lucros em curto prazo, como os economistas assinalam, e garantir a possibilidade de que as chances de ganho se prolonguem no tempo, ou seja, evitar que o mercado quebre ou que a empresa seja excluída dele.

Assim, a noção de campo marca a ruptura com a lógica abstrata da determinação automática, ou mecânica, do preço sobre os mercados, a uma concorrência sem limites. É a estrutura do campo, isto é, o estado da relação de força entre os agentes que determina as condições nas quais estes são levados a decidir (ou a negociar) os preços de compra e os de venda. Existe, a cada instante, uma diversidade de possíveis, certa liberdade de jogo, porém não se pode esquecer que as decisões são escolhas entre possíveis definidos previamente, limitados pela estrutura do campo. Consequentemente, “não são os preços que fazem tudo, é o todo que faz os preços” (Bourdieu, 2001: 243).

As grandes empresas têm a possibilidade de impor a representação mais favorável a seus interesses, a maneira de jogar e as regras do jogo, especialmente sobre o poder de regulamentação e os direitos de propriedade, tendo recorrido ao Estado, que é quem possui a possibilidade de exercer uma influência determinante sobre o funcionamento do campo econômico (como também, em menor medida, sobre outros campos). O Estado contribui com a existência e a continuidade do campo econômico, mas também com a estrutura de relações de força que o caracteriza. No que diz respeito à pesquisa acerca do mercado da casa própria, Bourdieu mostra que a burocracia do Estado é um espaço de luta, de concorrência e de colaboração entre os bancos e as empresas de construção, do lado do setor privado, e, os ministérios, os altos funcionários do Estado e os inspetores de finanças, do lado do setor

público. As afinidade eletivas ou as clivagens entre os decisores diplomados pelas escolas de engenharia (Polytechnique, Centrale, Ponts et Chaussées, Mines) têm um papel não desprezível no momento das reuniões e nos comitês que definem as regras a médio e longo prazos. O Estado contribui, assim, com a construção do mercado: construção da demanda por meio da produção de disposições individuais e, mais precisamente, de sistemas de preferências individuais – em matéria de locação ou de propriedade –, bem como por meio da atribuição de recursos necessários, ou seja, as subvenções para a construção ou a moradia definidas pelas leis, as quais se podem descrever a gênese. A construção da oferta, por via da política de Estado (ou dos bancos) de concessão de crédito aos construtores, contribui para definir as condições de acesso ao mercado e a posição na estrutura do campo das construtoras, cujas restrições estruturais pesam sobre a escolha de cada uma delas no que diz respeito à produção e à publicidade (ver Bourdieu, 2001: 78-89). De modo geral, as políticas fiscais, os programas de transferência de recursos para as famílias, a assistência social, agem sobre o consumo. As leis orçamentárias, as despesas de infraestrutura, têm efeitos estruturantes especialmente nos domínios da energia, da habitação, das comunicações. A imposição de regras do jogo econômico, como o contrato de trabalho, constitui tantas intervenções políticas que fazem do campo burocrático um estimulador macroeconômico, colaborando para assegurar a estabilidade e a previsibilidade do campo econômico.

A atenção dirigida à diferenciação desses espaços, e a seus efeitos, é também uma das grandes diferenças que a análise sociológica inspirada pelo modelo dos campos culturais apresenta em relação à economia de inspiração neoclássica. Para Bourdieu, efetivamente, as leis gerais de funcionamento que valem para todos os campos, e mais especialmente para todos os campos de produção econômica, se especificam segundo as características de seus produtos. A noção de campo permite explicar as diferenças entre as empresas e as relações objetivas de complementaridade na rivalidade que, ao mesmo tempo, as unem e as opõem. No entanto, cada subcampo econômico (correspondendo ao que comumente se chama “setor”, “cadeia de produção”, ou ainda “ramo da indústria”) depende do estado de desenvolvimento (e especialmente do grau de concentração) da atividade econômica considerada e da particularidade do produto. As propriedades diferenciais funcionam como enquadramentos, impondo triunfos específicos a cada campo.

No mercado da casa própria, por exemplo, é a grande carga simbólica investida que explica, parcialmente, as relações objetivas que se instauram entre as diferentes construtoras, a saber, a predominância esmagadora das empresas nacionais e a persistência de pequenas empresas artesanais ao lado de grandes empresas industriais. O mesmo vale para as estratégias pu-

blicitárias. A casa é, com efeito, um bem material exposto permanentemente à percepção de todos. Ela representa um investimento econômico e se enquadra, como elemento do patrimônio durável e transmissível, num projeto de reprodução biológica e social. De outro lado, a casa é um produto ligado ao espaço, porque deve ser construída nele, e é aprisionada à lógica de tradições locais por meio das normas da arquitetura e dos gostos dos compradores para os estilos regionais, o que explica a sobrevivência de pequenos mercados locais. Por essas razões, as pequenas empresas artesanais são, nesse sentido, indispensáveis ao funcionamento de todo o sistema ao qual elas fornecem sua justificação simbólica. As propriedades específicas, que fazem da casa um produto singular, explicam as características particulares do campo de produção da habitação (Bourdieu, 2001: 36-42).

A produção da casa se situa a meio caminho entre duas formas opostas de atividades produtivas: de um lado, as obras de arte, nas quais a parte da produção referente à fabricação do material é relativamente fraca e atribuída ao próprio artista, enquanto a parte que diz respeito à promoção e à criação simbólica da obra é muito mais importante; de outro, a produção de bens materiais tais como petróleo, carvão, aço, em que o aparelho de fabricação ocupa um lugar preponderante, uma vez que a parte do investimento simbólico é muito fraca.<sup>14</sup>

Bourdieu evoca um *continuum* de atividades muito diversas, no qual a atividade de produção simbólica do produto ocupa um lugar mais ou menos importante, tendo cada um sua especificidade. A alta costura, por exemplo, caracteriza-se pela necessidade de inovação permanente. A produção automobilística notabiliza-se entre outras pela preocupação com o *design*, a criação de marcas e de modelos. Enquanto os autores da economia neoclássica, e mesmo sociólogos que limitam sua atenção à especificidade da economia de certos bens “diferentes de outros”, qualificam de “*standards*” os bens de uso cotidiano, Bourdieu faz referência aos produtos que possuem uma carga simbólica mais ou menos importante: como em *A distinção* (1979), o sentido atribuído aos produtos ou às práticas não pode ser pensado de modo essencialista, porém relativo. O caráter “standard” ou “simbólico” dos bens não pode ser visto como uma propriedade intrínseca. A distinção entre bens “standard” e bens simbólicos é uma disputa e um instrumento de lutas no espaço em que as trocas econômicas ocorrem. Nada é mais classificador em relação ao indivíduo que seu endereço, a aparência de sua casa, seu modo de se vestir, de comer ou, ainda, a marca de seu carro. Esses são os gostos associados ao cotidiano, que os economistas nomeiam de “preferências reveladas”, explicam o sentido da *boutade* segundo a qual “os classificadores são classificados por sua classificação” (Bourdieu, 1979).

Quanto mais se assiste a fusões, no sentido de uma transformação profunda da estrutura das empresas, mais a luta se circunscreve a um peque-

no número de poderosas empresas concorrentes, que, longe de se ajustarem a uma situação do mercado, têm a possibilidade de fabricar ativamente essa situação. “Pensar nos termos do campo, é pensar relacionalmente” e é um princípio de análise do trabalho científico. É estabelecer o que constitui o mundo social. Não são classes fixas, categorias sociais essencializadas, ou simples interações que põem em contato os indivíduos isolados e sem qualidades, sem propriedades, sem herança, mas relações objetivas que se podem descrever mesmo a despeito da consciência mais ou menos clara que os agentes possuem. Uma vez que o campo econômico, ou qualquer outro campo, se apresenta como um campo de lutas entre os atores ocupando posições objetivas dessemelhantes e fazendo sentido uma em relação a outras, isto assegura a acumulação de um capital específico, ou sua conservação, ou, ainda, sua transformação.

## CONCLUSÃO

Ao longo de sua obra, Pierre Bourdieu se utilizou de muitos trabalhos empíricos e eles, longe de se oporem ao trabalho teórico, constituíram uma condição *sine qua non* deste último. É percebendo realidades diferentes no curso de pesquisas sucessivas, mesmo voltando aos materiais empíricos com um equipamento teórico mais poderoso, permitindo fornecer explicações de ordem mais geral e mais próxima da experiência (Bourdieu, 2002: 9), que ele pôde forjar um sistema de conceitos capaz de compreender os fatos sociais, dos quais fazem parte os fatos econômicos. A importância do trabalho empírico é justificada porque o mundo social está presente em cada ação “econômica” e, segundo ele, é preciso se armar de instrumentos de conhecimento, que, longe de pôr entre parênteses a multidimensionalidade e a multifuncionalidade das práticas, permitam construir modelos históricos suscetíveis de dar razão, com rigor e parcimônia, às ações e às instituições econômicas tais como elas se deixam ver ao observador atento.

Contrariamente às leituras superficiais a propósito de seus primeiros trabalhos a respeito dos sistemas de ensino, que sugeriam uma fatalidade da reprodução social, os trabalhos de Bourdieu com o conceito de *habitus* e de campo – enfatizando a inscrição do social no corpo dos indivíduos e na objetividade das instituições –, destacam a gênese, a transformação dos mercados e as crises. Os trabalhos de Bourdieu tratam de uma economia plena de relações objetivas de poder. O “capital” não é mais unicamente um capital econômico, mas abarca a acumulação diferencial segundo as posições dos agentes no campo e a época considerada, remetendo a uma relação de dominação. Aqui se está distante da teoria das escolhas racionais na qual interagem indivíduos dotados de recursos iguais ou equivalentes.

De outro lado, a introdução do simbólico no centro da compreensão da economia possibilitou renovar a abordagem dominante em economia, apoiando-se em tradições antropológicas e sociológicas que os economistas negligenciam. Elas são tanto mais importantes, uma vez que a fronteira de bens simbólicos é claramente maior do que se pode pensar numa primeira vista, e que a teoria neoclássica, que durante muito tempo foi consagrada à análise de bens *standards* provindos de atividades industriais e agrícolas, e mesmo do comércio de serviços pessoais, tem, assim, um interesse crescente por esses “bens diferentes de outros”, cuja raridade tem outras origens que a simples exiguidade dos fatores de produção (Durval & Garcia-Parpet, 2012). “A economia dos bens simbólicos” – que não é exclusiva aos setores culturais, porém talvez mais visível neles – constituía, para Bourdieu, uma espécie de paradigma da “economia geral das práticas”, que ele opunha, de modo muito mais amplo, à “economia”, do seu ponto de vista próxima da ciência econômica “*mainstream*”, para utilizar o jargão dos praticantes.

Enfim, a “institucionalização” dos mercados interdependentes e formadores de preços supõe a ação de homens políticos e economistas, em particular aquela ação fundamental constituída pela atividade de nomear o mundo social. Em seus últimos anos de vida, Bourdieu dava uma atenção crescente ao que havia designado por “efeito de teoria”, ou seja, a inscrição, na realidade social, dos modelos construídos para explicá-la. Um modo de nos lembrar de que os debates suscitados pela teoria econômica trazem tanto constatações de uma realidade objetiva, que existiria independentemente de toda atividade intelectual, quanto modelos performativos, que contribuem para a gênese de novas situações econômicas e sociais.

É “o ar rarefeito da teoria pura” que Bourdieu denuncia ao longo de sua obra, privilegiando, no seu caso, a “descrição”, os trabalhos históricos, etnográficos, estatísticos, a dedução dos comportamentos induzida pelos modelos matemáticos, para explicar as atividades econômicas. Acima de tudo, a sociologia que trata dos fatos econômicos é, para ele, antes de tudo uma sociologia, ou melhor, uma antropologia.

Recebido em 31/01/13 | Aprovado em 04/05/13

**Marie-France Garcia-Parpet** é antropóloga. Foi professora do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ) e está atualmente no Institut National de la Recherche Agronomique (INRA), na França, onde trabalha sobre o tema da construção social dos mercados. Depois de seus estudos sobre os mercados camponeses no Nordeste do Brasil dedicou-se notadamente à mundialização do mercado do vinho, tendo publicado *Le marché de l'excellence, les grands crus à l'épreuve de la mondialisation* (2009). Investiga atualmente o mercado das certificadoras orgânicas e a internacionalização da noção de “terroir”.

**NOTAS**

- 1 Como ocorre em outras obras de Bourdieu, esta retoma artigos resultantes de um trabalho empírico a respeito do mercado da casa própria e um artigo que se pode qualificar de programático, acerca do campo econômico, publicados na revista *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* (Bourdieu, 1990a; 1990b; 1997b).
- 2 Agradeço a Afrânio Garcia Jr. por suas observações a versões anteriores deste texto.
- 3 Esses trabalhos ficaram desconhecidos por um longo período na França, enquanto tiveram um destino diferente em outros países, sobretudo no Brasil (Leite Lopes, 2003; Garcia Jr., 2005). Alban Bensa chama a atenção para o fato de que os antropólogos consideram Bourdieu como um sociólogo (Bensa, 2004). Tendo publicado em uma coletânea consagrada à problemática do subdesenvolvimento, dirigida por François Perroux, e na revista *Sociologia do Trabalho*, seus estudos inscreveram-se numa área do campo científico distinto daquelas produções sobre a descolonização da África negra, fazendo com que fossem desconhecidas umas das outras (Garcia-Parpet, 2005). Nota-se, aqui, a falta de fundamento das afirmações vinculando os trabalhos de Pierre Bourdieu à “nova sociologia econômica”, esta última tendo surgido nos anos 1980, nos Estados Unidos, nas *Business Schools* (Heilbron & Convert, 2005).
- 4 Para uma análise mais profunda das condições do trabalho de pesquisa na Argélia e do sentido atribuído a ele por Bourdieu, ver Garcia-Parpet (2005).
- 5 Bourdieu publicou um artigo intitulado “A casa cabila ou o mundo às avessas” em uma coletânea de homenagem a Lévi-Strauss (Bourdieu, 1970), um outro sobre “Le sentiment de l’honneur” (Bourdieu, 1966) e, finalmente, uma pesquisa sobre o celibato no Béarn (Bourdieu, 1962).
- 6 Trata-se de alguém que passou pela École Normale Supérieure, uma das escolas de elite em que se pode ingressar após dois anos de preparação, seguida de um concurso. Para uma análise dos egressos dessas escolas, ver *La noblesse d’État* (Bourdieu, 1989) [N.T.].
- 7 Association de Recherche sur le Développement Economique et Social (ARDES) [N.T.].

- 8 O interesse de Bourdieu para com o tempo subsistiu durante toda a sua obra e é um uso diferencial que é evocado, entre outros elementos, nas diferentes estratégias que as empresas podem adotar. As mais poderosas têm a capacidade de impor o seu tempo de transformação nos diferentes domínios (Bourdieu, 2001: 248). Ele analisa, também, as diferenças entre as editoras segundo as que fazem investimentos a longo ou a curto prazos (Bourdieu, 1977: 25).
- 9 Esta ideia está claramente expressa no artigo “La fabrique de l’habitus économique” (Bourdieu, 2003b).
- 10 Robert Boyer (2003: 268) chama a atenção para o fato de que o uso dessa terminologia trouxe prejuízos à compreensão da obra de Pierre Bourdieu, pois alguns economistas viram nela uma extensão da análise neoclássica do tipo da de Gary Becker, enquanto Bourdieu é explícito sobre a multiplicidade de sentidos da noção de “interesse” sempre relacionada ao modo de funcionamento de um campo particular: a teoria do processo de diferenciação e de autonomização de universos sociais tendo leis fundamentais diferentes, provoca a explosão da noção de interesse; “existem tantas formas de *libido*, tantas formas de ‘interesse’ quanto o número de campos. Cada campo, ao se produzir, produz uma forma de interesse que, de ponto de vista de um outro campo, pode aparecer como desinteresse, ou como absurdo ou falta de realismo, loucura etc.” (Bourdieu, 1997a: 160).
- 11 Pierre Bourdieu já tinha analisado, a propósito de Marx, a contribuição particular de formulações com pretensão científica para a construção do mundo social, o que ele chamou “efeito da teoria”, em “Espace social et genèses des classes” (Bourdieu, 1984: 3-12).
- 12 O capital tecnológico e organizacional não deve ser considerado de maneira intrínseca, pois do mesmo modo que existe um capital cultural legítimo, há os capitais técnicos legítimos.
- 13 Bourdieu chama igualmente a atenção para o fato de que o poder das redes, tal como ele foi destacado por Mark Granoveter, abstrai o fato de que ele depende, antes de tudo, da posição que esses agentes ocupam nos microcosmos estruturados, que são os campos econômicos.

14 Muito preocupado em mostrar que a especificidade das atividades econômicas conforme os setores de atividades vai além dos exemplos que ele mesmo estudou, Bourdieu cita o estudo de Hamilton que relata o caráter idiossincrático dos diferentes ramos da indústria americana, ligada à particularidade da história de sua emergência, cada uma sendo caracterizada por seu modo de funcionamento próprio, suas tradições específicas, sua maneira particular de chegar a decisões de fixação de preço (ver Hamilton, 1938).

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bensa, Alban. (2004). L'exclu de la famille, la parenté selon Pierre Bourdieu. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 150, p.19-26.

Bourdieu, Pierre. (2008). *Esquisses algériennes*. Prefácio de Tassadit Yacine. Paris: Liber.

Bourdieu, Pierre. (2004). *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. São Paulo: Zouk.

Bourdieu, Pierre. (2003a). Entretien avec Franz Schultheis. In: Schultheis, Franz & Frisinghelli, Christine (orgs.). *Images d'Algérie, une affinité élective*. Paris: Actes Sud/Sinbad/Camera Austria.

Bourdieu, Pierre. (2003b). La fabrique de l'habitus économique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 150, p. 79-150.

Bourdieu, Pierre. (2002). *Le bal des célibataires*. Paris: Seuil.

Bourdieu, Pierre. (2001). *As estruturas sociais da economia*. Lisboa: Instituto Piaget.

Bourdieu, Pierre. (1999). Une révolution conservatrice dans l'édition. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 126-127, p. 3-28.

Bourdieu, Pierre. (1997a). *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Tradução de Marisa Corrêa. Campinas: Papirus.

Bourdieu, Pierre. (1997b). Le champ économique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 119, set., p. 48-66.

Bourdieu, Pierre. (1996). *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras.

- Bourdieu, Pierre. (1992). *Les règles de l'art*. Paris: Seuil.
- Bourdieu, Pierre. (1989). *La noblesse d'État. Grandes écoles et esprit de corps*. Paris: Éditions de Minuit.
- Bourdieu, Pierre. (1984). Espace social et genèse de "classes". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 52-53, jun., p. 3-12.
- Bourdieu, Pierre. (1980). *Le sens pratique*. Paris: Éditions de Minuit.
- Bourdieu, Pierre. (1979). *La distinction. Critique sociale du jugement*. Paris: Éditions de Minuit.
- Bourdieu, Pierre. (1977a). *Algérie 60: structures économiques et structures temporelles*. Paris: Éditions de Minuit.
- Bourdieu, Pierre. (1977b). La production de la croyance: contribution à une économie des biens symboliques. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 14, p. 3-43.
- Bourdieu, Pierre. (1976). Les champ scientifique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 2/3, p. 88-104.
- Bourdieu, Pierre. (1972). *Esquisse d'une théorie de la pratique, précédée de trois études d'ethnologie Kabyle*. Geneva: Librairie Droz.
- Bourdieu, Pierre. (1971a). Le marché des biens symboliques. *L'Année Sociologique*, 22, p. 49-126.
- Bourdieu, Pierre. (1971b). Genèse et structure du champ religieux. *Revue Française de Sociologie*, 12/13, p. 295-334.
- Bourdieu, Pierre. (1970). La maison Kabyle ou le monde renversé. In: Pouillon, Jean & Maranda, Pierre (orgs.). *Échanges et communications. Mélanges offerts à Claude Lévi-Strauss à l'occasion de son 60e anniversaire*. Paris-La Haye: Mouton, p. 739-758.
- Bourdieu, Pierre. (1966) [1960]. The sentiment of honour in Kabyle society. In: Peristiany, John George (org.). *Honour and shame*. Chicago/Londres: University of Chicago Press/Weinfeld and Nicholson Press.
- Bourdieu, Pierre. (1962). Célibat et condition paysanne. *Études Rurales*, 5-6, p. 32-136.
- Bourdieu, Pierre et al. (1990a). Un placement de père de famille: la maison individuelle: spécificité du produit et logique du champ de production. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 81/81-82, p. 6-33.

Bourdieu, Pierre & Rosine, Christin. (1990b). La construction du marché. Le champ administratif et la production de la politique du logement. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 81/81-82, p. 65-85.

Bourdieu, Pierre & Delsaut, Yvette. (1975). Le couturier et sa griffe: contribution à une théorie de la magie. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 1/1, p. 7-36.

Bourdieu, Pierre & Sayad, Abdelmalek. (1964). *Le déracinement: la crise de l'agriculture traditionnelle en Algérie*. Paris: Éditions de Minuit.

Bourdieu, Pierre et al. (1963). *Travail et travailleurs en Algérie*. 2. ed. Paris-La Haye: Mouton.

Boyer, Robert. (2003). L'art du Judoka. In: Encrevé, Pierre & Lagrave, Rosemarie (orgs.). *Travailler avec Bourdieu*. Paris: Flammarion, p. 267-279.

Leite Lopes, José Sergio. (2003). Pierre Bourdieu et le renouveau des enquêtes ethnologiques et sociologiques sur les classes au Brésil. *Awal, Cahier d'Études Berbères*, 27-28, p. 169-178.

Duval, Julien & Garcia-Parpet, Marie-France. (2012). Les enjeux symboliques des échanges économiques. *Revue Française de Socio-Économie*, 10, p. 13-28.

Pinto, Louis. (2003). Penser la pratique. *Awal, Cahier d'Études Berbères*, 27-28, p. 89-103.

Garcia Jr., Afrânio. (2003). Le déracinement brésilien. In: Encrevé, Pierre & Lagrave, Rosemarie (orgs.). *Travailler avec Bourdieu*. Paris: Flammarion, p. 305-309.

Garcia-Parpet, Marie-France. (2005). Des outsiders dans l'économie de marché: Pierre Bourdieu et les travaux sur l'Algérie. In: Mauger, Gérard (org.). *Rencontres avec Pierre Bourdieu*. Paris: Le Croquant, p. 547-564.

Hamilton, Walton H. (1938). *Price and price policies*. Nova York: MacGraw Hill.

Heilbron, Johan & Convert, Bernard. (2005). La réinvention américaine de la sociologie économique. *L'Année Sociologique*, 55/2, p. 329-364.

Maunier, René. (1930). *Mélanges de sociologie Nord-africaine*. Paris: Alcan.

Polanyi, Karl. (1983). *La grande transformation*. Paris: Gallimard.

Sombart, Werner. (1926). *Le bourgeois*. Paris: Payot.

**A SOCIOLOGIA DA ECONOMIA DE PIERRE BOURDIEU****Palavras-chave**

Sociologia da economia;  
Bourdieu; Capital simbólico,  
social e econômico;  
*Habitus*; Campo.

**Resumo**

O artigo pretende recuperar a sociologia da economia presente na obra de Pierre Bourdieu, que consiste em uma crítica à teoria neoclássica fundamentada em ricos materiais empíricos. Nos seus trabalhos sobre a economia cabila é possível encontrar a gênese dos conceitos de *habitus* e capital simbólico e verificar sua pertinência para pensar a economia capitalista. Neles afirma-se um pensamento relacional e o conceito de campo, onde se confrontam agentes que, longe de serem intercambiáveis, movem-se em um espaço socialmente construído e são dotados de diferentes recursos, interagindo para aceder à mudança e conservar ou transformar a relação de força em vigor. Opondo-se a uma racionalidade econômica universal que se inscreve na natureza humana, a historicidade da economia é posta em primeiro plano e a história do processo de diferenciação e autonomização alcança a constituição de um jogo específico: o campo econômico obedece às suas próprias leis.

**THE ECONOMIC SOCIOLOGY OF PIERRE BOURDIEU****Keywords**

Economic sociology;  
Bourdieu; Symbolic, social  
and economic capital;  
*Habitus*; Field.

**Abstract**

This article seeks to recuperate the economic sociology of Pierre Bourdieu which entails a critique of the neo-classic theory based upon a wealth of empirical materials. In his studies on Algerian economy it is possible to observe the genesis of the concept of *habitus* and of symbolic capital and to examine their applicability to capitalist economy. Both concepts underscore a relational mode of thinking and of conceptualizing field. Field articulates a socially construed space in which agents, far from being interchangeable, confront each other using different resources and interacting to produce change, maintain or transform prevailing relations of force. Objecting to an universal economic rationality ascribed to human nature, Bourdieu foregrounds the historicity of economy. Thus the history of the process of differentiation and autonomization includes the constitution of a specific game: the economic field complies with its own rules.



## **SOBRE A NATUREZA DO PRESENTE HISTÓRICO. A CRÍTICA DA DOMINAÇÃO NO INSTITUTO DE PESQUISA SOCIAL NO INÍCIO DOS ANOS 1940**

Com a ascensão de Hitler ao poder na Alemanha em janeiro de 1933, o Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, depois de passar por Genebra, Paris e Londres, se encontra no exílio nos Estados Unidos em princípios da década de 1940. Em vista do contexto social, político e econômico – marcado pelo nazismo, pelo stalinismo e pelo capitalismo norte-americano –, a tentativa de elaborar uma análise e uma explicação do presente histórico ganha uma coloração de urgência para aqueles que se encontravam reunidos em torno do Instituto.<sup>1</sup> Em 1941, a efervescência intelectual que a situação suscita se expressa “numa série de conferências sobre o nacional-socialismo” (González, 1992: 147), organizadas pelo Instituto na Universidade de Columbia,<sup>2</sup> e em publicações que aparecem nesse ano e no ano seguinte. Se alguns pontos básicos do diagnóstico sobre o nazismo efetuado por diferentes associados coincidiam em dada medida – como o fato de ele constituir “uma reação política apoiada pelos interesses do grande capital” e ser “herdeiro da crise histórica do liberalismo” –, na avaliação da “natureza político-econômica do novo regime” se revelavam claramente as divergências (González, 1992: 147).

Em si mesmos, os debates de Columbia se revestem de importância tanto para a história intelectual da teoria crítica da assim chamada Escola de Frankfurt (contando com a participação desde associados hoje mais conhecidos até outros menos célebres) como também, de forma mais ampla, para a reconstrução das interpretações sobre o nacional-socialismo que ti-

veram lugar concomitantemente ao próprio desenrolar do fenômeno. Além disso, as discussões sobre como caracterizar o estágio pelo qual passava o capitalismo podem ser vistas como uma antessala da *Dialética do esclarecimento*, que Theodor Adorno e Max Horkheimer concluíram em 1944 e publicaram em 1947, no sentido de que a empreitada que esse livro leva a cabo é, em boa medida, uma resposta, original e própria, ao debate que vinha ocupando os associados ao Instituto. Os resultados alcançados por diferentes membros do Instituto de Pesquisa Social nesse período podem ser vistos como pontos altos das análises do presente histórico da Escola de Frankfurt e permanecem como um referencial de grande envergadura para a teoria social. O artigo procura reconstruir os posicionamentos dos conferencistas em Columbia e, em seguida, busca mobilizar alguns elementos para interpretar a crítica civilizatória que a *Dialética do esclarecimento* apresenta e que é encarada como um desfecho que responde, em outro registro, às indagações sobre a natureza do presente histórico.

### **POLLOCK E O CAPITALISMO DE ESTADO**

No artigo “Capitalismo de Estado: suas possibilidades e limitações”, incluído no número de 1941 da *Studies in Philosophy and Social Science*,<sup>3</sup> Pollock tem como uma de suas hipóteses básicas a de que o “livre comércio e a livre empresa do século 19 estão saindo de cena” (Pollock, 1941a: 200). Desde ao menos o pós-Primeira Guerra Mundial, a “empresa privada de médio porte e o livre comércio, bases para o gigantesco desenvolvimento das forças produtivas dos homens no século 19, estão sendo gradualmente destruídas pela descendência do liberalismo: monopólios privados e interferência governamental” (Pollock, 1941a: 202). Pollock interpreta os “desenvolvimentos sociais e econômicos na Europa desde o fim da Primeira Guerra Mundial” como “processos de transição transformando o capitalismo privado em capitalismo de Estado” (Pollock, 1941a: 200). No início do texto, Pollock diz que o termo capitalismo de Estado se refere a um modelo, construído a partir de “elementos há muito visíveis na Europa e, em certa medida, até mesmo na América”, e que entende modelo no sentido de um tipo ideal weberiano (Pollock, 1941a: 200).<sup>4</sup> O modelo do capitalismo de Estado é definido por Pollock levando em conta duas variedades típicas mais importantes: a forma totalitária e a forma democrática. O nazismo é o protótipo da primeira e as potências democráticas o da segunda. Entre esses dois extremos, entretanto, pode existir uma variedade de formas. A tentativa de Pollock de construir um modelo de capitalismo de Estado se baseia quase que inteiramente na vertente totalitária – em especial tendo por referência a Alemanha nacional-socialista –, e a justificativa apresentada para tal é que o sistema capitalista de Estado se encontra

ainda num estágio incipiente no mundo democrático. Dado que Pollock aponta o capitalismo de Estado como uma tendência, a aposta de que a forma democrática prevaleça sobre a totalitária fica saliente em sua argumentação.<sup>5</sup>

Para Pollock, a expressão capitalismo de Estado indica quatro pontos: (1) ele é sucessor do capitalismo privado, (2) o Estado assume funções antes a cargo dos capitalistas privados, (3) a motivação do lucro ainda é significativa e, por fim, (4) não se trata de socialismo (ver Pollock, 1941a: 201). O desenvolvimento, diagnosticado por Pollock àquela altura, de toda uma sorte de regulações por parte do aparato governamental, tanto nos regimes políticos autoritários da Europa quanto nos Estados Unidos, o faz concluir que a coordenação da produção e da distribuição passa a se dar com a interferência de formas de controle direto por parte dos governos. Esses instrumentos de controle compreendem a operação de um pseudomercado e a manutenção do pleno emprego de todos os recursos. “Com o mercado autônomo, as assim chamadas leis econômicas desaparecem”, escreve o autor (Pollock, 1941a: 201). A etapa do capitalismo de Estado tem como características distintivas a planificação econômica, o controle governamental dos preços, a subordinação do interesse individual ao coletivo, a administração científica das atividades e a politização dos problemas econômicos. Conforme Pollock, trata-se de uma combinação de “velhos e novos instrumentos” (Pollock, 1941a: 200). O resultado é a passagem do capitalismo monopolista para o capitalismo de Estado, que significa a emergência de um novo ordenamento econômico: “todos os conceitos e instituições básicos do capitalismo tiveram sua função alterada; a interferência do Estado na estrutura da velha ordem econômica, em virtude de seu caráter total e de sua intensidade, ‘converteu a quantidade em qualidade’, transformou o capitalismo monopolista em capitalismo de Estado” (Pollock, 1941b: 445).<sup>6</sup> Se antes os monopólios eram “agentes perturbadores”, agora eles “assumem o controle das funções de mercado como agentes governamentais” (Pollock, 1941b: 451).

O processo econômico passa a contar com o “princípio do planejamento”, expresso em um “plano geral [que] dá a direção para a produção, o consumo, a poupança e o investimento” (Pollock, 1941a: 204). Disso se depreende o maior peso atribuído por Pollock à decisão política do que à necessidade intrinsecamente econômica: “O verdadeiro problema de uma sociedade planejada não está na esfera econômica, e sim na política [...]” (Pollock, 1941a: 204). Em decorrência do planejamento econômico, no capitalismo de Estado os preços perdem sua função clássica de balizar e guiar os investimentos entre as esferas de produção, e os “preços administrados” se tornam não mais do que “um dispositivo suplementar para incorporar a produção e o consumo ao plano geral” (Pollock, 1941a: 204). Essa característica central do capitalismo de Estado, uma espécie de sobreposição da “esfera econômica pela política” (Postone & Brick, 1993: 219), queria dizer, para Pollock, que a

primeira tinha se tornado administrável pela segunda (ver Postone & Brick, 1982: 623). Na fase do capitalismo de Estado, em “todas as esferas da atividade do Estado (e, sob o capitalismo de Estado, isso quer dizer em todas as esferas da vida social como um todo) a suposição [guesswork] e a improvisação dão lugar aos princípios da administração científica [scientific management]” (Pollock, 1941a: 206).

Com isso, Pollock levanta a polêmica tese de que as restrições ou limites de um sistema assim configurado são mais de ordem natural do que econômica, além daquelas que provêm da “própria estrutura da sociedade” (Pollock, 1941b: 455; ver, também, Pollock, 1941a: 217), isto é, do inconformismo em relação a um regime totalitário que, mesmo que proveja o necessário à sobrevivência material, não concede liberdade a seus cidadãos. Com os instrumentos dos quais faz uso – administração de preços objetivando regular o balanço entre produção e distribuição de bens, garantia do pleno emprego por meio da produção de obras públicas, expansão do aparato militar como um caminho para contornar a superacumulação –, o capitalismo de Estado minora as possibilidades de crise econômica. Já em um texto na primeira edição da *Zeitschrift für Sozialforschung*, em 1932, Pollock havia apontado para as “perspectivas de se chegar a uma economia capitalista estável” (Jay, 2008: 206).<sup>7</sup>

Pollock afirma que o verdadeiro sentido da ideologia *Gemeinnutz geht vor Eigennutz* (o benefício geral vem antes do benefício próprio) encontra seu lugar na subordinação dos interesses individuais, grupais e parciais na obtenção de lucro ao plano geral (ver Pollock, 1941a: 205). Esse plano geral expressa os desígnios da nova classe dominante, composta de quatro grupos: os grandes negócios, o partido vitorioso, a burocracia estatal e o exército. Possuindo interesses conflitantes, eles são, entretanto, guiados por objetivos comuns. Os acordos e compromissos entre os grupos dominantes determinam os rumos a serem tomados pelo processo econômico. E todo aquele “que não pertence a esse grupo é um mero objeto da dominação” (Pollock, 1941a: 201). Um dos principais logros obtidos pelo sistema de planejamento, a segurança econômica, cumpre, segundo Pollock, uma eficaz função de integração social, contribuindo para perpetuar a dominação dos governantes sobre os governados.<sup>8</sup> No capitalismo de Estado, em especial nos regimes autoritários de capitalismo de Estado, se evidencia um incremento da dominação social, em função da ampliação do escopo da racionalidade técnica. “A maior preocupação do governo é a precisão e a velocidade com a qual suas ordens em constante mudança são executadas. Sob um tal sistema, os órgãos executivos tendem a ser cada vez mais semelhantes a máquinas [*machinelike*], e essa qualidade de máquina confere ao aparato estatal seu alto grau de precisão e calculabilidade técnica” (Pollock, 1941b: 448). O indivíduo é reduzido mais e mais a substrato da dominação e os resquícios de autonomia, ainda existen-

tes na era burguesa, são aniquilados. O sistema de comando que substituiu o mercado e integra economicamente as massas por meio do pleno emprego tem seu correlato sociopolítico na transformação do *status* do indivíduo e da família, e o conjunto dessas transformações sinaliza que “uma nova ordem está se constituindo, uma nova ordem política, legal, econômica e social” (Pollock, 1941b: 449).

### NEUMANN E O CAPITALISMO MONOPOLISTA TOTALITÁRIO

O livro *Behemoth*, de Franz Neumann, apareceu pela primeira vez em 1942, tendo sido depois lançada, em 1944, uma edição revista. Em *Behemoth*, Neumann leva a cabo uma longa análise sobre a política, a economia e a estrutura social da Alemanha nazista. Para o autor, a “tendência crescente a negar o caráter capitalista do nacional-socialismo”, na qual estaria incluída a tese do capitalismo de Estado, é errônea (Neumann, 2009: 222). Neumann defende que, durante o período da República de Weimar, a política de compromisso social-democrata inadvertidamente fortaleceu as tendências monopolistas da economia alemã, a ponto de os maiores conglomerados econômicos já vistos na história alemã terem se formado nessa época. Todavia, mesmo que na prática o regime democrático de Weimar não bloqueasse tal desenvolvimento, o “perigo para os privilégios inerente à democracia política permanecia”, ou seja, pairava sempre a ameaça de que a livre evolução dos monopólios pudesse ser controlada ou freada (Neumann, 2009: 16) – a pressão pública forçou o governo a promulgar um decreto em novembro de 1923 visando restringir cartéis e monopólios, mas esses poderes nunca foram usados.

O nacional-socialismo que vem dar fim a Weimar, por outro lado, se afigura nesse cenário como fiador político dos processos monopolísticos da economia, trazendo à “sua conclusão lógica um desenvolvimento iniciado há muitas décadas, nomeadamente, que a organização da indústria em cartéis é uma forma melhor e mais elevada de organização industrial” (Neumann, 2009: 266). Neumann argumenta que os “objetivos dos poderes monopolistas não podiam ser levados adiante num sistema de democracia política, ao menos não na Alemanha” (Neumann, 2009: 260). A dinâmica interna do aparato industrial monopolista alemão em expansão apontava para a necessidade de um alargamento de seus mercados externos, de modo a poder garantir a transferência para si de mais trabalho em troca de menos trabalho. O ímpeto econômico expansionista da Alemanha tinha sua contraparte lógica na expansão territorial. Mas como *latecomer* no clube das potências industriais, ela encontrou o mundo já dividido pelas nações de industrialização mais antiga. A conquista de mercados não poderia ocorrer de forma pacífica.<sup>9</sup> A despeito de assinalar que o nazismo não podia ser reduzido a um instrumento da grande

indústria, Neumann frisa que o expansionismo imperialista era um ponto em relação ao qual a indústria e o Partido Nacional-Socialista tinham objetivos idênticos. O nacional-socialismo mobiliza a ideologia da superioridade racial alemã, já profundamente enraizada no pensamento alemão (ver Neumann, 2009: 102-111), para justificar o expansionismo e o imperialismo.

Na fase do capitalismo monopolista, a cartelização e a monopolização “não são a negação da competição, mas uma outra forma dela”, ou, dialeticamente falando, “longe de negar a competição, os cartéis a afirmam” (Neumann, 2009: 291-292). Pois o “poder que motiva a expansão é o lucro. A estrutura da economia alemã é a de uma economia completamente monopolizada e cartelizada” (Neumann, 2009: 292). Neumann afirma que o processo de monopolização na Alemanha resulta de profundas mudanças tecnológicas ocorridas a partir dos anos 1930, tendo por base o desenvolvimento do ramo químico. Essas inovações surgiram no âmbito do próprio mecanismo capitalista de produção, fato que, na ótica de Neumann, permite refutar a tese da perda de dinamismo do capitalismo. O que mais bem ocorreria é que, dados os altos investimentos por elas requeridos, o apoio do Estado se torna indispensável, sem que este, porém, tome para si a condução da economia. No que tange à obtenção privada de lucro, o sistema nacional-socialista impede que essa consecução seja dificultada, como poderia ocorrer num sistema político democrático que interpusse barreiras ao avanço da monopolização econômica. A função essencial do Estado é, portanto, encarregar-se de proteger e consolidar os grandes monopólios industriais alemães: o sistema totalitário nacional-socialista garante o domínio dos monopólios por meio da eliminação da liberdade de contrato, pelo controle sobre o mercado de trabalho e pela regulação exercida sobre a disposição de matérias-primas, sobre os preços, o comércio e o crédito.

O próprio Estado nacional-socialista, na visão de Neumann, é mais bem um não Estado, o que o faz recorrer à figura de Behemoth para dar título a seu livro. Enquanto no *Leviatã* Hobbes representava um poder soberano que, ainda que baseado na força, se apoia no consentimento, conta com justificação racional, não anula de todo o indivíduo e preserva vestígios do império da lei, em *Behemoth or the Long Parliament* ele descrevia a ausência de leis e, portanto, de Estado. Se o Estado é caracterizado pelo império da lei, então a resposta de Neumann à questão de se o sistema político da Alemanha nacional-socialista constitui um Estado é negativa. “É impossível detectar na estrutura do sistema político nacional-socialista qualquer órgão que monopolize o poder político” (Neumann, 2009: 469), diz Neumann. Pelo contrário: “Sob o nacional-socialismo, [...] a sociedade inteira está organizada em quatro grupos sólidos, centralizados, cada um deles operando sob o princípio da liderança, cada um com um poder legislativo, administrativo e judicial próprio” (Neumann, 2009: 468). Esses quatro grupos são o partido, a grande indústria,

as forças armadas e a burocracia. Esses diferentes grupos têm os seus interesses próprios, mas são mutuamente dependentes e estabelecem entre si compromissos, tudo visando à expansão e à guerra imperialistas, das quais todos, de distintas maneiras, sacam benefícios.

A despeito de sua caracterização do Estado como um não Estado, Neumann considera que o nacional-socialismo é um sistema totalitário. A economia desse sistema totalitário, longe de ser estatizada, é uma economia monopolista privada. Entretanto, o nacional-socialismo não constitui uma forma político-econômica nova, diagnóstico que se opõe à tese do capitalismo de Estado. “O próprio termo ‘capitalismo de Estado’ é uma *contradictio in adiecto*”, assevera Neumann (2009: 224). Em linhas gerais, tanto Neumann quanto Pollock convergiam quanto à avaliação do avanço e predomínio da monopolização e de um alargado protagonismo do Estado. Mas os defensores da tese do capitalismo de Estado não teriam sido, para Neumann, capazes de demonstrar a passagem do capitalismo monopolista para o capitalismo de Estado (ver Neumann, 2009: 221-228). Neumann sustenta que o nazismo consiste numa específica configuração do capitalismo monopolista. Daí sua crítica de que a asserção acerca da emergência de um novo sistema tem que ser provada caso a caso, e não pode englobar coisas tão distintas como o nacional-socialismo, o sistema soviético e o intervencionismo estatal das democracias ocidentais.

### **KIRCHHEIMER E A CONFIGURAÇÃO DO COMPROMISSO POLÍTICO**

Em dois textos no número IX da *Studies in Philosophy and Social Science*, Otto Kirchheimer procura examinar o nacional-socialismo sob a perspectiva de seus específicos arranjos jurídico-políticos. Seu enfoque destaca as formas de estabelecimento do compromisso político e a configuração do Estado na Alemanha nazista. Conforme Kirchheimer, a partir da segunda década do século 20, marcada pelo declínio da função do dinheiro como medida universal e pelo avanço do processo de monopolização, tem início o período da democracia de massas. Os pactos tendem então a “evoluir de individuais para acordos voluntários entre os principais grupos do capital e do trabalho e suas subdivisões” (Kirchheimer, 1941b: 288), dissolvendo progressivamente o tipo de compromisso que caracterizou o sistema representativo liberal. Com a transição do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista, o compromisso passa a ter lugar “entre grandes organizações sociais e políticas” (Kirchheimer, 1941b: 273). A concentração em grandes unidades econômicas, que avança às custas da eliminação da pequena empresa individual, se expressa nas mudanças que se dão no compromisso político.

O nacional-socialismo representa um estágio em que a posição dos grupos se consolida mediante o reconhecimento pelo Estado de que eles são

os únicos partícipes legítimos do compromisso político. A exposição nos dois textos de Kirchheimer sublinha a redução da independência do indivíduo face aos poderes constituídos dos aparatos burocrático e monopolista e aponta que, política e juridicamente, o nazismo processa a subsunção dos indivíduos aos grupos, os quais se afirmam como os verdadeiros detentores de direitos – numa radicalização das tendências já presentes no regime de Weimar – e sujeitos da política. Na ausência de regras e procedimentos universalmente válidos que se instala, a decisão de um eventual conflito entre as partes fica por conta da discricionariedade do poder do Führer. A imagem da dissolução e mesmo inexistência de um Estado enquanto tal, assim como a aliança entre os líderes nazistas e os dirigentes monopolistas em nome do imperialismo, que emergem da análise de Kirchheimer, podem também ser pensadas em proximidade com a descrição que Neumann apresenta em seu *Behemoth*. Kirchheimer, semelhantemente a Neumann, caracteriza a ideologia nacional-socialista como algo cambiante, que busca se adaptar continuamente à mudança das situações.

Uma das características mais marcantes da “nova ordem legal” nacional-socialista é a reunião “do interesse da propriedade privada e da administração, da vantagem privada e dos fins públicos” (Kirchheimer, 1941b: 461-462). De forma semelhante ao que se passa na construção de Neumann, em Kirchheimer o Estado tem um papel de garantidor da ordem econômica, fomentando a concentração em cartéis e monopólios, instituindo a padronização de produtos, possibilitando à indústria a realização dos grandes investimentos requeridos pelas condições tecnológicas modernas e propiciando uma crescente segurança econômica. A partir da constatação da presença, na esfera da lei e de sua aplicação, de um tipo de racionalidade que “serve exclusivamente àqueles que governam” e cuja preocupação é, acima de tudo, responder à questão “Como um dado comando pode ser executado de modo a ter o máximo efeito no mínimo tempo possível?” (Kirchheimer, 1941b: 466), Kirchheimer destaca que tal racionalidade técnica encontrada no campo jurídico permeia também todo o organismo administrativo nacional-socialista. Assim como Pollock, Kirchheimer aproxima essa racionalidade, que visa otimizar a execução das ordens, ao “trabalho de uma boa máquina”, já que o padrão que lhe serve de base é dado pela “organização da indústria” (Kirchheimer, 1941b: 466). A comunidade racial que o Terceiro Reich se esforça em construir lança mão da racionalidade calculadora quando, no plano de sua política populacional imperialista, relaxa convenções morais e converte “toda mulher numa agente oficial de procriação” (Kirchheimer, 1941b: 463) ou, no que diz respeito à perseguição aos indesejáveis, trata com “brutalidade crescente” os “criminosos inimigos do povo” (Kirchheimer, 1941b: 472).

González faz notar que, à diferença de Pollock, Neumann e Kirchheimer consideravam que “o novo regime não havia alterado em absoluto as leis

funcionais do mercado capitalista”, ou seja, que o “Estado tão somente havia assumido controles políticos adicionais de natureza totalitária” (González, 1992: 63). Coincidiam em julgar “o nacional-socialismo como um mero *arcanum dominationis*, um sistema que havia substituído a racionalidade procedimental por uma técnica de dominação sem dissimulação” (González, 1992: 144). Na visão de Kirchheimer e Neumann, o nacional-socialismo seria “uma forma de dominação emancipada dos compromissos jurídicos do Estado liberal”, na qual “os interesses respectivos das elites do partido, dos grupos econômicos, da burocracia e do exército confluíam dependendo das condições de valorização de um capitalismo monopolista” (González, 1992: 63).

### **GURLAND E A REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA**

Numa nota à parte de *Behemoth*, que trata da economia monopolista, Neumann remete o leitor ao “excelente ensaio ‘Tendências tecnológicas e estrutura econômica sob o nacional-socialismo’ [...] do Dr. A. R. L. Gurland, com quem eu discuti todos os problemas dessa seção do meu livro” (Neumann, 2009: 503). Segundo Kevin Amidon e Mark Worrell, *Behemoth* seria o produto mais conhecido da colaboração entre Gurland e Neumann, o qual “reconhece amplamente a contribuição de Gurland para as partes econômicas do livro” (Amidon & Worrell, 2008: 139). O texto de Gurland, ao qual Neumann se refere em sua nota, também figurou no número de 1941 da *Studies in Philosophy and Social Science*. Gurland se ocupa da questão da revolução tecnológica na ordem econômica da Alemanha sob Hitler. Sua posição é a de que, nas condições totalitárias da economia, o dinamismo técnico-econômico não chegou a seu termo. “Houve uma importante transformação tecnológica da produção industrial, e isso é suficiente para rejeitar a tese de que o dinamismo tecnológico chegou ao fim” (Gurland, 1941: 226), afirma Gurland. Sob o nacional-socialismo, o desenvolvimento tecnológico segue linhas já estabelecidas no período pré-totalitário e um padrão herdado dessa fase anterior. O que para Gurland salta aos olhos como propulsor daquilo que chama de revolução tecnológica são as mudanças e avanços nos processos da indústria química – vale lembrar que Neumann toma essas inovações como centrais em sua caracterização da economia monopolista.

Gurland aponta que, já antes de 1933, a estrutura da indústria alemã se caracterizava pela concentração e pela combinação, baseando-se “na aglutinação de diferentes grupos de produção, processamento e manufatura no interior das maiores e mais importantes unidades organizacionais de produção” (Gurland, 1941: 229). A saída encontrada pela economia alemã para superar a estagnação econômica que precedeu a chegada do nazismo ao poder foi a diversificação do escopo produtivo dentro das próprias plantas indus-

triais, de modo a torná-las o mais polivalentes possível. Essa mudança qualitativa da produção na Alemanha é a verdadeira responsável pela recuperação econômica do país, enquanto o rearmamento, muitas vezes tomado como sua causa central, representa apenas um fator quantitativo. Pois os pedidos por ele originados “significam mais emprego, mas não significam emprego em uma nova base que altere as condições de retorno do capital investido” (Gurland, 1941: 228).

Em função dos altos custos que a renovação tecnológica implica e da insegurança acarretada por processos cujos resultados não é possível totalmente prever, os grandes conglomerados buscam subsídios, garantias e proteção do governo para levar adiante a inovação. O resultado dessa dinâmica é o fortalecimento, na Alemanha totalitária, do intervencionismo estatal, tanto na esfera da produção quanto na do mercado. Mas mesmo com tal incremento do poder de controle do Estado, Gurland pondera que não compartilha da visão que Pollock expressa em seu artigo publicado no mesmo número da revista, isto é, discorda que “isso signifique a abolição da economia de mercado” (Gurland, 1941: 232). Além de marcar posição quanto ao debate interno que tinha lugar no Instituto sobre o caráter do nazismo – se se tratava de uma forma de capitalismo ou de uma ordem nova –, Gurland põe em questão o anticapitalismo do qual faz uso a propaganda nacional-socialista. Mais do que um mero recurso demagógico, estaria em jogo um processo social de “‘mediatização’ da dependência”, que permite ao indivíduo atomizado ultrapassar sua “condição indefesa [*defenselessness*] e insegurança”, de forma a se tornar “parte de um todo no qual lhe são dadas segurança e proteção” (Gurland, 1941: 243).<sup>10</sup> Mobilizando a sensação de que existe algo maior – a figura do Estado totalitário – zelando pela segurança econômica da classe média, o nazismo, ao passo em que faz crer que fornece proteção contra os grandes poderes econômicos, nutre a esperança de que um dia também os pequenos poderão ascender.

O compromisso político vigente na Alemanha nacional-socialista congrega o aparato do partido e os grandes interesses empresariais – *Big Business*, como Gurland os chama. Enquanto a máquina partidária se incumba de representar o clamor pela segurança, os monopólios zelam pela boa continuidade e pela expansão de seus negócios. A despeito dos conflitos que possam existir entre os dois pactuantes, a expansão econômica é um ponto convergente de ambos, na medida em que, sendo a própria meta dos conglomerados, é ao mesmo tempo o meio de prover segurança econômica à classe média – mesmo que, contraditoriamente, esse processo implique espoliação e, no limite, destruição do pequeno capitalista.<sup>11</sup> “A expansão garante a realização do motivo do lucro [*profit motive*] e o motivo do lucro estimula a expansão”, motivo esse que propulsiona tanto as empresas privadas quanto as geridas pelo Estado (Gurland, 1941: 248). Expansão e aumento dos lucros se retroali-

mentam. Gurland ressalta, assim, que o regime nazista não só se enquadra no interior do sistema capitalista, mas também se configura como um arranjo político-econômico que, promovendo a aceleração do processo de concentração, propiciando incentivo e garantias ao grande capital, introduzindo controle<sup>12</sup> e organização, tudo isso tendo em vista sua contínua expansão, franqueia e favorece um brutal desenvolvimento econômico capitalista. Amidon e Worrell escrevem que, junto com Neumann e Kirchheimer, Gurland “enfetizava as continuidades entre o capitalismo monopolista e o fascismo”, enquanto Pollock, por outro lado, “focalizava o predomínio político na economia nazista” (Amidon & Worrell, 2008: 139-140).

### **MARCUSE E A RACIONALIDADE TECNOLÓGICA**

Herbert Marcuse, em seu “Algumas implicações sociais da tecnologia moderna”, publicado também no número de 1941, trata da racionalização da vida ligada aos desenvolvimentos tecnológicos. O nacional-socialismo é aí encarado como um desdobramento específico do curso geral da evolução da civilização ocidental. Tecnologia é, para Marcuse, um processo social que inclui tanto a técnica propriamente dita quanto os indivíduos e grupos humanos. A técnica em si, diz Marcuse, pode “promover tanto autoritarismo quanto liberdade, tanto escassez quanto abundância, tanto a extensão quanto a abolição do trabalho árduo” (Marcuse, 1941: 414). A tecnologia, encarada como modo de produção, é ao mesmo tempo um instrumento de controle, de dominação, de manutenção ou de mudança de relações sociais. O nazismo se configura como um exemplo de que uma economia altamente mecanizada, racionalizada e produtivamente eficiente pode funcionar no sentido da opressão totalitária – conforme Marcuse, “uma forma de ‘tecnocracia’” (Marcuse, 1941: 414). Ao afirmar que essa tecnocracia terrorista não pode ser atribuída exclusivamente aos esforços de uma economia de guerra, Marcuse faz referência ao artigo de Gurland ao escrever que “a economia de guerra é na verdade o estado normal do ordenamento nacional-socialista do processo social e econômico, e a tecnologia é um dos estímulos principais desse ordenamento” (Marcuse, 1941: 414).

A questão central posta pelo texto de Marcuse é a da disseminação de um novo tipo de racionalidade e de novos padrões de individualidade vinculados ao progresso tecnológico. Não se tratando de efeitos desse progresso sobre os indivíduos, as mudanças são, elas mesmas, “fatores determinantes no desenvolvimento da maquinaria e da produção em massa” (Marcuse, 1941: 415). O indivíduo da sociedade liberal era guiado pelo interesse próprio no ambiente da livre competição econômica e seu interesse individual era visto como racional, já que os produtos e efeitos desse interesse iriam de encontro

às necessidades da sociedade. O processo econômico de concentração, o qual decorre da própria lógica da eficiência competitiva que crescentemente demanda racionalização e mecanização, solapa esse tipo de racionalidade individual, introduzindo em seu lugar o que Marcuse chama de racionalidade tecnológica. A racionalidade tecnológica está conectada ao ambiente social agora dominado pelo *aparato* – segundo o autor, o “termo ‘aparato’ [*apparatus*] denota as instituições, dispositivos e organizações da indústria em suas condições sociais predominantes” (Marcuse, 1941: 417).<sup>13</sup> A racionalidade tecnológica é difusa e perpassa todas as relações sociais, “estabelece padrões de julgamento e promove atitudes que tornam os homens prontos a aceitar e mesmo introjetar os ditames do aparato” (Marcuse, 1941: 417). A antiga liberdade econômica da fase liberal dá lugar à tentativa de se tornar eficiente na execução de tarefas atribuídas, à adaptação ao poderio e aos desígnios dos conglomerados e monopólios: “O mundo foi racionalizado em tal medida, e tal racionalidade se tornou um tal poder social, que o indivíduo não pôde senão ajustar-se sem reservas” (Marcuse, 1941: 418).

Uma atitude de complacência com o factual, que Marcuse denomina *matter-of-factness*, ganha espaço. Segundo ele, Veblen teria sido um dos primeiros a identificar esse tipo de conduta.<sup>14</sup> A atitude *matter-of-factness* “dissolve todas as ações numa sequência de reações semiespontâneas a normas mecânicas prescritas” (Marcuse, 1941: 419). Manipulando as máquinas, os homens aprendem a se ajustar a elas e a obedecer seu ritmo. Mas tal atitude, frisa Marcuse, não se restringe àqueles diretamente envolvidos na produção operando máquinas, mas “se propaga da ordem tecnológica para a ordem social” como um todo (Marcuse, 1941: 421).<sup>15</sup> Crescentemente, as relações entre os homens são mediadas pelo mundo das máquinas, que passam a ser adoradas e a absorver a libido dos indivíduos – o “homem médio dificilmente se importa com qualquer ser vivo com a intensidade e persistência que ele mostra por seu automóvel” (Marcuse, 1941: 420). A racionalidade maquinal propiciada pelo aparato é a da adaptação dos meios aos fins prescritos, da economia de tempo e energia, da calculabilidade e antecipação de consequências:<sup>16</sup> a razão se torna uma atividade de perpetuação do existente. O factual se torna racional. De força crítica, a razão se converte em poder de ajustamento, de conformidade, e os “indivíduos são despojados de sua individualidade, não por coerção externa, mas pela própria racionalidade sob a qual vivem” (Marcuse, 1941: 421). Marcuse opõe uma “verdade tecnológica” a uma “verdade crítica”: o domínio da racionalidade tecnológica tem significado a impotência e o declínio da razão crítica, em virtude tanto da expansão do aparato industrial e seu crescente controle sobre todas as esferas da vida quanto da tendência de incorporação de boa parte da oposição ao próprio aparato.

Com o ocaso do pensamento crítico, o “tipo predominante de indivíduo” passou “de uma unidade de resistência e autonomia [...] a uma de ductilidade

[ductility] e ajustamento” (Marcuse, 1941: 428). Essa mudança de função explica a associação dos indivíduos em massas. Compostas de indivíduos isolados, as massas, nos regimes autoritários, intensificam ainda mais esse isolamento. O membro da massa se torna um “sujeito estandardizado da pura [brute] autopreservação” (Marcuse, 1941: 426). Marcuse aponta que, no contexto da sociedade de massa, os obstáculos socialmente colocados à perseguição do autointeresse tendem a ser tornar ineficazes, permitindo a liberação de impulsos agressivos, “desenvolvidos sob as exigências da escassez e da frustração” (Marcuse, 1941: 426). Os pensamentos, sentimentos e interesses dos indivíduos da massa são assimilados aos padrões do aparato. Daí que suas explosões de raiva “aterrorizantes e violentas”, ao invés de ameaçarem o *status quo*, “são prontamente dirigidas aos competidores mais fracos e aos ‘de fora’ conspícuos (judeus, estrangeiros, minorias nacionais)” (Marcuse, 1941: 427). Pois as “massas organizadas não desejam uma nova ordem, mas uma participação maior na ordem existente”, isto é, “lutam para corrigir, de uma forma anárquica, a injustiça da competição” (Marcuse, 1941: 427) – o que faz lembrar a proposição de Gurland de que o nazismo mobiliza as massas acenando a elas com a possibilidade de terem acesso a uma maior fatia do produto econômico.

A precipitação dos indivíduos na massa e o tipo de racionalidade que emana da grande empresa estão na raiz das tendências da racionalidade tecnológica. Essa racionalidade é, diz Marcuse, a forma madura da racionalidade individualista do sujeito da livre economia de mercado. Desenvolvendo-se como racionalidade da competição, na qual o interesse de mercado se sobrepõe ao interesse racional e a aquisição individual é absorvida pela eficiência, ela termina por resultar na “submissão estandardizada ao aparato que tudo abarca, que ela mesma criou” (Marcuse, 1941: 433). Mas, a essa altura, o aparato se desvencilha dos últimos vestígios da individualidade. “Esse foi o resultado lógico de um processo social que media a performance individual em termos de eficiência competitiva” (Marcuse, 1941: 433). Se a fase do individualismo liberal era marcada pela crença de que pedir ao indivíduo mais do que era sabido que ele podia realizar bem constituía algo essencial para seu desenvolvimento, “hoje o indivíduo é encarregado exatamente daquilo que ele pode, no momento, fazer bem” (Marcuse, 1941: 428).

Marcuse estabelece a ligação entre a emergência da democracia de massas moderna e o desenvolvimento da burocracia, apoiando-se para isso na sociologia da dominação burocrática apresentada por Weber em *Economia e sociedade*, a partir de sua afirmação de que, “em oposição à autoadministração democrática de pequenas unidades homogêneas”, a burocracia é “um fenômeno que inevitavelmente acompanha [unvermeidliche Begleiterscheinung] a moderna democracia de massas” (Weber, 1985: 567).<sup>17</sup> A burocracia, afirma Marcuse, “se torna o concomitante das massas modernas em virtude do fato

de que a estandardização se processa conjuntamente com a especialização” (Marcuse, 1941: 430). A especialização demanda treinamento específico para funções particulares, o que, para Marcuse, conduz à atomização dos indivíduos especializados. A burocracia vem cumprir seu papel como instância coordenadora daquilo que está desarticulado.

Surgindo como um âmbito aparentemente objetivo e racional, que deriva da própria especialização racional das funções, a burocracia e sua racionalidade servem para “aumentar a racionalidade da dominação” (Marcuse, 1941: 431).<sup>18</sup> A racionalidade tecnológica da burocracia faz com que ela se converta, frente às massas, em detentora da “dignidade universal da razão”: “A racionalidade corporificada nas empresas gigantes faz parecer como se os homens, ao obedecê-las, obedecessem o ditame [*dictum*] de uma racionalidade objetiva” (Marcuse, 1941: 431). No caso da burocracia privada, essa aparência de objetividade faz com que os interesses particulares dos grupos capitalistas se apresentem como o interesse comum. Marcuse crê que tal mecanismo facilitou, nos países fascistas, a “fusão entre as burocracias privada, semiprivada (partido) e pública (governamental)” (Marcuse, 1941: 431). O diagnóstico de Marcuse sobre o nazifascismo aponta que sua origem reside na facilitação da obtenção de lucros para o grande capital: “A realização eficiente dos interesses das empresas de grande escala foi um dos motivos mais marcantes para a transformação do controle econômico em controle político totalitário, e eficiência é uma das principais razões para a manutenção do regime fascista face à sua população arregimentada” (Marcuse, 1941: 431). À semelhança de Neumann, Marcuse entende o nazismo como afiançador da acumulação monopolista e intensificador das contradições capitalistas – e, quanto ao primeiro aspecto, aproxima-se também das posições de Kirchheimer e Gurland.

## **HORKHEIMER E AS TRANSFORMAÇÕES DO CAPITALISMO**

Já em 1937, no artigo “Teoria tradicional e teoria crítica” (ver Horkheimer, 1989), Max Horkheimer enxergava que se processara uma mudança estrutural no capitalismo. Essa transformação estrutural correspondeu à passagem do capitalismo liberal dos pequenos empresários autônomos do século XIX para, desde a virada para o século XX e suas primeiras décadas, um capitalismo monopolista controlado por *managers* que não são mais os proprietários dos meios de produção e sim somente diretores de grandes conglomerados. Esse processo, longe de acarretar efeitos apenas na esfera estritamente econômica, tem consequências que se espriam para o “Estado e a sua organização de poder” (Horkheimer, 1989: 63): a influência dos *managers* e demais prepostos dos monopólios sobre a política é crescente. “No fim deste proces-

so perdura uma sociedade não mais dominada por proprietários independentes, mas por camarilhas de dirigentes industriais e políticos” (Horkheimer, 1989: 64). O tema do declínio e, no limite, extinção da burguesia liberal e das instituições sobre as quais se assentava – o livre mercado, a família, as garantias jurídicas – está presente nas elaborações de Horkheimer desde pelo menos o final da década de 1930.<sup>19</sup>

Pouco depois do texto programático de 1937, seu artigo de 1939 sobre “Os judeus e a Europa” (ver Horkheimer, 1939-1940) aponta uma reorganização do aparelho estatal, com traços autoritários, comandada pelos chefes da indústria, do exército e da administração. Em “O Estado autoritário”, publicado em 1942, Horkheimer afirma que o “capitalismo de Estado é o Estado autoritário do presente” (Horkheimer, 2000: 96). Suas formas são o reformismo, o bolchevismo e o fascismo. Referindo-se à União Soviética, Horkheimer escreve que a “forma mais consistente do Estado autoritário” é o “estatismo integral ou socialismo de Estado”, pois que já “se libertou de qualquer dependência do capital privado” (Horkheimer, 2000: 101), atribuindo aos “países fascistas” a criação de uma “forma mista”, na qual, a despeito de que, como no socialismo soviético, a “mais-valia é colocada sob controle do Estado e distribuída, flui [entretanto] sob o antigo nome de lucros em grandes quantidades para os magnatas industriais e proprietários de terra” (Horkheimer, 2000: 102). Pode-se considerar que Horkheimer também classificava o reformismo capitalista como uma forma mista (ver Wiggershaus, 2002: 309). Parecendo “uma paródia da sociedade sem classes” (Horkheimer, 2000: 114), o “*capitalismo de Estado põe de lado o mercado e hipostasia a crise*”: a “moderna economia planejada é capaz de alimentar as massas melhor e ser melhor alimentada por elas do que pelos vestígios do mercado” (Horkheimer, 2000: 97, grifos meus). Em virtude das práticas que adota, o capitalismo de Estado se desembaraça de dificuldades no que diz respeito à administração da produção, às relações de intercâmbio entre cidade e campo e ao abastecimento dos grandes centros urbanos. “Cada vez mais, as questões econômicas estão se tornando questões técnicas” (Horkheimer, 2000: 105), afirma Horkheimer. No estágio do capitalismo de Estado, se, como escreve, “os antagonismos capitalistas [...] têm aumentado”, estes “são hoje não só mais capazes de produzir liberdade, mas também menos capazes” (Horkheimer, 2000: 109).

Incluído no volume IX de *Studies in Philosophy and Social Science*, “O fim da razão” se inicia com um diagnóstico que cada vez mais se cristalizava nas mentes de Horkheimer e de Adorno: “Os conceitos fundamentais da civilização se encontram num processo de rápida decadência” (Horkheimer, 1941: 366). Um desses conceitos centrais é o de razão, cuja arma primeira é a crítica. Em função do modo como se desenvolveu no mundo burguês desde os gregos, a razão, “ao destruir fetiches conceituais, acabou destruindo a si própria” (Horkheimer, 1941: 367), a despeito de que poderia, por consistir na “faculdade de

chamar as coisas pelo seu nome”, ser “mais do que a vida alienada que preserva a si mesma na destruição dos outros e de si” (Horkheimer, 1941: 387). Já ganham corpo nesse texto de Horkheimer temas como o da razão como um instrumento e o da humanidade abandonada à autoconservação. A razão reduzida a um instrumento “tem os olhos fixos na vantagem, a frieza e a sobriedade como virtudes”; suas características “são a adaptação ótima dos meios aos fins, o pensamento como função poupadora de trabalho” (Horkheimer, 1997: 323). A contraface dessa razão atrofiada é o confinamento da existência humana à sua mera preservação. Horkheimer assinala que o “colapso da razão e o colapso da individualidade são um só e o mesmo” (Horkheimer, 1941: 376).

O processo de solapamento do indivíduo é, em “O fim da razão” e em “Razão e autoconservação”, como em outros textos de Horkheimer desse período, vinculado ao declínio do capitalismo concorrencial burguês e à ascensão dos monopólios. A era liberal teria, segundo Horkheimer, freado os ímpetos da autopreservação por meio da necessidade, socialmente dada, do estabelecimento de pactos entre seus agentes econômicos. Mas a monopolização “aboliu de novo essas restrições e conduziu a dominação social de volta a sua verdadeira natureza, a qual havia continuado a operar apenas onde a forma humana de dominação tinha deixado brechas para a inumanidade, nos pequenos *rackets* e *rings* das grandes cidades” (Horkheimer, 1941: 374).

## ADORNO E A CRÍTICA DO PRESENTE COMO CRÍTICA DA HISTÓRIA ATÉ HOJE DECORRIDA

Adorno escreveu “Reflexões sobre a teoria de classes” ao mesmo tempo em que preparava o que viria a ser uma das partes da *Dialética do esclarecimento*: “Já no final do verão de 1942 – durante uma viagem de Horkheimer a Nova York –, Adorno havia redigido uma primeira versão do capítulo sobre a cultura de massa, além de ‘Reflexionen zur Klassentheorie’” (Wiggershaus, 2002: 354). Nesse texto, Adorno afirma que se fazia “necessário examinar de perto o conceito classe, de forma a que ele seja simultaneamente mantido [*festgehalten*] e modificado [*verändert*]” (Adorno, 2003a: 377). Não se deveria abrir mão dele na medida em que “sua base, a divisão da sociedade em exploradores e explorados, não apenas perdura sem ter sido diminuído, como também aumenta em coerção e solidez [*Festigkeit*]” (Adorno, 2003a: 377). Deveria, por outro lado, ser alterado “pois os oprimidos, hoje a enorme maioria da humanidade tal como previu a teoria, não podem experimentar a si mesmos como classe” (Adorno, 2003a: 377).

Em lugar da solidariedade, característica atribuída por Marx à classe explorada,<sup>20</sup> Adorno destaca que, no presente, a conformidade frente ao exis-

tente se figura aos oprimidos como mais racional. “A organização total da sociedade pelo *big business* e sua técnica onipresente ocupou de forma tão completa o mundo e a ideia [*Vorstellung*] a ponto de tornar o pensamento de que as coisas poderiam ser diferentes um esforço quase sem esperança” (Adorno, 2003a: 376). Tendo como panorama político-econômico a escalada do processo de monopolização, Adorno escreve: “A história é, segundo a imagem da última fase econômica, a história dos monopólios. Segundo a imagem da usurpação manifesta, realizada hoje em comum acordo pelos líderes do capital e do trabalho, ela é a história das lutas de bandos, gangues e *rackets*” (Adorno, 2003a: 381). Ao diagnosticar que a “fase mais recente da sociedade de classes é dominada pelos monopólios”, Adorno afirma que “ela impele para o fascismo, a forma de organização política que lhe faz jus” (Adorno, 2003a: 376).

Já no início do texto, Adorno expõe a compreensão da história que lhe serve de base. Para ele, o diagnóstico do presente se articula com toda a história decorrida no sentido de que a “forma mais recente do injusto sempre lança luz sobre o todo” (Adorno, 2003a: 374). Adorno está retomando aí a proposição das teses sobre a história de Benjamin acerca da aproximação entre constelações do presente e do passado a partir das exigências do presente. Assim, o presente dominado pelos monopólios ilumina a história da dominação em sua totalidade. Mas não só isso: a figura atual da dominação é herdeira, produto e continuadora de formas anteriores de opressão. Aqui é possível pensar naquilo que Benjamin chama de “contínuo da história” (Benjamin, 2005: 119, 123 e 128) – o qual, segundo ele, a recuperação de momentos revolucionários faz explodir. Segundo Adorno, as “leis da troca não conduziram à forma mais recente de dominação como a forma histórica adequada da reprodução da sociedade como um todo no presente estágio, mas sim a antiga dominação entrou no aparato econômico para, uma vez com total disposição sobre ele, destruí-lo e facilitar a vida para si” (Adorno, 2003a: 381). Identificar que o novo é uma outra roupagem do velho mito é fundador da própria crítica: “Só quem reconhece o mais novo como igual estará a serviço daquilo que seria diferente” (Adorno, 2003a: 376). A essa altura, Adorno já está textualmente propondo que a crítica da economia política teria uma dimensão de “crítica da história como um todo” (Adorno, 2003a: 373). Na medida em que “toda opressão que os homens infligiram aos próprios homens culmina na modernidade, na fria miséria do trabalho assalariado livre, o decorrer histórico se revela em condições e coisas [...] como traço [*Spur*] do antigo sofrimento” (Adorno, 2003a: 373-374).

A fase liberal, à qual a ascensão dos monopólios vem dar fim, não pode ser inteiramente compreendida sob o prisma da livre concorrência entre os capitalistas: o êxito dos capitalistas sempre se lastreou no “antigo e novo roubo dos conquistadores, na afiliação com a propriedade feudal, que a eco-

nomia concorrencial nunca liquidou de verdade, na relação direta com o aparato militar de dominação”, ao lado do fato de que seu grau de sucesso depende da “força do capital com a qual entram na concorrência, do poder político e social que representam” (Adorno, 2003a: 378). A assim chamada igualdade da concorrência revela desse modo seu conteúdo de inverdade: o resultado dela se apresenta como derivado da continuação de formas anteriores do injusto. No que diz respeito à burguesia, a verdade do conceito de classe reside na particularidade de interesses que a une; a inverdade consiste na própria não unidade da classe. Por um lado, os proprietários podem exercer sua opressão enquanto classe uma sobre os sem-propriedade, mas, por outro, os mais fortes dentre eles subjagam os outros membros menos poderosos. Com os monopólios, diz Adorno, a “dominação de classe se prepara para sobreviver à forma anônima, objetiva, da classe” (Adorno, 2003a: 377). Mas se na economia de mercado “a inverdade era latente no conceito de classe”, no período monopolista “ela se tornou tão visível quanto sua verdade, a sobrevivência das classes, invisível” (Adorno, 2003a: 379).

Adorno afirma que o prognóstico de Marx sobre a divisão da sociedade entre poucos proprietários e uma massa de não proprietários se confirmou, mas “ao invés de que com isso a essência da sociedade de classe se tornasse evidente, ela foi enfeitada pela sociedade de massa, na qual a sociedade de classe culminou” (Adorno, 2003a: 380). Nessa sociedade de massas, a “classe dominante desaparece detrás da concentração do capital” (Adorno, 2003a: 380). O período monopolista traz consigo uma melhoria do padrão de vida da população, que é “pago com rendimentos ou lucros dos monopólios” (Adorno, 2003a: 385). A divisão da sociedade entre dominantes e dominados não se consoma pois com a depauperação dos últimos; pelo contrário, esses experimentam uma elevação de seus níveis de reprodução. O elemento da vontade consciente dos dominantes atravessa o texto de Adorno, que afirma que a melhora do padrão de vida se deve antes à “autoconsciência do sistema quanto às condições de sua perpetuação” do que à “matemática inconsciente do esquema” (Adorno, 2003a: 386). Adorno frisa que o padrão de vida mais elevado não significa incremento do poder (*Macht*) dos dominados, e sim aumento de sua impotência (*Ohnmacht*). A “impotência política e social” converte “todos os homens em meros objetos administrados [*Verwaltungsobjekten*] dos monopólios e seus Estados” (Adorno, 2003a: 386). É tal impotência que “permite a condução da guerra em todos os países” (Adorno, 2003a: 386).

A impotência atende pelo nome de desumanização (*Entmenschlichung*). Sob o monopólio, o processo de desumanização se aperfeiçoa como reificação (*Verdinglichung*), em lugar de se dar pela mera força bruta. Para Adorno, a desumanização não é algo que vem de fora e coloniza os homens, e sim um processo que integra a própria formação das pessoas; não está em jogo para ele a ideia de influenciar a opinião, tal como pareceria aos liberais ser o caso,

mas de que já a cultura de massas “simplesmente os faz [os homens] sempre o que já são graças à coerção do sistema” (Adorno, 2003a: 390). A desumanização é “precisamente a imanência dos oprimidos no sistema” (Adorno, 2003a: 391). Ainda que Adorno se oponha à tese de que a crescente divisão do trabalho impede que o trabalhador entenda o todo, assevere que a distinção entre trabalhadores e engenheiros se assenta mais no privilégio do que no efetivo domínio do processo produtivo, diz que o processo de trabalho que entendem os molda ainda mais do que aquele que não entendiam, tornando-se um “véu tecnológico” (Adorno, 2003a: 390). A despeito disso, termina o texto dizendo que a “reificação tem seu limite nos homens reificados” (Adorno, 2003a: 391). Com o horror do nazismo – Adorno se refere a ele como “a ditadura que se pode ver [sehenden Diktatur]” (Adorno, 2003a: 391) –, o encanto da economia como destino inelutável pode ser quebrado.

### **SOB A ESTRELA CHAMADA BENJAMIN**

Em meados de 1942, o Instituto publica em edição privada um livro de escritos em memória de Walter Benjamin, *Walter Benjamin zum Gedächtnis*, no qual aparecem suas teses sobre a história – que Hannah Arendt havia levado da França para os Estados Unidos e entregue a Adorno –, além de um artigo de Adorno, “George e Hofmannstahl” (ver Adorno, 2003b), e dois textos de Horkheimer, “O Estado autoritário” e “Razão e autoconservação” (ver Horkheimer, 1997). A revista do Instituto, a essa altura publicada em inglês, trouxe em seu número de 1941 o ensaio “O fim da razão”, de Horkheimer. Se comparados frase a frase, o texto alemão de “Razão e autoconservação” se revela uma versão, acrescida de alguns novos desdobramentos, do artigo em inglês “O fim da razão”. Os textos de Horkheimer e o de Adorno publicados em *Walter Benjamin zum Gedächtnis* não são meras homenagens à memória de Benjamin. Rolf Wiggershaus faz notar uma passagem curiosa: “Todos aqueles a quem Horkheimer deu o volume disseram que ‘Vernunft und Selbsterhaltung’ [Razão e autoconservação] e ‘George und Hofmannstahl’ [George e Hofmannstahl] eram os melhores trabalhos que Benjamin escrevera – melhores até do que *Thesen über den Begriff der Geschichte* [Teses sobre o conceito da história]” (Wiggershaus, 2002: 341). “O Estado autoritário” traz uma formulação totalmente embebida do espírito das teses de Benjamin: Horkheimer diz que o fim da exploração “não é uma maior aceleração do progresso, mas um salto qualitativo para fora da dimensão do progresso” (Horkheimer, 2000: 107). Em “Reflexões sobre a teoria de classes”, que também em 1942 Adorno escreveu, já se encontra a ideia fundamental, tributária de Benjamin, de que é necessário alargar a crítica da dominação para uma crítica de toda a história decorrida.

Em carta de Adorno a Horkheimer, na qual dizia que “devemos publicar o manuscrito”, pode-se ler sobre as teses de Benjamin: “Trata-se da última concepção de Benjamin. Sua morte torna inúteis os escrúpulos causados por seu caráter provisório. Não se pode duvidar da grande classe do conjunto. Além disso, nenhum dos outros trabalhos de Benjamin o revela tão próximo de nossas próprias intenções” (Adorno & Horkheimer, 2004: 144 [carta de Adorno a Horkheimer, New York, 12/06/1941]). A resposta de Horkheimer foi: “Estou tão feliz quanto você por nos ver de posse das teses de Benjamin sobre a história. Elas vão nos ocupar ainda por muito tempo, e ele estará presente a nosso lado. A identidade de barbárie e cultura [...] constituiu, aliás o tema de uma de minhas últimas conversas com ele num café na estação de Montparnasse” (Adorno & Horkheimer, 2004: 155 [carta de Horkheimer a Adorno, Pacific Palisades, 23/06/1941]). A parceria de Adorno e Horkheimer, que pouco tempo depois resultou na *Dialética do esclarecimento*, pode ser em larga medida pensada “sob a estrela que chamava-se Benjamin” (Wiggershaus, 2002: 339-340).

### **ESBOÇO DE UMA CONCLUSÃO: A DIALÉTICA DO ESCLARECIMENTO E A CRÍTICA CIVILIZATÓRIA**

*Grosso modo*, as posições no debate de 1941 em Columbia poderiam ser divididas em dois grandes grupos: de um lado, a conclusão de que o capitalismo havia passado por transformações tão grandes a ponto de uma nova ordem estar se estabelecendo, o capitalismo de Estado; de outro, a descrição do sistema capitalista da época como uma forma totalitária de economia monopolista. Enquanto Pollock defendeu a primeira interpretação, Neumann sustentou a segunda. Os outros participantes, Kirchheimer, Gurland e Marcuse, tendiam a concordar mais com Neumann do que com Pollock. Esse debate precedeu a elaboração da *Dialética do esclarecimento* de Adorno e Horkheimer, que apresenta ainda uma outra explicação. Se os textos de Horkheimer dos anos 1930 ainda lançavam mão de uma interpretação marxista em alguma medida mais “clássica” do capitalismo, no final dessa década e início dos anos 1940 sua posição muda. Essa mudança tem a ver com o trabalho conjunto com Adorno no que deveria ser um livro sobre a dialética e com o enorme impacto das teses sobre a história de Benjamin. Desde pelo menos o começo da década de 1940, pode-se acompanhar uma ênfase crescente em uma crítica do processo civilizatório, largamente influenciada pela concepção de Benjamin da história como um contínuo de dominação, nos textos de Adorno e Horkheimer, como “O fim da razão” (1941), “Razão e autoconservação” (1942) e “O Estado autoritário” (1942), de Horkheimer, e “Reflexões sobre a teoria de classes” (1942), de Adorno.

No final de 1941, vindo de Nova York, Adorno havia chegado à Califórnia para juntar-se a Horkheimer. No período que antecede à sua mudança,

houve uma fértil troca de cartas, na qual é possível observar as crescentes afinidades eletivas entre os dois com respeito ao delineamento do projeto comum que pretendiam levar a cabo. Por meio de sua correspondência, é possível ver que os objetivos de ambos foram convergindo para a análise crítica dos rumos do processo civilizacional e de seus malogros. O resultado desse projeto, *Dialética do esclarecimento*, condensa os esforços de ambos no que diz respeito à elaboração de uma explicação para o presente histórico e pode ser considerado como uma *Aufhebung*<sup>21</sup> do debate de Columbia de 1941. Se *Dialética do esclarecimento* tem por pano de fundo as discussões havidas em Columbia e no âmbito da revista do Instituto, com vistas a apresentar uma resposta à questão “como o nacional-socialismo foi possível?” o livro não aceita inteiramente nenhuma das explicações até então apresentadas e se dirige para uma crítica do próprio processo civilizatório. Ao fazê-lo, sugere, mais ou menos explicitamente, que a crítica da economia política não é suficiente para dar conta da barbárie e da reiterada recaída da humanidade nessa barbárie. O livro apresenta como seu objetivo entender “por que a humanidade, em vez de entrar em um estado verdadeiramente humano, se afunda em uma nova espécie de barbárie” (Horkheimer & Adorno, 1947: 5).

Apreender como o “progresso [Fortschritt] se transforma em regressão [Rückschritt]” (Horkheimer & Adorno, 1947: 10) exige uma abordagem distinta daquelas que se ocupam exclusivamente com a configuração do Estado, os compromissos políticos e os movimentos da economia. *Dialética do esclarecimento* procura executar o programa de “mostrar como, apesar de todos os desvios e resistências, a dominação consequente da natureza sempre se impõe mais resolutamente e integra toda a interioridade humana. Desse ponto de vista, deveriam ser deduzidas também as formas da economia, da dominação, da cultura” (Horkheimer & Adorno, 1947: 265). Esse trecho se encontra em notas, muitas vezes constituídas de pequenos aforismos, colocadas pelos autores ao final do livro, pois no decorrer dele elas não teriam encontrado seu lugar. A maioria desses esboços, afirmam, diz respeito a uma “antropologia dialética” (Horkheimer & Adorno, 1947: 12). Penso poder afirmar que antropologia dialética é um nome usado por Adorno e Horkheimer para se referir a sua crítica civilizacional.

Para eles, a investigação de um fenômeno como o nacional-socialismo, longe de se ocupar apenas com as transformações no capitalismo nos últimos decênios, implica em pensar criticamente o processo do Esclarecimento. Essa é a viragem muito significativa realizada pelo livro. Esclarecimento, desde logo, é entendido por Adorno e Horkheimer num sentido mais amplo do que o usual: conforme os autores, “as linhas da razão, da liberalidade, da civilidade se estendem incomparavelmente mais longe do que supõe a representação da história que data o conceito do burguês apenas a partir do fim do feudalismo medieval” (Horkheimer & Adorno, 1947: 60). O início do processo

do Esclarecimento está já na atribuição de nomes às coisas e aos eventos da natureza que amedrontavam e não possuíam explicação. Com efeito, nomear permite dominar o desconhecido por meio do nome. Os mitos, que procuravam “relatar, denominar, dizer a origem, mas também expor, fixar, explicar” (Horkheimer & Adorno, 1947: 18), já são uma etapa do próprio Esclarecimento.

Guardadas todas as diferenças existentes entre as distintas formas pelas quais o fazem, tanto o mito quanto a ciência visam à dominação da natureza: “O que os homens querem aprender da natureza é como empregá-la para dominar completamente a ela e aos homens. Nada mais importa” (Horkheimer & Adorno, 1947: 14). Adorno e Horkheimer identificam como um problema central a ausência de autoconsciência no que diz respeito à crescente dominação no âmbito do natural e do social. A dominação do mundo ao redor adquire um caráter cego e passa a ter como critério único o cálculo entre meios e fins. O processo civilizatório, buscando livrar os homens do jugo da natureza, estabelece para eles condições tão petrificadas que acabam por se assemelhar àquelas do âmbito do natural: “A civilização é a vitória da sociedade sobre a natureza, que transforma tudo em pura natureza” (Horkheimer & Adorno, 1947: 219).

A dominação da natureza deriva do esforço de autoconservação. A origem do processo civilizatório está na persecução da autoconservação, e isso desde logo confere a esse processo seu sentido. Os fins da autoconservação conduzem ao desenvolvimento de uma razão calculadora, abstrata, que pode ser considerada o motor do processo civilizatório. O livro vê o desdobrar de uma razão abstrata, já na magia, passando pela religião, até chegar à moderna ciência. Essa razão abstrata antecede a troca de equivalentes, a qual, ao surgir e desenvolver-se, por sua vez intensifica e impulsiona a razão abstrata. Sendo historicamente anterior à troca mercantil, ela constituiu um fator decisivo para que esta última tenha se generalizado. *Dialética do esclarecimento* pode ser compreendida como uma tentativa de explicar o seguinte entrelaçamento: a dominação da natureza e a autoconservação geraram uma razão abstrata que faz com que o processo civilizatório não vá além da mera dominação, de modo que a sociedade se reproduz continuamente como uma forma de dominação. Afirmando que a “técnica efetua a adaptação ao inanimado a serviço da autoconservação, não mais como a magia, através da imitação corporal da natureza externa, mas através da automatização dos processos [Prozesse] espirituais, através de sua transformação em processos [Abläufe] cegos” (Horkheimer & Adorno, 1947: 214), Adorno e Horkheimer concluem que a “racionalidade técnica hoje é a racionalidade da própria dominação” (Horkheimer & Adorno, 1947: 145).

O nazismo não é um desvio da civilização ocidental, mas sim a radicalização de suas tendências de dominação social, a consumação de sua irracionalidade intrínseca. O antissemitismo mobilizado pelo ticket fascista é

um pretexto que permite dar vazão à revolta dos indivíduos contra a civilização, funcionando, porém, paradoxalmente, no sentido de incrementar a própria dominação à qual estão submetidos. Nos países assim chamados democráticos, essas tendências igualmente estariam presentes, assim como nada permitiria dizer que a União Soviética encontrar-se-ia subtraída dessa mesma lógica. É então inteiramente correto afirmar, como faz Silvia Schwarzböck, que a “sociedade de massas que nos Estados Unidos pôde ser governada por Roosevelt forma parte do mesmo processo de ilustração que a sociedade de massas que na Alemanha foi governada por Hitler. [...] A racionalidade que tornou possível a indústria do entretenimento é a mesma que construiu os campos de concentração” (Schwarzböck, 2008: 102). Para Adorno e Horkheimer, as sociedades democráticas de massas, a Alemanha nazista e o sistema soviético eram filhos legítimos da *Aufklärung*. Uns e outros faziam uso da mesma racionalidade técnica que, com o processo de monopolização e a planificação, se espalhou amplamente e que, longe de apontar para a emancipação social e conduzir a sociedade a um estágio melhor, reforçou a dominação.<sup>22</sup> Esse é o sentido do progresso que se converte em regressão, aí está a chave para entender por que “a terra totalmente esclarecida brilha sob o signo de uma triunfal calamidade [*Unheils*]” (Horkheimer & Adorno, 1947: 13).

Recebido em 20/03/12 | Aprovado em 23/01/13

**Ricardo Pagliuso Regatieri** é doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (PPGS/USP), onde é bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Atualmente realiza um período sanduíche na Goethe-Universität Frankfurt com bolsa do DAAD. É autor de *Negatividade e ruptura: configurações da crítica de Robert Kurz* (2012). Suas principais áreas de interesse são teoria sociológica, sociologia alemã e teoria crítica.

## NOTAS

- 1 Já em 1934, em seu balanço da sociologia alemã do período de Weimar, Mannheim aponta a fecundidade do “estudo científico de eventos contemporâneos (*Gegenwarts-kunde*), do qual muito é esperado”, levado a cabo pela “interessante *Zeitschrift für Sozialforschung*” (Mannheim, 1953: 223).
- 2 Entre novembro e dezembro de 1941, foram apresentadas em Columbia as seguintes conferências: “Estado e indivíduo sob o nacional-socialismo”, por Herbert Marcuse, “Propriedade privada sob o nacional-socialismo”, por Arcadius R. L. Gurland, “Os novos governantes na Alemanha”, por Franz Neumann, “A ordem legal do nacional-socialismo”, por Otto Kirchheimer, e “O nacional-socialismo é uma nova ordem?”, por Friedrich Pollock. Os textos das conferências de Kirchheimer e Pollock foram publicados na edição de 1941 da revista do Instituto (ver Kirchheimer, 1941b; Pollock, 1941b), que ainda trazia outro de cada um deles – “Capitalismo de Estado: suas possibilidades e limitações”, de Pollock (ver 1941a), e “Mudanças na estrutura do compromisso político”, de Kirchheimer (ver 1941a). Se as conferências de Marcuse, Gurland e Neumann não chegaram a integrar a edição, os dois primeiros dela participaram com os artigos “Algumas implicações sociais da tecnologia moderna” (ver Marcuse, 1941) e “Tendências tecnológicas e estrutura econômica sob o nacional-socialismo” (ver Gurland, 1941).
- 3 Nos Estados Unidos, a *Zeitschrift für Sozialforschung*, órgão de difusão dos textos dos pesquisadores do Institut für Sozialforschung, passa a ser publicada como *Studies in Philosophy and Social Science* e o instituto a se chamar Institute of Social Research. A “revista *Studies in Philosophy and Social Science*” sucedeu a *Zeitschrift für Sozialforschung* “no fim de 1939” (Jay, 2008: 202). “Devido à declaração de guerra e à transferência do local de edição da revista de Paris para Nova York, a revista parou de ser publicada durante quase um ano antes que a *Zeitschrift für Sozialforschung* fosse substituída por *Studies in Philosophy and Social Science*” (Wiggershaus, 2002: 294).
- 4 Em nota de rodapé nessa página, Pollock escreve: “O termo ‘modelo’ é usado aqui no sentido do ‘tipo ideal’ de Max Weber”.

- 5 “A forma totalitária de capitalismo de Estado é uma ameaça mortal para todos os valores da civilização ocidental. Aqueles que querem manter esses valores devem compreender plenamente as possibilidades e limitações do agressor para que sua resistência tenha sucesso. Além disso, eles devem ser capazes de mostrar de que maneira os valores democráticos podem ser mantidos sob as condições em mudança” (Pollock, 1941a: 200).
- 6 No início desse texto, Pollock frisa: “Meu objetivo é evidenciar a nova ordem como um novo sistema social e econômico em contraste com o capitalismo monopolista” (Pollock, 1941b: 440).
- 7 Jay se refere ao artigo “Die gegenwärtige Lage des Kapitalismus und die Aussichten einer planwirtschaftlichen Neuordnung” (“A situação atual do capitalismo e as perspectivas de uma nova ordem econômica planificada”).
- 8 “A dominação política é alcançada, por um lado, pelo terror organizado e pela propaganda esmagadora e, por outro, pelo pleno emprego e um padrão adequado de vida para todos os grupos-chave, a promessa de segurança e de uma vida mais abundante para todos que se submetem voluntariamente e completamente. Esse sistema está longe de ser baseado apenas na força bruta” (Pollock, 1941a: 223). Ver, também, Pollock (1941b: 452-453).
- 9 Já no período imperial, Neumann destaca que uma questão central ao redor do qual se debatia a Alemanha era a da “expansão imperialista por meio da guerra” (Neumann, 2009: 3).
- 10 Nesse ponto, Gurland remete à, e se serve da, abordagem de Kirchheimer acerca da crescente anulação dos indivíduos e predomínio dos grupos.
- 11 “Apesar de resultar do conjunto das condições econômicas, o desenvolvimento que tem tido lugar desde 1933 não foi de modo algum automático. As tendências que desde então têm tomado forma definitiva não se afiguraram igualmente necessárias e desejáveis a todas as partes que compõem o quadro” (Gurland, 1941: 240).
- 12 O Estado totalitário, se munido de mais meios para controlar a economia, é, por outro lado, incapaz de exercer total controle sobre ela (ver Gurland, 1941: 249).

- 13 O termo *Apparat* é recorrente no vocabulário de Weber em *Economia e sociedade*, sendo usado para designar o aparato burocrático [*bürokratischer Apparat*] ou aparato de dominação burocrática [*bürokratischer Herrschaftsapparat*]. Ver Weber (1985: 551-579).
- 14 Marcuse está se referindo a *The instinct of workmanship: and the state of industrial arts*, livro de Thorstein Veblen publicado em 1914. Nele, Veblen busca analisar o papel da indústria e da tecnologia em diferentes estágios da civilização, desde o mundo primitivo até a moderna produção baseada na maquinaria.
- 15 A esse respeito, caberia remeter aqui ao “caráter contemplativo” tal como o define Lukács em *História e consciência de classe* (Lukács, 2003: 218). O caráter contemplativo do sujeito pode ser descrito como aquela atitude de apenas acompanhar o desenrolar das leis que regem a vida no capitalismo, que parecem imutáveis, e de se adaptar a elas, de se ajustar ao mundo assim como é dado. Ao contrário de Veblen, que, procurando descrever a submissão ao factualmente dado trata, de modo por certo distinto de Lukács, do mesmo fenômeno, o autor húngaro não é citado por Marcuse.
- 16 Marcuse afirma que a ideia de eficiência propugnada pela administração científica de Frederick Taylor “ilustra perfeitamente a estrutura da racionalidade tecnológica” (Marcuse, 1941: 422). Buscando explicar a doutrina taylorista, Robert F. Hoxie diz que a administração científica “substitui a suposição [*guesswork*] pelo conhecimento exato” (Hoxie apud Marcuse, 1941: 422). Vale lembrar que, para o modelo do capitalismo de Estado de Pollock, a suplantação do *guesswork* pela previsão e pelo cálculo constitui um traço central.
- 17 Sobre a sociologia da burocracia, ver especialmente Weber (1985: 551-579).
- 18 Weber escreve: “O destino material das massas depende do funcionamento contínuo e correto das organizações capitalistas privadas crescentemente ordenadas de forma burocrática [...]” (Weber, 1985: 570). E se porventura o aparato de dominação [*Herrschaftsapparat*] “suspende seu trabalho ou se detém por uma força poderosa, a consequência é um caos, para dar fim ao qual dificilmente podem

os dominados improvisar um substituto. Isto se refere tanto à esfera da administração econômica pública quanto à da privada” (Weber, 1985: 570).

- 19 “A característica essencial do período de capitalismo de Estado é a eliminação da esfera da distribuição e da circulação ou – expresso em termos filosóficos – da mediação. Para uma apreciação crítica da sociedade burguesa, isso possui um significado fundamental porque, na esfera da mediação, conceitos como igualdade e liberdade têm sua base social objetiva. Estes agora se tornam historicamente obsoletos” (Demirović, 1999: 86). No primeiro parágrafo de “O Estado autoritário”, lê-se: “O El Dorado da existência burguesa, a esfera da circulação, está sendo liquidada” (Horkheimer, 2000: 95).
- 20 É à teoria de classes de Marx que está se referindo Adorno quando fala da teoria que previra a experiência e a solidariedade da classe explorada.
- 21 Isto é, uma superação que, ao mesmo tempo, conserva e carrega consigo elementos daquilo que é superado.
- 22 É importante destacar que, para Adorno e Horkheimer, os desdobramentos da técnica não devem ser atribuídos “a nenhuma lei de evolução [*Bewegungsgesetz*] da técnica enquanto tal, mas à sua função na economia hoje” (Horkheimer & Adorno, 1947: 145).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adorno, Theodor W. (2003a) [1969]. Reflexionen zur Klasesentheorie [1942]. In: *Gesammelte Schriften, Band 8*. Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- Adorno, Theodor W. (2003b) [1969]. George und Hofmannstahl. Zum Briefwechsel [1942]. In: *Gesammelte Schriften, Band 10.2*. Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- Adorno, Theodor W. & Horkheimer, Max. (2004). *Briefe und Briefwechsel – Band 4: Theodor W. Adorno/Max Horkheimer. Briefwechsel 1927-1969. Band 4.II: 1938-1944*. Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- Amidon, Kevin S. & Worrell, Mark P. (2008). A. R. L. Gurland, the Frankfurt School, and the critical theory of antisemitism. *Telos*, 144, p. 129-147.
- Benjamin, Walter. (2005) [2001]. Sobre o conceito de história [1940]. In: Löwy, Michael (org.). *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*. São Paulo: Boitempo.
- Demirović, Alex. (1999). *Der nonkonformistische Intellektuelle: Die Entwicklung der Kritischen Theorie zur Frankfurter Schule*. Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- González, Francisco Colom. (1992). *Las caras del Leviatán: Una lectura política de la teoría crítica*. Barcelona: Anthropos.
- Gurland, Arcadius R. L. (1941). Technological trends and economic structure under National Socialism. *Studies in Philosophy and Social Science*, IX, p. 226-263.
- Horkheimer, Max. (2000) [1978]. The authoritarian State [1942]. In: Arato, Andrew & Gebhardt, Eike (orgs.). *The essential Frankfurt School reader*. Nova York: Continuum, p. 95-117.
- Horkheimer, Max. (1997). Vernunft und Selbsterhaltung [1942]. In: *Gesammelte Schriften, Band 5*. Frankfurt am Main: Fischer, p. 320-350.
- Horkheimer, Max. (1989). Teoria tradicional e teoria crítica [1937]. In: Horkheimer, Max & Adorno, Theodor W. *Textos Escolhidos – Max Horkheimer, Theodor W. Adorno*. São Paulo: Nova Cultural (Coleção Os Pensadores).
- Horkheimer, Max. (1941). The end of reason. *Studies in Philosophy and Social Science*, IX, p. 366-388.

Horkheimer, Max. (1939-1940). Die Juden und Europa. *Studies in Philosophy and Social Science*, VIII, p. 115-137.

Horkheimer, Max & Adorno, Theodor W. (1947). *Dialektik der Aufklärung. Philosophische Fragmente*. Amsterdam: Querido.

Jay, Martin. (2008) [1973]. *A imaginação dialética: história da Escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisas Sociais, 1923-1950*. Rio de Janeiro: Contraponto.

Kirchheimer, Otto. (1941a). Changes in the structure of political compromise. *Studies in Philosophy and Social Science*, IX, p. 264-289.

Kirchheimer, Otto. (1941b). The legal order of National Socialism. *Studies in Philosophy and Social Science*, IX, p. 456-475.

Lukács, Georg. (2003) [1923]. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes.

Mannheim, Karl. (1953) [1934]. German sociology (1918-1933). In: *Essays on sociology and social psychology*. Londres: Routledge & Kegan Paul Ltd.

Marcuse, Herbert. (1941). Some social implications of modern technology. *Studies in Philosophy and Social Science*, IX, p. 414-439.

Neumann, Franz. (2009) [1944]. *Behemoth: the structure and practice of National Socialism, 1933-1944*. Chicago: Ivan R. Dee Publisher.

Pollock, Friedrich. (1941a). State Capitalism: its possibilities and limitations. *Studies in Philosophy and Social Science*, IX, p. 200-225.

Pollock, Friedrich. (1941b). Is National Socialism a new order? *Studies in Philosophy and Social Science*, IX, p. 440-455.

Pollock, Friedrich. (1932). Die gegenwärtige Lage des Kapitalismus und die Aussichten einer planwirtschaftlichen Neuordnung. *Zeitschrift für Sozialforschung*, I, p. 8-27.

Postone, Moishe & Brick, Barbara. (1993). Critical theory and political economy. In: Benhabib, Seyla; Bonß, Wolfgang & McCole, John (orgs.). *On Max Horkheimer: new perspectives*. Cambridge: The MIT Press, p. 215-256.

Postone, Moishe & Brick, Barbara. (1982). Critical pessimism and the limits of traditional marxism. *Theory and Society*, 11/5, set., p. 617-658.

Schwarzböck, Silvia. (2008). *Adorno y lo político*. Buenos Aires: Prometeo Libros.

Veblen, Thorstein. (1918) [1914]. *The instinct of workmanship and the state of industrial arts*. Nova York: B. W. Huebsch.

Weber, Max. (1985) [1922]. *Wirtschaft und Gesellschaft. Grundriss der verstehenden Soziologie*. Tübingen: Mohr.

Wiggershaus, Rolf. (2002) [1986]. *A Escola de Frankfurt: história, desenvolvimento teórico, significação política*. Rio de Janeiro: Difel.

Worrell, Mark P. (2006). *The other Frankfurt School. Fast Capitalism*, 2/1. Disponível em <<http://www.fastcapitalism.com>>. Acesso em 16 jun. 2012.

**SOBRE A NATUREZA DO PRESENTE HISTÓRICO.  
A CRÍTICA DA DOMINAÇÃO NO INSTITUTO DE  
PESQUISA SOCIAL NO INÍCIO DOS ANOS 1940**

**Palavras-chave**

Teoria crítica;  
Nazismo;  
Capitalismo de estado;  
Capitalismo monopolista;  
Crítica civilizacional.

**Resumo**

O artigo procura reconstruir as posições de membros do Instituto de Pesquisa Social em uma série de conferências levadas a cabo em 1941 durante seu exílio nos Estados Unidos a respeito da caracterização do presente histórico, marcado pelo nacional-socialismo, pelo sistema soviético e pelo capitalismo norte-americano. Em seguida, busca apontar de que maneira *Dialética do esclarecimento*, de Max Horkheimer e Theodor Adorno, responde às mesmas questões que suscitaram o debate de 1941, mas a partir já de um ponto de vista distinto, nomeadamente o de uma crítica do processo civilizatório como forma de dar conta do horror e da barbárie.

**ON THE NATURE OF THE HISTORICAL PRESENT. A  
CRITIQUE OF DOMINATION AT THE INSTITUTE OF SOCIAL  
RESEARCH IN THE BEGINNING OF THE 1940'S**

**Keywords**

Critical theory; National  
Socialism; State capitalism;  
Monopoly capitalism;  
Critique of the process of  
civilization.

**Abstract**

The article seeks to reconstruct the positions of members of the Institute of Social Research within a series of conferences carried out in 1941 during their exile in the United States, which addressed the historical present marked by National Socialism, the Soviet System and North American capitalism. It then points out how Max Horkheimer's and Theodor Adorno's *Dialectic of enlightenment* offers an answer to the same questions that originated the debate of 1941, but from a different point of view, namely that of a critique of the process of civilization as a form of dealing with horror and barbarism.



<sup>1</sup> Departamento de Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ), Brasil  
marcosilvasantana@gmail.com

<sup>II</sup> Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ), Brasil  
igorperesjeronimo@gmail.com

Marco Aurélio Santana<sup>I</sup>  
Igor Peres<sup>II</sup>

## CAPITALISMO, CIDADE E POLÍTICA NA PERSPECTIVA DE DAVID HARVEY

### TRAÇANDO UM PERCURSO

David Harvey é um dos autores inescapáveis do atual cenário intelectual internacional. Seja por sua longa e arguta produção acadêmica, seja por sua relação com os movimentos sociais, ou, ainda, por sua aguda leitura e desafiantes usos da obra de Karl Marx, Harvey se tornou um intelectual de forte presença no debate global.<sup>1</sup> Ele tem sido um dos autores mais citados no âmbito das ciências humanas, também com forte presença nos eventos promovidos pelos movimentos sociais globais, bem como um dos intelectuais que tem contribuído para um *aggiornamento* da teoria marxista. Neste particular, junto a outros autores importantes, tem sido uma ponta de lança para uma revitalização dos estudos baseados na obra de Marx. Não é por acaso, portanto, que Alex Callinicos, em texto escrito há alguns anos sobre a contribuição do autor em tela para o desenvolvimento da tradição teórico-prática marxista, asseverou que “qualquer apreciação histórica do desenvolvimento da teoria marxista no final do século XX agraciaria David Harvey com um dos primeiros lugares” (Callinicos, 2006: 47).

Seu itinerário, contudo, no que diz respeito à temática organizadora de suas preocupações, que podemos definir sumariamente como o problema do *desenvolvimento desigual do espaço*, não é linear. Acompanhando suas investidas reflexivas desde os escritos iniciais nota-se seu trânsito tenso e construtivo pelas mais variadas tradições de pensamento que vão desde Rudolph Carnap e Karl Popper, passando por Henri Lefebvre até desembocar, não, é claro, necessariamente nesta ordem, em Karl Marx e Friedrich Engels, Vladimir Lenin, Rosa Luxemburgo e Giovanni Arrighi.<sup>2</sup> Pode-se dizer a respeito que

a epítome “friccionar blocos conceituais” (Harvey, 2005: 38) em proveito de soluções inventivas e teoricamente proveitosas tenha sido mesmo o projeto analítico orientador de sua trajetória.

Talvez a inflexão mais notável de nosso autor tenha se dado com relação ao que tachou, *a posteriori*, de geografia pré-crítica ou pré-radical, “escola” notadamente marcada por certo *pathos* empírico-excepcionalista,<sup>3</sup> progressivamente preterido por Harvey em prol do desenvolvimento de um materialismo histórico-geográfico. Distanciamento avaliativo e/ou diálogo crítico qualificado este, representativo de um exercício de crítica imanente do autor em pelo menos dois sentidos. Por um lado, Harvey, como se sabe, é geógrafo e acompanhou o desenrolar das discussões que se referem diretamente ao campo da geografia desde dentro. Por outro, imanente, pois que sua crítica positiva à geografia parte de um questionamento interno de seus pressupostos e conteúdos para fazer transparecer em “terreno inimigo”, digamos assim, suas debilidades.<sup>4</sup>

Neste texto, evitando a apreciação de seus primeiros trabalhos, já sumariados, por exemplo, em Barnes (2006) e Gregory (2006), apresentamos um dos roteiros possíveis de acesso ao pensamento do geógrafo inglês, de forma não exaustiva, buscando apreciar termos e/ou conceitos que contribuíram para moldar uma espécie de léxico harveyano, dentre os quais elegemos: rearranjo espacial (*spatial fix*),<sup>5</sup> novo imperialismo (*new imperialism*) e acumulação mediante despossessão (*accumulation by despossession*). Como forma de enraizar tais ideias e formulações mais gerais, refletimos sobre sua contribuição relativa à cidade. Concluímos este roteiro com algumas notas acerca do que seria a teoria crítica desenvolvida pelo autor.

## O REARRANJO ESPACIAL

A formulação da noção de *rearranjos espaciais* de Harvey é profundamente marcada pelos anos de trabalho que resultaram em *The limits to capital* (1982). O livro que o autor reputa como um dos mais difíceis de concluir de sua carreira “[tomando-o] boa parte de uma década” (Harvey, 2005: 25), é resultado de um estudo detalhado sobre *O capital* de Marx. A partir da exegese do texto marxiano, notadamente o escrutínio dos mecanismos de acumulação do modo de produção capitalista e de sua tendência a gerar crises, buscará assentar as bases para a confecção de suas contribuições mais inventivas, entendidas por Harvey como necessárias para preencher algumas lacunas da teoria marxista em particular e da teoria social como um todo (Harvey, 2005: 142).

Esta incursão sobre a obra de Marx, após a inflexão reflexiva preparada por seus dois primeiros trabalhos mais importantes *Explanation in geogra-*

phy (1969) e *Justiça social e a cidade* (1980), concorrerá definitivamente para a armação de uma estrutura lógica que acompanhará o geógrafo inglês até suas preocupações mais recentes.

Neste sentido, a apropriação da obra do autor alemão não foi de todo exclusivamente explanatória. Conforme Harvey, Marx, por ter se preocupado em traçar um retrato detalhado do *modus operandi* do modo de produção capitalista, isto é, de seus mecanismos de vertebração internos com forte esteio na produção do tempo, não teria dado atenção, de forma mais sistemática e abrangente,<sup>6</sup> ao aspecto *espacial*.

Nosso autor tributa este descuido a ao menos dois motivos: por um lado, estariam as dificuldades crônicas e, portanto, costumeiras relativas ao entendimento do espaço, notadamente devido às suas “propriedades mais complexas e específicas que o tempo”, resultando em sua difícil “metrificação” (Harvey, 2005: 145). Por outro, Harvey menciona um motivo propriamente analítico relativo à fundamentação da teoria do valor utilizada por Marx (e, deve-se registrar, por alguns dos economistas clássicos) como sendo baseada, como é notório, no *tempo* de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria.

A assertiva aqui não deve ser tomada literalmente ou, o que neste caso significa o mesmo, de maneira unilateral, apesar de Harvey o fazer amiúde em seus textos (ele mesmo o atesta autocriticamente em Harvey, 2005: 143). Marx não se preocupou *exclusivamente* com o aspecto temporal em suas formulações, o raciocínio simétrico inverso valendo para o geógrafo. Isto é, apesar de tomar como sua tarefa o desenvolvimento de um materialismo histórico-geográfico, que teria como objeto o desenvolvimento geográfico histórico desigual, Harvey tematizou de maneira proveitosa a questão das temporalidades, ou mais precisamente o que chama de *temporal fix*, assunto que abordaremos apenas lateralmente (para mais detalhes, ver Jessop, 2006).

A reflexão espacial é introduzida por Harvey de forma radicalmente articulada a sua concepção dos movimentos de acumulação do capital. O motivo é bastante simples: sendo as crises entendidas por Harvey como crises de sobreacumulação de força de trabalho (desemprego) e capital (na forma de mercadorias, capacidade produtiva e moeda), a produção do espaço serviria basicamente como depósito dinâmico para absorvê-los e rearranjá-los. Isto é, Harvey busca integrá-lo (o espaço) no arcabouço teórico acumulado para a compreensão dos mecanismos de postergação – a curto, médio e longo prazos – para as crises do capitalismo, subtraindo-lhe o *status* de categoria residual e atribuindo-lhe estatuto positivo e central para o entendimento da dinâmica capitalista.

Para pensá-lo, naquilo que é um exercício de crítica reconstrutiva, Harvey tira proveito dos trabalhos de autores como Hegel, Von Thünen e do próprio Marx (Harvey, 2004: 95-122), absorvendo seus achados e reconstruindo-

-os a partir de suas debilidades. Lendo o Hegel da *Filosofia do Direito*, e tomando-o como o ponto de partida para boa parte de suas análises, notará que o filósofo encontrava-se diante de um dilema: deveria formular uma saída para as tensões postas no interior da sociedade civil que ele concebia como egoística, em contraposição à esfera familiar, dominada, Hegel supunha, pelo altruísmo. Para solucioná-lo, a sociedade civil seria forçada a buscar uma saída externa às suas contradições internas em outros países, impelindo-se para além de suas fronteiras, fundando colônias, por exemplo (ver Harvey, 2004: 105-106; 2005: 98-101, 194-195).

Quanto a Marx, a tentativa de compreensão e reconstrução da teoria do alemão por parte de Harvey teria se iniciado com uma inquietação: “Muitas vezes quis saber por que o primeiro volume de *O capital*, de Marx, termina com um capítulo sobre ‘a teoria moderna da colonização’” (Harvey, 2005: 97). Apesar de Marx tratar, pelo menos em duas oportunidades mais substanciais, uma no fim do Livro I de *O capital* e outra posicionada no Livro III da mesma obra, primeiro da “colonização” e, em seguida, do “comércio exterior” como alternativa à tendência crônica do capitalismo a gerar crises, Harvey classifica a preocupação de Marx como assistemática, isto é, esparsa e pouco problematizada, sem deixar, entretanto, de delimitar suas diferenças relativamente às formulações de Hegel.

Ou seja, o que a lógica idealista deste último entendia como uma solução para a tensão montante entre egoísmo e o altruísmo, é enxergado por Marx como uma reposição da contradição em qualidade e modalidades renovadas. Emprestando centralidade à relação assimétrica constitutiva do modo de produção capitalista, Marx entende, segundo Harvey, a mudança para as colônias como reposicionamento das contradições entre as classes e a renovação espacial dos mecanismos de sua reprodução.

Apesar desta diferença, o geógrafo arremata, como de resto havia feito também com Hegel (Harvey, 2005: 100-101), classificando como insatisfatório o posicionamento de Marx. Segundo ele,

os marxistas, paradoxalmente, não encontram muita ajuda em Marx (certamente não em *O capital*). Para Marx ainda que supremamente cômico da unidade subjacente dos assuntos políticos e econômicos, assim como da dinâmica global do capitalismo, a excluída consideração específica a respeito do *ajuste espacial* nos fundamentos que integravam, na teoria, questões de comércio exterior, da expansão geográfica e outras mais, apenas complicou os fatos, sem necessariamente acrescentar algum dado novo. [...] Mas num mundo onde a “Pax Britannica” de Palmerston reinava segura, e posicionado como Marx estava, ou seja, no centro do capitalismo *laissez-faire*, com todas as suas lisonjas ideológicas, Marx tinha pouco estímulo para ir além, descrevendo o arranjo espacial como nada mais do que a projeção violenta das contradições do capitalismo sobre o palco mundial. A sua preocupação maior, e a contribuição de *O capital*, foi elucidar a natureza dialética interna do capitalismo (Harvey, 2005: 123. grifos nossos).

De sua parte, alternativamente, em um artigo de preparação para suas formulações sobre os rearranjos, Harvey dizia tentar alicerçar o que chamou de “escalas intermediárias” alocadas entre a postulação mais abstrata dos mecanismos de reprodução do capital e sua configuração imperialística posterior, o que significaria a atenção mais detalhada às possíveis formas de combinação entre uma “teoria da localização e a análise dos investimentos fixos e imobilizados, e a criação obrigatória da paisagem geográfica para facilitar a acumulação através da produção e da circulação” (Harvey, 2005: 73).

A importância que Marx havia dispensado aos elementos como transporte e comunicação (capital fixo) para a “anulação do espaço pelo tempo”, isto é, a diminuição do que Harvey chamou inventivamente de “tempo de giro necessário” (*socially necessary turnover time*) para a realização de uma mercadoria, estaria, de acordo com o geógrafo, correta, mas apenas parcialmente (Harvey, 2005: 138). Para tornar a formulação analiticamente mais abrangente e frutuosa, o espaço deveria passar de obstáculo a ambiente geográfico portador de dinâmicas complexas próprias, além de loci aglutinadores de ambiências com durações mais ou menos prolongadas no tempo.

O rearranjo espacial representaria basicamente a constante criação e (re) criação de novas “paisagens geográficas”, capazes de absorver novos excedentes. A movimentação deste novo espaço se tornaria mais e mais complexa ao longo do tempo. Após a fixação de um novo espaço, Harvey chega mesmo a mencionar a tendência à formação de alianças regionais de classe, não obstante algum grau de instabilidade, podendo-se atingir posteriormente estágios do que ele nomeia, tomando um conceito emprestado de Philippe Ayalot, “coerência estruturada”, ou seja, certa calcificação de uma determinada configuração socioespacial (Harvey, 2005: 151-153).

Cabe notar, como o faz Jessop (2006: 147), que o termo rearranjo (*fix*), em Harvey, comporta duas acepções. Por um lado, o termo guardaria um sentido mais literal, como algo que realmente fixa-se fisicamente num espaço determinado. De outro, indicaria, numa acepção mais metafórica, a ideia de improvisos, à maneira de concertações *ad hoc*.

Além das expressões destes rearranjos que, supõe-se, na medida em que Harvey não o esclarece, seriam internas, o autor chama a atenção para algumas das principais modalidades de exteriorização espacial: a) desenvolvimento de mercados alhures no interior do mundo capitalista para suprir problemas de subconsumo; b) comércio com espaços não-capitalistas para expandir mercados; c) exportação de mais-valia para estabelecer novas facilidades produtivas; d) expansão do proletariado a partir da separação de camponeses, artesãos, trabalhadores por conta própria e mesmo alguns capitalistas do controle de seus meios de produção (ver Jessop, 2006: 149).

Da forma como nos aponta Harvey, estas estruturas durariam até que outras crises se formassem e houvesse, portanto, a necessidade de rear-

ranjos renovados, com o espaço criado sendo transformado de solução em novo problema a ser ultrapassado. Na medida em que Harvey compreende estas saídas como *necessariamente* provisórias, a longo prazo, a sucessão de rearranjos espaciais tenderia a se espalhar para o âmbito internacional, agudizando o caráter geopolítico da relação capitalista, tema que passamos a abordar diretamente.

## O NOVO IMPERIALISMO

O novo imperialismo, compêndio das *Clarendon Lectures* “proferidas na School of Geography and the Environment, da Oxford University, nos dias 5, 6 e 7”, aparece em fevereiro de 2003, ano em que as discussões sobre a agressão norte-americana ao Iraque, com George Bush filho à frente, ocupava o cenário americano e mundial:

A guerra contra o Iraque, embora aparentemente prestes a eclodir, ainda iria ter início, e permanecia a tênue esperança de que fosse possível impedi-la. [...] Apesar dessa oposição, a ação militar no Iraque foi iniciada sob o comando dos Estados Unidos, com o apoio mais ostensivo da Grã-Bretanha e da Espanha, no dia 20 de março. No momento em que escrevo, o resultado da guerra embora nem um pouco duvidoso do ponto de vista militar, ainda está obscuro. Acabará ela sendo, ou parecendo ser, uma ocupação colonial, um regime clientelista imposto pelos Estados Unidos, ou uma genuína libertação? (Harvey, 2004: 7)

Em meio àquela turbulência, o desafio de Harvey seria, numa formulação tipicamente marxiana, fazer emergir “as forças motrizes que agiam por sob o caos das aparências” (Harvey, 2004:8). Devido, talvez, às circunstâncias em que foi escrito, o livro é uma reflexão em grande parte ancorada na história americana. Ainda assim, o texto torna visível o esforço de Harvey em fazer trabalhar seus conceitos e formulações mais gerais para analisar aquela configuração geopolítica que se desenhava no início do século que se abria.

Assim como Giovanni Arrighi, que influenciará a interpretação de Harvey neste trabalho, havia feito a respeito da construção de impérios na Itália, Holanda, Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, o geógrafo se concentrará, principalmente, nos dois primeiros capítulos do livro (Harvey, 2004: 11-76), num escrutínio histórico da formação imperial americana, tratando de fazer operar seu materialismo histórico-geográfico e a postulação de um desenvolvimento geográfico desigual na descoberta das origens da ascensão e crise americana, juntamente com suas tentativas de rearranjos a partir de formas renovadas de acumulação.

A dialética interno/externo, que Harvey aproveitara e reconstruía de Marx, continua sendo ferramenta útil à sua reflexão sobre a política americana recente. Ou seja, é a partir da reconstrução do passado histórico daque-

le país que Harvey encontrará os mecanismos e os porquês da expansão externa, para daí cogitar sobre o que há de renovado em suas manifestações.

Fato de considerável importância, como anunciado, é a apropriação por parte de Harvey das formulações de Arrighi, principalmente as expostas em *O longo século XX*. Harvey se baseará na distinção que aquele autor faz entre “lógica política/territorial de poder” e “lógica capitalista de poder”. Com o primeiro termo, o autor deseja chamar a atenção para as lógicas mais enraizadas no território e mais dependentes dos desígnios do Estado e da política. Já o segundo, visa pensar a lógica de acumulação atribuindo a ela caráter mais arredo, em alguma medida, “aterritorial”. Isto permitirá a Harvey atribuir mais ênfase aos mecanismos de poder centrados no Estado, elemento extremamente subteorizado em seus trabalhos anteriores (Harvey, 2004: 88-93).

Tal distinção é a condição analítica que o permite tematizar uma questão central em seu texto: ou seja, Harvey diferencia, no que é já um passo importante para a definição do que entende como novas formas de acumulação imperialística, a política “neoliberal” da política “neoconservadora” americana. Dizendo esquematicamente, a primeira teria representado um desdobramento, ou na caligrafia harveyana, um rearranjo necessário para dar conta da crise que se instala mundialmente, com desdobramentos desiguais, pós-1973. Isto teria significado um desenvolvimento notável do poder e da influência do capital financeiro, além de uma maré de abertura dos mercados, muito por conta da ajuda de aparelhos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), nomeadamente. Já a segunda, que importa mais a Harvey, pois ela é, digamos, o diagnóstico dos anos por ele investigados, teria sido caracterizada pelo forte intervencionismo estatal, com ênfase no aspecto bélico, lembremos da abertura do livro, acima citada. Quer dizer:

A eleição fortuita de Georg W. Bush, um cristão reconverso, para a presidência dos Estados Unidos deixou um grupo neoconservador de pensadores perto do poder. Os neoconservadores, bem financiados e organizados em inúmeros *think-tanks* como os neoliberais antes deles, havia muito tentavam impor seu programa político ao governo. E esse programa diferia do neoliberal, tendo por objetivo primordial o estabelecimento da ordem e o respeito a ela, tanto internamente como no cenário mundial. [...] O programa neoconservador de política externa foi formulado no *Project for the New American Century*, que começou a ser implementado em 1997 (Harvey, 2004:154-155).

Além disso, se no livro anterior Harvey havia feito questão de marcar, talvez de forma excessivamente unilateral, como indicamos, as insuficiências de seus predecessores em tematizar a questão dos rearranjos espaciais, afirmando que Marx não havia contribuído muito neste quesito, é notável em *O novo imperialismo* uma tentativa de retomar a importância do tempo de forma mais explícita para se pensar a dinâmica do capitalismo *juntamente* à dinâmica espacial. Isto é, em *O novo imperialismo* se pode ler: “Não é, contudo, possível divorciar essa opção de mudanças temporais em que o capital exce-

dente é deslocado para projetos de longo prazo que precisam de muitos anos para devolver seu valor à circulação mediante a atividade produtiva que sustentam” (Harvey, 2004: 78).

Assim, podemos notar a crescente preocupação de Harvey em coadunar numa combinação *sui generis* as ideias de Arrighi, que visam basicamente retomar a importância do território e, conseqüentemente, do Estado na efetivação dos chamados *hegemons*, com a retomada de seu tema clássico, o rearranjo espacial, agora combinando-o de forma mais produtiva e menos disjuntiva com as dinâmicas temporais, daí a proposta do termo *rearranjos espaço-temporais*. Todas estas esferas, por fim, são mobilizadas a partir da retomada do uso de outro conceito, já utilizado em outros trabalhos, a saber, a ideia de *coerência estruturada*, agora numa acepção geopolítica mais internacionalizada, capaz de articular, num espaço-tempo determinado, para além das puras trocas econômicas, “atitude, valores culturais, crenças e mesmo afiliações religiosas entre os capitalistas e aqueles que são por eles empregados” (Harvey, 2004: 89).

Ocorre que Harvey deseja, igualmente, reconstruir uma teoria do imperialismo para nosso tempo. Para tanto, sumará as contribuições de dois dos maiores ícones desta tradição de pensamento. Apesar do diálogo constante com Lênin, que foi responsável por “popularizar” este tipo de discussão, não sem elevar através dela o materialismo histórico a um patamar analítico diferenciado, Harvey identificará nos traços subconsumistas da teoria da polonesa Rosa Luxemburgo um ponto sobre o qual pudesse edificar suas propostas posteriores.

Nosso autor, ao contrário de Luxemburgo, identificará na sobreprodução o ponto nevrálgico do processo de acumulação capitalista. A mola motivadora da expansão de capital para além de suas fronteiras originais não residiria preponderantemente na escassez da demanda *vis-à-vis* a oferta de capital, o que faria este se rearranjar basicamente em busca de compradores para seus produtos. Este poderia vir a ser um dos problemas, mas não o central. O nuclear para ele é a necessidade constitutiva do capital em manter móvel o processo de acumulação expandida (Harvey, 2004: 116-118).

Tendo reconstruído, a partir das ideias mencionadas, o histórico americano, Harvey levanta a tese de que, dado o momento histórico que se inicia no último quarto de século XX:

Tal como a guerra com relação à diplomacia, a intervenção do capital financeiro com o apoio do poder do Estado equivale com frequência à acumulação por outros meios. Uma diabólica aliança entre os poderes do Estado e os aspectos predatórios do capital financeiro forma as garras de um capitalismo de rapina que tem tanto de práticas canibais e desvalorizações forçadas quanto tem de alcançar o desenvolvimento global harmonioso. Como, porém, devemos interpretar esses outros meios de acumulação? (Harvey, 2004: 114)

A tese da “acumulação por despossessão” é construída em diálogo constante com a “acumulação primitiva de Marx”. Uma vez mais, Harvey avalia como equivocada ou, ao menos, incompleto, o postulado de Marx de acordo com o qual a ideia de acumulação primitiva teria cumprido sua função histórica, restando, na atualidade, obsoleta.

Conforme Harvey, Marx, no Livro I de *O capital*, trabalha com os pressupostos iniciais “correspondentes em termos amplos ao da economia política clássica”: [...] “mercados competitivos de livre funcionamento com arranjos institucionais de propriedade privada, individualismo jurídico, liberdade de contrato e estruturas legais e governamentais apropriadas, garantidas por um Estado facilitador que também garante a integridade da moeda como estoque de valor e meio de circulação”, para mostrar em seu término que todo esse ambiente de “paz, propriedade e igualdade” leva à polarização social e à formação, através da centralização e concentração de capital, de monopólios.

Ocorre que tudo isto se passa supondo-se outra condição, o acontecimento histórico da “assim chamada acumulação primitiva”. Entretanto:

A desvantagem destes pressupostos é que relegam a acumulação baseada na atividade predatória e fraudulenta e na violência a uma etapa original tida como não mais relevante ou, como no caso de Luxemburgo, como de forma exterior ao capitalismo como sistema fechado. Uma reavaliação geral do papel contínuo e da persistência das práticas predatórias da acumulação primitiva ou original no âmbito da longa geografia histórica da acumulação do capital é, por conseguinte, muito necessária [...] (Harvey, 2004: 120)

Ao invés de encerrá-la (a acumulação primitiva) no tempo, Harvey atribui a ela papel de destaque na atualidade, com a condição de emprestar a ela nova qualidade. Somar-se-iam ao arsenal de componentes da acumulação primitiva, tal como descrita por Marx, mecanismos aprimorados de acumulação (tenha-se em conta, por exemplo, a hipertrofia do capital financeiro desde 1973). Conforme o autor, “a acumulação por espoliação pode ocorrer numa variedade de maneiras, havendo em seu *modus operandi* muitos elementos fortuitos e casuais”. Não obstante, seria possível identificar um procedimento-chave: a liberação de “um conjunto de ativos (incluindo a força de trabalho) a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero)”, podendo o capital sobreacumulado apossar-se destes ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo (Harvey, 2004: 124).

Ao fim e ao cabo, a lógica de Harvey permanece, nuclearmente, similar: a constante reposição da sobreacumulação crônica de capital deve ser escoada por algum canal. No fundo, portanto, manobras como a valorização fraudulenta ou roubo de ações, destruição ou desvalorização de ativos por novas aquisições ou fusões, patenteamento de novas invenções pelas multinacionais farmacêuticas, retirada de direitos dos trabalhadores, desvalorização da for-

ça de trabalho, privatização de bens como a água, consistiriam em móveis deste imperativo.

Paulo Arantes resume da seguinte forma o raciocínio de Harvey:

Seja como for, a hipótese central de David Harvey para explicar a engrenagem do Novo Imperialismo é preciosa. Nada mais nada menos que reativação de formas supostamente arcaicas de exploração e de dominação, que Harvey está enfeixando sob a denominação única de acumulação por despossessão. Uma fuga para frente, na qual, como se disse, a lógica territorialista de poder volta a ser preponderante, mesmo antagonizando a normalidade ateritorial dos negócios capitalistas correntes, e seu atual paradigma financeiro, no qual se exprime o desejo do capital de não estar fixado em lugar nenhum. Quer dizer: por motivo de uma crise nada trivial, à reprodução ampliada sufocada por essa mesmíssima crise veio em socorro (por assim dizer) um regime de acumulação por “outros meios”, na sua grande maioria processos marcados por toda sorte de violência (Arantes, 2004: 46).

Neste estágio não deve ser demais fazer notar um ponto. Conquanto Harvey tente avançar formas mais dinâmicas de entendimento do que chama de desenvolvimento geográfico histórico desigual, escorando sua reflexão nos contornos de rearranjos espaço-temporais dinâmicos, suas análises, em certo sentido, permanecem intrigantemente centradas, ao menos em seus escritos até meados dos anos 2000. Assim, quando Harvey não analisa países do centro europeu, escreve um livro com referência às novas formas de acumulação com foco nos Estados Unidos. Aqui e ali, quando do desenvolvimento de seu arcabouço conceitual mais geral, rascunhados acima, Harvey chama a atenção para as formulações sobre a dependência ou o colonialismo, não os tomando, contudo, enquanto problema de pesquisa (ver Harvey, 2005: 66, 124).

Comentadas acima as ideias de David Harvey – precipuamente apoiadas em raciocínios mais gerais e abstratos, mesmo tendo-se em conta o exemplo dos Estados Unidos, pois vimos que ali o que estava mesmo em jogo era uma tentativa de reconceituação –, cumpre agora apresentar algumas de suas reflexões sobre as cidades, que além de guardarem proveito em si, servem também de oportunidades de enraizamento de suas formulações teóricas.

## **A CIDADE: ENTRE A ACUMULAÇÃO E A EMANCIPAÇÃO**

Se é verdade que o tema do espaço e sua consubstanciação urbana, a cidade, é recorrente na obra de nosso autor, cumpre, analiticamente, cindi-la enquanto variável heurística de um lado, ou seja, móvel categorial instrumentalizado para fins cognitivo-analíticos e como *polis*, por assim dizer, de outro, conquanto organicamente, isto é, sócio-historicamente, estas dimensões resembram inseparáveis. As abordamos nesta seção na ordem em que logo acima foram caracterizadas.

Em *The right to the city* (2008), texto publicado na *New Left Review*, ao término do segundo parágrafo, Harvey rendia, em forma de citação, a seguinte homenagem a um dos expoentes da assim chamada Escola de Chicago.

Se a cidade é o mundo que o homem criou, é também o mundo onde é consequentemente condenado a viver. Assim, indiretamente, e sem clareza alguma da natureza de sua tarefa, criando a cidade o homem se refez [...] (Park apud Harvey, 2008: 23).

A referência a Robert Park poderia servir de ensejo para a introdução de nosso autor numa longa tradição internamente polissêmica de autores que buscaram pensar o papel das cidades na constituição do que podemos chamar de forma excessivamente genérica de sociabilidades. Interessa-nos no espaço deste texto, entretanto, apresentar o que seria a contribuição de Harvey para a reflexão sobre as cidades, a partir dos dois quesitos supramencionados (heurístico e político), ficando a demonstração de possíveis encontros temáticos e analíticos entre este e os demais pensadores para outra oportunidade.<sup>8</sup> No quesito que desenvolvemos agora, ou seja, a questão do estatuto heurístico das cidades, a contribuição de Harvey não foge à sua trajetória reflexiva mais antiga que, como vimos, é fortemente amparada nos escritos de Marx.

Isto significa basicamente que Harvey tenta articular os temas mais gerais, como a acumulação de capital e os rearranjos espaço-temporais daí advindos, com a estruturação das cidades. Apesar de este tema aparecer fortemente em dois de seus livros, *The condition of postmodernity* (1989) e *Paris, capital of modernity* (2003), alguns traços deste programa de pesquisa (em sentido lato) já compareciam às páginas de *A justiça social e a cidade*, precisamente ali onde Harvey discute a formação dos guetos.

Cabe registrar, neste particular, coisa que Harvey faz eventualmente, que o grande *insight* do geógrafo vem de Engels, particularmente de suas formulações contidas em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* e a *Questão da habitação* (ou moradia), nas quais o alemão assevera que o movimento de acumulação de capital não resolve as crises, e sim as desloca, utilizando-se evidentemente do espaço das cidades para tal.

Pode-se conferir a forma como estas questões se articulam numa análise histórico-concreta, quando Harvey pensa sobre a condição das cidades nos Estados Unidos, notadamente em Baltimore. A discussão sobre a cidade norte-americana é encetada a partir de um tema recorrente à época, ou seja, as discussões sobre o pós-modernismo, que atingia analiticamente o âmbito das cidades na forma de querela entre modelos de planejamento mais monolíticos, racionais, inflexíveis (modernos) ou pós-modernos, supostamente mais criativos, espontâneos e libertadores (Harvey, 2005: 28).

Tendo em vista sua bagagem categorial, o que Harvey faz é evitar a discussão nos termos em que estavam colocados e tentar estabelecer os laços entre a composição das cidades, dentre outros, em seus traçados arquitetô-

nicos com os movimentos de acumulação, isto é, neste caso, a conexão dos planejadores com os imperativos de mercado que permaneceriam como pujante coordenador das práticas malgrado a proliferação estilística de conteúdo e forma variante.

Além da conexão entre o que Harvey chama de “economia real” e estilo, digamos, evidenciavam-se os vínculos entre aquela e a modulação de experiências subjetivas, notadamente as vivências modificadas de elementos como tempo e espaço, o que Harvey sintetiza sobre o epíteto “compressão tempo-espaço” (*space-time compression*) (Harvey, 1989: 201-211, 308-327).

No que respeita à sua reflexão sobre as cidades à francesa, à Paris das barricadas de maio de 1968 e das análises de Marx acerca da experiência rica da Comuna e das experiências de 1848-1850, Harvey acrescenta suas anotações sobre os impactos dos traços de um Haussmann sobre os contornos daquela *urbe*. Em *Paris, capital of modernity* (2003) perscrutará as consequências dos traçados forjados pelo barão a mando de Luís Bonaparte para a sociabilidade parisiense do segundo império.

Paris, conforme Harvey, passara por um momento de crise significativa. A mesma crise financeira que acometera a Inglaterra, em 1847, antes com suas características básicas de sobreacumulação de capital e força de trabalho chegara a Paris, somando-se às tensões políticas que ali proliferavam (Harvey, 2003: 90).

Sobre este pano de fundo mais geral é que Harvey tenta explicitar os contornos mais determinantes das mudanças. Embora seja para ele discutível a atribuição exclusiva das mudanças arquitetônicas a Haussmann (que assume a liderança do projeto em 1853 até 1870, quando é dispensado por Émile Olivier, primeiro ministro liberal), tendo em vista que elas já vinham sendo implementadas por seus antecessores como Berger (Harvey, 2003: 8-9), a paisagem parisiense “antiga” é sintetizada por Harvey da seguinte forma:

Enquanto não havia nada de único com relação à miséria humana, degradação, doenças, crimes, e prostituição – características bastante comuns ao capitalismo industrial de então – essa infraestrutura urbana antiga era incompatível com a organização capitalística da produção crescentemente sofisticada e eficiente, assim como o consumo emergindo nas novas cidades manufatureiras não somente na Inglaterra – o principal rival comercial da França – mas também na Bélgica, Alemanha, Áustria e mesmo outras regiões na França (Harvey, 2003: 92)

Neste quadro, Haussmann serviria bem aos imperativos de renovação da cidade. A *fortuna* do momento somada à sua *virtú* arquitetônica pautada no apreço pelas linhas retas, escalas exageradamente alargadas etc., reorganizariam Paris na medida certa, para moldá-la às necessidades (em sentido forte) da ocasião.

Como forma de comparar representações sobre as cidades são apresentados os relatos de Honoré de Balzac, Gustave Flaubert e Charles Baude-

laire. Atribuindo importância à sua própria *démarche*, o geógrafo prefere as representações cidadinas de um Carl Schorske, pois capaz de reproduzir em seus relatos “um senso de totalidade a respeito da cidade”, virtude que Harvey, por outro lado, não reputa a Benjamin, excessivamente fragmentário (Harvey, 2003: 18).

Conquanto seja discutível a atribuição de unilateralidade a Benjamin, o fato é que Harvey tenta alcançar um entendimento próprio da cidade, como frisamos ao longo da seção, a partir de suas elaborações mais gerais. À disputa de representações com relação às cidades é somada a explicitação, por Harvey, da cidade enquanto espaço político (em termo lato, *polis*).

Esta visão nos leva novamente a Park, mas, em *The rebel cities* (2012), a partir de uma angulação diferente. Harvey se interroga acerca das formas sociais e políticas construídas pelos homens quando se “refazem” ao “fazer” a cidade, remetendo-o à preocupação acerca da organização e da luta coletiva nesta construção, os quais, obviamente, terão impacto nos processos de urbanização.

Se Park está correto, então a questão do tipo de cidade que nós queremos, não pode ser divorciada da questão do tipo de pessoas que queremos ser, do tipo de relações sociais que buscamos, da relação com a natureza que queremos nutrir, do tipo de estilo de vida que desejamos, bem como dos nossos valores estéticos. [...] Reinventar a cidade, inevitavelmente, depende do exercício de um poder coletivo sobre os processos de urbanização (Harvey, 2012: 4).

“Fazer”, “refazer”, “reinventar”. Termos cheios de significados, que nos remetem ao universo da ação como seu elemento mais proeminente. Mas, como isso se daria se Harvey vincula os processos de urbanização com a acumulação capitalista? Ele mesmo assevera que a urbanização “tem sido, através de toda a história do capitalismo, um elemento-chave para a absorção de capital e trabalho excedentes” (Harvey, 2012: 42). Desta forma, mais do que pensar nas formas como o “homem” se “refez”, Harvey assinala a necessidade de se pensar as formas pelas quais nos fomos moldados pelos processos de urbanização impulsionados por forças sociais poderosas.

Isso poderia, em certa medida, deixar espaço exíguo para ações alternativas. Harvey parte exatamente disso para ver, aí mesmo, tendo em vista as contradições produzidas pelo referido vínculo, um eito fértil.

A reprodução do capital passa pelos processos de urbanização via uma miríade de formas. Mas a urbanização do capital pressupõe a capacidade dos poderes da classe capitalista de dominar o processo urbano. Isto implica que a dominação da classe capitalista não é apenas sobre os aparatos do Estado (em particular aqueles aspectos do poder de Estado de administração e governo das condições sociais e de infraestrutura dentro das estruturas territoriais), mas, também, sobre o conjunto da população – seus estilos de vida, assim como sua força de trabalho, seus valores políticos e culturais, suas concepções mentais do mundo. Este nível de controle não ocorre facilmente. A cidade e o processo urbano que a produz tornam-se daí em diante locais centrais de luta política, social e de classe (Harvey, 2012: 66).

Ao apontar a cidade como este locus central, e ainda mais, um espaço de luta, Harvey abre possibilidades alternativas para o seu destino, trabalhando o que seria uma lacuna nas formulações marxianas, que ou as teriam ignorado ou considerado esvaziadas em termos de potencial revolucionário.<sup>9</sup>

Na visão de Harvey (2012: 65), se a forma de urbanização capitalista “está tão completamente imbricada na reprodução capitalista, lhe sendo mesmo fundacional, então as formas alternativas de urbanização devem, necessariamente se tornar centrais para qualquer busca de uma alternativa anticapitalista”.

Como o processo de urbanização capitalista situa-se no bojo do processo de reprodução do sistema, as lutas urbanas deveriam se direcionar, em termos de seus conteúdos, para produzir inflexão e mudança neste processo. Assim, deveria ser um ponto de convergência destas lutas a busca do controle tanto do uso do excedente, como também de sua produção. Não se trataria apenas de colocar mais e mais excedente sob controle do Estado. Isto só funcionaria com a condição de uma radical democratização do Estado sob controle popular.

A partir deste tipo de visão, Harvey assinala a necessidade de não se tomar a ideia do *direito à cidade* como um slogan vazio. Ela não seria um fim, mas um meio. Em sua apropriação crítica das formulações de Lefebvre, Harvey (2012: xv) aponta para o fato de que “o direito à cidade seria vazio de significado, dependendo sempre de quem o preencheria de sentido. Como disse Marx em *O Capital* ‘entre direitos iguais, a força decide. A definição de um direito já é objeto de luta. Esta luta prossegue concomitantemente a luta por materializá-lo”.

O ponto de convergência na luta por este direito pode associar muitos grupos e movimentos presentes no urbano, mas a eficácia e impacto deles vai depender, como tarefa política, de uma visão mais ampla em termos de projeto, bem como de uma abrangência e forma de organização diferente, bastante além do imaginado por Lefebvre.

A cidade tradicional tem sido morta pelo voraz desenvolvimento capitalista, vítima da infinita necessidade de desaguar capital superacumulado em direção ao crescimento e à expansão urbana sem fim, não se importando com suas consequências sociais, ambientais e políticas. A tarefa política seria, segundo Lefebvre, construir uma cidade totalmente nova. Mas isso só será possível com a criação de um vigoroso movimento anticapitalista que tenha como meta a transformação da vida urbana cotidiana (Harvey, 2012: xv).

## À GUIA DE CONCLUSÃO: A TEORIA CRÍTICA DE DAVID HARVEY

Há, naturalmente, diversas e variadas possibilidades de modulação no que concerne à ideia de crítica: imanente, transcendente, negativa, positiva, re-dentora etc., cada qual sendo responsável por estabelecer, a seu modo, vínculo crítico com seu objeto de reflexão. Não teríamos espaço, aqui, para elencar substantivamente, isto é, do ponto de vista dos problemas e questões, as distintas tradições.<sup>10</sup>

Pode-se dizer, contudo, que distintamente de uma crítica no sentido kantiano do termo, isto é, do procedimento transcendental de burilar categorias, claras e distintas, relativas às condições de possibilidade do conhecimento, Harvey ampara-se no sentido marxista de crítica, que se caracteriza por ao menos dois aspectos: de um lado, a perscrutação das determinações mais estruturais que condicionam a constituição das ações e representações. De outro, pela transformação da crítica da representação em crítica prático-social.

De fato, Harvey desenvolve sua reflexão mantendo a liberdade e a dominação, polos naturalmente normativos, como valores-chave de seu arcabouço conceitual. Em procedendo desta forma, e elegendo, naturalmente, o polo da liberdade como espécie de princípio analítico regulador, assume uma demanda central do projeto moderno, apoiando sua crítica na cobrança das “promessas” sociais, normativas e institucionais não cumpridas por aquele, procedimento que lhe renderia o status de crítico imanente (Benhabib, 1986).

Entretanto, diferentemente de outros autores postados dentro deste mesmo modelo de crítica – Max Weber vem logo à mente, mas poderíamos pensar em Habermas também –, o autor combina a explicitação de forma incisiva à incapacidade crônica do capitalismo de ofertar plenamente as promessas de seus processos fundadores, postulando a necessidade da construção política de novos mundos, ou seja, sua transcendência, o que lhe aproxima das características mais patentes de um teórico crítico.

Como seria fácil demonstrar ainda em relação aos dois alemães supra-mencionados, esta proposição política transcendente de Harvey é apoiada certamente em convicções políticas, mas, acima de tudo e com força notável, seu posicionamento no mundo é fruto radicalmente lógico de sua empostação teórica.

De fato, como vimos acima, isto resulta de seu interesse e investimento na obra de Marx, fortemente marcada por sua trajetória intelectual ligada à geografia, o que empresta novidade ao seu raciocínio e conjura posições dóxicas quanto ao pensamento do alemão. O ponto decisivo, contudo, é que a leitura de Harvey dos textos de Marx é baseada em seus pressupostos fundadores: teoria do valor trabalho (mais-valia), lei geral de acumulação, “teo-

ria” das crises etc. Ao segui-los, com uma radicalidade lógica notável, Harvey acaba por ter que postular teórica e praticamente a necessidade de uma transformação revolucionária da sociedade como condição para a expressão de valores como a liberdade, sem a qual a utopia restaria mesmo um não-lugar.

A propósito, isto é, no que respeita à qualidade da relação entre teoria e prática, Goran Therborn, recentemente – na verdade retomando um argumento também já reapropriado por Perry Anderson sobre as características do marxismo ocidental –, ao verter a metáfora leninista das três fontes do marxismo numa figura geométrica em *Depois da dialética: teoria social radical em um mundo pós-comunista* (2007), nos instou a pensar o marxismo como um triângulo cujos lados seriam: a filosofia, a ciência social e a política. Conforme o teórico social sueco, a figura restaria quebrada, resultado do desencontro entre seus lados, que ficaria patente na dificuldade de conciliar, numa era pós-experiências “socialistas”, as dimensões teóricas (“filosofia” e “ciência social”) com a política.

Eis aí o segundo quesito da crítica em sentido marxista. Com relação a ele, em textos recentes, Harvey tem buscado pensar os rumos dos movimentos de contestação pelo mundo, sem descurar do papel dos intelectuais neste debate, retomando a reflexão em seu lado mais prático, a partir, para mencionar uma terceira acepção possível da crítica, das autocríticas relacionadas aos movimentos progressistas das últimas décadas.

No que tange à relação com as forças sociais atuantes na sociedade, sua relação com os movimentos não se dá nem no sentido de buscar obrigá-los às suas formulações, nem de se obrigar aos desígnios dos mesmos. Ele compreende esta relação muito mais como uma via de mão dupla, no sentido de um diálogo, de trocas, sem prejuízo da manutenção de autonomias.

Este tipo de relação abriu a Harvey a possibilidade de, a um só tempo, perceber limites e possibilidades nestes movimentos. Algumas de suas ponderações sobre os movimentos sociais atuais servem para pensarmos um aspecto importante de sua teoria crítica, que se relaciona particularmente com sua visão sobre as formas organizativas contemporâneas.

Um ponto recorrentemente sinalizado por Harvey em diversos textos e oportunidades tem sido sua preocupação com o problema das “escalas”. Ele reforça a ideia da limitação de algumas visões organizativas presentes no interior dos movimentos que varreram e varrem o cenário global, principalmente, nos relacionados ao urbano.

No seu entendimento, muitos destes importantes movimentos padecem de uma limitação trazida por sua crítica radical às formas de organização vertical. Nestes termos, segundo ele, deixam de perceber que a organização horizontal que tomam como princípio inquebrantável, se funciona em determinada escala, pode não funcionar em uma escala maior, quando se lida com

a necessidade de articulações em outros níveis. Na mesma direção, se pode pensar que as possibilidades de organização verticais não necessariamente são indispensáveis ou obrigatórias em uma escala reduzida.

Para Harvey, sem temer a ideia de hierarquia, deve-se entender que se pode articular formas de organização horizontais e verticais.<sup>11</sup> A dificuldade de desenvolver esta percepção pode ter impactos pesados sobre estes movimentos, como a sentida falta de estrutura vertical que, em sua ausência, teria levado alguns destes movimentos à exaustão organizativa, à falta de impactos maiores e ao desaparecimento, como ocorreu, nomeadamente, com o *Occupy*.

Quanto ao quesito mais programático, Harvey defende a necessidade de uma articulação não só entre movimentos, mas a orientação destes para uma transformação radical das bases da sociedade. Assim, se não se pode falar de luta socialista sem inseri-la nas lutas da cidade, não se pode também falar de lutas da cidade, se elas querem efetivamente alterar o que tem produzido os problemas pelos quais se batem, sem inseri-las em uma luta socialista de maior escopo. Articularia-se um processo que vai do *direito à cidade* à *revolução urbana*.<sup>12</sup>

Contudo, longe de uma postura ingênua e voluntarista, Harvey percebe que “como estes grupos tão diferentes se auto-organizarão em uma força revolucionária é um grande problema político” (Harvey, 2012: xiv). Contudo, avançando elementos nesta direção, nos lembra que “parte da tarefa é entender as origens e a natureza de seus apelos e demandas”.

Como forma de conclusão, podemos dizer que a elaboração crítica de Harvey condensa numa espécie de síntese (provisória) alguns elementos que têm percorrido toda a sua reflexão ao longo do tempo, e que podem representar um ponto de partida instigante para novas formulações investigativas.

Em suma, pode-se perceber a existência de uma linha mestra de pensamento munida de um núcleo central abstrato – apoiado em Marx e na tradição marxista –, que discute, fortalecendo-se, com objetos concretos do conhecimento. Pela própria formação de Harvey, estes objetos tenderam a se relacionar com as preocupações do campo geográfico. Sua teoria dos rearranjos espaço-temporais auxiliou na renovação das interpretações sobre o capitalismo mais contemporâneo. Isto fica claro, por exemplo, nas suas tentativas de tornar inteligíveis as novas formas de configuração sociais, principalmente nos últimos quarenta anos, marcados por ao menos dois traços mais salientes: um rearranjo considerável dos países em nível internacional, isto é, a configuração de uma nova divisão internacional do trabalho e uma majoração significativa do papel do capital financeiro. A partir das cidades, o autor estabelece vínculos fortes entre capitalismo e urbanização, levando à produção de contradições que terão a cidade como locus político de luta. De lutas e de movimentos de contestação que precisam não só ter claro seus

objetivos, como formas de organização adequadas, na busca da superação das condições nas quais se batem. Assumindo a normatividade como constitutiva de qualquer formulação reflexiva, Harvey leva adiante as tarefas de um teórico social crítico, renovando-as. Atividade que ele defende com convicção e em prática devotada.

Recebido em 06/02/13 | Aprovado em 04/05/13

**Marco Aurélio Santana** é professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFRJ), da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde também coordena o Núcleo de Estudos Trabalho e Sociedade (NETS-UFRJ).

**Igor Peres** é mestrando em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ), onde participa do Núcleo de Pesquisas Sociofilo, e bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

## NOTAS

- 1 Qualquer levantamento histórico a respeito do desenvolvimento do marxismo ao redor do globo, e nos Estados Unidos em particular, atesta isso. Por ora, como demonstração possível, pode-se indicar o volume de sua obra na última década e o debate gerado por ela, o qual aglutinou intelectuais de renome não só pertencentes ao campo do marxismo, mas também estranhos a ele.
- 2 Mesmo que a apropriação de Harvey com relação a estes escritores seja diversa e multidimensional, vale ressaltar algumas obras de referência para cada autor mencionado: Popper, Karl, *A lógica da pesquisa científica*; Lefebvre, Henry, *A produção do espaço*; Marx, Karl, *O capital*; Engels, Friedrich, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*; Luxemburgo, Rosa, *A acumulação do capital* e Arrighi, Giovanni, *O longo século XX*.
- 3 Harvey resume da seguinte esta posição: “[...] Geralmente, o conhecimento geográfico era extremamente fragmentado, dando grande ênfase ao que se chamava de ‘excepcionalismo’. A doutrina estabelecida afirmava que o conhecimento produzido por cada investigação geográfica era diferente um do outro. Não podia ser generalizado, não podia ser sistematizado. Não havia leis geográficas; não havia princípios gerais para os quais apelar – tudo o que você podia fazer era partir, por exemplo, para a região seca do Sri Lanka, e passar a vida estudando e entendendo aquilo” (Harvey, 2005: 18).
- 4 Crítica à ortodoxia *geo-lógica* que não se limitou exclusivamente aos egressos do campo, mas que aproximou também do debate nomes importantes da teoria social. Só para ficarmos em um exemplo, lembremos das páginas provocativas escritas por Pierre Bourdieu em “A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região”, recolhido no Brasil em *O poder simbólico* (2007), em que o autor apresenta uma crítica histórico-relacional de uma das ideias-chave do *métier* geográfico, isto é, a ideia de região.
- 5 Seguiremos, ao longo deste texto, a tradução feita por Danilo Cerqueira Cesar do artigo de Harvey intitulado “O ‘novo’ imperialismo: sobre rearranjos espaciotemporais e

acumulação mediante despossessão”, publicado na *Revista Margem Esquerda – Ensaio Marxistas*, nº 5, 2004. Nas traduções anteriores como, por exemplo, a tradução de *A produção capitalista do espaço* (2005), o termo vem reproduzido como “reajuste”. Ratificamos a justificativa do tradutor que visava basicamente manter a acepção processual da palavra, tendo em vista sua inserção no conjunto de reflexões de Harvey que buscam justamente explicitar em novas modalidades e novos contextos a característica extremamente dinâmica do modo de produção capitalista. O mesmo vale para o termo “*dispossession*”, vertido aqui para “despossessão”, alternativamente a espoliação, como vem na tradução de *O novo imperialismo* (2004).

- 6 Marx teria insistido, por exemplo, na importância da “anulação do espaço pelo tempo” através de investimentos em elementos como transporte e comunicação, isto é, da utilização pelo capital de inovações de sorte variada para encurtar o *tempo necessário de rotação do capital* para que o valor produzido seja realizado e retorne às mãos dos capitalistas (Harvey, 2005: 49). Nesta chave, o espaço, para Harvey, seria pensado exclusivamente como estorvo a ser ultrapassado, desenhando-se uma definição por demais negativa, sem mais preocupações acerca de qual é realmente o papel do espaço.
- 7 Harvey refere-se ao capítulo XXXIII do Livro I de *O capital* (1990: 931-940) da tradução para o inglês utilizada por Harvey, por exemplo, em seus cursos recentes sobre *O capital* (ver Harvey, 2010)
- 8 A título de exemplo caberia mencionar de passagem os seguintes autores situados no campo da teoria social ou da sociologia propriamente dita: Weber (1994), Simmel (1973) e Benjamin (1996).
- 9 Katznelson (1992) analisa as iniciativas marxistas de estudos sobre a cidade. Em uma de suas partes, o autor, dedicando-se ao marxismo dos anos 1960 e 1970, coteja as obras de Harvey, Leffevre e Castells. Deve-se dizer, no caso deste último, que o seu livro *A questão urbana*, de 1972 (edição brasileira de 1983), marcado pela perspectiva althusseriana, é um esforço reconhecido que o situa entre os pioneiros.

- 10 Só como breve ilustração, apontaríamos: a crítica da alienação (Hegel), a crítica do capitalismo (Marx), a crítica da razão instrumental (Adorno e Horkheimer), a crítica democrática, intersubjetiva e dialógica da filosofia do sujeito (Habermas) etc.
- 11 Segundo Harvey, “Infelizmente, como já notado, a ideia de hierarquia é, nos dias que correm, um anátema para muitos dos segmentos da oposição de esquerda. Um fetichismo da preferência organizacional (pura horizontalidade, por exemplo) frequentemente obsta o caminho de exploração de soluções efetivas e apropriadas. Para ser claro, eu não estou dizendo que a horizontalidade é ruim. De fato eu a considero um excelente objetivo. Mas, devemos reconhecer que ela tem limites como um princípio organizacional, bem como estarmos preparados para ir além dela quando for necessário” (Harvey, 2012: 70).
- 12 Na visão de nosso autor, “Só um movimento revolucionário mais amplo poderia erradicar as práticas dominantes de produção do espaço. Todo o sistema capitalista de perpétua acumulação junto com suas estruturas associadas de exploração de classe e poder de Estado têm de ser destronadas e substituídas. Clamar pelo direito à cidade é apenas uma estação de parada na estrada até esta meta. Isto não pode ser um fim em si mesmo, ainda que se apresente como o mais propício caminho a seguir” (Harvey, 2012: xvi).

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- Arantes, Paulo. (2004). Último round. *Revista Margem Esquerda*, 5, p. 41-51.
- Arrighi, Giovanni. (2009). *O longo século XX*. São Paulo: Contraponto.
- Barnes, Trevor. (2006). Between deduction and dialectics: David Harvey on knowledge. In: Castree, Noel & Gregory, Derek (orgs.). *David Harvey, a critical reader*. Oxford: Wiley-Blackwell (Antipode Book Series), p. 26-47.
- Benhabib, Seyla. (1986). *Critique, norm and utopia: a study of the foundations of Critical Theory*. Nova York: Columbia University Press.
- Benjamin, Walter. (1996). *Obras escolhidas*. São Paulo: Brasiliense (vol. I).
- Callinicos, Alex. (2006). David Harvey and Marxism. In: Castree, Noel & Gregory, Derek (orgs.). *David Harvey, a critical reader*. Oxford: Wiley-Blackwell (Antipode Book Series), p. 47-55.
- Castells, Manuel. (1983). *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Domingues, José Maurício. (2011). Vicissitudes e possibilidades da teoria crítica hoje. *Sociologia & Antropologia*, 1/1, p. 71-89.
- Domingues, José Maurício. (2003). A cidade: racionalização e liberdade em Max Weber. In: *Do Ocidente à Modernidade: intelectuais e mudança social*. São Paulo: Civilização Brasileira, p. 79-112.
- Gregory, Derek. (2006). Introduction: troubling geographies. In: Castree, Noel & Gregory, Derek (orgs.). *David Harvey, a critical reader*. Oxford: Wiley-Blackwell (Antipode Book Series), p. 1-26.
- Harvey, David. (2012). *Rebel cities*. Londres: Verso.
- Harvey, David. (2010). *A companion to Marx's Capital*. Londres: Verso.
- Harvey, David. (2008). The right to the city. *New Left Review*, 53, set./out., p. 23-40.
- Harvey, David. (2005). *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume.

Harvey, David. (2004). *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola.

Harvey, David. (2004). O “novo” imperialismo: sobre rearranjos espaciotemporais e acumulação mediante desposseção. *Revista Margem Esquerda*, 5, p. 31-41.

Harvey, David. (2003). *Paris, capital of modernity*. Nova York/Londres: Routledge.

Harvey, David. (1989). *The condition of postmodernity*. Nova York: Blackwell Publishres.

Harvey, David. (1980). *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Global.

Harvey, David. (1969). *Explanation in geography*. Londres: Edward Arnold and St Martin’s Press.

Jessop, Bob. (2006). Spatial fixes, temporal fixes and spatio-temporal fixes. In: Castree, Noel & Gregory, Derek (orgs.). *David Harvey, a critical reader*. Oxford: Wiley-Blackwell (Antipode Book Series), p. 142-167.

Katznelson, Ira. (1992). *Marxism and the city*. Oxford: Clarendon Press.

Lojkine, Jean. (1981). *O estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes.

Simmel, Georg. (1973). A metrópole e a vida mental. In: Velho, Otávio (org.). *O fenômeno urbano*. São Paulo: Zahar, p. 11-25.

Therborn, Göran. (2007). Depois da dialética: teoria social radical em um mundo pós-comunista. *Revista Margem Esquerda*, 10, p. 109-128.

Weber, Max. (1984). *Economía y sociedad. Esbozo de sociología comprensiva*. México: Fondo de Cultura Económica.

### **CAPITALISMO, CIDADE E POLÍTICA NA PERSPECTIVA DE DAVID HARVEY**

#### **Palavras-chave**

Acumulação capitalista;  
Espaço; Cidade; Política;  
Teoria social.

#### **Resumo**

O texto discute alguns eixos conceituais relevantes para a compreensão da obra de David Harvey, concentrando-se especificamente nas formulações do autor acerca da ideia de rearranjo espacial (*spatial fix*), de novo imperialismo (*new imperialism*) e de acumulação mediante despossessão (*accumulation by dispossession*). Objetiva-se lidar também com o que se seriam os componentes da teoria crítica de Harvey. Além disso, apresenta-se como tais ideias e formulações não podem ser plenamente entendidas sem o seu enraizamento nas reflexões do autor acerca das cidades.

### **CAPITALISM, CITY AND POLITICS IN DAVID HARVEY'S PERSPECTIVE**

#### **Keywords**

Capitalist accumulation;  
Space; City; Politics;  
Social theory

#### **Abstract**

This article discusses some significant concepts for the understanding of David Harvey's works. It focuses on three specific theoretical constructions based on the ideas of spatial fix, new imperialism and accumulation by dispossession. It also addresses what might be called Harvey's critical theory. It is argued that to understand Harvey's ideas properly it is necessary to situate them within his studies on cities.

<sup>I</sup> Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia,  
Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ), Brasil  
joserocardoramalho@gmail.com

<sup>II</sup> Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Brasil  
santosrodrigosp@hotmail.com

<sup>III</sup> Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil  
raphaeljonathas@gmail.com

José Ricardo Ramalho<sup>I</sup>  
Rodrigo Salles Pereira dos Santos<sup>II</sup>  
Raphael Jonathas da Costa Lima<sup>III</sup>

## **ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E DINÂMICAS TERRITORIAIS DE CONTESTAÇÃO SOCIAL E CONFRONTO POLÍTICO**

A lógica das atividades produtivas organizadas em redes de caráter global está, em geral, associada às dinâmicas de um mercado capitalista em busca permanente de novas formas de acumulação. Nessa direção apontam as análises que identificam como resultado desse processo a prevalência dos interesses das empresas independentemente do lugar onde a produção se realiza. A proposta deste texto é questionar esse tipo de interpretação e, através da descrição e exame das ações empresariais de uma rede de produção minero-siderúrgica centralizada na Companhia Siderúrgica Nacional S. A. (CSN), e de seus efeitos sobre os municípios de Volta Redonda (RJ) e Congonhas (MG),<sup>1</sup> realçar uma perspectiva teórica que reconhece a capacidade de agência de determinados grupos sociais (principalmente sindicatos de trabalhadores, associações de moradores, organizações ambientalistas, igreja, entre outros), para mudar relações de poder e para regular o comportamento empresarial. Os territórios acionados no texto serão considerados a partir da noção exploratória de “arena” (De Sardan, 2005: 185); e os distintos repertórios de ação coletiva de confronto político (Tilly & Tarrow, 2007; 2008), articulados nas localidades selecionadas, serão analisados de modo a revelar como mecanismos de resistência e defesa da sociedade estão presentes e acabam interferindo na “captura de valor” produzido nesse elo da rede de produção. Nesse sentido, vamos utilizar a proposta teórica construída em torno da expressão “redes globais de produção”<sup>2</sup> (Henderson et al., 2011; Santos, 2011) para sus-

tentar a opção de atribuir força analítica ao papel dos territórios, considerando suas especificidades e sua influência sobre as estratégias corporativas em redes desintegradas geograficamente.

Pretendemos discutir o modo como essa empresa específica, a CSN, reestrutura sua estratégia corporativa a partir do contexto da crise recente do capitalismo em 2008, e interfere diretamente na vida social de Volta Redonda e Congonhas, com ônus em termos de emprego, relações trabalhistas e condições ambientais. E problematizar as reações e articulações locais de contestação social (Hommel & Godard, 2005) às intenções da empresa, ao criar condições para novas alianças entre diferentes agentes sociais com vistas a enfrentar as ameaças de degradação da vida e dos bens de uso comum.

### **ESTRATÉGIAS CORPORATIVAS, TERRITÓRIOS E CONTESTAÇÃO SOCIAL**

O peso atribuído às escalas regional, internacional e, principalmente, global, como espaços de decisão e ação econômica e política de grandes empresas, tem limitado o entendimento de que sua constituição efetiva passa pela localidade. Na verdade, o enraizamento territorial (Hess, 2004) da estratégia corporativa é condição essencial da dependência compartilhada – ainda que assimétrica – dos diferentes agentes da reprodução das relações sociais territoriais (Cox & Mair, 1988: 307). Dessa forma, a escala local, entendida como espaço das relações de poder fundadas na interação cotidiana de múltiplos agentes, se coloca como unidade analítica importante no estudo do condicionamento social da ação econômica.

No entanto, a investigação dos fenômenos economicamente relevantes (Weber, 2000) se relaciona não apenas à multiagência e à interseção das escalas de ação, mas deve ser realizada, também, a partir de um paradigma de relações sociais conflituosas. Este paradigma diz respeito aos recursos empregados por agentes sociais e políticos locais e apreende o território a partir da noção exploratória de “arena” como espaço em que “grupos estratégicos heterogêneos se confrontam, levados por interesses mais ou menos compatíveis (materiais ou simbólicos), com os agentes possuindo diferentes níveis de influência ou poder” (De Sardan, 2005: 186).

A abordagem em termos de “arena” permite uma análise a partir de agências múltiplas, hierárquicas e interativas, tornando imperativo o exame das “estratégias que diferentes categorias de atores empregam” (De Sardan, 2005: 187), assim como possibilita a identificação das variadas formas assumidas pela ação coletiva confrontacional (Tarrow, 2011), ampliando as possibilidades de apurar os conflitos reais dos agentes em interação. Portanto, a defesa de uma análise centrada no território diz respeito, fundamentalmen-

te, ao entendimento do conflito como núcleo estruturante das relações sociais e da ação coletiva no espaço.

Grupos estratégicos heterogêneos, como empresas e associações patronais, sindicatos de trabalhadores, assim como movimentos e organizações não governamentais ambientalistas, operam recursos econômicos, políticos e sociais diferenciados que se expressam em formas específicas de poder. Desse modo, a tipologia do poder estabelecida na abordagem das “redes globais de produção” (Henderson et al., 2011: 157-159) se aplica às situações analisadas. Enquanto o poder corporativo é definido como a capacidade de um agente econômico de influenciar eficazmente decisões e ações de outros agentes, o poder institucional é exercido por agentes não econômicos variados, incluindo organizações e agências estatais e interestatais. Neste último, o Estado, e suas organizações e instituições em diferentes escalas, desempenham os papéis cruciais na regulação da ação econômica.

Mais importante, o poder coletivo é entendido como a capacidade de influência direta e/ou indireta, política e/ou simbólica, exercida pelos agentes sociais sobre decisões e ações econômicas e políticas. Em realidade, o poder coletivo transcende a política institucional e condiciona as oportunidades e restrições da acumulação de capital.

Os poderes institucional e coletivo fazem referência, assim, ao enraizamento como capacidade de influência das relações sociais *latu sensu* sobre a ação econômica.<sup>3</sup> Em particular, o exercício do poder coletivo pode ser apreendido a partir de seus efeitos, isto é, das consequências da contestação social (Hommel & Godard, 2005: 259). A contestação produz contradiscursos descritivos e explicativos, explicita vínculos entre opções tecnocientíficas e estratégias corporativas, imputa responsabilidades corporativas e institucionais etc., constituindo, essencialmente, uma luta pela legitimidade da ação econômica que se expressa de modo específico em torno de setores e sub-setores econômicos.

Considerando a intensidade da exploração de bens naturais promovida pela siderurgia e pela mineração de ferro,<sup>4</sup> e particularmente, os volumes de matéria-prima, energia e água envolvidos em seus processos extrativos e produtivos, esses setores se encontram particularmente sujeitos à contestação social. Nesse sentido, níveis de ruído e de emissão de efluentes e particulados atmosféricos, de uso de água bruta e reutilização, de controle e disposição de resíduos etc. se encontram permanentemente em disputa, reconstruindo a fronteira entre legalidade e legitimidade. E estudos e relatórios de impacto ambiental, audiências públicas informativas, termos de ajuste de conduta (TACs) e os próprios agentes políticos, como secretarias municipais e estaduais de meio ambiente, tornam-se alvos-chave da contestação.

No exercício do poder coletivo como contestação social, uma variedade ampla de agentes sociais opera ações, rotinas e performances políticas

confrontacionais (Tilly & Tarrow, 2007: 16), que vão desde a greve operária (Ramalho & Carneiro, 2013) até a ocupação e (re)tomada de espaços e bens disputados, mesmo que demonstrativa e temporariamente (Beynon, 1999: 16-17). Na abordagem defendida, originalmente proposta por Charles Tilly (1979; 1978), os repertórios de ação coletiva, dos quais essas ações, rotinas e performances se nutrem, são propriedades relacionais, ou seja, relativas a situações interativas de confronto político (Alonso, 2012; Bringel, 2012). De outro modo, repertórios de ação coletiva não são atribuídos a agentes – ainda que coletivos – mas, fundamentalmente, a estruturas de confronto político.

Por conseguinte, as noções de contestação social como objeção às estratégias de desenvolvimento industrial; de confronto político como forma contestatória agravada manifestada em ações, rotinas e performances públicas; e, de conflito socioambiental como arena<sup>5</sup> de relações de poder no território, se encontram estreitamente relacionadas com vistas a demonstrar a artificialidade de concepções que pressupõem a liberdade irrestrita das estratégias corporativas do condicionamento social da ação econômica.

Ações, rotinas e performances contestatórias acabam, pois, por interferir nos processos econômicos *stricto sensu* de criação, ampliação e captura de valor. A adoção da proposta teórico-metodológica construída em torno dos processos contemporâneos de desenvolvimento de “redes globais de produção”<sup>6</sup> (Henderson et al., 2011; Santos, 2011) permite justificar a opção de atribuir força analítica ao papel dos territórios, e relacioná-lo às condições concretas de criação, ampliação e captura de valor projetadas por estratégias corporativas.

## **MERCADO MÍNERO-SIDERÚRGICO E NOVAS ESTRATÉGIAS CORPORATIVAS**

O modo como o mercado mundial de produção de aço e de comercialização de minérios foi reestruturado nos últimos anos nos confere a possibilidade de tomar o caso da CSN em Volta Redonda e Congonhas como um exemplo que pode contribuir para o debate sobre o papel dos territórios, em geral, e dos agentes sociais, em particular, influenciando – ou mesmo condicionando – ações empresariais.

As atividades da rede de produção minero-siderúrgica<sup>7</sup> global têm apresentado características desafiadoras para quaisquer abordagens teórico-metodológicas unificadas. Se, desde os anos 1970, a indústria siderúrgica reduziu sua participação na transformação industrial (e a demanda por minério de ferro está condicionada a ela), o crescimento econômico dos países que compõem os BRICS, em especial Índia e China, a partir do início dos anos 2000, alterou esse perfil, impactando de forma assimétrica, os nós dessa rede de produção, quanto a preços e volumes, modelos tecnoadministrativos,

relações de trabalho e padrões socioambientais, além do rearranjo de suas espacialidades extrativas, produtivas e comerciais.

Somadas ao recrudescimento da concentração e centralização de capitais na rede global, essas tendências têm afetado as estratégias corporativas de siderúrgicas operando no Brasil, com o predomínio dos processos de integração vertical à montante – com ênfase na mineração – na elaboração das opções das empresas do setor. Portanto, a reorientação da estratégia corporativa da CSN precisa ser compreendida a partir das dimensões estruturais e conjunturais que caracterizam, na atualidade, o mercado mínero-siderúrgico. A CSN é uma das maiores produtoras de aço do Brasil. Sozinha, sua principal unidade, inaugurada em 1946, a Usina Presidente Vargas (UPV), em Volta Redonda (RJ), possui capacidade produtiva da ordem de 5,6 milhões de toneladas por ano (Mtpa).<sup>8</sup> A UPV tem, ainda, o portfólio mais completo e diversificado de aços planos da América Latina. Até então caracterizada por uma atuação essencialmente nacional, a CSN opera, hoje, através de uma rede de produção internacional, com usinas de laminação na Alemanha, nos EUA e em Portugal.

A CSN é controlada pela *holding* Vicunha Siderurgia S. A., braço siderúrgico do grupo Vicunha S. A., oriundo do setor têxtil e que integrou o consórcio<sup>9</sup> que a adquiriu em 1993. A mudança na estrutura de propriedade da empresa encerrou uma fase de transformações realizadas na passagem dos anos 1980 para os anos 1990 e que teve como marca a alteração do paradigma produtivo exemplificada pelas metas de redução no número de turnos, de aumento no número de horas trabalhadas e de diminuição no número de funcionários.

Desde a privatização, a empresa intensificou sua estratégia de integração vertical e ingressou no setor de infraestrutura através do controle sobre companhias ferroviárias, energéticas e operadores portuários, entre outras. E, por fim, promoveu o deslocamento dos seus investimentos para a mineração, convertendo a mina Casa de Pedra, assim como o município de Congonhas,<sup>10</sup> em elemento essencial de sua estratégia empresarial. Isto significa que o processo de integração em rede do grupo pode representar, predominantemente, a mudança de seu foco principal da siderurgia à mineração de ferro. A Nacional Minérios S. A. (NAMISA), empresa controlada pela CSN,<sup>11</sup> constituiria um primeiro passo da referida reorientação, tendo sido criada com vistas à compra de minério de ferro de produtoras *júnior* para exportação (CADE, 2008: 1-2). Estima-se que a NAMISA constituirá brevemente a principal plataforma de exportação de minério de ferro da CSN.

Em resumo, a análise deste processo de fragmentação geográfica com integração funcional de infraestruturas produtivas e logísticas, operadas em rede, assim como do modelo mais geral da composição orgânica do capital neste segmento produtivo, pode dar pistas para a compreensão das possibi-

lidades e limites da ação econômica e, por sua vez, das condições nas quais se opera a reação dos agentes sociais e políticos, que operam predominantemente a partir da escala local.

### **A PRESENÇA TERRITORIAL DA EMPRESA-VOLTA REDONDA E CONGONHAS**

O município de Volta Redonda (RJ) foi geograficamente constituído ao redor da CSN e viveu, ao longo das últimas décadas, em função de suas decisões. O princípio de disciplinar a força de trabalho e separar objetivamente classes sociais através de uma hierarquização manifestada nos tipos de habitação e nos locais de moradia, na regulação da ação sindical e da vida social dos funcionários em clubes e atividades recreativas (Morel, 1989)<sup>12</sup> levou ao predomínio de laços verticais mais fortes do que outras conexões estabelecidas entre os vários agentes locais. A hegemonia da empresa lhe permitiu influenciar a emancipação do município de Volta Redonda e os governos municipais que a seguiram. Mesmo no período em que foi Área de Segurança Nacional, depois do golpe militar de 1964, a CSN manteve seu poder na vida política local, estratégia que permaneceu mesmo após a privatização. Porém, o crescimento da cidade e da economia local, o fortalecimento do Sindicato dos Metalúrgicos do Sul Fluminense (SMSF), bem como a eficácia do trabalho pastoral da Igreja Católica ajudaram a revelar um caráter contraditório do relacionamento da empresa com a cidade, especialmente a partir dos anos 1980, quando grupos, associações de interesse e movimentos sociais se articularam “segundo critérios de menor subserviência à Companhia e unidos por laços cada vez mais horizontais” (Lima, 2010:207-208).

A resistência das organizações da sociedade civil de Volta Redonda, em conjunto com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), não foi suficiente para impedir a privatização da CSN em 1993. Em 1997, já com o Grupo Vicunha à frente do Conselho Diretor, acelerou-se a racionalização da gestão da empresa, iniciando-se uma redefinição das bases de seu relacionamento com a cidade, por exemplo, através da desestruturação do polo metal-mecânico regional, composto por pequenas e médias empresas fornecedoras de peças, além de fundições e metalúrgicas locais dedicadas à manutenção de equipamentos da CSN. Isto resultou em cortes dos quase três mil empregos diretos gerados pelas empresas, e desencadeou uma crise na cidade que sedimentou as bases de um ciclo de contestação social.

O distanciamento da CSN com relação à cidade de Volta Redonda se acentuou nos anos seguintes à privatização e, em 2004, escolas e hospitais, símbolos de uma época de paternalismo estatal, foram vendidos; clubes e espaços públicos utilizados pela população foram fechados; e programas sociais foram reduzidos a ações pontuais da Fundação CSN (Braga, 2002).

Esse conjunto de medidas contra a cidade, e a importância da exportação de minério de ferro, indicam um deslocamento da centralidade dos seus negócios de Volta Redonda para Congonhas. Desde que teve a sua mina Casa de Pedra nacionalizada e incorporada pela CSN, em 1944, Congonhas não havia conhecido tamanha expansão econômica como nos últimos oito anos. Sua arrecadação, por exemplo, saltou de R\$ 4 milhões para R\$ 24 milhões ao ano.<sup>13</sup> A ampliação das atividades de mineração, no entanto, não impediu avaliações críticas sobre a correlação problemática entre a elevação da arrecadação e a melhoria dos indicadores sociais (em especial de educação e saúde) no município (Milanez, 2011), mesmo com os efeitos positivos da abertura de novos postos de trabalho. Estima-se que dos seus 45 mil habitantes, cerca de 10 mil exercem atividades profissionais relacionadas a este setor. É a empresa que mais emprega no município, concentrando 64% dos empregos gerados na mineração.

### **CONTESTAÇÃO E CONFRONTO ÀS ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS**

Em Volta Redonda, após a privatização da CSN, a cidade testemunhou o surgimento de um novo conjunto de mobilizações decididas a reverter os efeitos negativos produzidos pelas novas estratégias empresariais. Esse contexto de reestruturação e de integração competitiva de agentes econômicos globalizados estimulou a criação de mecanismos de participação dos agentes locais no espaço territorial e, além de transformar as disputas da arena política, permitiu também a formulação de formas inovadoras de ação coletiva de contestação social e confronto político.

O corte de mais de 12 mil postos de trabalho realizado pela empresa e o consequente esvaziamento econômico da cidade impulsionaram várias manifestações de sindicatos, movimentos sociais e mesmo empresários em busca de alternativas para enfrentar o que descreviam como uma conjuntura de desagregação da comunidade local, de responsabilidade da empresa. O Movimento Vamos Repensar Volta Redonda<sup>14</sup> não conseguiu uma ampla adesão da sociedade civil e, em 1998, as principais entidades de representação do movimento popular da cidade, como o sindicato dos metalúrgicos, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Sindicato dos Profissionais da Educação (SEPE), o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), as pastorais operária e da juventude e o Conselho das Associações de Moradores (CONAM) criaram o movimento Grita Volta Redonda, Pela Dignidade e Pela Vida. Demandando do Governo Federal medidas que reduzissem os efeitos negativos da privatização sobre os trabalhadores, o movimento teve um caráter efêmero na cidade, mas projetou lideranças e articulou mobilizações na arena política local, cabendo destacar o

Movimento Ética na Política de Volta Redonda (MEP-VR), principal expressão política da Igreja Católica local, nos últimos anos.

No final de 2008, quando a CSN anunciou novas dispensas em sua unidade em Volta Redonda, uma renovada mobilização conseguiu reunir os mesmos agentes econômicos, políticos e sociais até aquele momento incapazes de discutir estratégias unificadas de ação coletiva, para buscar soluções para o desemprego – inclusive com o auxílio de instâncias da administração pública estadual e federal. Embora não tenha sido a primeira experiência de reação aos revezes produzidos por crises econômicas sobre o grande contingente de trabalhadores formado com a industrialização, essa iniciativa, denominada Fórum Demissão Zero (ver Ramalho, 2012), além de questionar as demissões em massa, acabou por associar a questão do desemprego a uma pauta econômica mais ampla, discutindo outras preocupações e estratégias, e fazendo emergir demandas envolvendo empresários médios e pequenos, da indústria e do comércio, e o poder público local. Podemos dizer que teve como mérito ajudar a configurar no território uma mudança na estrutura de oportunidades políticas<sup>15</sup> (Tarrow, 2009) com um relativo reforço do poder institucional e, principalmente, do poder coletivo no sentido da contestação social das estratégias corporativas.

O papel mais importante de contestação à ação da CSN coube aos representantes dos trabalhadores, através do SMSF. Embora se defrontando com uma realidade sindical alterada pela implantação de relações de trabalho flexíveis no elo regional de redes de produção automobilísticas e siderúrgicas e por novos desafios de representação, tendo em vista o crescimento e diversificação do operariado industrial no Sul Fluminense (Ramalho, 2005), pode-se dizer que o SMSF, apesar das sucessivas crises políticas internas das duas últimas décadas,<sup>16</sup> preservou recursos políticos obtidos nas greves e nas práticas de negociação com a CSN, permitindo assegurar a legitimidade de seus pleitos.

A motivação política para a existência do Fórum teve um importante componente moral, acionado pela Igreja Católica, ao condenar a injustiça das demissões diante de uma crise de responsabilidade exclusiva dos agentes econômicos e políticos. A mobilização da Igreja confirmou também sua aliança histórica com o SMSF, consolidada em outros momentos de conflito com a CSN, como nos momentos dramáticos do confronto entre CSN/militares com operários em greve em 1988, resultando na morte de três trabalhadores dentro da fábrica (ver Costa et al., 2001). Sempre atenta às questões de direitos humanos e políticos relacionados aos trabalhadores, a ação pastoral dessa Igreja também foi exercida de forma consistente na organização da sociedade civil em demandas associadas aos problemas de moradia, saúde, segurança e meio ambiente e, mais recentemente, se articulou, através do MEP-VR, para fiscalizar a atuação do poder público. A Igreja também se insurgiu con-

tra atitudes autoritárias por parte da CSN, tanto no período da ditadura militar como no contexto pós-privatização. A proximidade com os representantes dos operários no contexto da crise de 2008/2009 reforçou esse compromisso, estabelecendo uma liderança compartilhada nas principais iniciativas do Fórum Demissão Zero.

Em 2009, com a reativação da economia e a retomada dos empregos nas empresas instaladas na região, houve um decréscimo das atividades políticas do Fórum. Contudo, seu caso tornou-se exemplar como forma de aprofundar a compreensão acerca de experiências regionais de ação coletiva e de conflito entre agentes sociais diversos, em contextos de localidades dependentes de grandes empresas. Mesmo em ritmo lento, provocou uma avanço na pauta de debates, com a incorporação de outras demandas sociais e a intensificação das discussões relacionadas ao meio ambiente, sobretudo no que condiz à poluição causada pela atividade siderúrgica.

O principal desdobramento das atividades do Fórum Demissão Zero foi a constituição e consolidação da Comissão Ambiental Sul, que assumiu um protagonismo na contestação social às estratégias empresariais da CSN. O perfil e a elaboração crítica dos seus principais articuladores repetem de certa forma as preocupações anteriores de movimentos sociais locais, mas incorpora e alarga, através da temática ambiental, um campo de lutas sociais e de ação coletiva de resistência às políticas e atitudes da empresa, e de órgãos do Estado (Leite Lopes, 2004; Beynon, 1999), no tocante às necessidades de preservação de direitos de cidadania.

Apesar de ganhar mais visibilidade e destaque na última década, a questão ambiental surgiu em Volta Redonda, em 1992, no debate sobre os termos do edital de privatização da CSN – destacando-se o engajamento da gestão pública<sup>17</sup> na introdução de um Programa Ambiental Compensatório (PAC) no município (Lima, 2010). Essa inclusão estabeleceu uma agenda mais ampla de questões relacionadas à qualidade de vida: saúde, saneamento básico, educação, meio ambiente, habitação, transporte coletivo e lazer ganharam proeminência na pauta municipal. No entanto, os principais resultados da ampliação do tema ambiental na cidade foram a renovação do planejamento urbano e a constituição do Programa da Agenda 21.<sup>18</sup>

Em 2003 ocorreu um contencioso ambiental relacionado à situação do condomínio Volta Grande IV – construído pelo SMSF para os metalúrgicos no início da década de 1990 –, que envolveu os movimentos sociais, a Igreja (através da emblemática figura do Bispo Emérito Dom Waldyr Calheiros) e a Prefeitura, em oposição à CSN. No que, possivelmente, foi o maior desastre ambiental da história recente de Volta Redonda, discutiu-se a remoção e a indenização de cerca de 100 famílias de um conjunto habitacional com 750 residências, construídas em uma área cedida pela CSN, que já tinha servido como depósito de resíduos industriais oriundos da produção de aço da Usina

Presidente Vargas. A concentração desses produtos, considerados de alto teor cancerígeno, seria a razão de haver uma grande incidência de casos de leucopenia e câncer entre os moradores do bairro, além de explicar a série de danos estruturais (rachadura de paredes e lajes) causados em quarenta casas desde que o condomínio foi inaugurado, em 1994. O Ministério Público Estadual (MPE) foi acionado e solicitou a responsabilização da CSN pelo ocorrido.

A ascensão da Comissão Ambiental Sul, nos últimos anos, e a condição pública alcançada pela questão do bairro Volta Grande IV, revelaram para a cidade os impactos socioambientais das atividades desse agente econômico, no caso a CSN, e a atitude de descompromisso por parte da empresa. O que esta Comissão traz de novidade é a liderança de profissionais de classe média (engenheiros e técnicos), além da participação da Igreja Católica, renovada por uma perspectiva de crítica às condições de vida dos trabalhadores da cidade e da região.

Lá no bairro Volta Grande IV, as reuniões eram feitas na comunidade, na igreja lá do bairro. A gente chamava, a Igreja chamava, iam todos e várias outras igrejas também se reuniam com a gente lá. Cadastramos os moradores, entramos na Justiça, botamos advogado. Eles realizaram ações populares para chamar a atenção e serem recompensados, e hoje pode ser que o processo final dê uma indenização (João Thomaz, da Comissão Ambiental Sul, 1/6/2012).

A Igreja Católica permanece, assim, como agente detentor de significativo poder coletivo. Por sua presença política expressiva em Volta Redonda, nas últimas décadas, e por ter se associado a sindicatos de trabalhadores e movimentos sociais nas suas lutas, acumulou recursos políticos para estimular campanhas contestatórias e cobrar soluções às ameaças da poluição ou outras formas de degradação do meio ambiente. O bispo responsável por essa inflexão utiliza as iniciativas formais da Igreja Católica, como a Campanha da Fraternidade, para introduzir e defender esta outra forma de “tomar consciência”, abrindo assim a oportunidade de desafiar manifestações do poder corporativo.

Porque tivemos a Campanha da Fraternidade sobre a ecologia e isso contribuiu para uma conscientização maior da sociedade. A gente sabe que essas propostas chegam muito lentamente para o nosso povo. [...] Mas o importante é que estes fatos que começam assim com poucas pessoas vão se ampliando e divulgando. Por exemplo, esse fato lá de Volta Grande [IV]. Tivemos a oportunidade de trazer vários peritos para analisar aquela situação, aquela montanha de escória mesmo debaixo das casas, que com a chuva iam dentro do rio [...]. A CSN é uma força internacional, então sempre esbarrávamos nessa muralha quase assim intransponível (Dom João Messi, 1/6/2012).

A trajetória pessoal de um dos articuladores da Comissão tem a marca dos efeitos da atividade industrial sobre a vida dos empregados e moradores da cidade, nesse caso através das doenças relacionadas às tecnologias de processo empregadas. Já há algum tempo o SMSF vem protestando contra a

exposição indevida ao benzeno relacionada à leucopenia (Ruiz, Vassalo & Souza, 1993) e que resultou, inclusive, em uma associação voltada para representar os interesses desse grupo de empregados da CSN afetados pela doença:

Na época em que eu trabalhei para a empresa, trabalhava exatamente nessa área de carboquímicos e fui premiado com a famosa leucopenia. Eu não fui o primeiro. Várias outras pessoas em Volta Redonda tiveram a doença e criou-se uma tal Associação das Pessoas Portadoras da Leucopenia. [...] E o Sindicato dos Metalúrgicos começou a correr atrás disso, começou a entrar na Justiça com o negócio da leucopenia (Délío Guerra, da Comissão Ambiental Sul, 1/6/2012).

A expansão das atividades da CSN nos últimos anos fez Congonhas sentir no seu cotidiano os impactos do aumento de material particulado jogado no ar e dos danos ao manancial de água que abastece a cidade. As agressões ambientais motivaram uma série recente de atos de contestação às implicações da atividade de mineração no território. Trata-se de uma inovação tática<sup>19</sup> (Tarrow, 2009) no sentido de que este movimento reforçou uma articulação de lideranças populares e ajudou a estruturar coalizões com moradores dos bairros atingidos pelas atividades das empresas mineradoras.

O sindicato dos trabalhadores da mineração (Sindicato Metabase Inconfidentes) se beneficiou dessa conjuntura para reforçar sua capacidade de reivindicação de direitos. Apesar dos novos investimentos da CSN e das outras empresas, estabeleceu-se um quadro de precarização do trabalho, com baixas remunerações (inferiores aos valores pagos em cidades vizinhas), elevados riscos para a saúde (com incidência de problemas respiratórios), e pressão por aumento de produtividade, com o crescimento dos acidentes de trabalho, sobretudo entre trabalhadores terceirizados. No entanto, mesmo sem instrumentos de representação nos locais de trabalho, como “comissão de fábrica” e/ou Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), o Sindicato Metabase Inconfidentes intensificou suas ações reivindicatórias, inclusive com paralisações, como uma greve de três dias, em 2011. Para as lideranças sindicais, na CSN e na NAMISA são identificadas as piores condições de trabalho do município.

Essa nova articulação política, no entender do presidente do Sindicato Metabase Inconfidentes, ajudou também a recuperar a legitimidade do sindicato como agente de reivindicação de direitos, depois de uma aparente perda de status do operário da CSN,<sup>20</sup> e contribuiu para redimensionar a relação do sindicato com a cidade.

Aqui em Congonhas, eu acho que o Sindicato deve ser a quarta ou quinta instituição [...]. Têm aí os três poderes, tem a Igreja e depois temos nós, ou seja, temos um peso na cidade [...]. O Sindicato, na verdade, em outros momentos, sob outras direções, elegeu deputados, elegeu vereadores, [...] ajudou a eleger prefeitos. Mas a nossa polí-

tica é de tentar se aproximar dos movimentos populares e tentar construir pautas comuns (Jerônimo Castro, Presidente do Sindicato Metabase Inconfidentes, 3/8/2012).

De outro lado, a questão das nascentes de água localizadas no bairro Pires, de Congonhas, se transformou em mobilização da comunidade local e de outros agentes políticos contra o cerco da CSN e das outras quatro mineradoras de ferro do município. A contestação social e o confronto político em torno dos potenciais danos ambientais e dos problemas de saúde pública, de um lado, assim como pela restrição ao acesso à água, foi o bastante para, com o auxílio da Igreja Católica, se constituir um movimento de questionamento à ação das empresas que se manifestou com reclamações e demandas junto à administração pública –, mas também se expressou por vias não institucionalizadas.

Abriram uma estrada que danificou os mananciais. Esse é o caso mais relevante de dano ambiental aqui dentro de Congonhas. Três mil habitantes sem água por três meses, barro dentro de casa, chuveiro explodindo porque passava minério e fechava os contatos. [...] Nós notamos que havia uma moça religiosa que comandava a pastoral. Essa moça tinha [...] contato com o pároco que atende eles lá [...]. O padre nos chamou e explicamos o que estava acontecendo. “Isso é muito grave, vou começar a falar disso na missa”. Aí, com o padre falando na missa, [...] lá no Pires, e aqui em Congonhas, o negócio começou a ganhar vulto. [...] O pessoal, depois de algum tempo sem água, com a água poluída por barro, juntou uns dois, três ônibus e veio aqui na Prefeitura (Representante do Grupo Rede Congonhas, 31/7/2012).

O grupo de reflexão da Igreja Católica coordenou o processo de organização da comunidade, e articulou manifestações e mobilizações nas nascentes, participou do Grito dos Excluídos e ganhou aliados no Ministério Público. Todo esse movimento atingiu seu ápice em uma situação de confronto político, com a retomada e a limpeza de uma nascente remanescente. Nas palavras do principal líder comunitário de Pires:

Vamos limpar. Sete horas da manhã, todo mundo na nascente. Fulano vai arrumar um carro e vai buscar comida, o outro grupo vai arrumar refrigerante, porque não tem água... Se vier polícia, não deixa. Se for o caso, pega pau, ali tem muito pau, mete o cacete. Porque não podemos ficar sem água. E o pessoal foi entrando na nossa [...]. E assim se fez. Aí teve polícia, teve a polícia militar, teve a Secretaria do Meio Ambiente, teve Ministério Público, teve todo mundo. Teve COPASA. [...] Então, a gente foi aprendendo como que a Justiça também teme o cidadão. A gente não sabia disso [...]. A comunidade se uniu e se fortaleceu e hoje tudo o que acontece ou o que vai acontecer, eles ligam pra gente (Líder Comunitário do Bairro Pires, 4/8/2012).

As manifestações da comunidade no Pires tiveram grande repercussão junto à Prefeitura Municipal e à Câmara de Vereadores. E, mais significativo em termos de ação coletiva de confronto político, resultaram em mobilizações contra a ação e interferência das mineradoras na vida local. A Arquidiocese de Mariana (MG), através do seu trabalho pastoral, ajudou a estruturar conselhos comunitários e grupos de discussão e reflexão política, de onde surgiram lideranças (em geral, mulheres) com capacidade de arregimentação

para protestos e reivindicações. Outras entidades, como a União das Associações de Moradores (UNACON) e setores da comunidade acadêmica, além do Grupo Rede Congonhas, também se juntaram às mobilizações para contribuir na elaboração de projetos alternativos àqueles implantados no município.

O Grupo Rede Congonhas foi formado no início por umas quatro ou cinco pessoas. Somos eu, que sou bacharel em Direito [...], alguns engenheiros, técnicos, mas a gente forma um coletivo informal [...] para contribuir pra melhorar a cidade. Chegamos a fazer propostas que foram formalizadas junto à administração pública, mas não houve assim uma repercussão. [...] A gente fez sempre assim, primando por atuar mais na via administrativa [...] porque nós não temos [...] condições de “judicializar” questões dessa monta, [...] mas sempre provocando o poder público [...], expondo as questões. [...] A gente tem [...] uma boa credibilidade com alguns órgãos de imprensa e até com a comunidade acadêmica. Mas o Grupo Rede Congonhas não tem rotina, não tem formalidade, [...] não tem uma estrutura. (Representante do Grupo Rede Congonhas, 31/7/2012).

Criado em 2003, o Grupo Rede Congonhas se assemelha à Comissão Ambiental Sul por também agregar segmentos da classe média e indivíduos-chave dotados de conhecimento técnico, em diálogo com a comunidade acadêmica. Por sua vez, sua atuação propositiva, nos marcos da expansão econômica do município, é subsidiária à dimensão elementar de publicização do conflito socioambiental como contestação às ações da CSN e do poder público local – através dos vínculos com grupos sociais afetados diretamente e de ações midiáticas.

No caso de Volta Redonda, sob condições de retração econômica, um declínio da capacidade agregativa do tradicional SMSF, permitiu que a “questão pública do meio ambiente”, passasse a ser o elaborador de novas subjetividades e identidades. Beynon (1999), em sua análise pioneira sobre a resistência à expansão das minas de carvão a céu aberto do Reino Unido, demonstra que grupos de protesto em áreas de conflito socioambiental tenderam a incorporar setores escolarizados da classe média e sua repercussão no seio das comunidades mineiras se deveu também à redução da atividade sindical por causa do desemprego, favorecendo a adesão dos trabalhadores à causa ambiental.

Em Congonhas, o movimento sindical dos trabalhadores da mineração teve pouca participação no debate sobre a privatização da CSN. Mas, no decorrer dos últimos anos, com a intensificação da atividade mineradora, se fortaleceu devido principalmente ao aumento do número de empregados e a valorização da categoria no tocante aos novos planos de desenvolvimento da empresa. Por essa razão, pode-se dizer que, ao contrário de Volta Redonda, na arena política local o sindicato dos mineiros acumulou força de reivindicação de modo a interferir nos projetos de crescimento da empresa.

Como marco dessa nova fase de disputas políticas em Congonhas está a divergência acerca da exploração da Serra de Casa de Pedra, envolvendo

Prefeitura, Câmara de Vereadores, Ministério Público, CSN e entidades de sociedade civil que defendem o seu tombamento. A expansão da mina Casa de Pedra implica a oferta de benefícios por parte da CSN (como a promessa de uma usina siderúrgica), em troca de vantagens e apoio político, por parte de grupos de interesse local, mas traz também custos sociais e ambientais ao conjunto da sociedade. O cerne da argumentação contestatória quanto à expansão dos projetos extrativos de ferro diz respeito à alteração paisagística e ao impacto sobre os recursos hídricos potencialmente provocados.

Em 2010, o presidente da CSN, Benjamin Steinbruch, anunciou um projeto de expansão da empresa que opera na mina Casa de Pedra, em Congonhas, de R\$ 12 bilhões, mesmo ano em que a Câmara local realizou audiência pública para discutir os limites do tombamento da serra, aprovado em Lei Municipal em 2007. Na ocasião, a população da cidade temia que o projeto da CSN pudesse vir a comprometer o aspecto visual dos profetas do Aleijadinho, que ficam situados no Santuário de Bom Jesus do Matozinhos, considerado Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco (Durão, 2012).

Em 5 de setembro de 2009, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), emitiu parecer de recomendação pela preservação do Morro do Engenho, na Serra Casa de Pedra, à Câmara Municipal de Congonhas (Bacias de Minas, 2011). O MPMG considera a Serra Casa de Pedra parte integrante do “Conjunto Escultórico do Adro da Basílica de Bom Jesus de Matozinhos”, reconhecido pela Unesco como Patrimônio Cultural da Humanidade desde 1985, e enfatiza sua relevância para a preservação do equilíbrio ecossistêmico e para o abastecimento hídrico de Congonhas.<sup>21</sup> Sua recomendação final concorda com a delimitação, mínima e potencialmente expansível, do polígono de tombamento proposto pelo Projeto de Lei nº 027/2008, o que inviabilizaria o projeto de expansão da CSN.

Nesta arena, a disputa política opõe dois blocos de interesse: de um lado, os poderes executivo e legislativo, em seus níveis estadual e municipal, e a CSN (a empresa e o Governo do Estado de Minas Gerais possuem um “protocolo de intenções de investimento” acordado de R\$ 16 bilhões (Exame, 2012)); de outro, os segmentos mobilizados da sociedade civil de Congonhas, tendo à frente o Grupo Rede Congonhas, apoiado pelo sindicato dos mineiros, grupos de afetados pela mineração e parlamentares locais cuja ação política é centrada na pauta ambiental.

Após um debate acirrado, que perdurou por todo o ano de 2012, e ameaças de fechamento da NAMISA pela CSN, a Câmara de Vereadores de Congonhas aprovou um projeto de lei de tombamento parcial da Serra de Casa de Pedra, determinando a preservação de 85% do perímetro da serra e liberando 15% para estudos geológicos e futura expansão do grupo CSN, justamente a fatia do Morro do Engenho e o do Pilar onde estão as minas Casa de Pedra (da CSN) e outras da NAMISA.

O projeto de lei aprovado em segundo turno fixa condicionantes a serem cumpridos pela empresa. A futura lei dá um prazo de três anos para o grupo CSN fazer estudos geológicos para avaliar o potencial mineral da região e apresentar ao município um plano sustentável de utilização da área para seu plano de ampliar a exploração mineral no Morro do Engenho. [...] Anderson Cabido, prefeito de Congonhas (sem partido), não vê possibilidade de a cidade perder o título de “patrimônio cultural da humanidade”, como vem sendo ventilado por opositores da proposta vencedora. O projeto de lei seguiu ontem para sanção do prefeito (Durão, 2012).

Os processos de questionamento da ação econômica em Congonhas e Volta Redonda apresentam uma dinâmica reativa à evolução da rede de produção da CSN. Entretanto, a recomposição das arenas territoriais impelida pela empresa tem produzido formas de contestação social e confronto político que, embora incipientes, integram, de forma inovadora, agentes, como sindicatos de trabalhadores e movimentos sociais, tradicionalmente cindidos em torno das questões trabalhista e ambiental. Mais importante, essas questões vêm convergindo em Congonhas e Volta Redonda, produzindo formas de regulação do comportamento da CSN – assim como de legitimidade política, disputando a construção da agenda pública nos territórios – extremamente relevantes para o seu futuro na rede de produção minero-siderúrgica global.

## CONCLUSÃO

A análise da ação empresarial da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda e Congonhas, como parte de uma rede global de produção minero-siderúrgica, permitiu destacar a dimensão territorial como elemento aglutinador da interseção de escalas analíticas e de ação política e social. Nesse sentido, as formas de ação coletiva contestatórias e confrontacionais nos territórios escolhidos, identificadas algumas das debilidades estruturais macrosetoriais e corporativas, repercutiram em termos de acúmulo e mobilização de formas de poder institucional e, em especial, de poder coletivo capazes de, potencialmente, condicionar a ação econômica.

Especificamente, a natureza altamente intensiva da exploração de bens naturais e do trabalho na rede global de produção minero-siderúrgica abre um flanco de contestação social e confronto político próprio da perspectiva das lutas em torno do questionamento e controle de grandes projetos de investimento e de grandes empresas no território, com impactos na sua capacidade de criação, ampliação e captura de valor.

Os casos do Fórum Demissão Zero e da Comissão Ambiental Sul, em Volta Redonda, e do Grupo Rede Congonhas demonstram certa evolução das formas de ação coletiva confrontacional, quando mediante novas mobilizações políticas fazem interagir a questão do trabalho, através dos operários e seus agentes de representação institucional; e a questão ambiental, por meio dos

cidadãos e das organizações e movimentos ambientalistas. As condições específicas sob as quais tais estratégias não econômicas, embora economicamente relevantes, são configuradas, depende da integração das dimensões econômica, política e social e das escalas de ação global, nacional e local (para ficarmos apenas em três).

A estratégia corporativa em rede da CSN, de privilegiar e incorporar a exploração mineral de acordo com a configuração contemporânea da rede global de produção minero-siderúrgica é condição necessária para sua competitividade no mercado. No entanto, tal estratégia é contestada e confrontada a partir do poder coletivo enraizado no território – poder esse que disputa a adesão dos agentes políticos e de seu poder institucional –, sendo efetivamente influenciada por disputas acerca da legalidade e legitimidade de projetos; processos e produtos; espacialidades extrativas, logísticas e produtivas etc. Essencialmente, atrasos de cronogramas de obras civis e de engenharia, acordos de ajustamento de conduta, pagamentos indenizatórios, entre outras formas de reconhecimento do poder coletivo, embora marginais, afetam as capacidades relativas de promoção da reprodução ampliada de capital, influenciando, no limite, “destinos” corporativos.

A reorientação extrativista estratégica da CSN no território de Congonhas – com perda relativa de importância da siderurgia e de Volta Redonda, é centrada na adesão de poderes institucionais nas escalas local, estadual e nacional – ignorando momentaneamente seus nós territoriais logísticos e internacionais. Entretanto, a contestação social e o confronto político em ambos os territórios vêm refletindo capacidades locais de enraizamento territorial antigas e novas, influenciando de modo complementar tanto a expansão quanto a contração dos investimentos da Companhia. Desse modo, a ação coletiva em torno dos destinos do ambiente e do trabalho em ambos os territórios aponta, potencialmente, para mudanças concretas na arena constituída em torno da rede de produção da CSN; mudanças dirigidas ao condicionamento da ação econômica e da sociodeterminação territorial.

Recebido em 17/02/13 | Aprovado em 11/04/13

**José Ricardo Ramalho** é professor titular do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Atua principalmente na área sociologia do trabalho, desenvolvendo pesquisas, entre outros temas, sobre relações de trabalho na indústria; trabalho, emprego e desenvolvimento econômico regional e local. Recentemente co-organizou a coletânea *Desenvolvimento, trabalho e cidadania: Baixada e Sul fluminense*, com Alexandre Fortes (2012).

**Rodrigo Salles Pereira dos Santos** é professor adjunto da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e faz parte do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) dessa instituição. Doutor em Ciências Humanas – Sociologia, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), atua na área de sociologia econômica e do desenvolvimento, pesquisando os seguintes temas: desenvolvimento econômico e regional, redes de produção globais, mineração e indústria siderúrgica. É autor, entre outros, de “Redes de Produção Globais (RPGs). Contribuições conceituais para a pesquisa em ciências sociais” (2011).

**Raphael Jonathas da Costa Lima** é professor adjunto da Universidade Federal Fluminense (UFF), faz parte do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia Ambiental (PGTA) e do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da mesma instituição. Doutor em Ciências Humanas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), desenvolve pesquisa sobre os seguintes temas: movimentos sociais, sindicato e política, desenvolvimento regional, trabalho, siderurgia e indústria automobilística. É autor, entre outros, “Estratégias integradas de regeneração em regiões industriais: uma aproximação com a conjuntura pós-década de 1990 no Sul Fluminense” (2012).

**NOTAS**

- 1 Este texto se beneficia de resultados parciais de projetos de pesquisa, apoiados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), através do Programa Cientistas do Nosso Estado e do programa Auxílio Instalação (INST) 2012; e pela Universidade Federal de Juiz de Fora, através do Programa de Apoio à Instalação de Doutores/UFJF-2012-2013. Os autores são gratos à mestrandia Cristiane D. Ribeiro (PPGSS/UFJF) e aos bolsistas de Iniciação Científica Ana Luiza Q. Freitas e Gabriela F. Fernandez (UFRJ); Marília M. Schocair (UFF); e Raphael V. Leitão (UFJF), pelo apoio na realização do trabalho de campo em Volta Redonda e Congonhas.
- 2 A expressão original em inglês é *global production networks*.
- 3 Santos (2011) usa o exemplo do município de São Luís (MA) para demonstrar essa possibilidade. Em 2004, um projeto siderúrgico de grande porte – capitaneado pela empresa Vale S. A. e pela chinesa Baosteel Group Co. – explicitou o confronto entre as formas corporativa, institucional e coletiva do poder. O projeto sofreu contestação social por um conjunto de movimentos sociais – dentre os mais notáveis, o Movimento Reage São Luís e o Fórum Carajás – que se empenhou na desconstrução do discurso desenvolvimentista das elites políticas e econômicas locais e estaduais (Lima, 2009), de modo que a referida decisão de investimento fosse avaliada também moralmente. Concretamente, a imagem construída de um evento futuro – a instalação de um parque siderúrgico – alterou as capacidades relativas de ação coletiva dos envolvidos nas disputas em torno da legalidade e legitimidade do projeto. A ação de grupos de interesse (por exemplo, a classe média urbana de São Luís) e de organizações sociais (como o Movimento Reage São Luís) que a representam, em associação com camadas populares potencialmente impactadas, acabou por transformar o risco potencial em uma imagem socialmente penetrante apta a produzir efeitos práticos em termos de bloqueio da agência de agentes “poderosos” – isto é, dotados de poder corporativo, como a Baosteel e a Vale. Em outros termos, os movimentos sociais, isto é, os agentes economicamente relevantes,

mediando e construindo um projeto desenvolvimentista-preservacionista, transmutaram uma cosmovisão urbana em interesse coletivo. Ao fazê-lo, foram capazes de atrair indivíduos e organizações políticos relevantes, particularmente em âmbito estadual, em uma ampla coalizão. O resultado foi o bloqueio de uma decisão de investimento. O exercício do poder coletivo adquiriu preeminência, nesse caso, sobre o poder institucional, e sobrepôs-se às estratégias dos agentes econômicos (corporativos).

- 4 Para investigar decisões de implante, expansão e investimento minerais e siderúrgicos, como no caso da CSN, a noção de “grandes projetos de investimento” – em geral concentrados em redes de atividades industriais extrativas e de transformação e caracterizados por amplo impacto ambiental e socioeconômico (Vainer, 1990: 179-180) –, pode também ser utilizada como instrumento de análise. A expansão da mina Casa de Pedra em Congonhas, por exemplo, explicita a dimensão específica na qual as estratégias corporativas e a ação coletiva confrontacional emergente interagem de forma conflituosa, como *locus* decisivo para um estudo centrado no território.
- 5 Um das dimensões relevantes do *contentious politics project* é o seu caráter de arena, na qual se defrontam publicamente não apenas os movimentos sociais, mas outros tipos de agentes e instituições, incluindo os operadores estatais (Tarrow, 2011: 30-31).
- 6 Uma “rede global de produção”, segundo Henderson et al. (2011: 153) é definida, primeiramente, como “[...] o nexo de funções e operações interligadas através das quais bens e serviços são produzidos, distribuídos e consumidos – [...] [e são] tanto organizacionalmente mais complexas quanto cada vez mais globais em sua extensão geográfica. Essas redes não apenas integram firmas (e partes de firmas) em estruturas que obscurecem fronteiras organizacionais tradicionais – por meio do desenvolvimento de diversas formas de relações de equidade e não-equidade –, mas também integram economias nacionais (ou partes dessas economias) de formas que possuem implicações colossais para seu bem-estar. Ao mesmo tempo, a natureza e a articulação precisas das redes de produção centradas na firma são profundamente influen-

ciadas pelos contextos sociopolíticos dentro dos quais elas estão enraizadas”.

- 7 Utilizamos duas acepções do conceito de “redes globais de produção” no texto. A primeira se refere a uma estrutura de mercado, abrangendo um setor e/ou subsectores econômicos e centrada nas corporações transnacionais líderes. Nesse sentido, a rede de produção é inerentemente global em seus fluxos de insumos, mercadorias e resíduos. A segunda definição é determinada pela estratégia corporativa de uma firma líder, a CSN, mas realça os diferentes agentes e poderes que a influenciam nos territórios de Volta Redonda e Congonhas, podendo ser definida em diferentes escalas analíticas.
- 8 Em 2010, a produção brasileira de aço bruto alcançou 32,9 Mtpa.
- 9 Entre os principais acionistas, estavam a Docenave (9,4%), o Bamerindus (9,1%), o Bradesco (7,7%), o Grupo Vicunha (9,2%), um Clube de Investimentos composto por funcionários (11,9%), outros bancos (18,8%) e alguns fundos de pensão (2,7%).
- 10 Com 31km<sup>2</sup> (*Minérios & Minerales*, 2009), projeta-se a expansão de capacidade instalada da mina Casa de Pedra por parte da CSN, até 2015, das atuais 20 Mtpa. para 89 Mtpa. (expansível até 100 Mtpa.) (Alerigi Jr, 2012).
- 11 A CSN detém 60% do capital e os outros 40% pertencem a um consórcio formado por usinas siderúrgicas asiáticas (CADE, 2008).
- 12 A cidade foi construída, a partir da década de 1940, sob o modelo de “fábrica com vila operária” e dentro da perspectiva varguista de transformar a empresa em um espaço formador de um “trabalhador brasileiro” (ver Pereira, 2012; Lima, 2010; Piquet, 1998; Morel, 1989, entre outros).
- 13 Estima-se que 65% da arrecadação de Congonhas estejam ligados à mineração, o que equivale a R\$ 300 milhões.
- 14 Em 1997, a Associação Comercial, Industrial e Agropastoril de Volta Redonda (ACIAP-VR), representando o setor empresarial de Volta Redonda, organizou uma série de seminários para discutir iniciativas de desenvolvimento sustentável e de geração de emprego e renda. A mobilização, que inclusive contou com a participação de diversos de-

- fensores da privatização, ficou conhecida como Movimento Vamos Repensar Volta Redonda (Lima, 2012; Baptista, 2008).
- 15 O conceito de estrutura de oportunidades e restrições políticas diz respeito a ambientes ou contextos políticos de interação de autoridades e desafiantes relativamente estabilizados. Nesse sentido, elementos disruptivos significativos – como a entrada de novos agentes, inovações táticas e alterações organizacionais expressivas etc. – tenderiam a impelir mudanças na estrutura, configurando dimensões consistentes de encorajamento e desencorajamento à ação coletiva confrontacional (Tarrow, 2009: 38-39).
- 16 Para uma descrição mais detalhada desse período da história do sindicato, ver Pereira (2012); Dias (2010); Gracioli (2007; 1997).
- 17 Do então prefeito Paulo César Baltazar.
- 18 A Agenda 21 foi uma derivação do Comitê de Qualidade de Vida, constituído dentro do “Movimento Vamos Repensar Volta Redonda” (Lima, 2010).
- 19 A noção de inovação tática faz referência às variações incrementais de ações, performances e rotinas criadas, adicionadas e/ou replicadas interativamente no âmbito de um repertório de ação coletiva, mas que se projetam sobre ele de forma a transformá-lo no longo prazo (Tarrow, 2009). No caso específico de Congonhas, a contestação e o confronto se basearam, em grande medida, na configuração de um símbolo coletivo (a Serra Casa de Pedra como patrimônio cultural), no estreitamento de conexões locais (entre atingidos pela mineração, movimento ambientalista e sindicato de trabalhadores) e na introdução de novas performances públicas (como o Grito dos Excluídos).
- 20 “[...] Vinte anos atrás, se o cara fosse da CSN, era meio que uma aristocracia operária [...], um operário tinha uma vida de classe média, tanto que, se você pegar os antigos funcionários da CSN, uma boa parte deles é casada com famílias importantes da cidade, tem casas em lugares bem localizados [...]. A CSN estatal não era o paraíso, mas era mais ou menos como a Petrobras hoje, entendeu? (Jerônimo Castro, presidente do Sindicato Metabase Inconfidentes, 03/08/2012).
- 21 “[...] destacando-se que se encontram outorgadas à Copasa, na área de Serra Casa de Pedra, 29 pontos de cap-

tação para fins de abastecimento da população” (Bacias de Minas, 2011).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alonso, Angela. (2012). Repertório segundo Charles Tilly: história de um conceito. *Sociologia & Antropologia*, 2/3, p. 21-41.

Alerigi Jr., Alberto. (2012). MG volta a discutir mina da CSN na próxima semana. Disponível em <<http://br.reuters.com/article/businessNews/idBRSPE81007C20120201?sp=true>>. Acesso em 14 fev. 2012.

Bacias de Minas. (2011). MPE recomenda proteção da Serra Casa de Pedra, em Congonhas. Disponível em <<http://blogs.mp.mg.gov.br/baciasdeminas/2011/05/09/mperecomenda-protacao-da-serra-casa-de-pedra-em-congonhas/>>. Acesso em 14 fev. 2012.

Baptista, Letícia B. (2008). *Agenda 21, uma experiência em Volta Redonda*. Dissertação de Mestrado. PPGAU/Universidade Federal Fluminense.

Beynon, Huw. (1999). Protesto ambiental e mudança social no Reino Unido. *Mana*, 5/1, p. 7-28.

Braga, Juliana. (2002). População reage contra fechamento da Cicuta: atitude da CSN é condenada por associações de moradores, prefeito e vereadores. Nova trilha é desprezada. *Foco Regional*, 88, 9-15 dez.

Bringel, Breno. (2012). Com, contra e para além de Charles Tilly: mudanças teóricas no estudo das ações coletivas e dos movimentos sociais. *Sociologia & Antropologia*, 2/3, p. 43-67.

CADE. (2009). Ato de Concentração n. 08012.011002/2008-62, 27 jan. Disponível em <<http://www.cade.gov.br/temp/t82201311235736.pdf>>. Acesso em 24 fev. 2012.

Costa, Célia M. L.; Pandolfi, Dulce C. & Serbin, Kenneth (orgs.). (2001). *O bispo de Volta Redonda: memórias de Dom Waldyr Calheiros*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.

Cox, Kevin R. & Mair, Andrew. (1988). Locality and community in the politics of local economic development. *Annals of the Association of American Geographers*, 78/2, p. 307-325.

Dias, Sabrina de Oliveira Moura. (2010). *Dentro da usina, mas fora da família: trabalhadores e terceirização na Companhia*

Siderúrgica Nacional (CSN). Dissertação de Mestrado. PPGSA/ Universidade Federal do Rio de Janeiro.

De Sardan, Jean Pierre Olivier. (2005). *Anthropology and development: understanding contemporary social change*. Londres/Nova York: Zed Books.

Durão, Vera Saavedra. (2012). Congonhas preserva mina da CSN. *Valor Econômico*, 20 dez. Disponível em <<http://clippingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2012/12/20/congonhas-preserva-mina-da-csn>>. Acesso em 21 dez. 2012.

Exame. (2012). Futuro de projeto da CSN em MG divide Congonhas, 27 fev. Disponível em <[http://exame.abril.com.br/economia/meio-ambiente-energia/noticias/futuro-de-projeto-da-csn-em-mg-divide-congonhas-3?page=1&slug\\_name=futuro-de-projeto-da-csn-em-mg-divide-congonhas-3](http://exame.abril.com.br/economia/meio-ambiente-energia/noticias/futuro-de-projeto-da-csn-em-mg-divide-congonhas-3?page=1&slug_name=futuro-de-projeto-da-csn-em-mg-divide-congonhas-3)>. Acesso em 28 mar. 2012.

Graciolli, Edilson José. (2007). *Privatização da CSN: da luta de classes à parceria*. São Paulo: Expressão Popular.

Graciolli, Edilson José. (1997). *Um caldeirão chamado CSN: resistência operária e violência militar na greve em 1988*. Uberlândia: Ed. UFU.

Henderson, Jeffrey et al. (2011). Redes de Produção Globais e a análise do desenvolvimento econômico. *Revista Pós-Ciências Sociais*, 8/15, p. 143-170.

Hess, Martin. Global production networks: dealing with diversity. (2004). In: Haak, René & Tachiki, Dennis (orgs.). *Regional strategies in a global economy: multinational corporations in East Asia*. Munique: Iudicium, p. 31-52.

Hommel, Thierry; Godard, Olivier. (2005). Contestação social e estratégias de desenvolvimento industrial: aplicação do modelo da gestão contestável à produção industrial de OGM. In: Varella, Marcelo Dias & Barros-Platiau, Ana Flávia (orgs.). *Organismos geneticamente modificados*. Belo Horizonte: Del Rey.

Leite Lopes, José Sérgio et al. (orgs.). (2004). *A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

Lima, Raphael Jonathas da Costa. (2012). *Articulação e reorganização sociopolítica em Volta Redonda no pós-*

-privatização da Companhia Siderúrgica Nacional. In: Ramalho, José Ricardo & Fortes, Alexandre (orgs.). *Desenvolvimento, trabalho e cidadania: Baixada e Sul fluminense*. Rio de Janeiro: 7 Letras, p. 203-224.

Lima, Raphael Jonathas da Costa. (2010). *A “Reinvenção” de uma cidade industrial: Volta Redonda e o pós-privatização da Companhia Siderúrgica Nacional*. Tese de Doutorado. PPGSA/ Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Lima, Raphael Jonathas da Costa. (2009). Movimentos sociais, desenvolvimento e capital social: a experiência do Reage São Luís. In: Sant’Ana Jr., Horácio et al. (orgs.). *Ecos dos conflitos sócio-ambientais: a RESEX de Tauá-Mirim*. São Luís: Ed. UFMA, p. 225-253.

Milanez, Bruno. (2011). Grandes minas em Congonhas (MG), mais do mesmo? In: Fernandes, Francisco R. C.; Enriquez, Maria Amélia R. S. & Alamino, Renata C. J. (orgs.). *Recursos minerais & sustentabilidade territorial*. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, p. 199-228 (vol. I).

Minérios & Minerale. (2009). 200 maiores minas brasileiras. *Minérios & Minerale*, 316, 20 jun.

Morel, Regina L. (1989). *A ferro e fogo. Construção e crise da família siderúrgica: o caso de Volta Redonda (1941-1968)*. Tese de Doutorado. PPGS/Universidade de São Paulo.

Pereira, Sérgio E. M. (2012). *Sindicalismo e privatização: o caso da Companhia Siderúrgica Nacional*. São Luís: Ed. UFMA.

Piquet, Rosélia. (1998). *Cidade-empresa: presença na paisagem urbana brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar.

Ramalho, José Ricardo. (2012). Fórum Demissão Zero: crise e ação coletiva no Sul Fluminense. In: Ramalho, José Ricardo & Fortes, Alexandre (orgs.). *Desenvolvimento, trabalho e cidadania: Baixada e Sul fluminense*. Rio de Janeiro: 7 Letras, p. 225-246.

Ramalho, José Ricardo. (2005). Novas conjunturas industriais e participação local em estratégias de desenvolvimento. *Dados*, 48/3, p. 491-523.

Ramalho, José Ricardo & Carneiro, Marcelo Sampaio. (2013). *Ação sindical, contestação política e siderurgia na Amazônia brasileira*. *Novos Cadernos NAEA* (no prelo).

Ruiz, Milton Artur; Vassallo, José & Souza, Cármino Antonio de. (1993). Alterações hematológicas em pacientes expostos cronicamente ao benzeno. *Revista Saúde Pública*, 27/2, p. 145-151.

Santos, Rodrigo Salles Pereira dos. (2010). *A forja de Vulcano: siderurgia e desenvolvimento na Amazônia Oriental e no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. PPGSA/Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Santos, Rodrigo Salles Pereira dos. (2012). Redes de Produção Globais, transformação estrutural e crítica/contestação social: a TKCSA em Itaguaí, RJ. In: Ramalho, José Ricardo & Fortes, Alexandre (orgs.). *Desenvolvimento, trabalho e cidadania: Baixada e Sul fluminense*. Rio de Janeiro: 7 Letras, p. 43-76.

Santos, Rodrigo Salles Pereira dos. (2011). Introdução às Redes de Produção Globais (RPGs): contribuições para a pesquisa em Ciências Sociais. *Revista Pós Ciências Sociais*, 8/15, p. 127-142.

Tarrow, Sidney. (2011). Global, conventional and warring movements and the suppression of contention. *Themes in contentious politics research*. *Política & Sociedade*, 10/18, p. 25-49.

Tarrow, Sidney. (2009). *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes.

Tilly, Charles M. (1979). Repertoires of contention in America and Britain: 1750-1820. In: Zald, Mayer N. & McCarthy, John (orgs.). *The dynamics of social movements: Resource mobilization, social control, and tactics*. Cambridge, MA: Winthrop, p. 126-155.

Tilly, Charles M. (1978). *From mobilization to revolution*. Nova York: McGraw-Hill.

Tilly, Charles M. & Tarrow, Sidney. (2008). *Politique(s) du conflit. De la grève à la révolution*. Paris: Les Presses de Sciences Po.

Tilly, Charles M. & Tarrow, Sidney. (2007). *Contentious politics*. Londres: Paradigm Publishers.

Vainer, Carlos B. (1990). Grandes projetos e organização territorial: os avatares do planejamento regional. In: Margulis, Sergio (org.) *Meio ambiente: aspectos técnicos e econômicos*. Rio de Janeiro: IPEA, p. 179-211.

Weber, Max. (2000). *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. 3. ed. Brasília: Ed. UnB (vol. 1).

## **ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E DINÂMICAS TERRITORIAIS DE CONTESTAÇÃO SOCIAL E CONFRONTO POLÍTICO**

### **Resumo**

O artigo discute o conflito socioambiental estabelecido na interação entre o desenvolvimento de estratégias industriais em rede, através da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), e formas emergentes de contestação social e confronto político nas localidades siderúrgicas e de extração mineral de Volta Redonda (RJ) e Congonhas (MG). O argumento central enfatiza a importância dessas formas de enraizamento social como condicionantes da ação econômica, considerando principalmente a natureza inovadora da integração de questões do trabalho e do meio ambiente nos territórios pesquisados.

### **Palavras-chave**

Confronto político;  
Localidades siderúrgicas e mineiras; Estratégias de desenvolvimento industrial; Redes de produção; Companhia Siderúrgica Nacional.

## **STRATEGIES OF INDUSTRIAL DEVELOPMENT, DYNAMICS OF TERRITORIAL CONTESTATION AND POLITICAL CONFRONTATION**

### **Abstract**

This article discusses the socio-environmental conflict ensuing the association between the development of industrial networks' strategies by the CSN Group (Companhia Siderúrgica Nacional) and the emerging forms of social contestation and contentious politics in the steel and mining localities of Volta Redonda (RJ) and Congonhas (MG). The main argument emphasizes the importance of these forms of social embeddedness in conditioning economic action, considering mostly the innovative nature of integrating issues of environment and labor in the investigated territories.

### **Keywords**

Contentious politics;  
Mining and steel localities;  
Industrial development strategies; Production networks; CSN Group.

## **VALORIZAÇÃO DE BAIROS ANTIGOS E RESSIGNIFICAÇÃO DA ALTERIDADE: O EXEMPLO DE WAZEMMES EM LILLE**

Tradução de Sylvanie Rivasseau

Uma parte das mudanças vividas pelas grandes metrópoles nas últimas décadas se deve ao seu papel econômico, sua valorização estética e seu crescimento populacional, especialmente quando antigos bairros populares começam a ser procurados por diferentes classes sociais e vêm a conhecer o que se designa por gentrificação (Bassand, Kaufmann & Joye, 2007). A gentrificação dos bairros envolve um processo de redefinição dos espaços urbanos: as classes médias se tornam mais presentes em detrimento das classes populares, enquanto os equipamentos industriais e comerciais saem de cena para dar entrada a outros estabelecimentos e serviços. É isso que vem ocorrendo, desde a década de 1960, em certos bairros próximos aos centros de diversas capitais e grandes metrópoles. Evidentemente, nem todos os espaços em questão conhecem esse processo de maneira idêntica. Hoje em dia, são valorizados tanto pelos discursos políticos quanto por investimentos práticos e diversos trabalhos para transformar seu aspecto físico. A fim de se tornarem os belos bairros das cidades – dos quais estão muitas vezes próximos – eles tendem a ser descritos como lugares de harmoniosos cruzamentos sociais e culturais. Da maneira como são descritos pelos seus promotores, esses espaços encarnam a diversidade social, esta que é tão pouco definida, assim como pesquisada, desde os anos 1970 na França. Ainda segundo o ponto de vista dos promotores, esses bairros representam uma conquista no domínio da interculturalidade, conhecida como interpenetração de civilizações

conforme definido por Bastide (2000), noção utilizada mais recentemente com a meta de integrar diversas populações que habitam a França e que não compartilham dos mesmos traços culturais. Nesse contexto, o encontro com o Outro parece menos assustador e até mesmo, em alguns aspectos, atraente ou ainda sinônimo de exotismo a domicílio.

É esta a redefinição da alteridade que queremos questionar, nos apoiando em uma pesquisa ainda em andamento. Na interseção de uma antropologia urbana e de uma sociologia da ação pública, nos embasamos na perspectiva desenvolvida por Max Weber e seu conceito de confraternização<sup>1</sup> (Weber, 1982), bem como a de Ulf Hannerz (1983) e sua concepção das redes sociais para questionar os fundamentos dos meios que conectam os cidadãos. Este artigo visa abordar a dinâmica urbana em bairros submetidos à gentrificação, e mais precisamente aquela de Wazemmes, bairro perto do centro da cidade de Lille, no Norte da França, que tem experimentado mudanças sensíveis nas últimas décadas.<sup>2</sup> Este bairro, hoje apresentado como um espaço cosmopolita, onde a “diversidade” convive bem, conta com uma ação pública em diversos domínios, sobretudo no registro social e cultural. Considerado um lugar emblemático no aspecto da urbanidade e etnicidade, que, nas últimas décadas, tem se beneficiado de uma reversão apreciativa – de um espaço difamado em razão da delinquência e do medo por causa da forte presença de imigrantes, é agora valorizado como um lugar de interculturalidade. Segundo a perspectiva daqueles que defendem a “coesão social”<sup>3</sup> ou os que vivem nestas situações, a diversidade se refere, principalmente, a supostas diferenças em relação a culturas denominadas de origem. Mas, quando a população tende a refletir a heterogeneidade social, a diversidade inclui na sua definição, segundo os mesmos locutores, a diferença de posicionamento social. Esta mudança de contexto, há que se deixar claro, provavelmente condiciona a relação com a alteridade e busca justificar intervenções ou modificações envolvendo o processo de redefinir a apreciação e a utilização do bairro, bem como para conservar as posições das pessoas em relação a esta transformação. Espera-se, deste modo, contribuir para a compreensão dos processos pelos quais um local associado a espaço “sensível”<sup>4</sup> torna-se, ou tende a tornar-se um lugar valorizado. A perspectiva adotada não é aquela de Richard Florida (2002),<sup>5</sup> que evoca as cidades criativas, com um arranjo de contribuições conjuntas de um coletivo de atores (artistas, população etc.), mas compreender o uso político e social da cultura enquanto suporte para um embelezamento da cidade, onde a ação pública se dá com a finalidade de melhorar a convivência conjunta.<sup>6</sup> A abordagem aqui é concebida como uma extensão do trabalho iniciado por Ruth Glass (1963), que primeiro fala de gentrificação para designar um processo de povoamento em que as classes médias e altas se estabelecem em bairros próximos ao centro da cidade, enquanto os antigos habitantes de classes populares deixam esses locais (Authier & Bidou-Zacha-

rias, 2008). Para esclarecer a história recente de Wazemmes, vamos primeiro analisar o que pode ser chamado de um embelezamento enquanto processo discursivo, morfológico e cultural análogo à gentrificação, antes de ver se em tal contexto é alterada a vivência da alteridade. Vamos ver como o bairro se transforma fisicamente e, sobretudo, como se multiplicam as iniciativas culturais. Debruçar-nos-emos, de forma menos aprofundada, na análise das relações de alteridade que geram tal contexto. Faremos isto a partir de observações, bem como a partir de entrevistas concebidas para averiguar as trajetórias das pessoas, visando refletir sobre a construção social, administração pública e eventual reapreciação da alteridade. Esta última questão será abordada através de sua construção social, a história dos indivíduos segundo uma análise social das diferentes fases de suas vidas e suas relevâncias para a vida prática do bairro. Ao dizer construção social, destacamos dois processos: o de socialização do indivíduo, pelo qual ele aprende a definir o estrangeiro,<sup>7</sup> e o de publicização, pelo qual as diferenças (religiosas, culturais, sociais) ganham visibilidade por debates públicos. Por administração pública, insistimos na aplicação prática dessa aprendizagem e na adaptação que acompanha as situações em que a pessoa participa. Sobre Wazemmes, sem ignorar as lógicas privadas do meio imobiliário – que pesam muito, apesar de não serem abordadas aqui –, o questionamento se limita às mudanças recentes impulsionadas por poderes públicos e os eventuais efeitos sociais provenientes do cruzamento em espaço físico público do bairro em contexto de gentrificação. A questão que queremos esclarecer, na medida em que o estado de desenvolvimento da pesquisa o permita, é a dos eventuais efeitos do embelezamento sobre a definição prática da alteridade.

### **EMBELEZAR PARA TORNAR SEGURO OS ESPAÇOS URBANOS?**

A cidade de Lille passou por mudanças significativas nos âmbitos econômico e cultural nos últimos anos. Capital econômica, desde a Revolução Industrial, de uma região voltada para a indústria têxtil, metalúrgica e as minas de carvão, a cidade sofreu um declínio entre as décadas de 1960 e 1980. Então, a partir da década de 1990, ela viu se afirmar uma conversão para o setor terciário, com diversas realizações marcantes. Primeiramente, o surgimento de um novo bairro de negócios, Euralille, construído em 1988. A chegada do trem de alta velocidade (TAV<sup>8</sup>) no bairro em 1993, obtido através de múltiplas intervenções de Pierre Mauroy, o ex-primeiro-ministro (1981-1984) e prefeito da cidade (1973-2001), seguido pelo trem Eurostar em 1994, fazem um “cruzamento europeu”,<sup>9</sup> retomando a expressão comumente usada entre Paris, Bruxelas e Londres. A obtenção do título de Capital Europeia da Cultura, em 2004, amplia a visibilidade da capital de Flandres e constitui outro

símbolo frequentemente invocado para caracterizar a renovação de Lille. Os dados demográficos ilustram esta dinâmica. Em 1968 a cidade possuía 238.554 habitantes, baixando para apenas 212.597, em 1999, antes de aumentar novamente para 222.784, em 2008, até a aglomeração de Lille (Lille Métropole Communauté Urbaine – LMCU<sup>10</sup>), neste último ano, atingir seus 1.105.080 habitantes.<sup>11</sup>

Para caracterizar resumidamente a dinâmica urbana de Wazemmes, convém notar que Lille é uma das cidades francesas que conheceram um grande aumento dos preços dos terrenos. A situação do bairro, a tendência pouco acentuada de aumento dos preços somente nas áreas mais populares, como a Cidade Velha [Vieux-Lille], as tornam uma ótima opção para interessados em locação ou ascensão à casa própria. Para alguns esta é uma possibilidade rara de adquirir um imóvel não muito longe do centro da cidade, e às vezes uma oportunidade para uma primeira etapa com o espírito de revender sem prejuízos, com o ganho de permitir a compra de uma acomodação mais espaçosa, ou melhor localizada, segundo os projetos. Perto do centro da cidade, o bairro de Wazemmes tinha 20.548 habitantes em 1990, 22,42% deles com idade inferior a 19. Em 2004 eram 25.362 habitantes, e 26.214, em 2008. O crescimento da população pode ser observado desde 1990: ele é de 7,75% entre 1999 e 2004, um dos mais altos da cidade, junto com a Cidade Velha, espaço também revalorizado. Para entender melhor esse fluxo é necessário sublinhar uma diminuição populacional nos anos 1960 e 1970, porém, antes disso, o bairro não parou de crescer desde 1858, ano da incorporação deste antigo vilarejo a Lille, para então ver um forte decréscimo da população em função das crises do têxtil e da industrial, nos anos 1970 e 1980, respectivamente. A análise por íris (unidade de base utilizada pelo INSEE<sup>12</sup> – o distrito possui várias delas) mostra que a ocupação por classe social varia muito entre os que estão perto do centro e os que estão na periferia. Para a prefeitura do bairro, essas mudanças nos últimos anos são um sucesso (“Esse bairro antigo e popular soube operar uma profunda transformação”). Eles salientam que o interesse por Wazemmes excedeu em muito os limites do bairro e da cidade – as pessoas vêm de longe para o mercado de domingo (40 mil visitantes a cada domingo de manhã), bem como para a Rua Gambetta, que recebe diariamente numerosos visitantes sobre seus 1.200 metros de comércio linear.<sup>13</sup> O cosmopolitismo valorizado do bairro é difícil de entender, uma vez que visa destacar tanto a atratividade do mercado, como o comércio étnico ou a copresença de populações francesas e estrangeiras. As últimas são mais presentes nas Zonas Urbanas Sensíveis (ZUS), onde há 11,3% de estrangeiros (7,9% em Lille e 6,2% na comunidade urbana<sup>14</sup>), dos quais os norte-africanos são os mais numerosos, seguidos pelos asiáticos.

Esse deslocamento demográfico e essa distribuição espacial diferenciada dos grupos sociais são indicadores de gentrificação. Esta surge de uma

dinâmica de valorização através do registro discursivo e pelas mudanças morfológicas do bairro. Podemos também dizer que é um embelezamento que resulta e produz efeitos sobre a população assim que essas transformações discursivas e físicas modificam o aspecto físico, a atratividade e a lógica imobiliária. Na verdade, ao invés de se limitar ao termo de gentrificação que aponta uma tomada de espaço pelas classes médias e um “emburguesamento” do local – o que seria tão difícil de identificar como de definir –, o termo embelezamento combina estetização da cidade e usos políticos da cultura em geral. No entanto, a questão é ambígua o suficiente para deixar questões abertas: trata-se de um investimento de fachada, simplesmente um processo de estetização das últimas décadas? Falta ainda, obviamente, entender como apreender tal processo, a sua emergência, a legitimação que o acompanha pelos atores<sup>15</sup> e cidadãos, e como o investigador dele se apropria para estudo. Ele designa, aqui, tanto as operações concretas que impulsionam ou sustentam o Estado e as coletividades territoriais (Cidade de Lille, Comunidade Urbana, o Departamento do Norte e a Região Nord-Pas-de-Calais) para melhorar os aspectos físicos (edifícios, planejamento do espaço) e promover atividades artísticas e culturais, como a apropriação pelos usuários através de suas apreciações e comentários. O embelezamento discursivo, como é abordado aqui, resulta, assim, da atenção às intervenções feitas por vários atores, sem hierarquizar aqueles destacados pelos operadores institucionais ou associativos e os testemunhos dos habitantes. O embelezamento ou estetização dos espaços urbanos é, portanto, sujeito a duas considerações: pelos discursos dos atores públicos e pelos processos de apropriação do espaço, especialmente durante a implantação de eventos culturais e festivos. No entanto, é difícil situar a significação da arte, da cultura ou da arquitetura (da forma como ela se manifesta na modificação da utilização dos *courées*<sup>16</sup>, pelo *design* da Maison Folie Wazemmes<sup>17</sup>) na transição para o período pós-industrial, no nível de um bairro, quanto mais de uma cidade. Trata-se da arte assim como é definida por instituições culturais (museus, teatro)? Ou devemos compreender a palavra cultura como abrangendo todas as atividades que são referenciadas a ela (desde aquelas propostas pelos equipamentos socioculturais até as manifestações mais midiáticas)? Para melhor situar esta dinâmica, sem dúvida vale a pena recordar que o uso da cultura como um suporte da ação pública não se restringe aos centros urbanos e desenvolvidos nos subúrbios franceses. Mobilizada com a meta de empoderamento e de valorização das capacidades das populações, ou para promover esses espaços esteticamente, a cultura é, neste contexto, legitimada pela afirmação de sua vocação social ou denunciada como instrumentalização.<sup>18</sup> É assim que, em relação à política da cidade, nasceu, em 1989, o Subúrbios 89 [*Banlieues 89*], seguidos dos Bairros de Luz [*Quartiers Lumières*], em 1991, as operações de Iluminação Pública e Luzes Urbanas [*Opération d’Eclairage Public et Lumières Urbaines*], em 1995, e

de Paisagem e Integração Urbana [*Opérations de Paysage et Intégration Urbaine*], em 1996. Em relação à cadeia europeia, a cidade de Lille, assim como muitas outras, aumenta o investimento em cultura para fortalecer a sua influência e sua atratividade enquanto aglomeração fronteiriça. A ação cultural em Lille necessitou, no longo prazo, de uma combinação do que é considerado uma continuidade da cultura popular de um passado agora parcialmente valorizado (pelas associações entre as pessoas e por uma vida social supostamente mais dinâmica hoje em dia, por exemplo) e de intervenções mais ou menos diretamente relacionadas à arte contemporânea. A propósito, as mudanças físicas ocorrem ou são apresentadas como uma combinação entre apropriação contemporânea (a *Maison Folie Wazemmes*, os *lofts*<sup>19</sup>) e renovações ou reabilitações para refazer as fachadas. As inovações arquitetônicas parecem ser bem aceitas pela população, não havendo negação manifesta entre os entrevistados. Este processo é acompanhado por uma valorização da dimensão “festiva” do bairro, através dos festivais e das festas populares apoiadas institucionalmente (festa do acordeão com “*Wazemmes a Sanfona 2012*” [*Wazemmes l’Accordéon 2012*], festa da sopa com o “*12° Festival da Concha de Ouro*” [*12<sup>ème</sup> Festival de La Louche d’Or*], em 2012). Mesmo que alguns episódios sejam lembrados, como a tentativa frustrada de transformar Halles em complexo de cinema, que suscitou uma forte oposição para preservar esse equipamento, não encontramos, hoje, traços de oposição radical. Como explicar que esta vontade de criar combinando passado e presente não seja contestada pelos habitantes e organizações? Em tal contexto de relativa mudança da população e de etiquetagem da área pela cultura, as rejeições, analisadas por Nathalie Heinrich (2009), são menos observadas. As produções estéticas contemporâneas ou as que aparentam como tal parecem suscitar, por vezes, a indiferença, sendo seguida, sem dúvida, pela banalização, por exemplo, em relação a certas formas arquitetônicas como aquelas da *Maison Folie Wazemmes*, ou, mais amplamente, aquelas da arte contemporânea. Presumivelmente, há uma maior aceitação de um objeto dotado de diversos significados e sentidos, os quais estão obscuros aos olhos do observador – estar em um lugar sem querer necessariamente compreender os objetos, eventualmente artísticos, cuja função nos foge e sem se sentir agredido por não entendê-los. Levemos em conta que a indiferença não exclui as relações de dominação, como propôs Pierre Bourdieu (1979), mas a análise completa, o que requer mais atenção aos aspectos cognitivos dos usuários, indica outro contexto de recepção.

## ALTERIDADE RESSIGNIFICADA?

Além da validade ou não das suposições relativas aos cruzamentos harmônicos neste contexto, é levantada novamente a questão dos fundamentos da urbanidade: a alteridade. A cidade é, para muitos sociólogos, desde Weber aos da Escola de Chicago (Grafmeyer & Joseph, 1984), um espaço de redefinição de lugares e até mesmo, segundo o primeiro, de confraternização e, segundo os últimos, de encontro com o desconhecido. O princípio da diferenciação – na base de todo o espaço social – é considerado uma evidência: todo cidadão é forasteiro,<sup>20</sup> e, ao mesmo tempo, reconhece-se entre alguns mais do que entre outros. Para ser admissível e encontrar a sua tradução por meio de pesquisa empírica, esse amplo questionamento pode ser somente referenciado a uma sequência espaço-tempo, sem a pretensão de incluir todos os fatores envolvidos que não podem ser analisados para este artigo, e que constituem, por assim dizer, pontos cegos. Assim, a dinâmica urbana sobre o registro dos loteamentos, da fiscalização e da evolução dos preços não se dá, obviamente, sem consequências. Esses elementos condicionam as escolhas. Por que, por exemplo, a classe trabalhadora evita Wazemmes como primeira escolha na sua busca por habitações nesse momento, e por que ela se torna viável para outra classe? A percepção de bairros possíveis ou desejáveis, a escala de avaliação que os candidatos fazem para uma habitação afeta a sua escolha e, sem dúvida alguma, sua primeira experiência de proprietários ou de inquilinos. Essa dimensão socioeconômica não será objeto de investigação. Nós também não lidaremos com o complexo sistema de organismos que funcionam como intermediários (agências imobiliárias, locadores sociais, habitações por aluguel moderado). Apesar desses limites, o espaço urbano abordado pelo prisma do encontro se oferece como um bom indicador da construção social da alteridade. Nesta perspectiva, os cruzamentos, as passarelas, os estacionamentos, se tornam cadeias onde acontece a definição de si e as apropriações de lugares, e todo o tipo de interações para limitar ou até canalizar o incerto. Os relacionamentos que surgem na vizinhança ou nos espaços são indicadores dessa dinâmica e dos processos pelos quais a familiarização com lugares ou com pessoas se nutre das transações capazes de reduzir os medos inerentes ao espaço urbano. Retomando Isaac Joseph, ocorrem nos encontros “dois limites, ambos muito aterrorizantes: o terror da *identificação* – o espaço público é um espaço de traidores e tradutores – e o terror da *invasão* – o espaço público é um espaço de reservas e de partições” (Joseph, 1984: 14-15). No entanto, devido a uma série de gestos, de convenções e de instituições, a estranheza é canalizada para se tornar ausente ou ao menos banalizada. Sem retomar o questionamento sobre os fundamentos da alteridade, só podemos nos perguntar sobre a relevância das estratificações feitas para capturar a realidade social, uma vez que se supõe

que ela seja móvel. Essas estratificações emergem, por um lado, de um exercício epistemológico e, por outro, de uma categorização prática feita pelos cidadãos em suas vidas cotidianas. Este é o caso das palavras “étnico” ou “cultural”, muitas vezes usadas para distinguir um grupo majoritário de uma ou mais minorias, tidos como diferentes. É também questão de etnicidade, entendida como um processo de situação – entre “olhar” e “discurso”, de posição e de oposição – e como uma relação herdeira, na França de 2010, de assimétricas referências do período colonial. É mais apropriado falar de etnicização para sublinhar que as linhas divisórias operadas pelos indivíduos resultam de socialização e de publicitação. As distâncias e as proximidades são percebidas e ativadas pelas pessoas segundo a aprendizagem social em meios condicionados pelo debate no espaço público e a estrutura social em diferentes períodos vividos. Assim, as pessoas que passaram sua infância no contexto colonial francês dos anos 1950 e 1960 não percebem Wazemmes da mesma forma que aqueles que foram educados nos bairros populares nos anos 1980 e têm sido mais ou menos receptivos às discussões sobre os subúrbios. Abordar a questão da alteridade permite retomar um conjunto de questões formuladas em termos de imigração, cultura, interculturalidade e multiculturalismo, sem, contudo, suscitar reservas. O receio, na verdade, é o de retomar as segregações instituídas, sobretudo pela referência ao Estado-nação e à ou às culturas supostamente inerentes a ele. A abordagem pela socialização da alteridade retoma essas questões e elimina as supostas fixações associadas tanto à tradição como à cultura. Trata-se da contextualização de dois tempos, necessariamente arbitrários em suas delimitações, aquele de aprender sobre o mundo e o de testar o mundo. Obviamente, esta clivagem é parcialmente artificial, na medida em que nenhum dos dois elementos é exclusivo: a aprendizagem é também um teste. Mas a idade e o status limitam as margens de manobra que podemos supor serem maiores na idade dita adulta em nossas sociedades.

É a utilização dos lugares, a residência, as relações de vizinhança, a frequência de praças, de lojas, o uso de transportes públicos, que indicam como são construídas socialmente a ancoragem e a apropriação ao longo do tempo. Sobre a ancoragem, é necessário situar os indivíduos em suas primeiras relações com a cidade: habitantes do meio urbano ou rural durante a infância, o qual há que se entender como era sua percepção durante sua infância e como ela é hoje. Quanto à apropriação, ela corresponde às práticas contemporâneas através das quais o indivíduo estabelece uma familiaridade com alguns mais do que com outros. Conseqüentemente, o bairro não é apreendido por todos da mesma maneira. Pesquisas mostram que, se a grande maioria dos habitantes usa o nome Wazemmes, outros o designam pelo nome da rua (Gambetta, por exemplo), ou ainda a estação de metrô mais próxima. As fronteiras sociológicas e espaciais a que os usuários se referem

são múltiplas, como as divisões administrativas para agir sobre o transporte e a segurança, entre outros exemplos, sem mencionar aquelas do INSEE ou da política da cidade com a ZUS que corresponde a 5% do território de Lille e abriga 10.416 habitantes (Vignier, 2012).

Ao longo de meses, dependendo dos dias, e em horas diferentes, a observação revelou uma variação de situações. Estas se dão em copresença de mulheres e homens, de diferentes idades e aparentemente de diversas origens que, evidentemente, envolvem todos os participantes e não poderiam ser reduzidas às figuras estrangeiras. De fato, há uma enorme variedade de transeuntes, se observarmos o vestuário e as línguas estrangeiras faladas. É difícil caracterizar essas alteridades e esses cruzamentos definidos pelos entrevistados, desde o próximo ao distante, parafraseando o título de Bastide, a partir das aparências e dos comportamentos visíveis entre as populações “jovens”, os quais chamamos de imigrantes, até os migrantes mais típicos da África do Norte ou da Ásia, entre aqueles que perambulam em família e aqueles que bebem nas varandas dos bares, às vezes em estado próximo à embriaguez. Nenhum destes está presente, eles não se cruzam nem no mesmo espaço, nem no mesmo tempo. Os cruzamentos tampouco implicam o mesmo nível de compromisso, desde a passagem para a estação de metrô Gambetta, onde se reúnem grupos de jovens muitas vezes alcoolizados, barulhentos, acompanhados sempre de muitos cães e suscitando mais ou menos desconforto, ao intercâmbio de compradores e vendedores, na manhã de domingo, quando os cafés estão lotados e a praça da feira esta abarrotada de gente. Na feira, localizada na Praça la Nouvelle Aventure, no coração do bairro, assim como nas proximidades, instalações exóticas expõem estandes de roupas, de tecidos, de utensílios de todos os tipos, de frutas e de legumes. O centro da feira do Halles – um belo edifício construído na segunda metade do século XIX conforme modelos de Paris – é repartido entre 22 comerciantes, oferecendo peixe, carnes, produtos locais, asiáticos, orgânicos, comércio equitativo.<sup>21</sup> Externamente, em toda a extensão ao redor do Halles, encontramos aqueles estandes com os produtos exóticos e comida asiática e norte-africana. Fora dos dias de mercado (domingos, terças e quintas-feiras), certos períodos, como o Ramadã<sup>22</sup>, ficam mais movimentados, sobretudo nas duas ruas adjacente a ele, rue des Sarrasins e rue Jules Guesde, com barracas de doces recheados, bolos e outros produtos mediterrânicos. Esta última rua, com seus comércios étnicos ou antiquados (como a espaçosa boutique de bolas de lã de tricô) e seus pequenos grupos de homens, aparentemente estrangeiros, e, talvez, em situação precária ou clandestina, possui um status particular para alguns habitantes. Ela é vista como rua de tráfico, acima de tudo de droga, e uma das menos seguras.

Muitos entrevistados enfatizaram a presença do lazer a toda hora. Muitas mulheres, especialmente aquelas que vivem sozinhas, disseram não se

importar com a hora de voltar para casa, à noite. A solidão é compensada, segundo eles mesmos, com oferta de atividades culturais ou saídas perto do local de residência ou no centro da cidade. Os jovens casais que moram juntos também insistiram neste aspecto. É preciso ressaltar, no entanto, a existência de reservas e preocupações também relatadas. A primeira envolve certas áreas do bairro, como essa rua que uma habitante (50 anos, professora) relatou estar sendo completamente tomada por árabes do Magrebe.<sup>23</sup> Esta observação é esclarecedora por diversas razões. Ela é um indício da relativa centralidade desta rua para alguns migrantes ou pessoas relacionadas, de alguma forma, com os países do Magrebe. O grande número de lojas que oferecem preços aparentemente atraentes em ligações para esta região (entre outras) atesta esse fato, segundo algumas opiniões. Nenhuma etnicização deste tipo é feita em relação aos asiáticos, inseridos principalmente em uma função comercial a qual a presença não suscita guerras de comentários. Mas em relação à história social de diversos entrevistados que tenham vivido em bairros populares caracterizados por uma forte presença de imigrantes, esta observação e ainda o desconforto relatado pela entrevistada citada, mostram uma dupla mudança. Primeiro, a presença dessas lojas e outros comércios chamados étnicos parece mais evidente aos seus olhos. Em segundo lugar, em contraste com o que ela relata ter vivido na infância e na adolescência, em certos momentos ela não se sente mais “no seu lugar.” Ela conta, para ilustrar seu relato, um episódio no qual ela sentiu necessidade de voltar para casa para trocar de roupas depois de sentir olhares de desaprovação. O relato de outra mulher um pouco mais velha (aposentada) conforma a ideia de uma ambivalência que não encontra sempre as palavras para exprimir a complexidade das relações com aqueles que supostamente se referem a outra cultura. Esta mulher relata o que lhe parece um paradoxo relacional com um comerciante: ela tem o hábito de comprar frequentemente em sua loja, lugar onde o comerciante a cumprimenta e conversa longa e cordialmente com ela, porém ele a ignora quando se cruzam na rua. Depois de muitas tentativas, a mulher se rende a esses cruzamentos silenciosos, mesmo que eles a deixem perplexa e incomodada. Em relação a esse registro de cruzamentos, que os indivíduos qualificam como culturais ou interculturais, é interessante observar que outros bairros, como Belleville ou Ménilmontant, em Paris, experimentam processos semelhantes, assim como os restaurantes que oferecem refeição de regiões rurais do Magrebe, ou pratos à base de carne fria [*charcuterie*] francesa e não halal.<sup>24</sup> É verdade que em certos estabelecimentos a experiência é de curta duração e não está claro se a implantação recente de livrarias de literatura Islã condiciona essa mudança ou não. De qualquer forma, as copresenças, raras ou improváveis na década de 1970, entre imigrantes “solteiros”<sup>25</sup> e jovens mulheres, por exemplo, se multiplicaram. Muitos sinais atestam essas mudanças entre dois períodos. Os sinais mais visíveis

são as varandas dos bares e cafés com uma clientela tanto francesa como estrangeira, onde homens e mulheres bebem um chá de hortelã ou um *nass-nass* (literalmente “meio-a-meio” em árabe, significando café com leite). Essas bebidas são menos exóticas para estes clientes, são consumidas mais regularmente e sugerem que esses locais de possíveis encontros hoje revelam uma percepção diferente daquilo que foi estranho, exótico ou atraente, apesar de não familiar. Paralelamente, o comportamento público de certos imigrantes ou de seus filhos aparece de forma mais aberta, por exemplo, no plano religioso. Em Wazemmes, alguns restaurantes oferecem refeições gratuitas para quebrar o jejum em certos dias do Ramadã (em 2010).

Outros temores e rejeições podem ser observados de forma mais clara. Algumas ruas, apesar de serem próximas da Praça do Mercado (área central do bairro) e de seu frequente movimento, suscitam pelo menos uma apreensão durante a noite. As apreensões concernem principalmente ao consumo excessivo de álcool, outra dimensão da convivência ou outro aspecto que mostra a ambivalência da festa, atraente e repulsiva ao mesmo tempo. Os comerciantes, quando falam sobre isso, se referem a um comportamento e a uma embriaguez perigosos, próprios de uma população difícil de identificar, a não ser pelo termo genérico de marginais. Algumas atitudes expressam uma valorização permeada por medo. Por exemplo, uma nova residente (professora, 27 anos) expressa uma cautela nos primeiros meses de sua instalação em 2011, o que não diminui sua apreciação positiva por sua habitação e seu meio ambiente. Seu companheiro (engenheiro, 27 anos) é mais relutante em relação aos cruzamentos. Outro jovem adulto (desempregado, 28 anos) e sua esposa (funcionária, 26 anos), instalados há mais tempo, contrariamente, expressam sua satisfação e seu prazer de viver ali, referenciando o bairro pelas oportunidades de festas que ele oferece. Outros, como esse comerciante (55 anos) e sua esposa (área de administração, 52 anos) destacam a continuidade entre a Cidade Velha, bairro então popular durante a sua infância, e Wazemmes, onde experimentaram recentemente vários atos de vandalismo em seu carro. Uma nova residente vinda de uma pequena cidade sem Zona de Urbanização Prioritária (ZUP) (professora, 27 anos) disse também que a “passagem” por Wazemmes não lhe incomoda. Nos dois últimos casos, como em outros mencionados acima, o paralelismo entre a situação na infância e a atual sugere contextos bem diferentes. Para os mais velhos, esta comparação se embasa também em uma avaliação e uma comparação entre dois períodos de tempo, entre os anos de 1970 e 2012, o que nos faz questionar a relevância das categorias usadas (“popular”, “classe média”, “ZUP” ou “periferia”) e sua ressonância ou recepção em cada período. Os entrevistados enunciam subjetivamente essa comparação, isto é, pela sua história e pela dupla contextualização entre seu passado e presente. Estariam os “bairros” da década de 1970, aos olhos deles, mais “distantes” destes de 2010? Esta é a dificuldade

de conceituar essas diferenciações práticas e sua evolução ao longo do tempo.

Além das ruas mencionadas acima, um conjunto de residências da década de 1970, tendo recebido uma reabilitação na década de 1990, também suscitam reações ambivalentes semelhantes àquelas dos bairros ditos sensíveis (Magnier, 2012). A intensa atenção dos agentes públicos com questões de segurança, bem como os relatos dos jovens adultos desse conjunto ou das cercanias, explicitam a difícil estruturação intergeracional da vida social de lugares assim. Com o risco de serem excessivamente esquematizadas, essas dificuldades tornam mais visíveis os problemas sociais geralmente associados às ZUPs. Essas relações são provavelmente mais variadas conforme as idades e os percursos residenciais dos locatários (pais mais preocupados do que casais sem filhos, por exemplo). Situado no interior de Wazemmes, esse conjunto habitacional constitui um dos polos da dinâmica do bairro, local de muita tensão, segundo os entrevistados, por oposição à parte do bairro mais próxima ao centro da cidade e quase confundida com ele. Essas diferenças de apreciação se reencontram na distribuição das categorias sociais e nas taxas de desemprego (ver Vignier, 2012). As subpartes do bairro, de fato, não acolhem os mesmos tipos de população. Assim, Brigode abriga uma grande proporção de executivos (mais de 20%) e uma taxa baixa de desemprego (6%), enquanto Sarrazins-Magenta, parte que concentra a residência social, conta com 23% de desempregados e uma alta proporção de operários. Essa cartografia não é muito distante daquela apresentada pelos habitantes mais engajados na vida social do bairro. Como essa antiga comerciante (aposentada, 71 anos) que lidera uma associação voltada para história do bairro e que distingue as partes “tranquilas” daquelas cuja reabilitação está, aos seus olhos, inacabada. Isso se reflete parcialmente na frequência de um estabelecimento como La Maison Folie Wazemmes. A presença dos habitantes do bairro vai de 16% (para um espetáculo de dança hip-hop) até 24% (para um espetáculo voltado para crianças) (Vignier, 2012).<sup>26</sup> Trata-se de um indicador que convém utilizar com precaução quando não se possui dados globais na escala do bairro, e quando as categorias sociais desses públicos não são conhecidas. Quanto a esse equipamento cultural, uma parte dos comerciantes é desfavorável porque ele atrai, nas manifestações como a festa do acordeão, muitos clientes que consomem bebidas e comidas no lugar, e não em casa.

## CONCLUSÃO

Wazemmes tem um *status* ambivalente que, aparentemente, não denigre a sua imagem. Por um lado, ele se beneficia de uma área delimitada por critérios sociais do *status* de Zona Urbana Sensível (ZUS), e como tal recebe ajudas específicas, mas sem ser, contudo, estigmatizado como subúrbio. Por outro lado, ele se apresenta como um espaço cosmopolita harmonioso. À luz das entrevistas, ele fornece um quadro suficientemente atraente e reconfortante para que cada um se aproprie dos espaços segundo suas expectativas, enquanto exclui ou limita passagens em lugares menos apreciados. A multiplicação das atividades culturais, em concordância com a requalificação dos edifícios, renovação das habitações etc., são operações concretas participando da transformação que se queria medir pela recomposição da relação presente/passado (o que não pode ser apagado pela demolição). As mudanças físicas são geralmente valorizadas ou consideradas como melhorias pelos entrevistados, sendo raramente vinculadas a críticas sobre a vida social no bairro. Aos poucos, certas pessoas descobrem algumas desvantagens (barulho, roubo, tráfego) e vivenciam desapontamento. Mas são principalmente as relações de gêneros ou de gerações que indicam as dificuldades de relacionamento, se queixam tanto do desconforto suscitado pelos “jovens”, quanto pelo “olhar” de alguns homens, bem como pela apreensão por uma lógica de difusão de normas culturais e religiosas para além das ruas chamadas “magrebenizadas” [“*maghrébinisées*”]. A declaração desses problemas é um exercício delicado, especialmente para aqueles que temem não encontrar as palavras para não reforçar os estereótipos ou parecer racista. Para estender e ampliar a análise dessas posições e da lógica relacional que as sustentam, seria apropriado refinar a análise do município como um todo, compreendido como um espaço dividido por “fronteiras” físicas e simbólicas. Seria interessante, nessa perspectiva, elaborar um mapa desses subespaços e combinar isso com a análise da distribuição das dinâmicas sociais que são próprias a eles, abordadas a partir da perspectiva da alteridade e das práticas culturais. Aprofundando a análise da construção social e da administração pública da alteridade, veríamos como cada um forja, na sua vizinhança e no resto do bairro, sua familiaridade, suas proximidades e distâncias, semelhante a como fizeram, em 1970, Jean-Claude Lemaire e Madeleine Chamboredon (1970) para os primeiros grandes conjuntos. Diferentemente dos resultados dos dois sociólogos, que sublinharam que a proximidade espacial não é suficiente para absolver as distâncias sociais, as pessoas, pelo contrário, se esforçaram em lembrar que aparece em Wazemmes uma sutil apreciação dos cruzamentos. Seria instrutivo tentar averiguar mais sobre os modos e graus de implicação para melhor entender a redefinição da alteridade e a dinâmica social do bairro.

**Abdelhafid Hammouche** é sociólogo, professor da Universidade de Lille 1, diretor do Centro de Estudos e Pesquisas Sociológicas e Econômicas de Lille (Centre Lillois d'Études et de Recherches Sociologiques et Economiques – UMR 8019 – CLERSÉ-CNRS); é também responsável pelo Programa de Mestrado em Sociologia e Etnologia (Parcours Master Sociologie et Ethnologie) e diretor do Mestrado em Sociologia e Antropologia de Questões Urbanas do Instituto de Sociologia e Etnologia de Lille 1. É membro da redação da *Hommes & Migrations*. Pesquisa as dinâmicas sociais e a ação pública em áreas urbanas em perspectiva comparada, na França, no Brasil e no Japão. Publicou *Politique de la ville et autorité d'intervention. Contribution à la sociologie des dispositifs d'action publique* (2012).

## NOTAS

- 1 Max Weber fala da cidade antiga e medieval como uma “associação fraterna”. Nesta perspectiva, a cidade está em constante construção, ela está sempre em processo de criação, entre estranhos, entre estrangeiros, considerando que só há estrangeiros; ou seja, não somente os imigrantes, mas todos os cidadãos são considerados sob um ângulo de alteridade mais ou menos morta. A confraternização, como definida por Max Weber, é o processo de estabelecer uma ligação através de uma “base” comum, através de um “alfabeto” compartilhado. Esta abordagem levanta questões sobre as incongruências parcialmente contidas nas novas relações. Ver Hammouche (2007).
- 2 Em Lille, outros bairros têm experimentado processos muito semelhantes ou às vezes menos acentuados que em Moulins. Ver a comparação de Sonia Vidal (s/d), apresentação oral em 16 de janeiro de 2012, na Maison Folie Wazemmes, em Lille; e também Ana Maria Barbosa Campele de Melo (2011).
- 3 A ação pública implica, como em todo o território nacional francês, diversas administrações e serviços do estado. O bairro se beneficia de dispositivos suplementares específicos (financeiros e equipes para coordenar intervenções) para a parcela categorizada como Zona Urbana Sensível (ZUS) no quadro de Contrato Urbano de Coesão Social (CUCS). As ZUS são áreas urbanas selecionadas e delimitadas segundo critérios sociais como taxa de desemprego. O CUCS e as ZUS são instrumentos da política da cidade. Isto não se restringe a uma cidade em particular, mas é constituído em nível nacional para organizar todas as intervenções governamentais nas zonas pobres das cidades, quando acolhem populações que vivem em situações sociais difíceis ou quando, de forma mais ampla, as áreas são classificadas como locais sensíveis ou relegados. Múltiplas intervenções são agrupadas convenientemente sob o título de políticas da cidade, e o termo subúrbio\* é, por vezes, confundido com Zona de Urbanização Prioritária (ZUP). Definido pelo perímetro e modo de ação, a política da cidade foi implantada pela primeira vez almejando agir sobre o habitat e o acompanhamento social, antes de ver surgir uma proliferação de atividades culturais e artísti-

cas. Para aprofundamento sobre esta política, ver Hamouche (2012).

- \* *Banlieue*, lugar de baixa renda, habitado por imigrantes, termo com conotação depreciativa. O termo subúrbio está sendo empregado aqui mais pelo seu caráter social que pelo geográfico, segundo a designação do senso comum – apesar de esta se opor ao sentido oficial e como é empregado pelo urbanismo, isto é, espaço que cerca uma cidade [N.T.].
- 4 A palavra sensível está ligada à terminologia oficial da Política da Cidade. Ela indica a espacialização dos problemas sociais, sem, contudo, gerar controvérsia. A crítica mais amplamente enunciada é esta: como pensar esses limites em termos de área sensível (ou favelas no Brasil, por exemplo) e ouvir designações contemporâneas de ação em busca de legitimidade de vários atores? Devemos dizer bairro “gentrificado”, espaços urbanos reconsiderados, para falar dessas “partes” da cidade sem tomar as denominações oficiais de bairros sensíveis, reclassificados etc.? Ou devemos enfatizar a solidariedade com as partes da cidade diferentemente dotadas de população, gerando recursos para problematizar a cidade como um todo? Para a noção de bairro enquanto uma categoria de ação pública, ver o trabalho de Sylvie Tissot (2007).
- 5 Veja a crítica desta abordagem por Alain Bourdin (2005).
- 6 A pesquisa que realizei no bairro de Wazemmes começou em fevereiro de 2011. Ela necessitou de observações regulares desde essa data e de rastreamento documental para um esboço da história da região e de seus usos atuais. Vários habitantes foram contatados, tendo em vista a composição das famílias e suas histórias no bairro. Quatorze entrevistas semiestruturadas foram realizadas (julho de 2012). A pesquisa é também enriquecida por várias investigações que se dirigem na mesma direção: a de Sonia Vidal, já citada; a de Mathilde Vignier (2012); a de Jeffrey Magnier (2012). Esta investigação contou com um recurso de pesquisa desenvolvido de uma abordagem comparativa internacional, para a evolução de tais vizinhanças que coordeno, envolvendo Kadma Marques (Universidade Estadual do Ceará, Brasil, para o bairro de Iracema, Fortaleza), Shintaro Namioka (Universidade Meiji

- Gakuin, para o bairro de Kotobuki, na cidade de Yokohama, no Japão), Sonia Vidal (Universidade de Lille 1, França, para os bairros de Wazemmes e Mills).
- 7 Do original *étranger*. Além de estrangeiro, se traduz por estranho, desconhecido, não familiar [N.T.].
  - 8 Na França o veículo é popularmente designado por TGV, sigla de *train à grande vitesse* [N.T.].
  - 9 *Carrefour européen* [N.T.].
  - 10 Estrutura de gerenciamento de coletivos regionais franceses [N.T.].
  - 11 INSEE. Disponível em: <[http://www.insee.fr/fr/regions/nord-pas-de-calais/default.asp?page=themes/tableau\\_de\\_bord/TB02lmcu.htm](http://www.insee.fr/fr/regions/nord-pas-de-calais/default.asp?page=themes/tableau_de_bord/TB02lmcu.htm)>. Acesso em 9 ago. 2012.
  - 12 Instituto Nacional de Estatísticas e Estudos Econômicos francês.
  - 13 Disponível em: <[http://www.mairie-lille.fr/fr/Votre\\_Mairie/Mairies\\_de\\_quartiers/Wazemmes](http://www.mairie-lille.fr/fr/Votre_Mairie/Mairies_de_quartiers/Wazemmes)>. Acesso em 31 jul. 2012.
  - 14 Disponível em: <[http://www.insee.fr/fr/ppp/bases-de-donnees/donnees-detaillees/duicq/pdf/ftd/ftd\\_z\\_3104140.pdf](http://www.insee.fr/fr/ppp/bases-de-donnees/donnees-detaillees/duicq/pdf/ftd/ftd_z_3104140.pdf)>. Acesso em 31 jul. 2012.
  - 15 Por conveniência o termo ator será reservado àqueles que participam da ação pública.
  - 16 Datando do século XIX e parte do século XX, o *courée* é uma coleção de pequenas casas de um andar, semelhantes entre si, uma de frente para a outra ao longo de uma rua pequena com acesso através de uma estreita passagem.
  - 17 Equipamento cultural em Lille, inaugurado em 2004, provido de salas de exposição e espetáculos, espaços residenciais, de trabalho e de criações. Trata-se de um edifício modernizado, onde havia originalmente uma antiga usina [N.T.].
  - 18 O autor Henri-Pierre Jeudy, por exemplo, denunciou a instrumentalização da cultura para fins sociais e culturais (“Quando se supõe que a mola do desenvolvimento cultural deva vir dos excluídos, tudo o que estes têm a valer é o seu direito de desintegração. Sua violência é um espetáculo! A emergência da diferença é apenas um sintoma da integração. E a arte em si assume uma missão social.

Vindo auxiliar o trabalho social, os artistas parecem finalmente cumprir o seu papel na cidade uma vez que estão lá para realizar a harmonia do pluralismo cultural em áreas urbanas desgastadas. Toda a criação corre o risco de se prender à armadilha das razões e objetivos socio-culturais que lhe conferem um sentido contra o qual ela não pode se opor. Os gestores da integração já foram à procura dessas formas nascentes de criação espontânea para operar a metamorfose da violência na estética social” (Jeudy, 1999: 24-25).

- 19 O loft é um armazém, ou um local profissional, transformado em um lugar residencial ou ateliê de artistas.
- 20 Do original *étranger*, além de estrangeiro, se traduz por estranho, desconhecido, não familiar [N.T.].
- 21 Disponível em: <<http://www.halles-wazemmes.com/historique.html>>. Acesso em 1 ago. 2012.
- 22 De 20 de julho a 18 de agosto de 2012. Este período de jejum referente aos muçulmanos praticantes é de 30 dias, começando a cada ano, de acordo com o calendário lunar, dez dias antes do início do mesmo período do ano anterior. Jejuar é abster-se de comer, beber, de qualquer relação sexual desde o amanhecer até pôr do Sol. É particularmente difícil no verão. Nas últimas décadas, quebrar o jejum à noite tem cada vez mais ganhado um aspecto festivo. O bairro de Wazemmes, como o de Belleville, em Paris, e outros nas grandes cidades francesas, abrigam uma grande comunidade muçulmana e se tornam mais animados durante este período, com uma participação mais ou menos ativa de comerciantes.
- 23 Nas palavras da entrevistada, a rua estaria sendo *maghrébinisée* – ato de proliferação do Magrebe; Magrebe – conjunto de países de religião islã compondo a parte ocidental do mundo árabe [N.T.].
- 24 O alimento permitido no Islã de acordo com as regras escritas no Alcorão. Em árabe significa lícito [N.T.].
- 25 A expressão “solteiro geográfico” indica que o imigrante vive sozinho na França, enquanto sua esposa e, se for o caso, seus filhos, permanecem no país de origem.
- 26 Pesquisa realizada entre janeiro e julho de 2012.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Authier, Jean-Yves & Bidou-Zachariasen, Catherine. (2008). Editorial. La question de la gentrification urbaine. *Espaces et Sociétés*, 1/132-133, p. 13-21.
- Bassand, Michel; Kaufmann, Vincent & Joye Dominique. (2007). *Enjeux de la sociologie urbaine*. Lausanne: Presses Polytechniques et Universitaires Romandes.
- Bastide, Roger. (2000). *Le prochain et le lointain*. Paris: L'Harmattan.
- Blanc, Maurice. (1988). Concertation, sociologie urbaine, citoyenneté. *Les Annales de la Recherche Urbaine*, 38, jun/jul, p. 104-112.
- Bourdieu, Pierre. (1979). *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Minuit.
- Bourdin, Alain. (2005). La "creative class" existe-t-elle?. *Revue Urbanisme*, 344, set/out. Disponível em <<http://www.urbanisme.fr/issue/report.php?code=344#article238>>. Acesso em 27 abr. 2013.
- Chamboredon, Jean-Claude & Lemaire, Madeleine. (1970). Proximité spatiale et distance sociale. Les grands ensembles et leur peuplement. *Revue Française de Sociologie*, XI/1, p. 3-33.
- Elias, Norbert. (1991). *La société des individus*. Paris: Fayard.
- Florida, Richard. (2002). *The rise of the creative class. And how it's transforming work, leisure, community and everyday life*. Nova York: Basic Books.
- Gaudin, Jean-Pierre. (1985). "La cité reconstituée". Techniques de planification urbaine et légitimités politiques au début du 20e siècle. *Revue Française de Science Politique*, 35/1, p. 91-110.
- Glass, Ruth. (1963). *Introduction to London: Aspects of change*. Londres: Center for Urban Studies.
- Grafmeyer, Yves & Joseph, Isaac (orgs.) (1984). *L'école de Chicago, naissance de l'écologie urbaine*. Paris: Aubier.
- Hammouche, Abdelhafid. (2012). *Politique de la ville et autorité d'intervention. Contribution à la sociologie des dispositifs d'action publique*. Lille: Presses Universitaires du Septentrion.
- Hammouche, Abdelhafid. (2007). *Les recompositions culturelles. Sociologie des dynamiques sociales en situation migratoire*. Estrasburgo: PUS.

Hammouche, Abdelhafid. (1994). *Mariages et immigration: La famille Algérienne en France*. Lyon: PUL.

Hannerz, Ulf. (1983). *Explorer la ville*. Paris: Minuit.

Heinich, Nathalie. (2009). *L'art contemporain exposé aux rejets*. Paris: Hachette Pluriel.

Jeudy, Henri-Pierre. (1999). *Les usages sociaux de l'art*. Paris: Circé.

Joseph, Isaac. (1984). *Le passant considérable. Essai sur la dispersion de l'espace public*. Paris: Librairie des Méridiens.

Jourdan, Silvère. (2008). Richard Florida, Cities and the creative class. *Méditerranée*, 111 [online]. Disponível em < <http://mediterranee.revues.org/2878>>. Acesso em 20 abr. 2013.

Magnier, Jeoffrey. (2012). "C'qu'il est blême mon HLM" – Décomposition des modalités d'appropriation de l'espace: l'exemple de la cité résidentialisée Magenta-Fombelle dans le quartier de Wazemmes. Dissertação de Mestrado. Universidade de Lille 1.

Melo, Ana Maria Barbosa Campelo de. (2011). *La planification stratégique et ses effets sur les métropoles. Analyse des expériences de Lille (France) et de Recife (Brésil)*. Tese de Doutorado. Universidade Paris 3.

Tissot, Sylvie. (2007). *L'Etat et les quartiers. Genèse d'une catégorie de l'action publique*. Paris: Seuil.

Vidal, Sonia. (s/d). *Politique culturelle territorialisée et transformations des "paysages" métropolitains: analyse comparée de l'action des Maisons Folies dans deux quartiers populaires de Lille*. Projeto de Doutorado em curso. Universidade de Lille 1.

Vignier, Mathilde. (2012). *Approche sociologique de la Maison Folie de Wazemmes et ses publics*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Lille 1.

Weber, Max. (1982). *La ville*. Paris: Aubier.

### **VALORIZAÇÃO DE BAIROS ANTIGOS E RESSIGNIFICAÇÃO DA ALTERIDADE: O EXEMPLO DE WAZEMMES EM LILLE**

#### **Palavras-chave**

Cidade; Alteridade;  
Gentrificação;  
Relações de gênero;  
Geração.

#### **Resumo**

Este artigo examina a dinâmica urbana em bairros submetidos à gentrificação, mais precisamente aquela de Wazemmes, bairro perto do centro da cidade de Lille, no Norte da França. Em Wazemmes ocorreram mudanças sensíveis nas últimas décadas. O bairro tornou-se um espaço cosmopolita, onde convive uma população de grande diversidade. Conta com uma ação pública em domínios variados, sobretudo nos registros social e cultural. De um espaço difamado em razão da delinquência, e do medo por causa da forte presença de imigrantes, é agora valorizado, tornando-se um lugar emblemático quanto à sua urbanidade e sua etnicidade.

### **THE IMPROVEMENT OF OLD NEIGHBORHOODS AND THE RESIGNIFICATION OF ALTERITY: THE CASE OF WAZEMMES IN LILLE**

#### **Keywords**

City; Alterity;  
Gentrification; Gender  
relations; Generation.

#### **Abstract**

This article examines the urban dynamics of neighborhoods undergoing gentrification, particularly the neighborhood of Wazemmes, located close to the center of Lille, in Northern France. Significant changes occurred in Wazemmes in the last decades. The neighborhood became a cosmopolitan space joining a population of great diversity. It was subjected to public action in a variety of domains, affecting mainly the social and cultural registers. Wazemmes changed from being an infamous space associated with delinquency and danger because of the strong presence of immigrants to an emblematic place now esteemed for its urban and ethnic features.



Carlos Henrique Garcia<sup>I</sup>  
Claudio Salvadori Dedecca<sup>II</sup>

## **A HETEROGENEIDADE DO MERCADO DE TRABALHO E A DESIGUALDADE NA REPRESENTAÇÃO SINDICAL**

Este ensaio tem por objetivo avaliar a filiação sindical e sua distribuição desigual no mercado de trabalho brasileiro, em uma trajetória de recomposição importante da expressão relativa e absoluta do emprego com carteira de trabalho assinada. Ao longo da década passada, a taxa nacional de sindicalização se manteve praticamente estável na casa dos 25%, sinalizando que a geração de emprego, em termos globais, pode não apresentar uma relação direta com a evolução da representação coletiva dos trabalhadores.

Inicialmente, é preciso reconhecer que o indicador assume muitos significados distintos, posto que a ação sindical pode se orientar para diversas finalidades, muitas vezes não associadas a conquistas voltadas para a melhoria imediata das condições de trabalho para seus representados. Ademais, cabe ressaltar, no que diz respeito à negociação coletiva, que a regulação da extensão de seus resultados tende a influenciar a densidade da sindicalização. Na experiência brasileira, os resultados do acordo coletivo abrangem os trabalhadores independentemente da sua condição de filiação, não se constituindo em um indutor da sindicalização. Também, é preciso apontar que o financiamento público compulsório dos sindicatos não os induz a ampliarem seus recursos via o aumento do seu grau de sindicalização.

Entretanto, predomina entre os estudiosos do tema das relações de trabalho que a taxa de sindicalização é um indicador relevante da representatividade dos interesses coletivos dos trabalhadores, permitindo compreen-

der o peso e o papel jogado por estes atores ante a atuação das empresas e do Estado na arena do sistema de relações de trabalho.

A maior parte das análises desenvolvidas sobre o significado atual da taxa de sindicalização brasileira relaciona seu baixo patamar às condições desfavoráveis do mercado de trabalho, produzidas tanto pelo processo de sua constituição como pelos constrangimentos a que ele esteve submetido pela dinâmica da economia brasileira nas últimas duas décadas do século passado. Em relação a este período, aponta-se também que as mudanças tecnológicas articuladas com o processo de racionalização das empresas, que tiveram lugar nos espaços produtivos das mesmas e nas cadeias produtivas, reforçaram a situação de fragilidade da representação sindical.

Considerando as diferenças de ênfase sobre as variáveis causais, o fato é que as análises quase sempre encontram nas formas atuais de uso, da jornada e dos contratos de trabalho os fatores limitantes ao avanço das taxas de sindicalização. Ou seja, as análises, via de regra, pautam a explicação da persistente baixa densidade sindical no Brasil como fenômeno da precariedade do mercado e das relações de trabalho. De outra parte, consideram que a regulação social das relações de trabalho nunca chegou a criar condições para o fortalecimento da organização sindical, tampouco, em razão do caráter segmentado do mercado de trabalho, chegou a se generalizar para o conjunto dos trabalhadores, nas atividades rurais e urbanas (Laranjeira, 2003).

Partindo destas análises, o presente ensaio pretende entender as razões da ocorrência de mudanças limitadas no quadro nacional recente da sindicalização dos trabalhadores, apesar do contexto de forte crescimento do emprego formal e de quedas relativamente importantes dos níveis relativos de desemprego e de informalidade do trabalho, produzidas no mercado de trabalho brasileiro pelo menos desde o ano de 2004. A discussão se centra na análise dos limites que a estrutura fortemente heterogênea de inserção ocupacional por estratos de renda e a regulação parcial do mercado e das relações de trabalho, marcada por forte desigualdade social e econômica, impõem ao avanço dos níveis de associação e representatividade sindical no Brasil.

Para tanto, além desta introdução, na primeira seção do ensaio fizemos uma síntese sobre o caráter estrutural da segmentação do mercado de trabalho brasileiro, o qual engendrou formas de regulação das relações de trabalho que reduziram as possibilidades de organização sindical e de superação das desigualdades das condições de inserção ocupacional e rendimentos. Na segunda seção, demonstramos que o comportamento do mercado de trabalho na última década, ainda que favorável ao emprego formal, não permitiu o avanço da densidade sindical no país em virtude da persistência do movimento de reprodução das desigualdades balizado pelo maior dinamismo do emprego com perfil de baixo rendimento. Em seguida, a partir da análise das características pessoais dos trabalhadores, demonstramos, na terceira seção,

como a recorrência das contidas taxas de sindicalização na última década guarda forte relação com a natureza dos postos de trabalho, ocupados majoritariamente por segmentos da força de trabalho para os quais a vida sindical é menos representativa. Nas observações finais, tecemos algumas considerações sobre as perspectivas da sindicalização, ao ressaltar a influência dos aspectos ligados ao mercado de trabalho e à estrutura sindical sobre a capacidade de ampliação da organização dos trabalhadores e das negociações coletivas.

### **A REGULAÇÃO PÚBLICA DO CONTRATO E DAS RELAÇÕES DE TRABALHO, ENTRE O REAL E O FORMAL**

O desenvolvimento econômico no Brasil que teve lugar até os anos 1970, apesar de lastreado no aprofundamento do processo de industrialização, teve como resultante a estruturação de um mercado de trabalho socialmente heterogêneo. As oportunidades de trabalho surgidas em meio ao avanço e consolidação de estruturas produtivas modernas conviveram com a multiplicação de postos de trabalho em atividades de baixa produtividade e, com isso, a profusão de formas distintas de inserção ocupacional acabou por moldar padrões de rendimento do trabalho com níveis extremamente desiguais (Oliveira, 2003).

O excesso de oferta de força de trabalho não era, como supunham alguns analistas do tema (Salm & Eichenberg, 1989), um processo temporário que, mais cedo ou mais tarde, sofreria um refluxo enquanto perdurasse a sucessão de altas taxas de crescimento do produto e, a um só tempo, continuasse a se desenvolver a integração setorial e regional da economia. É verdade que o grande dinamismo que se imprimiu ao emprego assalariado formal absorveu parte importante da força de trabalho com maiores níveis de escolaridade e formação profissional nas empresas. Porém, a maior parte empregou-se em condições muito precárias em virtude da alta disponibilidade de trabalhadores desempregados e ocupados nas atividades informais (Souza, 1980; Cacciamali, 1983; Cacciamali & Pires, 1996).

Com efeito, o pequeno desenvolvimento do mercado interno de trabalho é sintomático da histórica ausência de regulação pública e sindical sobre o uso da força de trabalho nos locais de trabalho. A liberdade patronal para conduzir a gestão do trabalho nos espaços produtivos enveredou preferencialmente pela ampla prática da rotatividade,<sup>1</sup> impedindo a sua especialização (que requer o tempo de permanência no emprego necessário para gerar ganhos salariais) por meio do fechamento dos canais internos de mobilidade ocupacional dos trabalhadores, característicos do funcionamento dos mercados de trabalho estruturados (Baltar, 2003). É nesse sentido que se deve explicar, em última instância, a segmentação do trabalho no setor formal.

Com isso, a segmentação do mercado de trabalho não se revela apenas pelo modo de inserção dos trabalhadores a partir das diferentes posições na ocupação, divididas entre aqueles que possuem e que não possuem os direitos inscritos na legislação trabalhista. As desigualdades de renda atingiram a estrutura ocupacional da atividade econômica como um todo – inclusive no interior do setor formal nucleado nos segmentos modernos da economia –, na qual muitas vezes coexistiram trabalhadores em ocupações passíveis de maior e menor estabilidade no emprego em razão da sobreoferta de força de trabalho e da influência limitada da proteção pública e sindical do mercado de trabalho (Henrique, 1999).

O contrato coletivo de trabalho é, decerto, o mecanismo mais eficiente para reduzir as desigualdades socioeconômicas do mercado de trabalho, especialmente na situação de crescimento econômico. Enquanto a capacidade da política de valorização do piso legal afeta apenas a remuneração de base da economia (divorciada da ascensão dos trabalhadores na estrutura ocupacional), em contrapartida a barganha individual se cinge aos trabalhadores mais qualificados e em posições de comando. As negociações coletivas, dentre as alternativas do salário mínimo e da barganha individual, cumprem este papel de modo mais eficiente, ao conferir maior abrangência dos seus resultados para toda a estrutura salarial compreendida no trabalho assalariado (Dedecca, 2009).

### **A RECUPERAÇÃO RECENTE DO EMPREGO FORMAL E A EVOLUÇÃO DA SINDICALIZAÇÃO**

A retomada do crescimento econômico na última década, especialmente a partir de 2004, trouxe uma nova dinâmica para o mercado de trabalho determinada pela ponderável geração de empregos formais, que se traduziu em queda expressiva dos indicadores de desemprego aberto e informalidade. O dinamismo do mercado de trabalho refletiu-se em mudanças da sua estrutura de inserção produtiva a partir da posição na ocupação, ao mostrar que a taxa de crescimento do emprego formal na década foi o dobro da ocupação total, de modo que se pode afirmar que o seu sentido é muito diferente do cenário visto durante os anos 1990, quando as taxas de informalidade aumentaram de modo recorrente no país no contexto de baixo ritmo de crescimento do produto.

O incremento da taxa de ocupação da força de trabalho de 85,6% para 88,5%, ainda que não possa parecer surpreendente à primeira vista, ocorreu em meio ao crescimento de quase 20% da população economicamente ativa. Trata-se de fato quase inusitado a estrutura econômica ter suportado crescimento do número de pessoas ocupadas ante o crescimento ainda expressivo

da População Economicamente Ativa (PEA), imprimindo um ritmo de tal envergadura à geração de empregos, que ao reunir mais de 37 milhões de trabalhadores estatutários e com carteira, acabou por ampliar em cerca de seis pontos percentuais o grau de formalidade do mercado de trabalho na década.

As análises sobre a sindicalização nos países avançados costumam reputar grande importância às mudanças dos níveis de emprego e a reorganização produtiva na definição das trajetórias da sindicalização (Dufour et al., 2010). No mais das vezes, com a existência relativamente incipiente da figura da informalidade no mercado de trabalho naqueles países, ainda mais se considerarmos que o grau de proteção pública do trabalho através do instituto do seguro-desemprego e da regulação sobre os contratos de trabalho é bastante desenvolvido, o movimento sindical atua potencialmente sobre o conjunto da força de trabalho, a despeito das diferentes configurações que assume em cada um destes países.

No Brasil, a estrutura sindical inscrita na Consolidação das Leis do Trabalho de 1943 confere o direito à associação sindical apenas àqueles trabalhadores com vínculo formalizado de emprego, fator estruturalmente limitador da densidade sindical no país, em razão do quadro recorrente e histórico de elevado emprego não registrado no mercado nacional de trabalho. Assim, é razoável presumir que a elevação de 40% do nível de emprego formalizado fomentaria o incremento da densidade sindical dos trabalhadores. Contudo, percebe-se que entre o início e o final da década a taxa de sindicalização, expressa como a proporção do total de trabalhadores sindicalizados em relação ao emprego formal, reduziu-se, ao passar de 26,4%, em 2001, para 25%, em 2009, não havendo sinalização de reversão da situação que Baglioni (1994) e Rodrigues (1999) classificaram como mercado de trabalho de baixa sindicalização,<sup>2</sup> indicando, portanto, a existência de outros fatores estruturais na sua determinação, como sugere Cardoso (2006).

Essa questão nos remete à indagação sobre as causas desse fenômeno. É verdade que a série de interpretações que se valiam das mudanças das formas de gestão de trabalho conduzidas nas empresas do segmento privado da economia nos anos 1990 poderia ser utilizada aqui para responder a questão (Cardoso et al., 2001). Sobretudo as análises que identificavam na paralisia do crescimento dos já pequenos índices de sindicalização as políticas patronais de reorganização produtiva voltadas para a redução do custo do trabalho, expressas no uso do expediente da subcontratação, na flexibilidade da jornada de trabalho e no achatamento dos salários.

De fato, o ritmo de crescimento do emprego formal foi muito lento naquele período e o coeficiente de elasticidade-emprego do produto foi negativo, mas na última década estabeleceu-se progressivamente uma relação cada vez mais positiva (maior que um) no que se refere à resposta do crescimento do emprego em relação às mudanças do produto que, ao se basear na

utilização crescente da capacidade ociosa e na manutenção da estabilidade dos coeficientes técnicos de produção, determinou uma trajetória ascendente dos indicadores do mercado de trabalho (Dedecca, 2009). Não por acaso, o emprego formal atingiu níveis de crescimento acima do observado para as taxas médias do Produto Interno Bruto (PIB), da PEA e da ocupação total, como pode ser visto na Tabela 1.

No entanto, nota-se que o avanço do emprego formal na última década, apesar de expressivo, não significou a ampliação da taxa nacional de sindicalização. Muito ao contrário, se visto pelo ângulo da densidade sindical, à exceção da Região Norte, as taxas de sindicalização caíram de forma generalizada no país (Tabela 2). Quando se observa a trajetória do número de sindicalizados no país, cujo crescimento correspondeu a 18% no período e representou a inclusão no mercado de trabalho de mais 2,5 milhões de trabalhadores associados aos sindicatos, constata-se que a proporção desse aumento ficou cerca de seis pontos percentuais abaixo do aumento do emprego do setor privado.

Chama a atenção o fato de que na primeira metade da década, quando a evolução do emprego sindicalizado foi maior que o emprego total, o crescimento dos níveis de sindicalização foi mais intenso no Norte e no Centro-Oeste, regiões que sempre se caracterizaram pelas baixas taxas de sindicalização. No período 2005-2009, no qual o emprego cresceu mais de 20%, houve um recuo do número absoluto de sindicalizados na Região Sul, que sempre se destacou pela elevada densidade sindical, e por outro lado, um aumento expressivo da sindicalização na Região Nordeste.

O aumento da sindicalização no Norte e no Centro-Oeste, onde o contingente de empregados com vínculo formal de emprego é muito inferior às demais regiões em termos absolutos e relativos, mostra como o seu crescimento notável dos níveis de sindicalização não foi capaz de conter a queda da taxa nacional de sindicalização. Mais do que isso, trata-se de regiões onde as atividades econômicas modernas com mercados de trabalho estruturados são relativamente pouco desenvolvidas e a vida sindical é historicamente apresenta menor expressão, uma vez que ainda é pequena a presença dos segmentos de atividade ligados à indústria.

Para se ter maior clareza sobre isso, quando se observa o ritmo de sindicalização no país por setor econômico, percebe-se a superioridade do número de empregados associados aos sindicatos nas atividades agrícolas, nos segmentos de alojamento e alimentação e na indústria de construção, setores que experimentaram um ligeiro crescimento das taxas de sindicalização. Assim, os níveis de sindicalização avançaram predominantemente para os perfis de ocupação presentes nos segmentos de atividade com menor participação no emprego, menor produtividade e baixos níveis absolutos e relativos de salário, de modo que a recuperação econômica não significou a subida relevante da renda do trabalho.

Fatores	2001	2003	2005	2007	2009	Varição Acumulada 2001-2009
PIB Real (1)	2.400.959	2.534.574	2.764.015	3.048.418	3.185.125	30,5
PIB Real Per Capita (2)	14,04	14,18	15,07	16,25	16,63	18,4
PEA	75.772.197	77.225.289	82.440.002	87.801.924	90.408.042	19,3
Ocupação Remunerada	64.882.103	68.508.491	73.559.107	76.805.861	80.051.583	23,4
Sindicalizados: Setor Privado	26.455.725	28.354.561	31.352.841	34.560.303	37.250.266	40,8
Sindicalizados: Setor Público	5.735.071	6.481.105	7.402.807	7.242.581	7.748.255	35,1
Sindicalizados: Total	1.797.090	1.908.891	2.076.863	2.263.165	2.419.940	34,7
Emprego Formal	7.532.161	8.389.996	9.479.670	9.505.746	10.168.195	35,0

Tabela 1: Indicadores de Evolução do Produto Interno Bruto, de Participação Econômica e da Ocupação. Brasil, 2001/2009.

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD/IBGE, Microdados; Ipeadata. Elaboração própria.

(1) Em milhões de Reais de 2009.

(2) Em mil Reais de 2009.

	Taxa de Sindicalização					Varição Acumulada do Emprego 2001-2009	
	2001	2003	2005	2007	2009	Sindicalizado	Total
Norte	17,2	22,2	25,9	18,4	18,5	78,0	66,0
Nordeste	27,1	27,9	28,5	26,8	26,9	52,3	53,6
Sudeste	25,9	27,9	28,0	25,0	25,4	35,3	38,0
Sul	31,2	30,7	31,8	28,4	25,8	13,3	36,9
Centro-Oeste	20,6	23,3	23,8	19,6	20,3	55,4	57,4
<b>Total</b>	<b>26,4</b>	<b>27,9</b>	<b>28,4</b>	<b>25,2</b>	<b>25,0</b>	<b>35,1</b>	<b>42,6</b>

Tabela 2: Taxa de Sindicalização do Emprego Formal do Setor Privado segundo Regiões Geográficas. Brasil, 2001/2009

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD/IBGE. Microdados.

Elaboração própria.

Ao contrário do que se observou para o movimento do emprego, a elevação do rendimento médio real foi menos acentuada, não permitindo recuperar o patamar prevalecente durante o Plano Real. A repercussão da contida evolução do valor dos salários só não foi sentida entre os trabalhadores da base do mercado de trabalho, posto que houve maior crescimento do rendimento médio para esse estrato da mão de obra e, mais do que isso, engrossou-se a parcela dos trabalhadores com rendimentos entre um e dois salários mínimos na estrutura salarial.

A explicação para a ampliação do grau de concentração dos rendimentos em torno do salário mínimo reside na própria dinâmica e no perfil de renda dos empregos criados ao longo da década que, por sinal, testemunharam a elevação das taxas de sindicalização. É verdade que o crescimento do emprego formal e sindicalizado, mais intenso no segmento privado da economia, mostrou um desempenho mais robusto do que o crescimento da ocupação total e no setor público (Tabela 1). Contudo, ao se decompor a análise do trabalho no setor privado por classes de salário mínimo, observa-se que o ritmo de criação de empregos sindicalizados com variação percentual acima do emprego total atingiu apenas os trabalhadores com remunerações próximas (e influenciadas pelo reajuste) do piso salarial legal.

Aliás, não se poderia esperar outra coisa do comportamento da taxa nacional de sindicalização da força de trabalho na última década, senão o retrocesso desse indicador, quando se verifica que a participação do emprego sindicalizado recuou em proporção semelhante ao do conjunto do emprego formal para os trabalhadores com remunerações superiores a dois salários mínimos. Em suma, “a dinâmica do mercado de trabalho não tem favorecido o emprego com filiação à entidade de representação coletiva, fato que tende a conter seja uma tendência de elevação da taxa de sindicalização, seja a influência das negociações coletivas na evolução do salário real” (Decca, 2009: 145).

Não por acaso, foi justamente no segmento dos trabalhadores sindicalizados do setor privado dos estratos inferiores de renda (até os 40% mais pobres) que o crescimento do emprego sindicalizado mais avançou entre 2001 e 2009, inclusive em proporções superiores ao crescimento do emprego formal como um todo. À primeira vista, tal movimento revelaria o dinamismo, salutar, da filiação sindical entre os trabalhadores de baixo na estrutura de distribuição dos rendimentos do trabalho. Contudo, ao se analisar este aspecto a partir do contexto mais amplo, verifica-se que a base de número de sindicalizados sobre a qual ocorreu tal crescimento é muito limitada em relação ao emprego como um todo, de modo que sua evolução não modifica substantivamente o quadro de baixa sindicalização no país.

A evolução dos rendimentos do trabalho foi mais expressiva para os estratos inferiores e médios da estrutura ocupacional, independentemente

		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
2001	Empregados	749.927	3.020.073	11.717.286	3.940.469	1.382.923	20.810.678
	Sindicalizados	120.394	832.997	2.988.541	1.218.587	268.913	5.429.432
	Não-sindicalizados	629.533	2.187.076	8.727.334	2.721.882	1.114.010	15.379.835
2003	Empregados	750.069	2.903.649	10.438.395	3.797.838	1.317.234	19.207.185
	Sindicalizados	159.356	804.749	2.823.725	1.144.480	273.805	5.206.115
	Não-sindicalizados	590.713	2.098.900	7.614.670	2.653.358	1.043.429	14.001.070
2005	Empregados	924.227	3.235.046	11.730.642	4.255.590	1.554.585	21.700.090
	Sindicalizados	223.553	917.652	3.275.675	1.349.665	348.441	6.114.986
	Não-sindicalizados	700.674	2.317.394	8.454.967	2.905.925	1.206.144	15.585.104
2009	Empregados	1.156.428	4.187.163	14.028.599	4.922.099	1.915.613	26.209.902
	Sindicalizados	202.855	1.089.499	3.526.129	1.267.093	354.623	6.440.199
	Não-sindicalizados	953.573	3.067.664	10.502.470	3.655.006	1.560.990	19.769.703
Var.%2009-01	Empregados	25,12	29,43	19,59	15,66	23,22	20,78
	Sindicalizados	(9,26)	18,73	7,65	(6,12)	1,77	5,32
	Não-sindicalizados	36,09	33,67	24,22	25,78	29,42	26,85
Var.%2009-01	Empregados	54,21	38,64	19,73	24,91	38,52	25,94
	Sindicalizados	68,49	30,79	17,99	3,98	31,87	18,62
	Não-sindicalizados	51,47	41,63	20,34	34,28	40,12	28,54
Var.%2009-01	Empregados	54,21	38,64	19,73	24,91	38,52	25,94
	Sindicalizados	68,49	30,79	17,99	3,98	31,87	18,62
	Não-sindicalizados	51,47	41,63	20,34	34,28	40,12	28,54

Tabela 3: Número e Variação Relativa de Empregados Sindicalizados, Não-Sindicalizados e Total. Brasil e grandes regiões, 2001/2009

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD/IBGE, Microdados. Elaboração própria.

da categoria profissional, devido à valorização do salário mínimo. Tal movimento foi reforçado pela geração mais expressiva de empregos nestes estratos, que se apresentou de modo generalizado nas diversas regiões geográficas e setores de atividade econômica, particularmente naqueles com níveis mais baixos de produtividade. No entanto, sem desconsiderar o fato de que, ao reunir um estoque robusto de emprego com participação absoluta e relativamente grande no plano nacional (Tabela 2), as regiões mais industrializadas do país também jogaram um papel decisivo na definição da trajetória cadente da taxa de sindicalização no curso da última década, como ficou patente no caso da Região Sul.

Com efeito, parcela importante das vagas de trabalho abertas no setor formal durante o período, independente do grau de desenvolvimento econômico regional, tiveram lugar principalmente em segmentos produtivos menos modernos da economia e, conseqüentemente, com baixos níveis de rendimento. Não por acaso os postos de trabalho com perfil ocupacional de pouca qualificação e o emprego nas pequenas e médias empresas tiveram maior peso no crescimento dos níveis de ocupação formal que, por conta dessas características, não passam incólumes às injunções típicas da precariedade dos mercados de trabalho não-estruturados que caracteriza o regime de trabalho no Brasil, expressas nas altas taxas de rotatividade e na baixa efetividade das negociações coletivas.

Chega-se à conclusão que a taxa nacional de sindicalização no Brasil recuou durante a última década porque a maior parte dos postos de trabalho formais criados no país corresponde aos níveis mais inferiores de remuneração da estrutura ocupacional que, por sua vez, exibem as menores taxas de sindicalização. Não se quer dizer com isso que os índices de dispersão e desigualdades salariais não tenham diminuído (esta questão não é objeto da presente análise), mas apenas mostrar que a geração de empregos de trabalhadores sindicalizados esteve muito concentrada nos estratos de renda cuja participação relativa do emprego é pequena no conjunto do mercado formal de trabalho.

Vejamos, a partir da próxima seção, como a análise das características pessoais dos trabalhadores e da natureza das ocupações completa o quadro de explicação dos limites da sindicalização no Brasil.

## **AS CONDIÇÕES PESSOAIS DE INSERÇÃO DOS TRABALHADORES**

Quando se observa a condição de inserção dos trabalhadores associados aos sindicatos segundo sexo no mercado formal de trabalho, fica evidente que a maior parte do emprego sindicalizado feminino criado durante a última década, tal como se testemunhou para o setor privado como um todo, cresceu

	Taxa de Sindicalização					Variação Acumulada do Emprego 2001-2009	
	2001	2003	2005	2007	2009	Sindicalizado	Total
Agrícola	22,4	22,8	25,4	24,1	24,7	41,1	27,8
Indústria de construção	19,1	21,5	22,5	19,0	20,7	91,4	76,6
Indústria de transformação	30,0	32,2	33,8	29,6	28,9	24,7	29,5
Outras atividades industriais	43,4	42,4	42,3	37,2	39,8	30,9	43,0
Comércio e reparação	19,3	20,1	21,4	18,5	19,4	62,9	62,2
Alojamento e alimentação	15,8	18,6	20,7	17,2	16,7	61,2	52,7
Transporte, armazenagem e comunicação	37,6	38,2	37,9	33,0	32,2	16,5	36,0
Educação, saúde e serviços sociais	28,3	29,0	29,0	26,4	26,6	24,2	32,3
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	22,5	24,3	22,8	21,7	21,0	40,3	50,7
<b>Total</b>	<b>26,4</b>	<b>27,9</b>	<b>28,4</b>	<b>25,2</b>	<b>25,0</b>	<b>35,1</b>	<b>42,6</b>

Tabela 4: Taxas de Sindicalização do Emprego Formal do Setor Privado segundo Setor de Atividade Econômica. Brasil, 2001/2009

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD/IBGE. Microdados. Elaboração própria.

Em Classes de Salário Mínimo	Distribuição Relativa				Variação Acumulada 2001-2009	
	Sindicalizado		Total		Sindicalizado	Total
	2001	2009	2001	2009		
Menos de 1	0,9	0,4	1,5	0,6	-46,1	-39,9
De 1 a menos de 2	29,6	51,7	42,2	64,3	136,0	117,2
De 2 a menos de 3	22,8	20,2	24,0	16,7	19,4	-0,9
De 3 a menos de 5	21,8	15,3	17,0	11,2	-5,2	-6,2
De 5 a menos de 7	9,8	5,6	6,8	3,5	-23,2	-26,3
De 7 a menos de 10	5,0	3,0	3,1	1,7	-19,2	-21,4
De 10 ou mais	10,0	3,9	5,5	2,1	-47,4	-46,0
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>35,1</b>	<b>42,6</b>

Tabela 5: Evolução do Emprego Formal do Setor Privado segundo Classes de Salário Mínimo. Brasil, 2001/2009

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD/IBGE. Microdados. Elaboração própria.

de forma concentrada para as ocupações situadas nos estratos inferiores da estrutura de rendimento. Todavia, apesar do avanço rápido dos níveis de sindicalização, o contingente da força de trabalho das mulheres mais pobres respondeu por uma participação relativamente pequena no estoque total do emprego feminino e, por isso mesmo, incapaz de influenciar positivamente a taxa geral de sindicalização, que acabou recuando no período.

A evolução dos níveis de emprego sindicalizado no terço mais pobre da estrutura de salários desse segmento da força de trabalho, cujo aumento correspondeu a cerca de 15 pontos percentuais no período 2001-2009, imprimiu ritmo muito superior ao crescimento relativo da participação média do conjunto das mulheres sindicalizadas (1,4 p.p.) e do estoque total do emprego feminino (1,8 p.p.) no emprego total (Tabela 6). Com isso, as diferenças entre homens e mulheres no que se refere à representação sindical reiteram o nosso argumento segundo o qual a desigualdade no mercado de trabalho, agora vista especificamente sob o ângulo das condições de gênero, explica a preservação da baixa densidade sindical no país.

O aumento da parcela de mulheres sindicalizadas nos níveis de menor rendimento da estrutura salarial é resultante do perfil do emprego criado ao longo da década, cuja geração de postos de trabalho teve lugar principalmente nas atividades econômicas de agricultura, indústria extrativa e construção, setores nos quais predominam os salários de base do mercado de trabalho e maior instabilidade do vínculo de emprego. Ademais, ao se caracterizarem como setores com remunerações do trabalho inferiores em virtude da sua baixa produtividade, a participação da mão de obra no total do emprego formal, em geral, e do emprego feminino, em particular, é bastante reduzida. Portanto, não obstante o crescimento dos níveis de sindicalização, a própria condição de insegurança do emprego e da renda que atinge principalmente as trabalhadoras mais pobres impõe limites estruturais ao avanço da taxa de sindicalização.

Mais do que isso, ao observar novamente as informações da Tabela 6, nota-se com clareza que a participação relativa do emprego feminino sindicalizado no emprego total diminui à medida que aumentam os níveis de rendimento, movimento este que se acirra entre o início e o fim da última década com a presença cada vez maior de mulheres percebendo remunerações com valores ao redor do salário mínimo. Trata-se de dado que revela como a evolução do emprego feminino sindicalizado e não-sindicalizado, cujo maior dinamismo teve lugar nos mercados de trabalho pouco estruturados, não foi capaz de alterar a tendência histórica (subjacente à segmentação presente no setor formal brasileiro) de favorecer a criação de vagas para as ocupações menos protegidas pela negociação coletiva e, portanto, mais vulneráveis às flutuações econômicas e às injunções da política patronal.

Do mesmo modo, não se pode presumir, tampouco afirmar, que a ampliação do emprego formal significou a inserção maciça de jovens no merca-

	Participação do Emprego Feminino no Emprego Total				Idade Média							
					Sindicalizados				Total			
	Sindicalizados		Total		Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	2001	2009	2001	2009	2001	2009	2001	2009	2001	2009	2001	2009
Decil 1	45,1	45,4	43,3	44,7	34	35	33	35	31	32	32	33
Decil 2	46,3	53,8	44,6	51,2	32	34	32	32	31	32	31	31
Decil 3	42,8	49,5	42,4	49,3	32	34	32	33	31	32	31	32
Decil 4	40,3	42,1	40,3	42,8	33	34	33	34	31	33	31	32
Decil 5	34,6	37,2	34,2	36,7	34	36	33	34	33	34	31	32
Decil 6	32,5	32,4	31,8	31,8	34	36	33	34	33	35	31	33
Decil 7	26,1	26,9	26,6	28,2	35	36	33	35	35	35	32	34
Decil 8	23,9	22,2	26,2	24,1	36	38	35	36	36	37	33	35
Decil 9	29,0	27,6	29,3	28,3	38	38	35	35	37	37	34	35
Decil 10	27,1	28,5	26,6	28,6	40	41	39	40	39	40	37	38
<b>Total</b>	<b>32,4</b>	<b>33,8</b>	<b>34,5</b>	<b>36,3</b>	<b>35</b>	<b>36</b>	<b>34</b>	<b>35</b>	<b>34</b>	<b>35</b>	<b>32</b>	<b>33</b>

Tabela 6: Participação da Mulher e Idade Média do Emprego Formal do Setor Privado segundo Estratos de Rendimento do Trabalho Principal. Brasil, 2001/2009

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD/IBGE, Microdados. Elaboração própria.

do de trabalho, o que supostamente explicaria o aumento da participação dos trabalhadores nos decis inferiores de rendimento da estrutura de distribuição salarial e, de outra parte, justificaria a lenta resposta da taxa de sindicalização aos impulsos do crescimento do emprego. Os dados estampados na Tabela 6 mostram que, bem ao contrário disso, não houve mudanças significativas do perfil etário dos trabalhadores sindicalizados entre o início e o fim da última década, sejam eles homens ou mulheres, com maiores ou menores níveis de rendimento, ou associados ou não a alguma organização de representação sindical.

Ao olhar ainda mais de perto os mesmos dados, a hipótese da inserção juvenil no mercado de trabalho como explicação para a queda da taxa de sindicalização na década não encontra fundamento empírico, visto que, em primeiro lugar, a idade média do total da força de trabalho empregada e sindicalizada se situa de forma generalizada na faixa etária entre 30 e 40 anos, o que por si só já desautoriza a hipótese da possível influência da entrada maciça de trabalhadores jovens sobre a trajetória da densidade sindical no país. Em segundo lugar, os trabalhadores sindicalizados pertencentes aos estratos inferiores e superiores da estrutura salarial guardam poucas diferenças entre si em termos das suas características etárias, de modo a se poder depreender disso a existência de sinais concretos apontando no sentido estrutural da reprodução da segmentação do mercado de trabalho em meio ao crescimento do emprego.

A comparação entre mulheres e homens empregados no mercado formal de trabalho mostra que, a despeito da queda relativamente pronunciada do número de trabalhadores com pouca escolaridade durante a década, as primeiras se encontram em posição mais favorável, sob este aspecto, em toda a estrutura salarial, como se pode constatar pela menor participação do número de mulheres sindicalizadas e não-sindicalizadas sem o ensino fundamental completo no total do emprego formal (Tabela 7). No entanto, esta situação aparentemente favorável ao aumento do grau de representação sindical, considerando o fato de que o maior nível de escolaridade denotaria maior capacidade de percepção da eficácia da representação coletiva de interesses nos processos de negociação, não se traduziu no aumento da taxa de sindicalização em virtude da natureza precária da maior parte dos postos de trabalho criados.

Se considerarmos a escolaridade enquanto variável analítica que denota aproximação com o nível de qualificação profissional da mão de obra, percebe-se que a maior qualificação das mulheres em relação aos homens não foi uma característica decisiva para modificar a sua situação desfavorável em termos de representação sindical. Isso fica patente quando se observa que, independente da condição de inserção no trabalho segundo sexo, as maiores taxas de participação do número de empregados pouco qualificados

	Participação do Emprego sem o Fundamental Completo no Emprego Total							
	Sindicalizados				Total			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	2001	2009	2001	2009	2001	2009	2001	2009
Decil 1	47,6	55,9	44,8	31,1	67,9	49,7	44,6	27,5
Decil 2	62,7	43,0	41,5	17,5	62,9	41,6	40,3	20,3
Decil 3	59,4	41,2	40,2	22,3	59,0	40,3	33,9	20,4
Decil 4	53,3	36,5	32,7	21,7	55,3	36,7	28,3	21,0
Decil 5	49,8	34,3	25,8	15,5	52,9	35,4	24,2	22,4
Decil 6	46,3	32,6	16,6	11,9	49,7	34,3	16,8	23,4
Decil 7	43,8	26,0	12,6	5,8	44,3	28,8	11,2	20,7
Decil 8	38,2	24,3	5,2	1,1	39,9	25,0	9,0	19,0
Decil 9	26,9	17,3	1,8	1,1	27,4	18,7	31	13,4
Decil 10	7,1	6,0	0,5	0,6	8,6	6,8	1,2	4,8
<b>Total</b>	<b>38,2</b>	<b>26,2</b>	<b>20,1</b>	<b>12,8</b>	<b>54,2</b>	<b>30,7</b>	<b>24,1</b>	<b>19,6</b>

Tabela 7: Participação do Emprego sem o Fundamental Completo no Emprego Total do Setor Privado segundo Estratos de Rendimento do Trabalho Principal. Brasil, 2001/2009

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD/IBGE, Microdados. Elaboração própria.

encontram-se (apesar da sua expressiva redução durante a década) nos estratos inferiores de rendimento dos trabalhadores sindicalizados, onde normalmente preponderam as ocupações com pouco tempo de duração do vínculo de emprego e, sendo assim, pode-se dizer que a qualificação não se constitui na característica determinante do tipo de inserção ocupacional.

Essa constatação reforça a ideia de que a sindicalização não apresenta uma correlação direta com o grau de escolaridade dos trabalhadores empregados nos mercados de trabalho pouco estruturados, tanto entre homens quanto entre mulheres, algo já consagrado há muito tempo na literatura sobre a segmentação do mercado de trabalho. É bem verdade, como fica patente pelo exame dos dados da Tabela 7, que as taxas de sindicalização avançam com os maiores requerimentos de qualificação da mão de obra. Contudo, a análise da dinâmica do emprego desenvolvida aqui mostra que a qualificação não é, de fato, um ativo decisivo para o preenchimento da maioria dos postos de trabalho criados no país, tendo em vista a natureza e o perfil precário da maior parte do emprego demandado no mercado de trabalho durante a última década.

## **OBSERVAÇÕES FINAIS**

Este ensaio teve o objetivo de apresentar uma reflexão sobre a evolução da taxa de sindicalização no setor privado ao longo da década passada a partir das informações disponíveis na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). A relevância da análise decorre do fato de a economia brasileira ter rompido o estado de estagnação que a marcou durante as décadas de 1980 e 1990, tendo restabelecido a perspectiva de crescimento de mais longo prazo e uma ponderável capacidade de geração de empregos formais. A partir de 2004, tanto o desemprego como a informalidade trilharam uma trajetória descendente, resultado da recomposição do mercado de trabalho formal. Mesmo que o processo tenha apresentado limitações, pois 1 de cada 3 empregos ainda continuava sem registro em carteira em 2009, é inegável que ele produziu uma alteração das condições de contratação de força de trabalho, reduzindo as desvantagens dos trabalhadores na busca e na manutenção de seu emprego.

Em face das alterações positivas das condições gerais do mercado de trabalho brasileiro, é razoável e importante colocar a pergunta se o movimento foi acompanhado da recomposição da densidade da representação sindical. A resposta à questão deve reconhecer que a difusão dos resultados da negociação coletiva para o conjunto das categorias profissionais envolvidas e a existência de um financiamento público compulsório para os sindicatos, aliadas à regulação parcial dos contratos e das relações de trabalho e

da ampla informalidade, são aspectos institucionais que tendem a não estimular uma maior sindicalização no Brasil. Mesmo assim, seria de se esperar que melhores condições de emprego estimulassem o interesse dos trabalhadores para uma relação mais formal com os sindicatos e com a ação coletiva, em geral expressa por uma maior filiação associativa.

Os resultados da análise não sinalizam a ocorrência de um movimento ascendente da densidade sindical na década passada, apesar de a criação de empregos de menor remuneração ter sido acompanhada por uma evolução ponderável da parcela sindicalizada. Ao longo do período, observa-se uma pequena retração da taxa de sindicalização, sugerindo um quadro de estabilidade durante o movimento de recomposição do mercado de trabalho. É possível que o curto período de vigência dos novos vínculos empregatícios, em um contexto marcado por elevada rotatividade, seja também um elemento de restrição à elevação da densidade sindical. A continuidade do crescimento com geração de empregos, caso seja confirmada, poderá se traduzir em uma maior estabilidade dos vínculos empregatícios de modo a contribuir para a elevação da taxa de sindicalização. É lógico, entretanto, que a consecução deste resultado dependerá de iniciativas dos sindicatos de maior convencimento junto à sua base de representação.

Mesmo que esta expectativa mais positiva venha a se confirmar, os resultados da década passada mostram que uma alteração expressiva do quadro de sindicalização no mercado formal de trabalho deverá enfrentar um quadro estrutural e histórico desfavorável em termos de organização coletiva do trabalho no país. As implicações adversas da atual regulação pública dos contratos e das relações de trabalho sobre a organização e a negociação coletivas se constituem em entraves importantes para o avanço da sindicalização, o qual deve ser considerado como instrumento fundamental para uma melhor estruturação e proteção social do mercado de trabalho.

Recebido em 08/02/12 | Aprovado em 16/10/12

**Carlos Henrique Menezes Garcia** é doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), professor e pesquisador do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. Atua em pesquisas nas áreas de economia social e do trabalho, sociologia do trabalho e economia do conhecimento. Tem se dedicado aos seguintes temas: reestruturação produtiva, mercado de trabalho, sindicalismo, políticas sociais e qualificação profissional.

**Claudio Salvadori Dedecca** é professor titular do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Dedicar-se ao estudo da economia social e do trabalho, do crescimento, flutuações e planejamento econômico, com ênfase nas temáticas da regulação social, políticas sociais, mercado de trabalho, relações de trabalho e recursos humanos em ciência e tecnologia.

## NOTAS

- 1 Com as novas instituições de regulação do mercado e relações de trabalho implementadas pelo governo militar, agravou-se ainda mais o quadro de dispersão dos salários nas empresas criado pela sobreoferta de força de trabalho. Ao se promover o controle estatal dos salários dos setores público e privado em compasso com a instituição do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), além de passarem a ter o direito de arbitrar livremente sobre o uso e a remuneração do trabalho, as empresas ganharam autonomia patronal quanto à sua capacidade de contratação e demissão dos trabalhadores.
- 2 A medida de taxa de sindicalização da força de trabalho utilizada pelos autores se classifica em baixa sindicalização (menos de 30%), média sindicalização (entre 30% e 50%) e elevada sindicalização (mais de 50%).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Baglioni, Guido. (1994). As relações industriais na Europa nos anos 1980. In: Oliveira, Carlos Alonso Barbosa et al. (orgs.). *O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século*. São Paulo: Scritta, p. 49-106.
- Baltar, Paulo Eduardo. (2003). *Salários e preços: esboço de uma abordagem teórica*. Campinas: IE/UNICAMP.
- Cacciamali, Maria Cristina & Pires, Júlio. (1996). Instituições laborais, emprego e distribuição de renda no Brasil. *São Paulo em Perspectiva*, 10/1, p. 27-41.
- Cacciamali, Maria Cristina. (1983). Setor informal urbano e formas de participação na produção. *Série Ensaios Econômicos*, 26, São Paulo: IPE.
- Cardoso, Adalberto Moreira. (2006). *Racionalidade, contexto e trajetória: aspectos da dinâmica sindical*. Paper de apoio à palestra internacional. Anais do XXVI Congresso da LASA, Porto Rico.
- Cardoso, Adalberto Moreira et al. (2001). Os deserdados da indústria: reestruturação produtiva e trajetórias intersetoriais de trabalhadores demitidos na indústria brasileira. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, 7/13, p. 17-51.

Dedecca, Claudio Salvadori. (2009). O trabalho assalariado no capitalismo brasileiro atual. In: Baltar, Paulo Eduardo; Krein, José Dari & Salas, Carlos (orgs.). *Economia e trabalho: Brasil e México*. São Paulo: LTr (Debates contemporâneos 7), p. 130-150.

Dufour, Christian & Hege, Adeilheid. (2010). *Evolutions et perspectives des systèmes de négociation collective et de leurs acteurs: six cas européens: Allemagne, Espagne, France, Grande-Bretagne, Italie, Suède*. Rapport de Recherche. Institut de Recherches Economiques et Sociales, Paris.

European Industrial Relations Observatory. (2010). *Industrial relations developments in Europe 2009*. Dublin: European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions. Disponível em <<http://www.eurofound.europa.eu/publications/2010/35/en/1/EF1035EN.pdf>>. Acesso em 25 abr. 2003.

Henrique, Wilnês. (1999). *O capitalismo selvagem: um estudo sobre desigualdade no Brasil*. Tese de Doutorado. IE/Universidade Estadual de Campinas.

Laranjeira, Sonia Guimarães. (2003). A reestruturação das comunicações e os sindicatos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18/52, jun., p. 81-107.

Medeiros, Carlos Aguiar de. (1992). *Padrões de industrialização e ajuste estrutural: um estudo comparativo dos regimes salariais em capitalisms tardios*. Tese de Doutorado. IE/ Universidade Estadual de Campinas.

Noronha, Eduardo Garutti. (2009). Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007. *Lua Nova*, 76, p. 119-168.

Oliveira, Francisco de. (2003). *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo.

Rodrigues, Leôncio Martins. (1999). *Destino do sindicalismo*. São Paulo: Edusp.

Rodrigues, Leôncio Martins. (1998). O declínio da taxa de sindicalização no Brasil: a década de 80. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 13/36, p. 41-66.

Salm, Cláudio & Eichenberg, Luiz. (1989). Tendencias de la integración en el mercado de trabajo brasileño. *Revista de la Cepal*, 39, dez., p. 65-75.

Souza, Paulo Renato. (1980). *A determinação dos salários e do emprego em economias atrasadas*. Tese de Doutorado. IFCH/ Universidade Estadual de Campinas.

## **A HETEROGENEIDADE DO MERCADO DE TRABALHO E A DESIGUALDADE NA REPRESENTAÇÃO SINDICAL**

### **Palavras-chave**

Sindicato; Mercado de trabalho; Desigualdade socioeconômica; Negociação coletiva; Taxa de sindicalização.

### **Resumo**

Este artigo tem por objetivo examinar a situação recente da filiação sindical dos trabalhadores no Brasil a partir da constatação de que o quadro da sindicalização pouco se alterou nos anos 2000, apesar dos movimentos de queda do desemprego e aumento do emprego formal no mercado de trabalho. Ao procurar explicar as causas da estabilidade das taxas de sindicalização durante a última década, a análise tem como principais eixos analíticos a forte segmentação do mercado de trabalho e a desigualdade socioeconômica, notadamente no que tange ao processo incompleto de assalariamento, à heterogeneidade da condição de inserção ocupacional e à regulamentação parcial das relações de trabalho. Baseado em levantamento de dados nacional, este trabalho discute as perspectivas para a representação sindical no futuro próximo.

## **THE HETEROGENEITY OF LABOR MARKET AND THE INEQUALITY OF UNION REPRESENTATION**

### **Keywords**

Union; Labor market; Socioeconomic inequality; Collective bargain; Unionization rate.

### **Abstract**

This article aims to examine the recent situation of labor union affiliation in Brazil in order to explain the lack of dynamism of unionization in the 2000's, despite the tendency of declining unemployment and increasing occupation in the formal labor market. Regarding the causes of stability in the rates of unionization over the past decade, the article's main analytical foci are the strong segmentation of the labor market and socioeconomic inequality, especially concerning the incomplete process of employment, the heterogeneity of the condition of job placement and the partial regulation of labor relations. Based on a national data survey, this paper discusses the perspectives for union representation in the near future.



## DE OBJETO A MÉTODO: NOTAS HISTÓRICAS SOBRE ESTATÍSTICA E PESQUISA SOCIAL

Tradução de Helena Vieira Leitão de Souza

A concepção estatístico-probabilística da realidade tornou-se um sistema de ideias que o homem contemporâneo naturalizou. Conceber os fatos da vida – inclusive aqueles da vida cotidiana – a partir de uma perspectiva estatística se encontra tão difundido que frequentemente nem sequer o homem de ciência se detém para pensar que se trata, na realidade, de uma construção sócio-histórica, um produto do pensamento humano, e não de uma característica natural intrínseca à realidade. O fato de ser concebida como dada demonstra o êxito histórico que tal construção alcançou. Hacking (1990) a descreve como um novo “estilo de raciocínio”,<sup>1</sup> que apresenta o resultado de um êxito quádruplo: metafísico, epistemológico, lógico e ético.<sup>2</sup> Afirma também (1990: 1) que “o evento conceitual mais decisivo do século XX foi a descoberta de que o mundo não é determinado. A causalidade, por muito tempo bastião da metafísica, foi desacreditada” e paulatinamente emergiu uma nova forma de “conhecimento objetivo” – a estatística. Isso foi o corolário de um processo de transformação gradual no qual se distinguem três tradições intelectuais que se iniciam em meados do século XVII: a *Political arithmetic* inglesa, a *Statistik* alemã e a *Théorie mathématique des probabilités* francesa.

Os ingleses inauguraram uma tradição de pesquisa social empírica que utilizava como recurso dados numéricos. De seu encontro com a estatística universitária alemã – isto é, o estudo comparativo dos Estados – entre fins do século XVIII e princípios do XIX, se redefiniu a estatística como o estudo quantitativo da sociedade e da política. Pouco tempo depois, os cultivadores da nova disciplina começaram a usar os instrumentos da teoria matemática das probabilidades – já correntes em astronomia – e deste modo abriram o caminho a uma nova visão, baseada no registro das frequências observadas

a fim de identificar regularidades estocásticas, o que por sua vez reforçou com novas bases o uso das probabilidades (Porter, 1986: 17).

Porém a interpretação das frequências se fazia à luz do paradigma científico então dominante: privilegiavam-se as ideias de tipicidade e normalidade, e desconsiderava-se a de variabilidade, considerada uma manifestação do erro. Somente quando esta última começou a ser reconhecida como um problema científico legítimo – na Inglaterra de finais do século XIX – se produziu a mudança de rumo que deu origem à teoria estatística moderna. Com efeito, foi neste período – e como resultado da busca de novos instrumentos matemático-probabilísticos adequados para a pesquisa dos fenômenos humanos – que a estatística adquiriu seu significado atual talvez mais difundido: a disciplina dedicada aos instrumentos conceituais e operativos para a análise quantitativa de dados.

Seguindo MacKenzie (1981: 7), por teoria estatística – ou estatística matemática, como a chama Porter (1986) – entendo algo distinto da “atividade de coleta de informação quantitativa normalmente executada pelas entidades oficiais e os cientistas sociais [...] e da teoria matemática das probabilidades”. A teoria estatística define-se como “construção de um quadro teórico para a análise dos dados numéricos” e dos “instrumentos que podem ser usados” para tal fim (MacKenzie, 1981: 7). Este processo começou na Inglaterra por volta de 1870, quando Galton começou a trabalhar no desenho de técnicas estatísticas apropriadas para suas investigações sobre a herança, e seus primeiros resultados de destaque foram os conceitos e instrumentos da regressão e correlação.

Neste artigo reconstroem-se as três tradições intelectuais a que se fez referência, com o propósito de ilustrar as raízes da moderna teoria estatística no pensamento científico europeu. Também se põe em evidência o complexo processo histórico, social e cultural que acompanhou a mudança de sentido do termo “estatística”, de características sociopolíticas do Estado a um conjunto de instrumentos conceituais e operativos para a análise dos dados.

### **DA ARITMÉTICA POLÍTICA À ESTATÍSTICA**

Em sentido amplo, a estatística inglesa – enquanto atividade de coleta e organização de dados relativos ao Estado – remonta ao século XVII. É amplamente compartilhada a visão que atribui caráter fundador no campo do estudo estatístico dos problemas sociais ao trabalho de John Graunt (1662) *Natural and political observations on the bills of mortality*.<sup>3</sup> Poucos anos mais tarde, William Petty, em carta de 17 de dezembro de 1672 a Lorde Anglesea, introduziu a expressão *political arithmethic* (Cullen, 1975) – antepassado verossímil da corrente *social statistics* – para designar este tipo de estudos: “O estudo

sistemático dos números sociais no espírito da filosofia natural se originou durante o decênio de 1660, e se conheceu por quase um século e meio como *political arithmetic*. Seu propósito [...] era a promoção de uma política social sólida e bem informada” (Porter, 1986: 18).

Os *London bills of mortality*, única fonte de dados demográficos disponíveis no Reino Unido, eram um material pouco interessante do qual não obstante Graunt derivou amplas conclusões (Cullen, 1975). O aspecto mais importante não se encontra na coleta e organização dos dados em si mesmos, trabalho considerado incipiente a cargo de entidades públicas, que seguia uma tendência crescente em vários Estados europeus, particularmente na França e na Prússia. Seguindo Cullen, as questões de maior destaque incidem na análise destes dados, nas conclusões alcançadas,<sup>4</sup> nas reflexões metodológicas<sup>5</sup> e na justificativa de uma nova disciplina, a *Political arithmetic*. Assim, os *London bills of mortality* continuarão a inspirar o desenvolvimento da estatística por muitos anos, uma vez que motiva o reformista à coleta escrupulosa de dados como requisito fundamental de qualquer reforma social. Nas palavras de seu inspirador – e inventor de seu nome – o propósito da nova disciplina era a aplicação dos princípios de Bacon à arte de governar (Porter, 1986). Com efeito, seguindo uma perspectiva baconiana, propôs um paralelo entre o corpo natural e o corpo político: “Atuar no corpo político sem conhecer sua simetria, seu tecido e suas proporções, é tão superficial e irresponsável como são os procedimentos [...] dos empíricos (*empiricks*)<sup>6</sup> [sobre o corpo natural]” (Petty, 1691: 129).

Segundo Lazarsfeld (1961), a ideia de que as questões sociais podem ser submetidas à análise quantitativa fundamenta-se no clima intelectual da era baconiana, pelo desejo de imitar o mais importante êxito das ciências naturais – a quantificação<sup>7</sup> e pelas características que estavam adquirindo os estados nacionais, que exigiam uma base de informação para a tomada de decisões públicas. Mais especificamente, tiveram um papel fundamental o desenvolvimento do sistema de seguros para o qual era funcional uma sólida base numérica e a concepção mercantilista que fazia da população um fator crucial para a riqueza e o poder de uma nação.

A *Political arithmetic* foi definida como uma ciência das sociedades cujas conclusões dependiam de números e medidas. Por conseguinte, a qualidade dos dados devia melhorar, e não casualmente Petty promoveu a criação de um escritório central de estatísticas. No entanto, suas realizações foram muito limitadas, especialmente por seu escasso conhecimento matemático. Apesar dos esforços, a linha proposta por Petty não teve continuidade, perdendo força a expressão “aritmética política”. Destino semelhante teve sua ideia de uma ciência de caráter interdisciplinar, um híbrido de todas as disciplinas sociais, capaz de usar técnicas quantitativas. A estatística social ficou confinada à demografia, processo que Cullen (1975) chama redução da aritméti-

ca política à demografia. Até final do século XVII este tipo de estudos floresceu. Seu objetivo era descrever a situação dos Estados de uma perspectiva demográfica e construir tabelas destinadas a calcular os seguros e as taxas de juro anual, úteis ao recém-criado sistema de seguros.

De todo modo, uma importante linha de continuidade observa-se na permanência de perspectiva e justificativa idênticas de colocar o conhecimento estatístico à disposição do governo para a elaboração de política social. Essa justificativa será importante no desenvolvimento sucessivo da teoria estatística, devido à necessidade de resolver problemas de investigação ligados ao desejo de “melhorar” a sociedade.<sup>8</sup>

Nos 50 anos transcorridos entre 1780 de 1830 começaram a se manifestar sinais de expansão e diversificação das estatísticas sociais no Reino Unido. Foi instituído um censo nacional e reforçou-se o desenvolvimento das estatísticas médicas; além disso, propuseram-se novas técnicas de análise e aplicaram-se técnicas conhecidas a problemas até então não quantificados (Cullen, 1975). Naquele período introduziu-se o termo *statistics* na língua inglesa. Foi utilizado pela primeira vez em inglês na tradução que Hooper (1770) fez do vocábulo alemão *Statistik*. Seguindo a tradição alemã, o neologismo inglês *statistics* foi definido como a ciência que “ensina o ordenamento político dos estados modernos conhecidos no mundo”.<sup>9</sup> No entanto, o vocábulo tinha outra história na Alemanha, que remonta ao célebre Alfred Achenwall, professor em Göttingen.

Segundo Meitzen (1886), a estatística tem suas raízes na *political arithmetic*, inglesa, e na *Universitätsstatistik*, estatística universitária alemã. A segunda raiz, da qual deriva o termo, é uma tradição que considerava os aspectos relevantes de um Estado e para a qual os dados numéricos não eram necessariamente os mais importantes; com efeito, tinham um papel bem mais secundário (Lazarsfeld, 1961). No entanto, Hacking (1990) considera errôneo atribuir a uma única nação a exclusividade na tendência à coleta e organização dos dados, mas reconhece que foram os alemães que propuseram caracterizar os Estados através de suas estatísticas, ideia que se materializou por meio de três expressões.

A primeira, de tipo intelectual, é justamente a *Universitätsstatistik*, cuja origem é anterior ao trabalho de Achenwall. Com efeito, Westergaard (1932), por exemplo, conclui que a *Statistik* – como disciplina dedicada ao estudo comparado e sistemático dos Estados – já havia sido definida por Hermann Conring, com o nome de *Staatenkunde*, no século XVII.<sup>10</sup> Antes disso, John (1884) havia sustentado que a estatística remontava às lições universitárias de Conring, intituladas *Notitia Rerum Publicarum* e *Notitia Statuum Germaniae*, em um período contemporâneo a Graunt e Petty. Portanto, a raiz inglesa e a alemã se desenvolveram contemporaneamente. Somente o trabalho pioneiro de Conring, que escrevia preferencialmente em latim, ficou por muito tempo

desconhecido, e ainda na atualidade muitos historiadores não o reconhecem como origem da estatística universitária alemã. Achenwall havia sido o primeiro a definir seu objeto de estudo como próprio de uma ciência autônoma (Cullen, 1975), e em fazer-lhe uma apresentação sistemática em língua alemã (Lazarsfeld, 1961), dando-lhe o nome de *Statistik*.

Uma segunda expressão foi a enumeração sistemática (por exemplo, da população) a cargo de entidades públicas, que começou na Prússia na primeira metade do século XVIII, e havia sido proposta às autoridades por Leibniz. Ele tinha um vívido interesse pelas questões estatísticas, particularmente aquelas relativas às enfermidades, à mortalidade e à população em geral, e propôs um sistema de 56 categorias para avaliar o Estado (incluindo o sexo e o status social dos habitantes, a mortalidade infantil e a quantidade de mulheres em condição de contrair matrimônio etc.). A terceira manifestação, de tipo privado e estilo próximo ao da aritmética política inglesa constituiu-se a partir dos estudos populacionais de Süssmilch sobre nascimentos e mortes (Hacking, 1990).

Como já indicado, a manifestação que penetrou nos círculos intelectuais ingleses, em fins do século XVIII, foi a *Universitätsstatistik*. Aparentemente, o trabalho de Achenwall havia criado fama não somente por estar escrito em alemão (aspecto fundamental em um momento em que o latim perdia força, mesmo nas instituições acadêmicas), mas também pelo ambiente institucional em que foi desenvolvido na Universidade de Göttingen, fundada em 1737. Ali se constituiu uma escola famosa na Europa, na qual se refinaram as ideias de Conring e se conceberam novos instrumentos metodológicos. Um dos interesses fundamentais consistia na apresentação comparada da informação referente aos diversos estados alemães<sup>11</sup> mediante um esquema de duas dimensões: na horizontal se colocavam os Estados a comparar, e na vertical as categorias relevantes para tal comparação. Originalmente as células definidas pelo cruzamento das dimensões se preenchiam com expressões verbais. Gradualmente se começou a fazer uso de expressões numéricas, uma consequência inevitável de tal esquematização ao menos porque os números ocupavam menos espaço (Lazarsfeld, 1961). A tendência à apresentação numérica favoreceu, por sua vez, a apreciação daqueles temas mais afins à quantificação, antecipando a matriz moderna de dados, que não poucos (ver, por exemplo, Marradi, 1989; 1996) consideram o instrumento intelectual e operativo mais importante na investigação social de tipo padrão.

Em seguida à tradução do livro de von Bielfeld *The elements of universal erudition, containing an analytical abridgement of the sciences, polite arts, and belles lettres*, realizada por Hooper, o termo não foi usado em inglês até 1787, ano no qual se traduziu outra obra alemã, um ensaio de von Zimmermann, intitulado *A political survey of Europe, in sixteen tables; illustrated with observations on the Wealth and Commerce, the Government, Finances, Military State, and Religions*

of the several countries. No entanto, a versão anglicanizada do termo (com um significado um pouco diverso do original alemão) não apareceu até 1791, com a publicação do primeiro dos 21 volumes de *Statistical account of Scotland*, uma compilação a cargo de Sir John Sinclair, figura central de uma rede de pastores presbiterianos cujo trabalho coletivo tornou possível esta obra monumental (Cullen, 1975; Porter, 1986). Sinclair concebeu a investigação estatística como aquela que faz “referência à população, às circunstâncias políticas, à produção e outros aspectos do Estado” (apud Cullen, 1975: 10). Segundo Porter (1986), Sinclair adotou deliberadamente o termo “estatística”, mas simultaneamente fez notar que seu projeto diferia do alemão; enquanto as pesquisas alemãs chamadas *statistik* se interessavam pelas questões do Estado, aquelas propostas por Sinclair buscavam determinar o *quantum* de felicidade do povo e os meios para seu progresso. No entanto, a edição de 1797 da *Encyclopaedia Britannica* definia o vocábulo como “uma palavra introduzida recentemente para expressar um panorama ou quadro geral de um reino, condado ou paróquia” (Mackenzie, 1981: 7) que é a acepção alemã.

O encontro da *political arithmetic* inglesa e da *Universitätsstatistik* alemã, em fins do século XVIII, gerou uma controvérsia acerca do estatuto científico e da utilidade da disciplina. A batalha conceitual<sup>12</sup> foi vencida pelos aritméticos políticos, inclusive na Alemanha. Com efeito, Knies (1850) conclui que se o termo “estatística” foi introduzido por Achenwall, deveria usar-se no sentido da aritmética política. O objeto da antiga tradição alemã foi considerado a partir daí mais um tema da ciência política (Lazarsfeld, 1961) que deveria denominar-se *Staatskunde* (Hacking, 1990), termo que segundo Westergaard (1932) se aplicava aos estudos de Conring antes de Achenwall rebatizá-los como *Statistik*.

Não deveria surpreender, por conseguinte, que nos 30 ou 40 anos posteriores a Sinclair, se começara progressivamente a ligar a estatística com algum elemento de quantificação.<sup>13</sup> Não obstante, uma acepção exclusivamente quantitativa ainda não se impusera, apesar do recurso da quantificação, porque o uso de técnica de análise matemática, além de fins atuariais, estava relativamente pouco difundido (Cullen, 1975).

A explosão das estatísticas numéricas ocorreu na Inglaterra na primeira metade do século XIX com a aparição do “movimento estatístico” (*statistical movement*), típico das primeiras décadas do reinado de Vitória e com a institucionalização das repartições governamentais especializadas. Em 1832 se fundou o Departamento de Estatística do Ministério do Comércio (Board of Trade), um escritório centralizado capaz de gerar estatísticas que sustentassem as reformas promovidas por importantes atores políticos e sociais da época. Por outro lado, este departamento deveria satisfazer a demanda de informação precisa e confiável acerca do que ocorria no interior do país, especialmente no que dizia respeito à produção industrial e ao comércio. Em

1836 se instituiu o Escritório Geral de Registro (General Register Office), encarregado da sistematização dos dados referentes a nascimentos, mortes e casamentos (Cullen, 1975).

Nesta época se formaram também as associações dedicadas exclusivamente à estatística. A primeira se organizou em Manchester, em 1883. Pouco antes fora fundada a seção de estatística da British Association for the Advancement of Science, graças às influentes presenças de Malthus e Quelet na reunião realizada em Cambridge. No entanto, nem todos aprovavam a existência de uma seção desse tipo no interior da Association (Porter, 1986). Seus fundadores foram também membros ativos do núcleo inicial da Statistical Society of London, criada em março de 1834, e transformada em Royal Statistical Society em 1886: “Embora se contasse com alguns matemáticos entre seus membros originais, havia muitos mais economistas, políticos e *peers*<sup>14</sup>, agentes do governo e médicos: seu objeto era a produção de informação útil acerca da sociedade, não o desenvolvimento de métodos matemáticos” (Abrams, 1968: 14).

Formaram-se também instituições análogas em outras cidades importantes, em particular em Glasgow, que teve duas associações ao mesmo tempo. O desejo de entender as transformações sociais da época, e estabelecer uma base científica para as políticas sociais, era, sem dúvida, a característica do movimento estatístico dos primeiros decênios do reinado de Vitória (Porter, 1986).

Um dos temas de maior interesse consistia nas “estatísticas morais”, relativas à educação, à criminalidade, e, em menor medida, à religião. Seus mentores eram em geral contrários à intervenção do Estado na economia, mas favoráveis a sua decisiva participação nas questões sanitária e educativa. Buscavam-se as causas da “degeneração moral”, do aumento do crime e da instabilidade social, problemas que preocupavam quase obsessivamente os membros das sociedades estatísticas. A pesquisa que propunham devia servir como sustentação empírica das reformas que defendiam (Porter, 1986). Não obstante, resulta evidente que estes fins explícitos escondiam também “uma latente função de controle social [...] dada a ameaça potencial à ordem pública que [para eles] constituíam os amplos estratos sociais que vivam em condições miseráveis” (Pitrone, 1996: 19).

A urbanização, mais que a industrialização, dominava a mente dos *statists*<sup>15</sup>, que estavam convencidos de que o caráter e os costumes da população dependiam do ambiente urbano. Isto conduziu ao destaque das condições de vida da classe operária urbana, assunto no qual a Sociedade de Manchester foi pioneira. As Sociedades queriam promover uma classe operária virtuosa. Segundo suas pesquisas, os camponeses se caracterizavam pela sobriedade, frugalidade e laboriosidade. Ao contrário, nas cidades a situação era alarmante. As reformas sanitárias e educativas eram consideradas dois

modos de enfrentar a decadência moral e a agitação política das classes operárias urbanas (Cullen, 1975).

O descontentamento popular era muito elevado nos anos 1930 e 1940 do século XIX. Através da melhoria da situação social, as reformas buscavam, na realidade – como já indicado –, erradicar a ameaça representada pelas forças anarquistas e socialistas. Para os membros das sociedades estatísticas a educação implicava uma combinação de instrução física, moral e intelectual; seu propósito era, em essência, converter uma classe ao sistema de valores de outra. A segunda reforma dizia respeito à saúde pública; pensava-se que as condições do ambiente físico tinham efeitos degradantes.

A prosperidade alcançada em meados da era vitoriana e a consequente relativa tranquilidade social desestimularam as teorias baseadas na urgência das reformas sociais, típicas do movimento estatístico. As sociedades provinciais – com a exceção de Manchester – desapareceram, e o movimento, com suas características distintivas, perdeu progressivamente o ímpeto. Aproximadamente a partir de 1850, os temas tratados nas instituições restantes, em particular nas de Londres, se ampliaram, os interesses se diversificaram e começou a se registrar maior variedade de opiniões; houve um notável aumento das pesquisas econômicas (Cullen, 1975).

A coleta e compilação de dados numéricos estavam estabelecidas na Inglaterra por volta de 1850. Porém, o tratamento matemático não era sofisticado e o termo “estatística” não tinha ainda a conotação que tem hoje. Como afirma Mackenzie (1981: 8) “na Inglaterra de meados do século XIX não havia uma tradição de teoria estatística”. Por conseguinte, o movimento das primeiras décadas do reinado de Vitória não deveria ser considerado um precursor da moderna disciplina. Este movimento não deixou uma tradição de teoria estatística, e a coleta de informação quantitativa estava totalmente separada dos desenvolvimentos da teoria matemática das probabilidades (Mackenzie, 1981: 8).

Desde o nascimento da Statistical Society of London até 1850, somente 2% das memórias apresentadas tratava de questões vinculadas aos métodos estatísticos. Na introdução ao primeiro número do *Journal*, publicado em 1838, se definia a estatística enfatizando a importância da coleta de dados sociais e políticos, e menosprezando as questões metodológicas e de análise de dados: “A Ciência da Estatística [...] não discute causas [...] Somente busca coletar, organizar e comparar aquela classe de fatos que por si mesmos formam a base das conclusões corretas em matéria de governo social e político” (apud Porter, 1986: 35-36).

Segundo a concepção dominante, os dados “crus”, sem “opiniões”, constituíam a característica essencial da ciência e o fundamento da estatística. A primeira regra da Statistical Society era excluir os pareceres. William Farr, em nome da Sociedade, escreveu a Florence Nightingale, que estava preocupada com falta de análises em uma contribuição que então preparava para a

revista: “não queremos impressões, somente fatos” (apud Porter, 1986: 36). E estes se apresentavam em forma quantitativa porque os números representavam os “verdadeiros fatos”.

No entanto, nem todos estavam de acordo. Em 1838, Robertson afirmou que “Nenhuma forma de registro e organização de dados pode constituir por si só uma ciência [...] A estatística deve se entender como um método, um modo de organizar os fatos que pertencem às várias ciências” (apud Porter, 1986: 40). A transição a partir do movimento estatístico original, implicou, portanto, o início da decadência de sua concepção clássica da estatística e o tímido surgimento de outra ligada à ideia de método. Como afirma Cullen (1975), neste período de transição a Statistical Society não era ainda capaz de decidir se o objetivo principal da estatística eram os fatos ou o método; e já em 1860 um *fellow*, Fox, refletindo sobre os recentes desenvolvimentos da disciplina no continente, escrevia que a mesma deveria se considerar como um ramo da matemática.

Com efeito, a aplicação da matemática na investigação empírica começava a se manifestar nos países francófonos da Europa continental. Isto não deveria surpreender, dado que a teoria das probabilidades pertenceu inicialmente à tradição intelectual francesa. Esta perspectiva, na qual se combinava a teoria matemática com a ideia instrumental de um método aplicável às distintas ciências empíricas, se consolidou lentamente na Grã-Bretanha no período entre o fim do século XIX e o início do século XX. A assimilação da teoria continental das probabilidades, e sua aplicação à investigação dos fenômenos humanos contribuiu para produzir uma mudança radical de rumo, dando origem à teoria estatística moderna.

### **TEORIA MATEMÁTICA DAS PROBABILIDADES E PESQUISA EMPÍRICA: PARA UMA REDEFINIÇÃO DA ESTATÍSTICA**

O exame da teoria das probabilidades e sua aplicação à pesquisa empírica (no contexto de um artigo que trata das origens da estatística) poderia iniciar-se com um fato histórico casual relativo ao surgimento, na França, desta tradição intelectual – o estudo das probabilidades – contemporaneamente à aparição do pensamento estatístico inglês, na forma da aritmética política e do alemão, manifestado na *Universitätsstatistik*.

As origens da teoria das probabilidades podem remontar a meados do século XVII, com o trabalho pioneiro de Fermat e Pascal. No seu início, a teoria não pretendia desafiar a concepção da natureza então dominante, que Hacking (1990: cap. 2) chama “doutrina da necessidade”,<sup>16</sup> e se limitava a aplicações abstratas no campo dos jogos aleatórios (Stigler, 1999), distante de qualquer consideração sobre as características da realidade.

Se a estatística inglesa pode apresentar-se como uma aplicação dos princípios de Bacon aos problemas políticos e sociais e, por conseguinte, como uma manifestação da orientação empirista da filosofia e da cultura inglesas (Mitchell, 1973: 147), a teoria das probabilidades pode se enquadrar na tradição racionalista francesa, como uma manifestação da orientação abstrata, matemático-dedutiva, de fundo cartesiano. Paradoxalmente, ainda que baseada na tradição da racionalidade, a dialética das probabilidades desgastaria gradualmente alguns dos princípios sobre os quais se fundava a racionalidade moderna, em especial a ideia de certeza.

Embora inicialmente relacionada à especulação abstrata sobre jogos aleatórios, logo se descobriu que a teoria das probabilidades era capaz de fornecer instrumentos úteis para a pesquisa científica. Galileu já havia declarado que a medição e o cálculo eram cruciais no trabalho científico, único modo para entender uma realidade que Deus havia escrito na linguagem da matemática. Paralelamente, Descartes havia promovido a matemática como a chave do pensamento científico organizado. Não obstante, a medição ficou confinada por muito tempo à astronomia e outras disciplinas clássicas. Não deveria surpreender, por conseguinte, que a teoria das probabilidades encontrara suas primeiras aplicações neste campo, no qual a medição estava já bem sedimentada desde os tempos de Galileu. Como assevera Stigler (1999), muitas das mais relevantes contribuições à estatística moderna surgiram da consideração de problemas científicos concretos, e o caso da medição em astronomia em um exemplo típico.

De fato, este problema favoreceu o aperfeiçoamento dos instrumentos conceituais e heurísticos nos quais se fundamenta a teoria dos erros, que se “desenvolveu nos séculos XVII e XVIII como um apêndice [...] da astronomia” (MacKenzie, 1981: 56). Os astrônomos “deveriam reconhecer que era impossível medir uma coisa com completa exatidão”. No entanto, o pesquisador podia aproveitar a possibilidade de repetir suas medições aos efeitos para aumentar a precisão. O objetivo da teoria dos erros era justamente este: “reduzir ao máximo possível o erro em uma quantidade dada, e dar uma estimação confiável de [seu] valor” (MacKenzie, 1981: 56). As aplicações da teoria dos erros em astronomia se estabeleciam em dois instrumentos de excepcional importância, ainda hoje fundamentais na investigação científica: a distribuição normal e o método dos mínimos quadrados.

Em 1733, De Moivre<sup>17</sup> introduziu na teoria das probabilidades a função da curva normal, então conhecida como lei dos erros.<sup>18</sup> Pela primeira vez era possível aplicar a teoria das probabilidades a um número indefinidamente grande de eventos independentes (Porter, 1986). A inovação de De Moivre, entretanto, teve pouca influência até os anos 1770 do século XVIII, quando Laplace começou a escrever sobre teoria das probabilidades. Ele viu na curva normal um instrumento excelente cuja aplicabilidade ele estendeu à proba-

bilidade *a posteriori*: com efeito, até a publicação de uma memória sua de 1774, a ideia da probabilidade estava bem mais confinada ao cálculo apriorístico do resultado de jogos aleatórios.

Laplace estava convencido de que as mais importantes questões da vida eram problemas de probabilidades, e, por conseguinte, suscetíveis à aplicação de suas teorias. Porém, ele estava igualmente convencido de que os eventos do mundo eram absolutamente determinados; o lugar para o azar e para a teoria das probabilidades se localizava no espaço existente entre aquele que é e o que o homem pode conhecer. Para ele a realidade escapa muitas vezes à possibilidade de entendimento da mente humana, e por isso a probabilidade é uma propriedade gnosiológica, não ontológica (Richards, 1997). Laplace repropõe o dogma da necessidade: todos os eventos, até mesmo aqueles que por serem insignificantes não parecem seguir as leis da natureza, são, na realidade, uma consequência necessária delas.

Outra contribuição importante na aplicação da lei dos erros está ligada ao nome de Fourier. Ele estava muito impressionado pela repetição indefinida de eventos que parecem fortuitos, e que, contudo, se considerados em conjunto, fazem desaparecer toda impressão de irregularidade. Fourier estava convencido da possibilidade de aplicar a lei dos erros a uma vasta gama de campos e objetos, todos caracterizados por uma unidade subjacente até então oculta, revelada graças à universalidade da curva dos erros (Porter, 1986).

O método dos mínimos quadrados tem uma história mais recente. Em 1805 Legendre anunciou um método geral para reduzir as múltiplas observações de um objeto – como uma estrela ou um planeta – embora o tenha apresentado sem uma justificativa probabilística. Esta foi a primeira comunicação efetiva do método, já que possivelmente Gauss – como ele mesmo declarou em várias ocasiões – o usava desde há quase dez anos, sem haver tido a oportunidade de fazê-lo em público.<sup>19</sup>

Em 1810, Laplace proveu uma derivação alternativa do método dos mínimos quadrados, e estabeleceu que os erros em astronomia, como nos estudos populacionais, deveriam distribuir-se segundo a lei dos erros (Porter, 1986). Como afirma MacKenzie (1981: 57): “Os teóricos dos erros mostraram que a melhor estimativa de uma quantidade [...] era geralmente a média das diversas medições, e que estas medições seguiam tipicamente a distribuição matemática que chamavam ‘lei da frequência dos erros’”.

Os astrônomos e matemáticos do século XIX produziram uma enorme quantidade de artigos sobre o método dos mínimos quadrados.<sup>20</sup> À morte de Laplace, em 1827, a teoria das probabilidades havia alcançado um alto nível. Até meados do século, o conhecimento das técnicas matemáticas das probabilidades estava muito difundido, acessível a qualquer um que tivesse conhecimentos de análise. A aplicação destas técnicas, especialmente do método dos mínimos quadrados, era rotina em astronomia e geodésia, porém sua

difusão em outros campos era lenta (Stigler, 1999). Não deveria surpreender, por conseguinte, que a extensão destes métodos ao campo dos fenômenos humanos se deva a uma figura com profundos conhecimentos astronômicos – Adolphe Quetelet – e ligada à cultura científica francófona,<sup>21</sup> não somente por sua posição privilegiada como berço da teoria das probabilidades, mas também pelo status que a estatística havia adquirido na França de princípios do século XIX.

Realmente, não são poucos os que situam na França o centro do grande entusiasmo estatístico das primeiras décadas do século (ver, por exemplo, Hacking, 1990), que poucos anos depois encontraria eco no movimento estatístico vitoriano. A paixão pela informação quantitativa era já forte nos tempos do Consulado e do Império, em particular no âmbito da saúde pública. Por outro lado, como seus colegas ingleses, os estatísticos franceses eram burgueses que procuravam substituir “o longo reino da opinião, os interesses de partido e a confusão política por um núcleo de fatos sociais bem estabelecidos e de verdades rigorosamente deduzidas” (Coleman, 1982: 275).

As leis das probabilidades, aplicadas com êxito inicialmente na astronomia, começaram lentamente a ser exportadas a outros campos. Em um período em que as ciências físicas ainda não necessitavam das probabilidades, o “descobrimento” de leis estatísticas nas questões humanas caracterizadas pela regularidade era uma consequência previsível. A “lei dos grandes números”, proposta por Poisson em 1835, proveu fundamentos ainda melhores para aplicar a matemática das probabilidades aos problemas sociais (Hacking, 1990).

Quetelet seria, em grande medida, o responsável por esta mudança de rumo na história da estatística, reforçando a tendência à quantificação em diversas áreas além da astronomia, e ao mesmo tempo concedendo especial atenção aos métodos para o tratamento de dados quantitativos (Lazarsfeld, 1961). Profundamente influenciado pelos trabalhos de Laplace e de Fourier na teoria das probabilidades, Quetelet se convenceu, por volta de 1830, da possibilidade de tratar as questões humanas aplicando os métodos já comuns em astronomia, indo além da mera coleta e classificação dos dados. Segundo Lazarsfeld (1961: 295): “Esta combinação da matemática abstrata e da realidade social proveu a convergência ideal para as duas linhas nas quais se havia desenvolvido a mente de Quetelet”.

Inicialmente ele tentou aplicar as noções probabilísticas à medição do corpo humano – um interesse ligado ao seu desejo juvenil de ser escultor – e em seguida publicou um trabalho sobre a aplicação das probabilidades nas “ciências políticas e morais”.

Em 1844 Quetelet anunciou que a lei dos erros se aplicava também à distribuição das características humanas. Para ele, as leis estatísticas se manifestavam como regularidades expressas em termos de frequências. O conceito central era o de normalidade, e esta se representava mediante o valor

médio da distribuição. O homem médio (*homme moyen*) era a base da comunidade, e tomava seu significado do mesmo. Quetelet estava consciente de que a média não era suficiente para comparar distribuições (Stigler, 1999), não obstante não se interessou pela variabilidade dos fenômenos humanos. Sua assimilação da normalidade com aquilo que é justo, correto, bom – que se reencontrará mais adiante em Durkheim – tenderá a conceber a variabilidade como uma manifestação patológica. Somente uma reinterpretação do termo – quando normalidade se tornou mediocridade – permitirá no Reino Unido de fins do século XIX recuperar a variabilidade como um problema científico relevante, abrindo, deste modo, a porta a uma nova revolução na história da estatística.

Por volta de 1830-1840, os ingleses entraram em contato com os desenvolvimentos científicos continentais, e tiveram que enfrentar o desafio de assimilar a teoria das probabilidades em uma cultura na qual os limites entre ciência e religião não eram ainda claros (Richards, 1997). A teologia natural de inspiração anglicana dominava os ambientes universitários de Cambridge e Oxford, e intelectuais influentes – por exemplo, Whewell – se opunham à orientação dos “matemáticos continentais”, especialmente a de Laplace.

Foi Augustus de Morgan quem apresentou a teoria de Laplace ao público inglês em dois trabalhos fundamentais: *Theory of probabilities*, publicado em 1838 na *Encyclopaedia Metropolitana*, e um ensaio sobre as probabilidades e sua aplicação aos seguros, publicado na *Cabinet Cyclopaedia*. Para não desafiar as ideias dominantes da teologia natural, De Morgan ocupou-se, acompanhado a Laplace, em colocar as incertezas que a teoria matematizava na mente humana, e não no mundo exterior (Richards, 1997). De todo modo, ficou claro que a teoria das probabilidades tinha importantes aplicações práticas, em especial na astronomia e no campo dos seguros, tema caro à estatística inglesa desde o século XVII.

Em 1850, o influente astrônomo Herschel chamou a atenção dos cientistas ingleses com relação às ideias de Quetelet sobre a aplicação das probabilidades aos dados sociais (Lazarsfeld, 1961). Por outro lado, Quetelet já era conhecido nos círculos acadêmicos da Inglaterra. Nos anos 1930 havia tido um papel decisivo na criação da seção de estatística da Association for the Advancement of Science, e em 1844 havia apresentado, em um encontro de estatísticos realizado em Plymouth, um grande inventário de temas (meteorologia, física, química, botânica, zoologia, além das questões humanas) que a seu ver podiam ser estudados com os novos métodos estatísticos.

Contudo, os instrumentos conceituais das probabilidades, e em particular a teoria dos erros, seguiram sendo uma especialidade continental. Dos quase quinhentos ensaios relativos à lei dos erros e ao método dos mínimos quadrados, listados por Merriman em 1977, somente 14% haviam sido publi-

cados na Inglaterra (MacKenzie, 1981). Um exemplo é o de Stanley Jevons, que havia estudado a teoria das probabilidades com De Morgan em Londres e defendia sua utilidade nas ciências sociais, assim como a matematização da economia. Não obstante, não fez nenhuma tentativa de aproveitar os instrumentos probabilísticos para a quantificação da incerteza nessas disciplinas.

A mudança de atitude dos ingleses a respeito das probabilidades e o seu uso prático ocorreu no último quarto do século XIX, em um ambiente no qual o evolucionismo darwinista estava criando condições mais favoráveis ao desenvolvimento de uma ciência não determinística. Foi justamente um primo de Darwin, Frances Galton, o maior responsável pela revolução que conduziu à teoria estatística moderna.

A orientação evolucionista levou Galton a se interessar pelo problema da herança dos caracteres humanos. Na procura de instrumentos estatísticos adequados, ele entrou em contato com a teoria dos erros que Quetelet já havia aplicado com êxito às questões humanas (MacKenzie, 1981). Porém, Galton não se conformava com a mera aplicação universal da lei dos erros. Opunha-se à sua interpretação da normalidade: as divergências em relação à média não eram necessariamente um defeito. Como reformista social de tendência eugênica, interessava-lhe o melhoramento da raça, e por isso, a difusão das características excepcionais que Quetelet considerava desviadas. O *homme moyen* não era o modelo ideal; era um medíocre cujos caracteres deviam ser melhorados na descendência.

A valorização do conceito de variabilidade era uma consequência inevitável. Galton foi o primeiro a usar os métodos de análise dos erros para tratar a variação empírica; entretanto, para este fim, a inadequação técnica da teoria dos erros começou a se tornar evidente: “Para os teóricos dos erros a variabilidade (‘erro’) era algo a se eliminar, ou ao menos a se controlar e medir. Os objetivos dos teóricos dos erros eram, portanto, contrários ao tratamento da variabilidade como um fenômeno de valor em si mesmo” (MacKenzie, 1981: 58).

Estudar a variabilidade exigia novos instrumentos conceituais e operativos. A estatística moderna, enquanto disciplina autônoma orientada para a análise quantitativa de dados, estava nascendo. Em fins do século XIX, quando a ideia segundo a qual todos os eventos do universo estavam determinados por uma lei natural necessária perdia força (Hacking, 1990), os novos conceitos de regressão e correlação (e seus respectivos instrumentos) permitirão analisar a variabilidades dos fenômenos e suas relações. A ciência, como pretendia Galileu, seguiria se orientado pela busca de relações entre propriedades; porém estas não seriam consideradas necessárias nem imutáveis.

## VARIABILIDADE E CORRELAÇÃO NA ORIGEM DA MODERNA TEORIA ESTATÍSTICA: UMA VERDADEIRA REVOLUÇÃO

Em certo sentido, a mudança de interesse do erro para a variabilidade vislumbra-se na interpretação da frequência típica do pensamento de Quetelet. A função provável dos erros, à qual Galton se referiu poeticamente como “lei suprema da irracionalidade”, era um dos focos da atenção de Quetelet. Desde a sua introdução, em meados do século XVII, esta curva sofreu um processo de gradual mudança conceitual em suas aplicações na pesquisa empírica: da distribuição dos erros de medição em astronomia às divergências em relação a um homem médio idealizado, e então para a variabilidade genuína dos fenômenos naturais e sociais. Segundo Porter (1986: 91), a reinterpretção da curva normal como “a lei da variação genuína, ao invés do mero erro, foi o resultado central do pensamento estatístico do século XIX”. Isto tornou possível o desenvolvimento das modernas técnicas de análise estatística, começando pela regressão e pela correlação, cuja invenção Stigler (1999: 6) considera “um dos maiores eventos na história da ciência”.

A quase simultânea aparição do livro *Natural inheritance*, de Galton (1889), e do método da correlação marca o início do período moderno da estatística. A correlação, como instrumento, prometia ser útil em todos os campos científicos, especialmente naqueles em que resultava problemático estabelecer diretrizes de casualidade. Porém, nos tempos de Galton a teoria estatística como disciplina científica era efetivamente inexistente na Inglaterra: não se ensinava como curso universitário,<sup>22</sup> não tinha uma base institucional e não se publicava nenhuma revista especializada no assunto.<sup>23</sup>

Galton estava consciente disso, e logo se deu conta de que a regressão e a correlação poderiam ser o ponto de partida de uma nova disciplina científica; mas para isto deviam se organizar as contribuições dispersas e apresentar o conhecimento de modo sistemático. Em sua biografia, escrita por Karl Pearson (1914-1930), se reproduz uma carta do período: “O momento está maduro para que um matemático competente” reordene o material da estatística: “Ele haverá fundado uma nova ciência”.

A difusão dos nascentes conceitos de regressão e correlação, em torno de 1890, começou a chamar a atenção de estatísticos notáveis, como Edgeworth, e de promissores jovens cientistas, como Weldon e Pearson. O sonho de Galton de uma nova disciplina tomava corpo.

Até 1900, o caráter intelectual da estatística resultou completamente transformado graças ao trabalho de Galton, Edgeworth e Pearson (Porter, 1986). De uma disciplina limitada ao estudo quantitativo do homem e da sociedade, estava se transformando em uma disciplina capaz de prover instrumentos de análise a uma vasta gama de ciências. Já em seus primeiros cursos de

estatística avançada, ministrados na Universidade de Londres a partir de meados da década de 1890, Karl Pearson ensinava que

estatística é [...] um termo utilizados para medições conjuntas de qualquer fato, seja social, físico ou biológico. A teoria pura da estatística é uma ramificação da matemática que se ocupa da compilação, representação e tratamento [destes] conjuntos numéricos – independentemente dos fatos que tais números representem. A estatística aplicada [em resumo] é o uso dos métodos da estatística pura para classes especiais de fatos – observações biológicas, físicas ou políticas (Yule, 1938: 200).<sup>24</sup>

Nas últimas décadas do período vitoriano a ciência estava se profissionalizando velozmente, e os cientistas seguiam linhas de pesquisa cada vez mais especializadas (Lightman, 1997). A ruptura do contexto intelectual comum assegurado pela teologia natural, consequência inevitável do evolucionismo darwinista e do desenvolvimento da teoria das probabilidades, favoreceu a especialização e profissionalização da ciência (Young, 1985), assim como a institucionalização de diversas disciplinas. Mas, assim como afirma MacKenzie (1981), são muitos os aspectos a se lembrar antes de se falar do surgimento de uma disciplina. Necessita-se, entre outras coisas, de uma rede de cientistas interessados no mesmo tipo de problemas; um conjunto de instrumentos de análise e de enfoques mais ou menos compartilhados; meios de comunicação – formais e informais – entre os peritos; mecanismos de recrutamento e de ensino, com uma forma estável e uma base institucional; recursos financeiros e de outros tipos. A tendência à especialização e à profissionalização da ciência, em resumo, resultou fundamental na institucionalização da estatística como disciplina autônoma.

Neste processo a figura central foi Karl Pearson: combinando sua capacidade matemática com os interesses de pesquisa promovidos por Galton, e manifestando um entusiasmo pela institucionalização que Porter (1986) acertadamente qualifica como próprio de uma “mentalidade acadêmica empreendedora”, conseguiu estabelecer – intelectual e socialmente – a estatística como uma nova disciplina.

De sua colaboração com Weldon, iniciada em 1892, teve origem a Escola Biométrica. Desde 1894, quando Pearson começou a ministrar o curso de estatística avançada, até os anos vinte do século XX – quando Fisher estabeleceu um centro de pesquisa na estação experimental de Rothamsted – a Escola Biométrica foi a única instituição britânica dedicada à teoria estatística (MacKenzie, 1981). Já na primeira década de sua criação, em torno de metade de todos os artigos ingleses sobre teoria estatística se produziam neste ambiente institucional. *Biometrika*, a revista da Escola, foi por muitos anos a publicação mais importante de teoria estatística da Inglaterra, e continua sendo uma revista de prestígio internacional na disciplina. Além disso, a Escola foi por muitos anos o mais importante centro de ensino na matéria, atraindo estudantes que logo adquiririam notoriedade e posições de grande

relevância institucional e acadêmica (Norton, 1978). Não deveria surpreender a afirmação de Levine (1996), para quem a estatística como disciplina científica foi modelada por Karl Pearson, que lhe deu forma e direção, dominando a cena mundial da especialidade desde a metade dos anos noventa do século XIX até a Primeira Guerra Mundial.

Entretanto, este ambiente acadêmico, ainda que sendo o mais importante, não era completamente hegemônico.<sup>25</sup> À medida que se consolidava, a disciplina começava a ser praticada também em outras instituições.<sup>26</sup> Os interesses intelectuais que haviam dado o primeiro impulso para o desenvolvimento das técnicas de regressão e correlação se diversificaram; e os instrumentos da Escola Biométrica, concebidos para o tratamento de questões eugênicas e biológicas, demonstraram sua utilidade em outras disciplinas (MacKenzie, 1981).

Com o passar do tempo, a articulação de estatística, biometria e eugenia, típica do enfoque de Galton e de Pearson perdeu seu impulso. A disciplina estava amadurecendo, e sua consolidação erodia o poder quase monopolista de Pearson. Novos líderes intelectuais e institucionais, particularmente Fisher, ganhavam espaço no mundo já menos restrito da estatística matemática.

Nos anos 1930 a situação era radicalmente distinta se comparada com aquela em que Pearson havia começado a trabalhar: havia um grupo de pesquisadores ativos dedicados exclusivamente à disciplina; na University College de Londres havia se criado uma nova área orientada à didática e pesquisa em teoria estatística; e na estação de pesquisa agrícola de Rothamsted Fisher havia criado um segundo centro especializado. A revista *Biometrika* seguia publicando importantes contribuições teóricas, e o *Journal da Royal Statistical Society* dava cada vez mais espaço a artigos deste tipo.

O trabalho essencial para a constituição da teoria estatística como conjunto de instrumentos de análise quantitativo aplicáveis à pesquisa empírica estava, em grande parte, realizado. Neste período, um artigo de Egon Pearson (filho de Karl) e Neyman (1933) sobre os testes de hipótese mais eficazes, abria o caminho à estatística indutiva,<sup>27</sup> provavelmente a escola mais influente e prolífica da estatística do século XX. Estes desenvolvimentos alertaram a um já idoso Karl Pearson, que pressagiu, com amargura, o advento de uma estatística matemática pura, que, convertida em um fim em si mesma, se afastaria de sua função instrumental a serviço dos fins cognitivos da pesquisa empírica.

**Juan Ignacio Piovani** é doutor em Metodologia das Ciências Sociais pela Università di Roma La Sapienza. É professor titular de Metodologia, pesquisador e coordenador do Programa de Mestrado e Doutorado em Ciências Sociais da Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação da Universidade Nacional de La Plata. Pesquisador do Consejo Nacional de Investigaciones Cientificas y Técnicas (CONICET). Publicou *Alle origini della statistica moderna. La scuola inglese di fine ottocento* (2006) e, com Alberto Marradi e Nelida Archenti, *Metodología de las ciencias sociales* (2007).

## NOTAS

- 1 Hacking retira esta expressão de Crombie (1983). Outros preferem recorrer ao conceito de paradigma, que desde sua introdução nos anos de 1960 passou a ocupar um lugar fundamental quando se trata de entender que as ideias científicas compartilhadas em um momento determinado – e consideradas como dadas pela maior parte dos cientistas – são na realidade construções sociais complexas.
- 2 Obviamente, falar de êxito não significa, neste caso, valorizar as benesses ou a pertinência deste modo de raciocínio; significa somente reconhecer sua hegemonia e sua onipresença nas maneiras atuais de conceber a realidade e justificar um discurso sobre ela.
- 3 Discutiu-se muito nos ambientes acadêmicos ingleses acerca da autoria da obra citada. Uma apresentação detalhada deste debate se encontra em Cullen (1975). Muitos estudiosos acreditam que Graunt foi o autor das *Observations*, enquanto Petty teria sido o autor das conclusões e do quadro geral. Cullen sustenta que, de toda forma, Petty foi o artífice das ideias que geraram o estudo estatístico da sociedade.
- 4 Entre as conclusões mais importantes de Graunt, Hull (1899) menciona a regularidade dos fenômenos sociais; o nascimento de mais homens que mulheres; o equilíbrio aproximado na quantidade homens e mulheres na sociedade; a alta taxa de mortalidade nos primeiros anos de vida; a maior taxa de mortalidade nos ambientes urbanos em relação aos rurais.
- 5 Cullen (1975) afirma que o trabalho de Graunt mostra grandes dotes metodológicos. Sublinha, por exemplo, que antes de analisar estatisticamente um dado, o autor se ocupa seriamente de sua confiabilidade.
- 6 Petty usa a palavra inglesa antiga *empiricks*, cujo significado não seria equivalente ao do termo moderno *empiricist* (empirista). Considerada em seu contexto, *empirick* faz referência à pessoa que trabalha baseando-se em sua experiência, e não a partir do conhecimento científico.
- 7 Lazarsfeld indica que estas são as explicações “convencionais”. No que diz respeito à quantificação e a medição,

por exemplo, nem todos estão de acordo. Há um amplo consenso em atribuir a Galileu o impulso para a quantificação científica, já que para entender a realidade era necessário medir e calcular. Não obstante, a medição ficou por muito tempo confinada à astronomia, à geodésia, à mecânica e outras disciplinas clássicas. Teve um lugar central na física e na química pelo menos até 1840 (Kuhn, 1961; Hacking, 1990).

- 8 Observe-se a importância do projeto eugenista para o desenvolvimento do que, como assinalado na introdução, MacKenzie (1981) chama “teoria estatística” e Porter (1986) chama “estatística matemática”. Alguns de seus principais expoentes – Galton, Pearson, Fisher – compartilham a ideia de levar adiante um projeto eugenista (Mackenzie, 1981).
- 9 Definição de von Bielefeld, traduzida para o inglês por Hooper em 1770.
- 10 Para Westergaard, esta disciplina poderia remontar a Aristóteles.
- 11 Na época, a Alemanha não era ainda um Estado unificado.
- 12 Sobre a importância das batalhas conceituais e terminológicas no mundo científico, ver Toulmin (1972) e Maraldi (1987).
- 13 Já em 1801 Playfair havia sugerido que o termo “estatística” devia conotar alguma forma de quantificação, mas não teve grande influência em seus contemporâneos. Nota-se que não foi citado por outro autor inglês até Jevons, em 1879 (Cullen, 1975).
- 14 Membros da Câmara dos Lordes.
- 15 Depois da introdução do termo *statistics*, as pessoas dedicadas ao trabalho com dados numéricos começaram a ser conhecidas na Inglaterra como *statists*. O termo *statistician* (estatístico ou estadígrafo) remonta, no entanto, a fins do século XIX.
- 16 Descartes foi seu primeiro defensor; também Kant, em seus escritos éticos e metafísicos, sustentava uma ideia análoga. Hume, apesar de ser um filósofo crítico com respeito à ideia de casualidade, escreveu em *Enquiry concerning human understanding* (1748) que nada existe sem uma causa para sua existência. Seu ceticismo se limita ao pla-

no epistemológico, à possibilidade de conhecer as causas, porém não ao plano ontológico, isto é, a sua existência (Hacking 1990).

- 17 O livro de De Moivre, *The doctrine of chances*, foi publicado em 1718. A função da curva normal foi introduzida na segunda edição de 1733.
- 18 O termo “normal” para se referir à lei dos erros surgiu na segunda metade do século XIX, quando esta começava a ser usada em outros contextos, além da astronomia (Stigler 1999). A distribuição normal também é conhecida como curva de Gauss, endossando a “lei da eponímia de Stigler”, segundo a qual “nenhum descobrimento científico leva o nome de seu propulsor original” (Stigler, 1999: 7).
- 19 Esta é a conclusão das pacientes investigações de Stigler (1981; 1999) sobre a história da estatística.
- 20 Em 1877 Merriman listou 408 livros e memórias sobre a lei da frequência dos erros e o método dos mínimos quadrados (MacKenzie, 1981).
- 21 Quetelet era belga, porém estudou em Paris e foi muito influenciado pela cultura científica francesa.
- 22 Falando dos anos 1890, Yule (1938) afirma que um curso de teoria estatística simples e coerentemente organizado não podia então existir já que muitos dos elementos fundamentais da disciplina apenas começavam a se desenvolver.
- 23 Lembra-se que a Statistical Society of London, já convertida em Royal Statistical Society no momento da publicação de *Natural inheritance*, não estava comprometida com o desenvolvimento da disciplina como entendida na atualidade. Sua revista publicava muito ocasionalmente artigos dedicados ao método estatístico.
- 24 Para Karl Pearson, este aspecto aplicado da estatística era fundamental: ele era favorável a “reavivar a tradição de aplicar a ciência à vida prática” (Pearson, 1948: 48).
- 25 Os especialistas em teoria estatística que não trabalhavam na Escola Biométrica não estavam isolados, como nos tempos de Galton, nem eram irrelevantes. Muitos participavam nas discussões teóricas e técnicas da época, publicavam e ensinavam estatística em diversos âmbitos.

Até mesmo Edgeworth, que provavelmente por sua personalidade não se sentia parte de escola alguma, tinha uma base institucional na Royal Statistical Society e contribuía com publicações e com a discussão do trabalho de outros. Na Royal Statistical Society estava surgindo um grupo relativamente articulado de pessoas interessadas na teoria estatística, guiado por Edgeworth mesmo, Yule e Hooker. O *Journal* começava a prestar mais atenção a estes temas. Alguns dos artigos publicados nele – em particular os de Yule – podem ser considerados contribuições decisivas para a teoria estatística moderna.

- 26 Um caso notável é o de Gosset, conhecido na estatística pelo desenvolvimento da distribuição *t*, chamada “student” pelo pseudônimo com o qual assinava seus artigos. Ele se uniu temporariamente à Escola Biométrica em 1906, mas trabalhava com problemas de estatística moderna em um ambiente totalmente distinto: era realmente empregado da cervejaria irlandesa Guinness. Apesar de seus contatos com a academia, decidiu seguir sua carreira no âmbito industrial, chegando a ser gerente da fábrica que a empresa inaugurou em Londres em 1935 (MacKenzie, 1981)
- 27 Stigler (1999), desafiando a opinião mais difundida, que localiza o nascimento da estatística moderna entre fins do século XIX e princípio do XX, a partir do trabalho de Galton e Pearson, afirma que a disciplina nasceu formalmente com a publicação do artigo citado, quando se deu origem ao desenvolvimento da estatística indutiva.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abrams, Philip. (1968). *The origins of British sociology*. Chicago: Chicago University Press.

Coleman, William. (1982). *Death is a social disease: public health and political economy in early industrial France*. Madison: University of Wisconsin Press.

Cullen, Michael J. (1975). *The statistical movement in Early Victorian Britain*. Brighton: Harvester Press.

De Moivre, Abraham. (1718). *The Doctrine of Chances: or, a method of calculating the probability of events in play*. Londres: W. Pearson.

De Morgan, Augustus. (1838). *Theory of probabilities*. In: *Encyclopaedia Metropolitana*. Londres: Baldwin and Cradock (Vol. 2).

Galton, Francis. (1889). *Natural inheritance*. Londres: Macmillan.

Graunt, John. (1662). *Natural and political observations on the bills of mortality*. Londres: The Royal Society.

Hacking, Ian. (1990). *The taming of chance*. Londres: Cambridge University Press.

Hull, Charles H. (org.) (1899). *The economic writings of sir William Petty together with the observations upon the bills of mortality, more probably by captain John Graunt*. Londres: Cambridge University Press (2 vols.).

Hume, David. (1748). *Philosophical essays concerning human understanding*. Londres: Millar.

John, Vincenz. (1884). *Geschichte der Statistik*. Stuttgart: Ferdinand Encke.

Knies, Karl G. (1850). *Die Statistik als Selbständige Wissenschaft*. Kassel: Luckhardt.

Kuhn, Thomas. (1961). The function of measurement in modern physical science. *Isis*, 52, p. 161-193.

Laplace, Pierre-Simon. (1774). *Mémoire sur la probabilité des causes par les événements*. In: *Memoires de l'Académie Royale des Sciences de Paris*, 6, p. 621-656.

Lazarsfeld, Paul F. (1961). Notes on the history of quantification in sociology. Trends, sources and problems. *Isis*, 52/2, p. 277-333.

Legendre, Adrien-Marie. (1805). *Nouvelles methodes pour la détermination des orbites des comètes*. Paris: Courcier.

Levine, George. (1996). Science and citizenship: Karl Pearson and the ethics of epistemology. *Modernism/Modernity*, 3/3, p. 137-143. Disponível em <<http://muse.jhu.edu/journals/modernism-modernity/v003/3.3levine.html>>. Acesso em 20 abr. 2013.

Lightman, Bernard. (1997). "The voices of nature": popularizing Victorian science. In: Lightman, Bernard (org.). *Victorian science in context*. Chicago: University of Chicago Press, p. 187-211.

Mackenzie, Donald A. (1981). *Statistics in Britain, 1865-1930. The social construction of scientific knowledge*. Edinburgh: Edinburgh University Press.

Marradi, Alberto. (1980). *Concetti e metodi per la ricerca sociale*. Florença: Giuntina.

Marradi, Alberto. (1987). Linguaggio scientifico o torre di Babele? *Rivista Italiana di Scienza Politica*, XVII/1, p. 135-156.

Marradi, Alberto. (1997). *Linee guida per l'analisi bivariata dei dati nelle scienze sociali*. Milão: Franco Angeli.

Meitzen, August. (1886). *Geschichte, Theorie und Technik der Statistik*. Berlim: Hertz.

Mitchell, Geoffrey Duncan. (1973). *Storia della sociologia moderna*. Verona: Mondadori.

Norton, Bernard J. (1978). Karl Pearson and statistics: The social origins of scientific innovation. *Social Studies of Science*, 1978, 8/1, p. 3-34.

Pearson, Egon S. (1948) [1938]. *Pearson, creador de la estadística aplicada*. Buenos Aires: Espasa-Calpe.

Pearson, Karl. (1914-1930). *The life, letters and labours of Francis Galton*. Londres: Cambridge University Press (4 vols.) (vol. 1: 1914; vol. 2: 1924; vol. 3a: 1930; vol. 3b: 1930).

Petty, William. (1691). *The political anatomy of Ireland*. Londres: Brown and Rogers.

Pitrone, Maria Concetta. (1996). *Il sondaggio*. Milão: Franco Angeli.

Porter, Theodore. (1986). *The rise of statistical thinking, 1820-1900*. Princeton: Princeton University Press.

Quetelet, Adolphe. (1844). *Recherches statistiques*. Bruxelles: Hayez.

Richards, Joan. (1997). The probable and the possible in Early Victorian England. In: Lightman, Bernard (org.). *Victorian science in context*. Chicago: University of Chicago Press, p. 51-71.

Sinclair, John. (1791). *The statistical account of Scotland*. Edinburgh: William Creech.

Stigler, Stephen M. (1981). Gauss and the invention of Least Squares. *The Annals of Statistics*, 9/3, p. 465-474.

Stigler, Stephen M. (1999). *Statistics on the table: The history of statistical concepts and methods*. Cambridge, MA/Londres: Harvard University Press.

Toulmin, Stephen E. (1972). *Human understanding*. Princeton: Princeton University Press.

Von Bielfeld, Jakob F. (1770). *Elements of universal erudition, containing an analytical abridgement of the sciences, polite arts, and belles lettres*. Londres: G. Scott, for J. Robson and B. Law.

Von Zimmermann, Eberhard A. (1787). *A political survey of the present state of Europe, in sixteen tables. Illustrated with observations on the Wealth and Commerce, the Government, Finances, Military State, and Religion of the several countries*. Londres: C. Dilly.

Westergaard, Harald. (1932). *Contributions to the history of statistics*. Londres: P. S. King.

Young, Robert M. (1985). *Darwin's metaphor: nature's place in Victorian culture*. Cambridge: Cambridge University Press.

Yule, George U. (1938). Notes of Karl Pearson's lectures on the theory of statistics 1894-96. *Biometrika*, 30, p. 198-203.

## DE OBJETO A MÉTODO: NOTAS HISTÓRICAS SOBRE ESTATÍSTICA E PESQUISA SOCIAL

### Resumo

Este artigo analisa o complexo processo histórico, social e cultural que acompanhou as mudanças de sentido do termo “estatística” (de objeto a método): desde o estudo comparativo dos Estados, no século XVIII, à descrição quantitativa da sociedade, no século XIX, até sua concepção como conjunto de instrumentos conceituais e operacionais para a análise quantitativa de dados a partir do século XX. Neste marco se reconstroem três tradições intelectuais cujas origens remontam a meados do século XVII – a aritmética política inglesa, a estatística universitária alemã e a teoria matemática das probabilidades francesa – com a finalidade de esclarecer as raízes profundas da teoria estatística moderna no pensamento científico europeu e pôr em evidência como o entrelaçamento dessas tradições, ao longo do tempo, foi redefinindo o sentido da estatística e sua relação com a pesquisa social empírica.

### Palavras-chave

Estatística;  
Desenvolvimento histórico;  
Pensamento científico;  
Pesquisa social; Método.

## FROM OBJECT TO METHOD: HISTORICAL NOTES ABOUT STATISTICS AND SOCIAL RESEARCH

### Abstract

This article analyzes the complex historical, social and cultural transformations that accompanied the changes of meaning of the term “Statistics” (from object to method): from the comparative study of States, in the eighteenth century, to the quantitative description of society in the nineteenth century, to a set of conceptual and operational instruments for the quantitative analysis of data in the twentieth century. In this framework, three intellectual traditions whose origins date back to mid-seventeenth century – British political arithmetic, German university Statistics and French probability theory – are reconstructed in order to illustrate the deep roots of modern statistical theory in the European scientific thought, and to highlight how the intertwining of such traditions, over time, redefined the meaning of Statistics and its relation to empirical social research.

### Keywords

Statistics; Historical development; Scientific thought; Social research; Method.

## **O BOM FILHO À CASA TORNA: FORMAÇÃO HUMANISTA EUROPEIA E SENTIMENTO PÁTRIO EM JOAQUIM NABUCO E HENRY JAMES\***

Este artigo propõe uma análise comparada de textos do intelectual e político brasileiro Joaquim Nabuco (1849-1910) e do escritor norte-americano Henry James (1843-1916), nos quais eles modelaram suas subjetividades<sup>1</sup> confrontando-se com algumas das questões que mobilizaram grande parte dos intelectuais na virada do século XIX para o XX. Os livros escolhidos possuem um caráter marcadamente autobiográfico: *Minha formação* (1900) narra a *Bildung* política de Nabuco e congrega textos escritos entre 1893 e 1899, período em que o autor, vivendo no ostracismo que se seguiu à queda do regime monárquico brasileiro, dedicou-se à vida literária; *The American scene* (1907), por sua vez, é a compilação dos relatos da viagem de James aos Estados Unidos, em 1904, quando retorna a sua pátria de origem, depois de mais de vinte anos de ausência.

A escolha de textos de natureza autobiográfica, pertencentes à fase tardia da obra de cada um dos autores, não é aleatória, uma vez que minha análise partirá, precisamente, de um ponto de convergência em suas biografias: a relação dialética entre a formação humanista europeia e o vínculo sentimental ao país de nascimento. Em outras palavras, interessa-me a relação tensa que é estabelecida, por cada um deles, entre Europa e América. Esta tensão, a que Evaldo Cabral de Mello chama o “dilema do mazombo”, informa culturalmente “o descendente de europeu ou reputado como tal, com um pé na América e outro na Europa, e equivocadamente persuadido de que

cedo ou tarde, terá de vencer a indecisão, plantando-os ambos de um lado só do oceano.” (Mello, 1999: 12). Segundo Mello, tal ambiguidade não foi exclusivamente brasileira ou latino-americana: alguns intelectuais norte-americanos, sobretudo da “costa leste, alguns dos quais entraram para a história literária, como Henry Adams ou Henry James” (Mello, 1999: 12), também enfrentaram tal dilema.<sup>2</sup>

James e Nabuco viveram em comum, não apenas esse dilema, como também o fato de que, enquanto a experiência europeia exerceu um papel fundamental em sua formação, sobretudo no período da juventude, o retorno à pátria, simbólico ou geográfico, veio coroá-la na maturidade. Assim é que Nabuco declara, no famoso capítulo “Atração do mundo”, que 1873, data da primeira viagem à Europa, é o ano de sua “metamorfose pessoal, que é em [sua vida] a passagem da crisálida para a borboleta” (Nabuco, 1999: 46), e, ao fim do mesmo capítulo, referindo-se à idade madura, afirma: “Quando, porém, entre a pátria, que é o sentimento, e o mundo, que é o pensamento, vi que a imaginação podia quebrar a estreita fôrma em que estavam a cozer ao sol tropical os meus pequenos debuxos de almas, [...] deixei ir a Europa, a história, a arte, guardando do que é universal só a religião e as letras” (Nabuco, 1999: 51).

Esta última afirmação enuncia a tensão entre os dois polos que se encontram em relação na subjetividade de Nabuco: a formação humanista – universal e intelectual – e a relação com o país – particular e sentimental. Esta tensão é reiterada em diversos momentos, sobretudo quando o autor confessa que, a despeito de toda uma vida dedicada à ação pública, pouco se interessou pela “política propriamente dita, que é a local, a do país, a dos partidos” (Nabuco, 1999: 44). A política que lhe atrai, em contrapartida, escreve-se com “P grande”; trata-se, afirma ele, “da política que é história”, na qual se pode procurar “o lado moral” (Nabuco, 1999: 44-45). Daí que seu interesse público e sua paixão política tenham se concentrado, segundo ele próprio, na causa da emancipação dos escravos – causa a um só tempo nacional e universal, através da qual lhe foi possível “ajudar o [seu] país” e “prestar os ombros à [sua] época” (Nabuco, 1999: 154).

Na obra de James, ainda que por caminhos bastante distintos, encontra-se uma tensão semelhante entre sentimento pátrio e tradição humanista europeia. A princípio, pode parecer estranho que um escritor tão cosmopolita – termo que, aplicado a um americano, na segunda metade do século XIX, era sinônimo de “europeizado” – tenha escrito, na maturidade, que “a suprema relação de alguém [...] é a relação com seu próprio país”<sup>3</sup> (James, 1993: 427). Mais estranha ainda esta afirmação deve parecer àquele que, conhecendo a biografia do autor, saiba que ele passou a maior parte de sua vida fora dos Estados Unidos e adquiriu nacionalidade inglesa um ano antes de morrer.<sup>4</sup> Entretanto, a estranheza se reduz consideravelmente, caso procuremos compreendê-la à luz da própria ficção jamesiana.

A ficção de James é, em grande parte, marcada por aquilo a que seus comentadores costumam aludir como o “tema internacional”. Com isto, fazem referência ao fato de que um grande número de suas narrativas desenvolve-se a partir de uma mesma situação: o jovem norte-americano que viaja pela Europa e cujo senso moral, tipicamente americano, passa, por assim dizer, por um “processo civilizador”,<sup>5</sup> ao entrar em contato com as tradições milenares, os hábitos, costumes e modos de sociabilidade do Velho Mundo. Os resultados deste processo revelam-se os mais diversos, mas é o processo que importa nas tramas de James, pois ele implica tanto o amadurecimento moral quanto o desenvolvimento da sensibilidade estética do indivíduo.

*The American scene* completa, portanto, uma espécie de círculo biográfico e narrativo que se inicia com o estabelecimento do jovem James na Europa e com o “tema internacional” em sua ficção. Se os romances, contos e novelas narram a experiência de norte-americanos transformados pelo contato com a cultura europeia, como ocorrera com o próprio autor quando jovem, os relatos narram, por sua vez, a experiência do reencontro de um norte-americano maduro e europeizado com seu país de origem. A ficção guarda afinidades com o gênero dos romances de formação, pois, nas histórias de James, a experiência europeia é o fundamento da *Bildung* humanística dos norte-americanos. O vínculo com a cultura europeia desenvolve nesses americanos sua “humanidade”, i.e., os traços universais de sua subjetividade, ao permitir a integração de tradições milenares à experiência individual. A *Bildung* só se completa, entretanto, quando o bom filho torna a seu torrão natal. Pois o retorno aos Estados Unidos, narrado em *The American scene*, renova a relação do narrador com a porção mais particular, subjetiva e individual de sua essência humana.

A síntese entre sentimento pátrio e classicismo humanista está na base, tanto em Nabuco quanto em James, de uma relação bastante peculiar com sua época. Em outras palavras, esta síntese informa sua representação da modernidade *belle époque*, de modo a colocá-los simultaneamente dentro e fora dela. Dentro, pois seus textos representam, tanto através dos aspectos formais, quanto dos temas e conteúdos, as questões de seu tempo: um tempo em que, parafraseando Alexis de Tocqueville, o passado não mais ilumina o futuro (Tocqueville, 2004: 831). Fora, pois se trata de um tempo em que o sentimento pátrio, aquele que vincula um homem a seu “torrão natal”, há muito vinha sendo substituído pelo sentimento nacional, que vincula cidadãos à nação; um tempo de crise da *Bildung* tradicional, em que um modelo de formação que pretende desenvolver a humanidade do homem em sua totalidade perde o sentido ante a necessidade de especialização profissional e de produtividade.

Para grande parte dos intelectuais europeus deste período, a vida do espírito, tal como cultivada por aquela tradição humanista, apartara-se para

sempre da vida cotidiana e só tinha sua sobrevivência garantida em esferas muito particulares e exclusivas da existência. Sobretudo no perímetro das grandes cidades europeias, o cálculo, a mecanização, a velocidade, a precisão, o intelectualismo e o predomínio da quantidade sobre a qualidade, típicos das relações de produção e de consumo no alto capitalismo, penetraram também as relações entre os seres humanos (ver Simmel, 2005: 577-591). Neste mundo, o indivíduo – antes ancorado no passado e nas tradições e, por isto mesmo, de posse do leme de sua própria vida – passava agora a se perceber como uma mera peça de engrenagem na grande máquina social, em relação à qual ele não tinha o menor controle.

Era este o sentimento que informava, de maneira mais ou menos explícita e consciente, os textos filosóficos, sociológicos, médicos, bem como a literatura de ficção do período. O presente, não mais iluminado pelo passado e em relação ao qual o futuro tornara-se imprevisível, transformara-se na jaula de ferro (ver Weber, 2004: 163-164), em que o cotidiano dos homens fluía em alta velocidade e, ainda assim, monotonamente. “Não temos todos que lutar contra o cotidiano cinzento da vida, contra a mesquinhez, contra a alegria mecanizada, contra a desconfiança?”, pergunta-se a personagem de um romance de E. M. Forster, publicado em 1910 (Foster, 2006: 174). Tal pergunta já havia sido esboçada, em meados do século XIX, em contos de Edgar Allan Poe, Nathaniel Hawthorne e nos poemas de Baudelaire. Não por acaso, o *spleen* baudelairiano foi traduzido para o alemão por Erich Auerbach como *das graue Elend*, “a miséria cinzenta” (Auerbach, 2007: 311). Ao fim deste mesmo século, a cultura se transformava a tal velocidade que, como sugeriu Walter Benjamin, “se reduziram as chances dos fatos exteriores se integrarem à nossa experiência” (Benjamin, 1989: 106). Trata-se, aqui, da experiência através da qual “entram em conjunção, na memória, certos conteúdos do passado individual, com outros do passado coletivo” (Benjamin, 1989: 107); experiência que é “matéria da tradição”, em oposição à “experiência inóspita, ofuscante da época da industrialização em grande escala” (Benjamin, 1989: 105). Para grande parte dos intelectuais da *belle époque*, a verdadeira experiência – ou a “autêntica” experiência, para utilizar uma noção que, segundo Lionel Trilling, sintetiza uma certa configuração da subjetividade moderna que se estabelece no século XIX, baseada em um nexo tenso entre indivíduo e sociedade (ver Trilling, 1972) – poderia ser retomada apenas caso se escapasse ao cotidiano cinzento das grandes cidades europeias, refugiando-se na arte, na literatura, na sociabilidade ou na aventura, como quis Simmel; ou caso se voltasse à natureza em busca de uma existência estetizada e organicizada, como quis Ruskin; ou, ainda, caso se propusesse a transformar o cotidiano revolucionariamente, como quiseram Marx e Engels. Outros ainda tentaram uma fuga literal, abandonando a modernidade europeia em busca da autenticidade que a vida nas Américas ou na África poderia proporcionar, como foi o caso exemplar do jovem Rimbaud.

James e Nabuco fizeram, quando jovens, o movimento inverso. Para eles, aquela experiência que é “matéria da tradição” ainda poderia e deveria ser encontrada no Velho Mundo; mesmo em se tratando de um velho mundo bastante transformado pelas inovações da modernidade. A ambos a Europa ainda parecia concentrar os atributos da civilização e da cultura, não no sentido que lhe é dado pela moderna disciplina antropológica, mas significando a equilibrada combinação entre “*pietas e παιδεία*” – ou seja, respeito pelos valores morais e aquela graciosa mistura de erudição e urbanidade” (Panofsky, 2009: 20), que constituía, na tradição humanista europeia, o fundamento do humano. Uma metrópole tão moderna quanto Londres na segunda metade do século XIX poderia ainda exercer o papel de difusora de valores humanos universais justamente por estar ancorada em sólidas tradições. Tal paradoxo dificilmente seria encontrado na América.

- 2 Segundo Nabuco, o Brasil, em particular, e o continente americano, em geral, constituem “um trecho do planeta de que a humanidade não tomou posse; é como um paraíso terrestre antes das primeiras lágrimas do homem, uma espécie de jardim infantil.” (Nabuco, 1999: 50). A observação do escritor brasileiro torna-se tanto mais valiosa, para a análise que ora se desenvolve, quanto mais notamos que a identificação do continente americano com o paraíso pré-lapsariano é um *topos* central na literatura norte-americana do século XIX e o mito do Adão americano, o mito fundador da identidade nacional nos Estados Unidos. Este mito, que identifica o indivíduo da nova sociedade construída pelos colonizadores puritanos da América do Norte com Adão antes da Queda, é contado e recontado por escritores como Walt Whitman, Nathaniel Hawthorne e Herman Melville (ver Lewis, 1975). James é herdeiro desta tradição literária e seu último romance publicado em vida, *A taça de ouro*, é uma alegoria crítica do mito do Adão americano.<sup>6</sup>

Sem dúvida, ao associarem a América ao Éden pré-lapsariano, Nabuco e James enfatizam elementos distintos do universo edênico e o fazem de acordo com as particularidades de suas respectivas tradições literárias nacionais. Embora Nabuco não se alinhe ao nativismo do movimento romântico brasileiro,<sup>7</sup> ele concebe a América, na esteira dessa tradição romântica, como a “mata virgem” (Nabuco, 1999: 49), a natureza selvagem que predomina, em toda a sua potência e esmagadora beleza, sobre os incipientes avanços civilizatórios. Mas a concebe também como o cenário de sua pátria e de seus vínculos nacionais, o lugar da política – a pequena política, comezinha, local e partidária, com a qual Nabuco diz ter estabelecido uma relação apenas superficial e efêmera – em oposição à grande política, universal, cosmopolita, que concerne à humanidade.

Nas representações da América de Henry James, a ênfase recai, antes, sobre o senso moral dos colonizadores puritanos que conquistaram e subjugarão a *wilderness* americana, para sobre ela erigir uma sociedade inteira-

mente nova, do que sobre a natureza conquistada e subjugada.<sup>8</sup> Neste sentido, James se relaciona com a tradição do que se poderia aludir como o romantismo norte-americano, cujo maior expoente foi o filósofo Ralph Waldo Emerson. O ideal emersoniano é aquele do indivíduo cujo senso moral é caracterizado pela inocência de Adão, antes do pecado original; um indivíduo cujo senso moral não tenha sido corrompido por séculos e séculos de história e cuja potência intelectual não tenha sido solapada por uma sobrecarga de conhecimento obsoleto (ver Emerson, 1983). Conquanto seja extremamente crítico desta perspectiva, James é, sem dúvida alguma, herdeiro direto da tradição que associa a América ao locus por excelência da inocência e a um vazio de história. Mas, ao contrário do que ocorre na perspectiva emersoniana, para James, assim como para seu pai, o filósofo swedenborgiano Henry James Sr., esta é uma associação profundamente negativa. Ambos os James, pai e filho, estavam de acordo quanto ao fato de que o senso moral plenamente inocente aponta, na verdade, para uma condição “pré-moral” e, nas palavras de James Sr., “nada pode, de fato, ser mais distante (exceto de forma puramente imagética) de atributos especificamente humanos [...] do que a escorregadia e atraente condição adâmica” (James Sr., 2009: 120).

Seja como locus da natureza selvagem, seja como locus do senso moral marcado pela inocência, tanto a América de Nabuco quanto a de James são caracterizadas por uma falta. No livro que James escreve sobre a vida e a obra de Nathaniel Hawthorne, encontra-se a famosa lista de “faltas” que, à época do autor de *A letra escarlate*, marcariam a distância entre os Estados Unidos e a civilização europeia:

Poder-se-ia enumerar os itens da alta civilização, tal como existem em outros países, que se encontram ausentes da textura da vida norte-americana, de modo que se tornaria espantoso descobrir que tenha ainda restado algo. Nenhum Estado, no sentido europeu da palavra, e em realidade praticamente nenhuma nacionalidade específica [*national name*]. Nenhum soberano, nenhuma corte, nenhuma lealdade pessoal, nenhuma aristocracia, nenhuma igreja, nenhum clero, nenhum exército, nenhum serviço diplomático, nenhum aristocrata rural [*country gentleman*], nenhum palácio, nenhum castelo, nenhum feudo [*manor*], nem antigas casas campestres, nem residências paroquiais [*parsonages*], nenhum chalé revestido de colmos, nenhuma ruína recoberta de hera; nenhuma catedral, nenhuma abadia, nenhuma igreja normanda; nenhuma grande universidade, nem escolas públicas – nenhuma Oxford, nenhuma Eton, nem Harrow; nenhuma literatura, nenhum romance, nenhum museu, nenhuma pintura, nenhuma sociedade política, nenhuma classe esportiva – nenhuma Epsom nem Ascot! (James, 2004: 35-352).

O tema da falta dos elementos da “alta civilização” é caro também ao autor de *Minha formação*, e é esta mesma falta que o leva a afirmar que “as paisagens do Novo Mundo, a floresta amazônica e os pampas argentinos, não valem para [ele] um trecho da Via Appia, uma volta da estrada de Salerno a Amalfi, um pedaço do cáis do Sena à sombra do velho Louvre” (Nabuco, 1999:

49). O que falta à America de Nabuco, bem como à de James, poderia ser sintetizado em uma única palavra: história, i.e., camadas de cultura sedimentadas pela ação do tempo. É na história que se manifestam os “atributos especificamente humanos”, de que fala Henry James Sr. Quando Nabuco afirma que a humanidade ainda não tomou posse das paisagens americanas, ele significa por humanidade menos o conjunto dos seres humanos e mais o conjunto de atributos que definem o homem enquanto tal. Nós nos consideramos homens, pois somos dotados do sentimento de humanidade e este sentimento tem fundamentos históricos. “A nossa imaginação”, diz Nabuco, “não pode deixar de ser europeia, isto é, de ser humana”, pois nós temos com os europeus “o mesmo fundo comum de língua, religião, arte, direito, poesia, os mesmos séculos de civilização acumulada, e, portanto, desde que haja um raio de cultura, a mesma imaginação histórica” (Nabuco, 1999: 49). E mais adiante, Nabuco desenvolve esta ideia da seguinte maneira:

Não quero dizer que haja duas humanidades, a alta e a baixa, e que nós sejamos desta última; talvez a humanidade se renove um dia pelos galhos americanos; mas, no século em que vivemos, o espírito humano, que é um só e terrivelmente centralista, está do outro lado do Atlântico; o Novo Mundo para tudo o que é imaginação estética ou histórica é uma verdadeira solidão, em que aquele espírito se sente tão longe das suas reminiscências, das suas associações de ideias, como se o passado todo da raça humana se lhe tivesse apagado da lembrança e ele devesse balbuciar de novo, soletrar outra vez, como criança, tudo o que aprendeu sob o céu da África...” (Nabuco, 1999: 50).

A solidão que Nabuco associa ao Novo Mundo atinge todo aquele que, como James, experimenta os “prazeres do sentimento histórico” (James, 1993: 146). É por isto que ambos os autores associam a América à infância da humanidade: como toda criança, o continente americano não possui uma história, a não ser aquela herdada da velha Europa, associada, por sua vez, à maturidade. A falta de imaginação estética, a que Nabuco se refere, é também central nas representações da América de James. Alguns de seus mais importantes comentadores chamaram a atenção para a polarização, na ficção jamesiana, entre os pares Estados Unidos e senso moral, de um lado, e Europa e sensibilidade estética de outro (ver Ozouf, 1998; Winters, 2007).

Há, entretanto, que se atentar para uma importante diferença nos discursos que relacionam a América à falta dos atributos da civilização nos casos de Nabuco e de James, i.e., nos casos do Brasil e dos Estados Unidos, respectivamente. Nos trechos de *Minha formação* acima citados, o autor projeta para o futuro a possibilidade de se construir uma tradição civilizatória especificamente americana. Para Nabuco, tanto os aspectos culturais que constituem as tradições históricas milenares, quanto aqueles que caracterizam a modernidade, possuem raízes europeias. “Talvez a humanidade se renove um dia pelos galhos americanos”, diz ele.<sup>9</sup> Por ora, a América está aquém tanto de uma tradição histórica, quanto está aquém da modernidade.

Como observa Maria Alice Rezende de Carvalho, “Nabuco encontraria, porém, nas concepções universalistas da história, uma via de integração da jovem nação brasileira na marcha do mundo. Tornava-nos, assim, uma realidade que transcendia a tosca realidade local” (Carvalho, 2001: 229). A América de Nabuco é uma criança no sentido de que ela se encontra na fase inicial de sua história e, portanto, ainda que embrionariamente, ela faz parte da história.

Em *The American scene*, a América e, mais particularmente, os Estados Unidos são representados não simplesmente como pertencendo a um estágio menos evoluído na escala civilizacional, mas, sim, em grande medida, como estando fora do perímetro da civilização, tal como ela foi constituída no Velho Mundo europeu, e mesmo fora da história. Voltando à citação retirada do livro sobre Hawthorne, podemos sugerir que, embora a construção de um Estado e de uma nacionalidade específica, bem como de escolas e universidades, de uma literatura nacional e uma sociedade política fosse meramente uma questão de tempo, certos elementos da alta civilização, alguns dos quais compõem o “fundo comum de cultura” que temos com os europeus, não existem e nunca existirão na América. Se, como James, entendermos que feudos, residências paroquiais, aristocracias de sangue e mesmo antiquíssimos chales revestidos de colmos integram esse fundo de cultura e de história, somos levados, com ele, a concluir que a América se encontra fora da história.

A explicação para este fato assenta-se na equação entre América e democracia. A democracia é, segundo James, o assunto do qual se fala quando se fala de qualquer assunto que diga respeito à América e aos americanos. A democracia é o elemento que torna coerente as relações entre os elementos que compõem a cena contemporânea nos Estados Unidos. E James é suficientemente tocquevilleano para associar estreitamente democracia e modernidade. O *ethos* democrático está, na modernidade, ligado à difusão do ideal de um novo homem e uma nova sociedade, plenamente livres das amarras da história e da tradição. Por conseguinte, o traço que mais intensamente caracteriza a virada do século XIX para o XX, qual seja, a velocidade acelerada com que a cultura se transforma, solapando as bases das tradições constituídas na longa duração da história, potencializa-se sobremaneira na sociedade norte-americana. Os relatos são, de um modo geral, fortemente pontuados pela impressão da intensidade das transformações que alteram as paisagens e modos de sociabilidade nos Estados Unidos; transformações que a ausência de sólidas tradições históricas, tais como as que fundamentam as sociedades europeias, torna irrefreáveis a oeste do Atlântico.

A “vontade de crescer” [*the will to grow*] (James, 1993: 400) é a expressão pela qual o autor define tais transformações. Ela está fundamentada no velho lugar-comum democrático dos pais fundadores da sociedade norte-americana: a supremacia do presente sobre o passado, a recorrente destruição do passado pelo presente, em nome do futuro. Ela é a reificação do voluntarismo

egótico do Adão americano, o ser mítico que vive na estática temporalidade edênica, que não tem passado nem futuro. E, se ela caracteriza a própria modernidade em todo o mundo ocidental, nos Estados Unidos alcança a plenitude, pois está, por assim dizer, em casa. A modernidade americana se encontra, segundo James, para além do processo histórico de modernização, porquanto ela se encontra para além da própria história.

- 3** Aquém ou além da história e da modernidade histórica, as Américas e os americanos – sobretudo aqueles nos quais a consciência de sua “imaginação europeia” é mais aguda – estão “condenados”, nas palavras de Nabuco, “à mais terrível das instabilidades” (Nabuco, 1999: 49). Tal instabilidade explica-se pelo fato de que “na América falta à paisagem, à vida, ao horizonte, à arquitetura, a tudo que nos cerca, o fundo histórico; e que na Europa nos falta a pátria, isto é, a fôrma em que cada um de nós foi vazado ao nascer. De um lado do mar sente-se a ausência do mundo; do outro, a ausência do país” (Nabuco, 1999: 49).

A instabilidade de que fala Nabuco foi enunciada novamente, 36 anos mais tarde, na polêmica afirmação de Sérgio Buarque de Holanda de que “somos ainda hoje uns desterrados em nossa própria terra” (Holanda, 2006: 19). A afirmação foi tida como contraditória por alguns de seus comentadores. No entanto, se tentarmos compreender o sentido mais profundo que Sérgio Buarque imprime a ela, se compreendermos sua sutil ambiguidade, compreenderemos que se trata de uma contradição apenas aparente. Essa compreensão nos é, aqui, útil, pois a afirmação do autor de *Raízes do Brasil* pode iluminar e ser iluminada pelo sentimento de instabilidade enunciado por Nabuco e presente também na obra de Henry James.

Por que nós, americanos, nos sentimos desterrados em nossa terra? A terra é a nossa terra: estamos ligados a ela por um sentimento de familiaridade e de intimidade; nós a conhecemos e a amamos em sua particularidade e singularidade (que é a nossa), como amamos a um indivíduo naquilo que ele é único. Quando estamos “do outro lado do mar” e sentimos “a ausência do país”, este sentimento origina-se da privação deste amor particularizado e individualizado que, em realidade, nós dirigimos a nós mesmos, pois a pátria é “a fôrma em que cada um de nós foi vazado ao nascer”. De onde vem, então, o sentimento de desterro, que nos assombra mesmo quando estamos em nossa terra? Ele é fruto da frustração de outro amor, cujo objeto também nos parece familiar, mas não mais de uma familiaridade particularizada e individualizada. Trata-se do amor que nos impulsiona em direção a uma humanidade comum. Este amor é, entretanto, pura aspiração, uma vez que ele está fadado a jamais se realizar por completo. Os objetos de aspiração, nas palavras do poeta alemão Friedrich Schiller, “são aquilo que nós fomos; eles são aquilo que nós devemos ser novamente” (apud Lukács, 1974: 157). Como

sugere Georg Lukács, contudo, este “eu” perdido não pode ser reencontrado, pois, na verdade, ele nunca existiu, senão como nossa própria criação, nosso mito de origem (apud Lukács, 1974: 157). Portanto, não basta a Nabuco (ou a James) mudar-se para o lado leste do Atlântico, na esperança de se sentir em casa, de se reencontrar consigo mesmo. Pois “do outro lado do mar”, sente-se “a ausência do país”: não sendo de fato europeus, nesta pátria mítica que é a Europa, estes americanos de “imaginação europeia” não conseguem particularizar e individualizar sua humanidade.

É curioso como, na correspondência que antecede sua volta aos Estados Unidos, em 1904, James se defende ardentemente contra a “fábula” de seu “desgosto” em relação à América, que se difundia entre seus familiares, amigos e conhecidos (ver Edel, 1996: 589). Contradizendo tal fábula, em carta a uma amiga, James afirma que “a ideia de *ver* novamente a vida americana, de provar da atmosfera americana, esta é uma visão, uma possibilidade, uma impossibilidade, positivamente romântica” (apud Edel, 1996: 589). Quando fala sobre a ideia de *ver* e *provar* novamente a América, ele utiliza dois verbos substantivados, *seeing* e *tasting*, que denotam explicitamente o desejo de restabelecer uma relação sensorial, física e pessoal com seu torrão natal. Este é um desejo “romântico”, termo que o autor utiliza recorrentemente, com o sentido de sentimental. Tal como para Nabuco, também para James, nós estamos ligados ao nosso país pelo sentimento. O sentimento é, para estes homens, sempre particular, individual, subjetivo. *Ver* e *provar* a América novamente é se reconhecer nela; é encontrar a parte mais íntima de si próprio. Este reconhecimento é uma possibilidade, mas também é uma impossibilidade, uma visão. O termo que traduzimos como “visão” é, em inglês, *vision*, e não *sight*. Enquanto *sight* possui uma dimensão mais sensorial, estando ligado à habilidade física da visão, *vision* possui uma dimensão abstrata, expressa um desejo, uma ambição, um projeto ou mesmo uma fantasia. Para James reencontrar a si mesmo, em sua terra natal, é uma visão que, a um só tempo, pode e não pode se realizar. Ela pode se realizar, na medida em que está vinculada a um sentimento familiar e íntimo, que inevitavelmente se renova ao contato com o país de nascimento. Mas ela não se realiza plenamente, pois a “imaginação europeia”, cultivada ao longo de décadas passadas do “outro lado do mar”, solapa a imediaticidade do reconhecimento da terra pelo nativo.

Ao desembarcar nos Estados Unidos, em 1904, James começa o processo de superação do sentimento de desterro de que fala Sérgio Buarque – superação que nunca se completa plenamente. A superação requer o reconhecimento de si mesmo em sua própria terra. E para tanto, James se impõe a tarefa de *conhecer* sua terra. Mas por que alguém sentiria a necessidade de conhecer algo que lhe é familiar? Por que Henry James sente tal necessidade? Na origem desta necessidade se encontra a sensação de instabilidade de que

fala Nabuco. Pois se a vida na Europa é, para estes homens, incompleta, uma vez que, lá, lhes falta o país, ela também é incompleta a oeste do Atlântico, pois, aqui, lhes falta o mundo. Se a vida na Europa não dá conta da individualização da humanidade de James e Nabuco, a vida na América não os conduz à humanização de sua individualidade.

Assim é que James afirma, no prefácio a *The American scene*, sentir-se, nos Estados Unidos, simultaneamente um nativo e um *outsider* (ver James, 1993: 353). Esta dupla condição não é simplesmente consequência da distância geográfica e temporal; ela é também fruto da aspiração a se ligar à humanidade, uma humanidade cujo “fundo comum de cultura” é europeu. Tal aspiração não elimina a familiaridade sentimental que o nativo tem com sua terra, mas retira a esta familiaridade o conhecimento imediato, natural e inconsciente – conhecimento análogo ao que Adão e Eva possuíam da natureza edênica, antes de sua expulsão do Paraíso. James deve, então, construir um novo tipo de conhecimento de seu torrão natal; um conhecimento bastante distinto do conhecimento natural e imediato daqueles que – simbolicamente – nunca deixaram sua terra. Para a construção deste novo conhecimento, James acredita que a ambígua condição do nativo-*outsider* o coloca em uma posição privilegiada. Pois, diz ele, “se tivera tempo de [se] tornar quase tão ‘fresco’ quanto um estrangeiro inquiridor, não o tivera, por outro lado, o suficiente para deixar de ser, ou ao menos de [se] sentir, como um iniciado nativo.” (James, 1993: 353). O estrangeiro *stricto sensu* e o nativo que nunca se distanciou, geográfica ou simbolicamente, de seu país são, ambos, incapazes de perceber a complexidade e as ambiguidades da vida americana. O primeiro, porque a falta de familiaridade o impede de ir além de aspectos superficiais e sua percepção tende a formar imagens homogêneas e coerentes do país desconhecido. O segundo, pois o excesso de familiaridade, a ausência de distância, o conhecimento imediato tendem a naturalizar e simplificar contradições e ambiguidades, dissolvendo as complexidades. A vantagem que tem o nativo-*outsider* em relação a estas duas figuras é a perspectiva. Perspectiva que é construída por meio deste jogo de distância e proximidade. Se estamos a uma distância muito grande de um objeto, não conseguimos enxergar seus detalhes, nuances e matizes; se estamos muito próximos, não somos capazes de englobar o todo em nosso campo de visão e nos perdemos no emaranhado de detalhes.

É por isso que James se recusa a levar em conta “informações” que podem ser obtidas através de “jornais, relatórios, pesquisas” (James, 1993: 353), pois informações como estas, por um lado, almejam a um conhecimento objetivo, capaz de formar uma totalidade coerente e, por outro lado, nos afogam numa enxurrada de fragmentos, a que somos incapazes de imprimir qualquer inteligibilidade. James se mostra “impenetrável” com relação às informações e somente “se fia no conjunto de suas impressões” (James, 1993:

353). As impressões jamesianas são compostas de elementos intuitivos e sentimentais, que têm como fundamento a familiaridade com sua terra, com seu país. Mas elas também são compostas por elementos oriundos de uma determinada experiência da realidade, que apenas é possível através da distância, da separação, do olhar em perspectiva. É, portanto, o sentimento de ser um “desterrado em sua terra” que fornece a perspectiva, que forja este ponto de vista vantajoso e possibilita este novo conhecimento do próprio país.

De um lado do mar, nos falta o mundo; do outro, o país. Para se conhecer o próprio país é, antes, necessário que se conheça o mundo. A separação, o desterro físico, é o primeiro momento neste processo de autoconhecimento e de autoformação. E é dele que vamos tratar agora.

- 4 1873, ano crucial na vida e na formação de Joaquim Nabuco, é marcado por dois fatos fundamentais: é o ano de sua primeira viagem à Europa e o ano de sua “fixação monárquica” (Nabuco, 1999: 43). Poderíamos dizer que é o ano em que ele atinge todo o esplendor da juventude e, simultaneamente, em que começa a caminhar para a maturidade. É o momento em que a instabilidade do mazombo alcança seu ponto máximo, manifestando-se na intensa volubilidade de interesses, inclinações e ideologias. Mas é também o momento em que ele inicia o processo de transmutação da volubilidade em uma outra qualidade, que o caracterizará fortemente na idade madura: a *plasticidade*; uma plasticidade exterior, que acompanha uma interioridade estável e serena.

Entre 1871 e 1873, ao menos exteriormente, Nabuco constrói de si um retrato de pura volubilidade. Neste período, suas inclinações políticas “flutuavam [...] entre a monarquia e a república” (Nabuco, 1999: 27) e as literárias falhavam em definir uma direção, uma vez que ele “lia de tudo igualmente” (Nabuco, 1999: 25). “Posso dizer”, afirma ele, “que não tinha ideia alguma, porque tinha todas” (Nabuco, 1999: 26). Na primeira viagem à Europa, a volubilidade se manifesta na “ambição de conhecer homens célebres de toda ordem”, no desejo de “ver todas as vistas do globo”, na aspiração ao “dom da ubiquidade” (Nabuco, 1999: 47). Assumindo para si a qualidade de um aparato tão moderno para a época quanto a “câmara fotográfica” (Nabuco, 1999: 47), Nabuco harmoniza-se com o ritmo acelerado da modernidade *belle époque*. É neste sentido que Ricardo Benzaquen de Araújo chama a atenção para três características com as quais o autor de *Minha formação* vai tecendo a imagem de sua juventude: “instabilidade, curiosidade e indecisão” (Araújo, 2004):

Retratando-se como alguém que se deslocava de maneira aparentemente errática, como se apenas vislumbrasse, ou melhor, esbarrasse nos lugares que pretendia visitar, Nabuco mostra-se, conseqüentemente, incapaz de esboçar um quadro mais nítido e sistemático das suas impressões de viagem. Assim, ele teria se aproximado perigosamente, naquele período, do chamado “homem das multidões”, título de um conto de Edgar Allan Poe e principal personagem de uma experiência que marcou

profundamente o espírito de algumas das metrópoles do século XIX, experiência que, interpretada de acordo com as sugestões de Simmel, envolvia uma intensificação da vida emocional em função de uma contínua e rápida mudança de estímulos, e que costuma ser resumida pela expressão “vivência de choque” (Araújo, 2004).

Ainda de acordo com a análise de Araújo, é a visita à Inglaterra que marca o ponto de virada da instabilidade juvenil para o caráter mais estável que sua personalidade assume na maturidade. Em contato com a tranquilidade e serenidade que caracterizam a atmosfera da capital britânica, Nabuco sente que “sua curiosidade de peregrinar estava satisfeita, trocada em desejo de ali parar para sempre” (Nabuco, 1999: 85). O caráter inglês é, como o de nenhuma outra nação, capaz de combinar “o espírito de progresso” com a “superstição do costume”. O espírito inglês é, por um lado, aquele da conservação dos elementos exteriores da tradição e da transformação de conteúdos essenciais. Mas é também, por outro lado, o da permanência de princípios fundamentais, por meio da flexibilização das bases nas quais estes estão ancorados. Para Nabuco, a superioridade da monarquia inglesa, com seu governo de gabinete, em relação ao sistema presidencial norte-americano, é precisamente sua maleabilidade, sua capacidade de se adaptar rapidamente a situações novas e imprevistas, mantendo, no entanto, princípios fundamentais (ver Nabuco, 1999: 28-37).

Ao longo da narrativa de si, Nabuco parece mimetizar o espírito inglês. Tal qual este, sua subjetividade se faz maleável e adaptável. Na maturidade, isto é evidente; mas este traço já se encontra presente na juventude: sua volubilidade pode ser pensada como uma incipiente plasticidade, algo exterior e superficial, que não chega a atingir seu interior mais profundo, sua essência fundamental. Mesmo no período que antecede sua viagem à Europa, a despeito das itinerâncias literárias e oscilações ideológicas, “politicamente”, afirma ele, “o fundo liberal ficou intacto. [...] Liberal eu o era de uma só peça, a minha densidade democrática era máxima” (Nabuco, 1999: 26). Como com o estilo narrativo de uma pessoa, que, segundo ele, se forma muito cedo e se mantém constante, também com a essência da personalidade, “o que se faz mais tarde na madureza é tomar somente o melhor do que se produz, desprezar o restante, cortar as porções fracas, as repetições, tudo o que desafina ou que sobra” (Nabuco, 1999: 28), i.e.: transforma-se plasticamente o que é supérfluo ou exterior e mantém-se o essencial.

A passagem da juventude para a maturidade caracteriza-se, portanto, menos por uma radical transformação, em que a firmeza de caráter substituiria a volubilidade, e mais por uma maior harmonização entre uma interioridade estável e uma exterioridade plástica. Esta harmonização implica, por sua vez, uma outra: entre o sentimento e o pensamento, i.e., entre o país e o mundo. No que concerne ao país, Nabuco é plástico o suficiente, ao lidar com a pequena política, para servir como diplomata o regime republicano poucos anos depois de escrever *Minha formação*, sem trair a essência de suas inclinações monárqui-

cas. Esta virada plástica em sua carreira já se anunciara, aliás, no último capítulo de *Minha formação*, onde o autor descreve o exemplo dos homens da geração de seu pai, que serviram ao regime monárquico, mas nunca se colocaram o “dilema entre a monarquia e a pátria, porque a pátria não podia ter rival” (Nabuco, 1999: 217). Esse exemplo do passado abria para Nabuco a possibilidade de voltar a servir à pátria no futuro, independentemente do regime político que a governasse (ver Carvalho, 2001: 221). Isso só seria possível porquanto, segundo ele, o fundamento de sua adesão monárquica podia ser encontrado no *liberalismo*, “não no sentido passageiro, político, da expressão, mas no seu sentido humano, eterno, e como liberal a aspiração sintética de [sua] vida tinha que ser a de não [se] dissociar, qualquer que fosse sua forma de governo, dos destinos de [seu] país” (Carvalho, 2001: 218). Esse fundamento liberal manteve-se intacto por meio da mais universal das causas nacionais, o abolicionismo.

A devoção à causa abolicionista conduziu, ao longo da vida de Nabuco, o processo de interiorização da curiosidade que, em sua primeira juventude, estivera voltada para todos os personagens, lugares e acontecimentos do mundo e fora o sentimento propulsor da inquietude do caráter juvenil. O embate político pelo fim da escravidão dirige a curiosidade para dentro de si próprio, para a memória de sua infância no Engenho de Massangana, onde o exemplo da caridade cristã dos escravos na relação com seus senhores “decidiu [...] do emprego ulterior de [sua] alma” (Nabuco, 1999: 162), tanto política como religiosamente. “A abolição”, declara Nabuco, “pelo seu sopro universal, isolara-me dos partidos, afastara-me de sua esfera contenciosa” e, simultaneamente, “minha esfera tornara-se toda subjetiva” (Nabuco, 1999: 218-219). A “fôrma em que fora vazado ao nascer” acomodou-se, assim, às novas formas em que a experiência europeia, i.e., a experiência do mundo, modelara sua subjetividade.

- 5 “Eu sinto a ideia de Deus no mais afastado de mim mesmo”, escreve Nabuco no famoso capítulo de *Minha formação* intitulado “Massangana”. “O mais afastado de si mesmo” é o ponto de interseção entre uma herança ancestral, que o liga a importantes tradições da humanidade, e os aspectos mais íntimos de sua subjetividade; é, ao mesmo tempo, o “sinal amante e querido de diversas gerações” (Nabuco, 1999: 160) e os símbolos familiares que infundiram sentido em sua pequena existência de criança. A infância é, por excelência, o momento deste encontro entre o particular e o universal, que somente se renovará outra vez na velhice.

É uma semelhante renovação da infância que Henry James experimenta nas primeiras impressões que forma de sua terra natal, em 1904. Essas impressões destoam daquelas que dão o tom mais geral dos relatos e exprimem a velocidade das transformações impulsionadas pela típica “vontade de crescer” americana. As primeiras impressões, ao contrário, referem-se a um “passado que remonta a bem lá atrás; parte de uma cadeia de associações que retrocedia

à atmosfera indefinida da extrema juventude”. E continua: “A extrema juventude estivera repleta de Nova Iorque, e estava absurdamente descobrindo-a novamente, encontrando-a ao virar de cada esquina, em visões, sons, cheiros, mesmo no caos da confusão e da mudança” (James, 1993: 357).

Ao contrário do Nabuco da maturidade, entretanto, cuja curiosidade juvenil fora há muito saciada e substituída por uma personalidade serena e estável, o James da maturidade encontra na curiosidade um meio de conhecer novamente sua terra natal e de se reconhecer nela. A curiosidade é justamente o elemento que preserva sua singularidade ante os fenômenos que caracterizam a modernidade urbana da metrópole americana: a “vontade de crescer” e a “grande pressão equalizadora” (James, 1993: 460) que Nova York exerce sobre seus habitantes. A curiosidade é o elemento que faz vibrar o tenso vínculo entre a distância e o perspectivismo do *outsider* e a proximidade familiar do nativo. Se, por um lado, os laços afetivos que vinculam o nativo a sua terra permitem que ele enxergue nela beleza e doçura, por outro lado, a distância de seu olhar *outsider* é capaz de perceber o aniquilamento das singularidades individuais no turbilhão da vida urbana nova-iorquina, sem ser, ele próprio, aniquilado. Como o narrador convalescente de *O homem da multidão* que, após retornar ao mundo do qual esteve retirado, por longos meses, em função de uma enfermidade, observa-o com renovado e intenso interesse, James, o “ausente restaurado” (James, 1993: 453) à sua cidade natal, também se acha em “um daqueles felizes estados de ânimo que são tão precisamente o inverso do *ennui* – estados de ânimo de agudo apetite, quando a visão mental se desanuvia [...] e o intelecto, eletrificado, ultrapassa muito sua condição cotidiana” (Poe, 1990: 240). E o termo através do qual o próprio James define este vivo interesse é curiosidade; a curiosidade com que ele “vibra” (James, 1993: 353) diante de seu objeto: “era como se, toda minha vida, minha curiosidade houvesse sido maior do que eu sabia. Estes, para uma sensibilidade excitada, são os refinamentos do contato pessoal” (James, 1993: 362).

A curiosidade de James e a plasticidade de Nabuco constituem os artifícios através dos quais estes mazombos empreendem o retorno simbólico a seus respectivos torrões natais, a suas respectivas Américas. A curiosidade torna possível, para o primeiro, viver em meio à peculiar modernidade norte-americana e representá-la literariamente, preservando sua singularidade. A plasticidade possibilita ao segundo relacionar-se com a pequena política, a política do país, sem com isso esfacelar a essência de sua personalidade ou abrir mão de princípios morais, religiosos e ideológicos fundamentais. Na idade madura ambos alcançam a percepção de que tanto a formação intelectual europeia, quanto a elaboração de vínculos sentimentais com seu país de origem são partes de um só processo, de uma só viagem: a viagem que os aproxima de sua própria humanidade.

**Luiza Larangeira da Silva Mello** é doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Atualmente, é bolsista de Pós-Doutorado CAPES/PNPD, vinculada ao Departamento de História da PUC-Rio e ao projeto de pesquisa “Subjetividade, religião e política em Joaquim Nabuco”, coordenado pelo professor Ricardo Benzaquen de Araújo. Tem experiência na área de história intelectual, interessando-se principalmente pela história das literaturas anglo-americana e brasileira e história do pensamento social brasileiro.

## NOTAS

- \* O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), entidade do Governo brasileiro voltada para a formação de recursos humanos.
- 1 A noção de “modelagem da subjetividade” [*self fashioning*] foi retirada do trabalho de Stephen Greenblatt (1980), no qual a análise de textos literários do Renascimento inglês conduz ao argumento de que a concepção de individualidade autodirigida e centrada em uma interioridade coesa, representada pela razão ou consciência, que começa a se constituir nesse período, vem acompanhada da possibilidade de formação, modelagem e transformação da subjetividade pelo indivíduo. Argumento semelhante e complementar é desenvolvido no artigo de Thomas Greene (1968), que opõe a noção tomista de *habitus* a uma concepção de subjetividade fundamentada na ideia de flexibilidade, típica da literatura do Renascimento italiano. A ideia, presente em ambos os trabalhos, de que o Renascimento inaugura uma nova concepção de subjetividade que vai marcar, guardadas as devidas diferenciações sincrônicas e diacrônicas, toda a modernidade ocidental é de fundamental importância para que se compreenda o papel da formação humanista nos textos autobiográficos de Nabuco e James.
  - 2 Para um estudo comparado entre as obras de Nabuco e Henry Adams, ver Jaguaribe (1994).
  - 3 As citações retiradas de obras em inglês ou francês foram por mim traduzidas e cotejadas com suas traduções para o português, quando existam.
  - 4 Henry James viveu com os pais e os irmãos, em diversos países europeus, durante quase toda infância, e, após o interregno da adolescência, passado em Massachusetts, retornou à Europa, ainda jovem adulto, fixando-se definitivamente, aos 33 anos, na Inglaterra, onde viveu até sua morte, em 1916.
  - 5 Tomo de empréstimo, aqui, a expressão cunhada por Norbert Elias e que dá título a sua obra clássica ([1939] 1994), por considerar que a formação humanista dos personagens ficcionais de Henry James representa metafórica e

metonimicamente, no plano individual, o processo civilizador por que passam as sociedades ocidentais. Segundo a sugestão do próprio Elias, “mesmo na sociedade civilizada, nenhum ser humano chega civilizado ao mundo e [...] o processo civilizador individual que ele obrigatoriamente sofre é uma função do processo civilizador social” (Elias, 1994: 15, primeira nota [\*]).

- 6 Para uma análise deste romance de Henry James e da alegorização do mito adâmico nele presente, ver o capítulo “A era da inocência (o mito)” de minha tese de doutorado (Mello, 2010).
- 7 Para Nabuco, os fundamentos civilizacionais da sociedade brasileira deveriam ser buscados na Europa e não na natureza americana ou na cultura dos seus primeiros habitantes. “A nossa imaginação”, diz ele, “não pode deixar de ser europeia, isto é, de ser *humana*; ela não para na Primeira Missa no Brasil, para daí continuar recompondo as tradições dos selvagens que guarneciam nossas praias no momento da descoberta” (1999: 49). Esta discordância de Nabuco com o nativismo romântico refletira-se na polêmica pública que travara com José de Alencar, em sua juventude (ver Coutinho, 1965).
- 8 Uma das maneiras de compreender esta diferença de ênfase é o estudo das distintas expressões do mito do paraíso terrestre e dos correspondentes motivos edênicos no imaginário dos cronistas da colonização anglo-saxã e ibérica, nas distintas latitudes do continente americano. George H. Williams, em seu livro *Wilderness and paradise in Christian thought* (1962), argumenta que no imaginário dos colonizadores da América do Norte, informado pela religiosidade protestante, o paraíso terrestre deveria ser construído a partir da conquista da natureza e dos selvagens habitantes das terras americanas, e da imposição a eles do Verbo divino. A *wilderness* americana assumiria, neste contexto, tanto um sentido negativo, de terra selvagem e devastada que não conhece a palavra divina, quanto um sentido positivo de um local que, apesar de vazio, e talvez por este motivo mesmo, foi escolhido por Deus para que nele seja erigido o paraíso terreal. Este duplo sentido da *wilderness* remontaria a Canaã, terra prometida por Iahweh aos israelitas, aludida no Pentateuco. A famosa interpretação de Max Weber na

Ética protestante e o “espírito” do capitalismo, acerca da importância da ideia de *conquista do mundo* para a glória divina, no protestantismo puritano, é fundamental para o desenvolvimento do argumento de Williams. Sérgio Buarque de Holanda retoma este argumento, no prefácio à segunda edição de *Visão do paraíso* (2000), e compara o paraíso terrestre “conquistado” dos anglo-saxões com o paraíso terrestre “encontrado”, como dádiva e graça da Providência, que está no centro do imaginário da colonização ibérica do Novo Mundo. Para uma análise mais extensa do argumento destes dois autores, ver o excelente artigo de Robert Wegner (2003).

- 9 Em 1909, Nabuco escreve a conferência “A parte da América na civilização”, como *baccalaureate address* a ser proferido na cerimônia de formatura da Universidade de Wisconsin. Nessa conferência, ao contrário do que ocorre em *Minha formação* e textos anteriores de Nabuco, o continente americano parece dar uma contribuição original à civilização: a democracia norte-americana – que se diferencia da inglesa, em particular, e da europeia, em geral, por instituir não apenas a igualdade de condições, como também a igualdade das posições na sociedade, e pela feição particular que lhe é dada pela imigração. Nos Estados Unidos, “a imigração”, diz Nabuco, “fez da pátria simples questão de vontade”. E continua: “Quando o espírito de liberdade, que fora caracteristicamente anglo-saxônico, se enraizou num país sem tradição monárquica, tomou a forma de democracia, ou de república. Existem, sem dúvida, elementos fundamentalmente ingleses na democracia americana, como existem outros de origem greco-latina. Não se pode quebrar a cadeia que une, através da história, a evolução de uma ideia ou um sentimento. No entanto, a democracia americana é novidade genuína de feito desconhecido. Nem os antigos a produziram, nem a produziria a Europa” (Nabuco, 2010: 538-539). A contribuição americana, entretanto, é, sobretudo, norte-americana, como declara o autor, ao final do discurso: “Falando da América, quis tomar sempre a parte como o todo e ocupar-me só deste país [os Estados Unidos]. É cedo ainda para estudar o papel que a história reserva à América Latina. Não recebemos ainda ordem de entrar em cena e as peças de Deus são muito longas. Seus atos são séculos” (Nabuco, 2010: 546).

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- Araújo, Ricardo Benzaquen de. (2004). Através do espelho: subjetividade em *Minha Formação*, de Joaquim Nabuco. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 56/19, p. 5-13.
- Auerbach, Erich. (2007). *Ensaio de literatura ocidental*. São Paulo: Duas Cidades/Ed. 34.
- Benjamin, Walter. (1989). Sobre alguns temas em Baudelaire. In: *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, p. 103-149 (Obras escolhidas III).
- Carvalho, Maria Alice Rezende de. (2001). Joaquim Nabuco: *Minha formação*. In: Mota, Lourenço Dantas (org.). *Um banquete no Trópico*. São Paulo: Ed. Senac, p. 219-236.
- Coutinho, Afrânio. (1965). *A polêmica Alencar-Nabuco*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Edel, Leon. (1996). *Henry James: A life*. Londres: Flamingo.
- Elias, Norbert. (1994). *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar (vol. 1).
- Emerson, Ralph Waldo. (1983). *Essays & lectures*. Nova York: The Library of America.
- Foster, Edward Morgan. (2006). *Howards end*. São Paulo: Globo.
- Greenblatt, Stephen. (1980). *Renaissance self-fashioning*. Chicago/Londres: The University of Chicago Press.
- Greene, Thomas. (1968). The flexibility of the self in Renaissance literature. In: Greene, Thomas; Demetz, Peter & Nelson, Lowry (orgs.). *The disciplines of criticism: Essays in literary theory, interpretation and history*. New Haven: Yale University Press, p. 241-264.
- Jaguaribe, Beatriz. (1994). Autobiografia e nação: Henry Adams e Joaquim Nabuco. In: Caminha, Adolfo et al. (orgs.). *Brasil-EUA: antigas e novas perspectivas sobre sociedade e cultura*. Rio de Janeiro: Leviatã.
- Holanda, Sérgio Buarque de. (2006). *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Holanda, Sérgio Buarque de. (2000). *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense/Publifolha.
- James, Henry. (2000). *The golden bowl*. Hertfordshire: Wordsworth Editions.

James, Henry. (1993). *Collected travel writings: Great Britain and America*. Nova York: The Library of America.

James, Henry. (1984). Hawthorne. In: *Literary criticism*. Nova York: The Library of America.

James Sr., Henry. (2009). *Christianity the logic of creation*. Nova York: Bibliolife.

Lewis, Richard W. B. (1975). *The American Adam: innocence, tragedy and tradition in the nineteenth century*. Chicago/Londres: The University of Chicago Press.

Lukács, Georg. (1980). *Soul and form*. Cambridge: The MIT Press.

Mello, Evaldo Cabral de. (1999). No centenário de Minha Formação. In: Nabuco, Joaquim. *Minha Formação*. Rio de Janeiro: Topbooks, p. 9-16.

Mello, Luiza Larangeira da Silva. (2010). *Depois da queda: A representação da cultura nacional norte-americana na obra tardia de Henry James (1904-1907)*. Tese de Doutorado. Pós-Graduação em História Social da Cultura/Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Nabuco, Joaquim. (2010). A parte da América na civilização. In: Mello, Evaldo Cabral de (org.). *Joaquim Nabuco: essencial*. São Paulo: Penguin Classics/Companhia das Letras, p. 531-547.

Nabuco, Joaquim. (1999). *Minha Formação*. Rio de Janeiro: Topbooks.

Ozouf, Mona. (1998). *La muse démocratique: Henry James ou les pouvoirs du roman*. Paris: Calmann-Lévy.

Panofsky, Erwin. (2009). *Significado nas artes visuais*. São Paulo: Perspectiva.

Poe, Edgar Allan. (1990). *Selected works*. Nova York: Gramercy Books.

Simmel, Georg. (2005). As grandes cidades e a vida do espírito. *Mana*, 2/11, p. 577-591.

Toqueville, Alexis. (2004). *Democracy in America*. Nova York: The Library of America.

Trilling, Lionel. (1972). *Sincerity and Authenticity*. Cambridge/Londres: Harvard University Press.

Weber, Max. (2004). *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Wegner, Robert. (2003). América, alegria dos homens: uma leitura de *Visão do paraíso* e de *Wilderness and paradise in Christian thought*. In: Rocha, João Cezar de Castro (org.). *Nenhum Brasil existe – pequena enciclopédia*. Rio de Janeiro: Topbooks.

Williams, George Huntston. (1962). *Wilderness and paradise in Christian thought: The biblical experience of the desert in the history of Christianity & the paradise in the theological idea of the university*. Nova York: Harper & Brothers.

Winters, Yvor. (2007). Maule's well, or Henry James and the relation of morals to manners. In: *In Defense of Reason*. Londres: Routledge & Kegan Paul.

**O BOM FILHO À CASA TORNA: FORMAÇÃO  
HUMANISTA EUROPEIA E SENTIMENTO PÁTRIO  
EM JOAQUIM NABUCO E HENRY JAMES**

**Palavras-chave**

Joaquim Nabuco; Henry James; modernidade *belle époque*; humanismo europeu; sentimento nacional.

**Resumo**

Este artigo propõe uma análise comparativa entre textos de caráter autobiográfico do intelectual e político brasileiro Joaquim Nabuco e do escritor norte-americano Henry James, nos quais eles modelam suas subjetividades e confrontam-se com alguns dos problemas que mobilizaram boa parte dos intelectuais, na virada do século XIX para o XX. Tanto *Minha formação* (1900), de Nabuco, quanto *The American scene* (1907), de James, representam o sentimento a que Evaldo Cabral de Mello chama “o dilema do Mazombo”, ou seja, a tensão dialética, vivida por grande parte das elites sul e norte-americanas, entre o humanismo europeu e o vínculo afetivo com o país de origem.

**THE GOOD SON RETURNS HOME: HUMANIST EUROPEAN  
EDUCATION AND NATIONAL FEELING IN JOAQUIM  
NABUCO AND HENRY JAMES**

**Keywords**

Joaquim Nabuco;  
Henry James;  
*Belle époque* modernity;  
European humanism;  
National sentiment.

**Abstract**

This paper proposes a comparative analysis between the autobiographical writings of the Brazilian intellectual and politician Joaquim Nabuco's and the North-American writer Henry James's. It analyzes how Nabuco's and James fashion their subjectivities and confront some of the problems that interested intellectuals at the turn of nineteenth and in the early twentieth century. Nabuco's *My formation* (1900) as well as James's *The American scene* (1907) represent the sentiment called “the Mazombo's dilemma” by Evaldo Cabral de Mello, i.e., the dialectical tension between European humanism and the emotional relation to the native country, which affected part of the South and North-American upper classes.



## **REGISTROS DE PESQUISA**

**LA CRITICA  
CINEMATOGRAFICA  
COMO  
EXPRESION  
E INSTRUMENTO  
DE CULTURA**



**EXPERIENCIAS DE LA CRITICA CINEMA-  
TOGRAFICA EN CUBA.**

*Carlos Galiano*



Ilustração, sem autor, para o artigo do crítico Carlos Galiano, intitulado "Experiencias de la crítica cinematográfica en Cuba", publicado na revista *Cine Cubano*, 1982, 101.

## **FORMAÇÃO, CAMPO E OCASO: REGISTROS DA CRÍTICA CINEMATOGRÁFICA NA AMÉRICA LATINA**

Em que consiste a crítica? Qual o seu papel em países específicos? Qual o seu estado nos dias de hoje em comparação a sua institucionalização nos anos de 1950/1960? Como se constitui a formação de um crítico? Que papel desempenha seu gosto pessoal? E como ele próprio se vê perante um suposto acaso, tanto de seu meio quanto de seu objeto – o cinema? Estas e outras questões aqui tratadas à luz de discursos de críticos argentinos, cubanos e mexicanos compreendem o escopo de uma investigação iniciada em 2006.<sup>1</sup> Com base em relatos e memórias, naquele ano dei início a uma espécie de cartografia sociológica da crítica cinematográfica na América Latina considerando quatro países em questão. Para tanto, somei ao trabalho entrevistas com críticos brasileiros, ainda em processo de finalização.<sup>2</sup>

Longe de tentar definir “a” crítica, tal qual uma entidade uniforme, tentarei, neste artigo, empreender uma breve sociologia da crítica, mapeando os campos de determinada conjuntura geográfica. Noto, desde logo, que, assim como o cinema, a crítica cinematográfica não se definiria pelo artigo que a precede. Em outras palavras, a impossibilidade de significação precisa para “o” cinema seria a mesma para “a” crítica, uma vez que ambos se constituem de inúmeras formas, narrações, discursos, lugares, tempos, subjetividades. Não obstante, não seria tal indefinição congênita a nos impedir de escrever sobre tais objetos, bastando-nos mapear o campo de interesse e o foco de ação. Deste modo, entre a sociologia da cultura e os estudos de cine-

ma, proponho discutir alguns fundamentos do que se entende por crítica cinematográfica.

Quanto aos campos em que a pesquisa se inscreve, noto que para a sociologia da cultura, pode-se dizer, o cinema ainda é tido como objeto, de certa forma, à margem. Basta observarmos a definição de Nathalie Heinich em seu livro intitulado *A sociologia da arte* (2008), em que a socióloga francesa distingue “sociologia da arte” do termo “sociologia da cultura”, não obstante sua ampla associação. Heinich considera este último termo essencialmente polissêmico, principalmente por não selecionar o objeto da sociologia por ela tratada, no caso as artes em seu sentido restrito de *patri-mônio*. Tal especificação compreende as artes plásticas, a literatura e a música, e deixa de fora artes do espetáculo, cinema, mídia, artesanato e artes aplicadas. Curioso notar que tal acepção converge com a citada por Lucio Mendieta y Nunez, em texto intitulado *Sociologia da arte*, publicado na segunda série organizada por Gilberto Velho (1967), em que, das diversas formas de classificação da arte, “uma primeira divisão as distingue em artes maiores ou belas-artes e artes menores ou industriais; ter-se-ia que acrescentar as artes populares ou folclóricas, porém quando se fala de arte entende-se que se refere às belas-artes: música, dança, pintura, arquitetura, escultura, literatura” (Mendieta y Nunez, 1967: 61).

Já em relação aos estudos de cinema, é possível notar que não são poucos os trabalhos pautados em análises fílmicas a fundamentarem teorias que já compuseram ou estão a compor tradições de pensamento. Contudo, se olharmos para o lado da crítica, verificaremos uma incipiência temática, sobretudo quando buscamos pesquisas acerca da recepção e de assuntos afins depreciados, de certo modo, pela instituição acadêmica mais ocupada com investigações orientadas à produção e decodificação de filmes.

É justamente deste entre-lugar que busco compreender uma forma específica e localizada de recepção com base numa etnografia da crítica, cujas fontes primárias são os próprios críticos em questão.

### **CRÍTICA E CRISE: MÉXICO E ARGENTINA**

Em primeiro lugar, aponto a uma tendência dicotômica revelada nas entrevistas. Por um lado, observa-se no México, na Argentina e em Cuba, assim como no Brasil, que, contrariamente às críticas literária e de arte, não são muitos os escritos teóricos e acadêmicos sobre crítica cinematográfica, ainda que esse campo tenha crescido nos últimos anos. Por outro lado, são inúmeras as discussões *lato sensu* que sugerem uma crise, ou até mesmo um “fim” da crítica. Ou seja, ainda principiante de um lado, do outro, a crítica de cinema, por intermédio de seus porta-vozes, já propaga seu suposto ocaso. Desse

paradoxo é imperativo que se atente às dualidades distintivas apontadas em alguns discursos. Se tomarmos em consideração as múltiplas opiniões dos críticos entrevistados, não chegaremos a uma conclusão precisa sobre sua função, tampouco sobre sua suposta consumação. Poderemos, isto sim, apreender alguns dos motivos para ideias positivas e fatalistas dos agentes do campo, compreendendo suas lutas e interlocuções.

A começar pelo México, creio oportuno descrever relatos de três personagens influentes: Nelson Carro, Leonardo García Tsao e Jorge Ayala Blanco.<sup>3</sup> Atuando como crítico no México desde 1977, o uruguaio Nelson Carro, formado em engenharia química, faz parte de um tempo em que não havia formação ou especialização para o ofício que acabou por escolher. Até a época da entrevista, escrevia para o semanário *Tiempo Libre*, um guia da Cidade do México com várias seções culturais, de lazer e entretenimento. Tornou-se crítico pela cinefilia. Não somente por conta da proliferação de cursos e escolas de cinema, para ele, seu campo não tem diminuído, muito ao contrário, tem se difundido amplamente, ocupando espaços diversificados. Entretanto, sua qualidade teria enfraquecido.

Ao analisar não somente o campo mexicano, Carro observa um novo *modus operandi* da recepção em países latino-americanos ao abrirem mão de espaços próprios para o cultivo da cinefilia (cinematecas e cineclubes, por exemplo), que estabeleciam claras diferenciações com a produção industrial. Apesar do esmaecimento cada vez mais significativo daqueles espaços, em sua visão ainda não seria possível falar em extinção da crítica, uma vez que ela – “mal ou bem” – continua a orientar o espectador. Ou seja, mesmo sem a força de outrora, a instituição crítica ainda seria capaz de fornecer ao espectador elementos sem os quais sua recepção seria limitada.

Parte de uma geração formada diretamente pelo método autoral, Carro atenta ao fato de meios como a Internet não contarem com sistemas de avaliação, critérios ou regras relativos à escritura, cabendo ao espectador-leitor o discernimento sobre o que serviria ou não à sua reflexão. Para ele, um leitor com formação e hábitos muito distintos dos do crítico dificilmente criaria interlocução com seu texto. A crítica seria mais bem aproveitada como ferramenta quando existisse uma afinidade de gosto. E aqui o verbo afinar pode e deve ser empregado em duplo sentido: de semelhança e harmonia do gosto, e de torná-lo mais fino, aprimorado.

Um pouco mais pessimista que Nelson Carro, o mexicano Leonardo García Tsao, que escreve para o maior jornal mexicano de esquerda, *La Jornada*, também exerce a função de crítico há trinta anos. A possível extinção da crítica no México, para ele, estaria vinculada tanto à sua profissão, cada vez mais irrelevante, quanto ao fenômeno da Internet, que “gera um diálogo amador mais imediato e acessível às massas”. O interessante a notar na reflexão de Tsao é que a nova postura em relação à crítica estaria diretamente

relacionada ao próprio ato da recepção, já que, atualmente, “não mais se assiste a filmes como há trinta/quarenta anos”, sendo a postura do receptor, em nossos dias, “sensorial, urgente e entretenida”. Para Leonardo Tsao, contrariamente aos anos de 1960 e 1970, em que se assistia a filmes europeus, asiáticos e latino-americanos, numa época em que refletiam fundamentos ideológicos, no “vazio cultural” atual o público se “satisfaz, apaticamente, com a indústria”.

Levando ao paroxismo a visão pessimista deste último crítico, Jorge Ayala Blanco, que escreve para o jornal *El Financiero*, fundado em 1981 e dedicado principalmente ao jornalismo econômico, acredita que a crítica mexicana não corre perigo de extinção, uma vez que já teria sido extinta. Engenheiro químico, Ayala Blanco se situa num campo oposto ao dos dois acima tratados, o que os leva a embates por vezes pessoais. Como outros críticos,<sup>4</sup> ele foi discípulo de Emílio García Riera (cuja importância equivale a Paulo Emílio Salles Gomes, no Brasil), imigrante espanhol, como muitos intelectuais foragidos para o México durante a Guerra Civil, crítico pioneiro e um dos mais importantes do país na década de 1960. García Riera e outros de sua geração foram influenciados pela *política dos autores* francesa, fundando, em 1961, a revista *Nuevo Cine*, o primeiro veículo mexicano de crítica formal.

Em determinado momento, Ayala Blanco rompe com García Riera, juntando novos discípulos em campo oposto. Dos seguidores do método de autor implementado por Riera, muitos abandonaram o ofício da crítica, e os únicos que ainda escrevem com periodicidade são Nelson Carro e Leonardo García Tsao. Apesar de persistirem numa luta de campos definidos e opostos, o grupo de García Riera e o desconstrutivista, que tem como representante Jorge Ayala Blanco, não contam com veículos a delimitar seus espaços. Suas posições dispersas em diversos meios dificultam qualquer embate crítico mais legitimado. Como indica Tsao, “a situação cultural no país está tão pobre que não existe revista, nem de um lado nem de outro”. Em irônica concordância, Ayala Blanco sustenta que atualmente o que mais se produz no México “não é crítica, mas sinopses e promoções de filmes comerciais”.

Ao marcar seu posicionamento “anticinema de autor”, Ayala Blanco se autointitula “crítico de filmes, e não de cineastas”. A ele não interessam métodos que versem sobre o autor ou sobre a função social do filme, utilizados por agentes opositores, “que escrevem como se estivessem conversando, em vez de sobrecarregarem a crítica de ideias a partir de um discurso autônomo”. A prática crítica, em sua concepção, deve ser reservada ao método barthesiano de desconstrução do discurso fílmico. O puro julgamento de um filme não entraria na categoria de análise escritural mais aplicada por refletir “uma atitude conformista”. “A verdadeira crítica das instituições e linguagens”, afirma, consiste em “desmontar, desconstruir uma narrativa”. Ao declarar que escreve para um público/leitor “inteligente”, Blanco sustenta que o texto crítico nunca

deve imprimir um tom informal ou coloquial, uma vez que tal “facilismo” seria a “causa do empobrecimento da cultura nos países latino-americanos”.

O empobrecimento da cultura cinefílica, a escassez de espaço para a crítica e sua falta de renovação são problemas constatados não somente pelos críticos mexicanos, mas também pelos argentinos, que alternam, assim como seus pares *hermanos*, pontos de vista pessimistas e otimistas em relação ao ocaso de sua função.<sup>5</sup> Ao concordarem com a ideia de que a nova cinefilia tem definitivamente adotado uma forma de recepção cinematográfica distinta da tradicional, os argentinos baseiam-se em dois princípios essenciais: a nova escritura não mais estaria pautada num tempo histórico cinematográfico; a instituição cinema teria perdido sua unidade lógica com a proliferação de outras formas de audiovisual.

Eduardo Antín, fundador da revista *El Amante*<sup>6</sup> no início da década de 1990, e atualmente crítico independente, afirma que o cinema, além de assimilar linguagens de outras culturas audiovisuais, desvinculou-se de seu formato clássico e específico, podendo ser visto na televisão, no museu, na universidade, no computador. Este fato teria sido responsável por seu relativo ganho de importância se comparado ao que tinha há cinquenta anos, quando do nascimento da crítica moderna. Entretanto, sua concepção conteudista estaria diminuindo gradualmente, uma vez que o consumo formalista do cinema se equipararia a outros bens e espetáculos. Para ele, simultaneamente à perda de certa aura cinematográfica, a nova recepção envolveria uma anulação da esperança estética, política e social antes existente. O espalhamento da função do cinema ocasionaria uma dispersão do papel da crítica, que busca, sem encontrar, novos pontos de diálogo com a obra, com os meios e com o público. Desta forma, ela acabaria perdendo espaço para o jornalismo cinematográfico, resumindo-se a notas promocionais, entrevistas e matérias afins.

Na contramão desse movimento, Antín aponta para outro fenômeno: enquanto grandes críticos, como o francês Serge Daney, sempre tentaram conciliar no texto elementos da “alta cultura” e das ciências sociais com o ‘gosto ingênuo’ e com a concepção do cinema como espetáculo popular, ou seja, como fenômeno de massa, os novos críticos tendem a uma leitura mais compartimentada”. Dessa forma, o cruzamento clássico anterior teria cedido lugar a uma sorte de especialização implementada por uma disciplinarização acadêmica do cinema, o que representaria uma mudança histórica importante. Professor de matemática, o crítico vê com estranhamento o fenômeno vivenciado pela revista que fundou junto com amigos – “simplesmente para traduzir na escritura o prazer da fruição cinematográfica” – quando ela passou a funcionar como espaço para promoção de cursos de crítica. Diferentemente de sua experiência diletante, já que “acabou virando crítico sem querer, de forma orgânica”, Antín verificou no próprio meio por

ele criado uma outra forma de desenvolvimento da profissão – acadêmica, disciplinarizada.

Da mesma geração deste último crítico, Luciano Monteagudo, que atualmente escreve para o jornal *Página 12*,<sup>7</sup> entrou na crítica pelo cineclubismo em meados dos anos 1970, “numa época em que ainda não existia vídeo”. Nesse mesmo período, em março de 1976, quando do Golpe Militar, o crítico ingressou no curso de letras da Universidade de Buenos Aires, sem chegar a concluir, pois “as disciplinas humanas foram as que mais sofreram e, dessa forma, o contexto não ajudou para avançar na carreira”. De sua experiência com a escritura cinematográfica, Monteagudo constata que a indústria tem “obturado e expulsado o crítico dos meios institucionalizados – antigamente, espaços de poder, mas hoje de desinteresse tanto para o crítico quanto para o leitor”. Neste contexto, um lugar ainda garantido ao crítico seria o da curadoria e o da programação de festivais e ciclos independentes, em que há a possibilidade de intervenção, de proposição e de diálogo com o espectador-leitor. Monteagudo afirma que o “‘bom cinema’ e a ‘arte autêntica’ pertencem a espaços de resistência”. A seu ver, enquanto houver necessidade deste tipo de expressão, haverá igualmente uma “boa crítica” que responda a estes materiais, não de maneira indulgente ou paternalista, mas de modo a resistir por meio da escritura.

Representando uma corrente mais acadêmica, Eduardo Russo, professor da Universidad Nacional de La Plata, suspeita da tese de um domínio de profissionais com vínculos com grandes grupos midiáticos. Para ele, seria errôneo o entendimento de que a função clássica do jornalismo, “tal como propagada no século XVII e fortalecida no século XX, por meio de ideias como a de quarto poder, teria perdido lugar para uma comunicação promovida por corporações”. Esse tipo de crítico ligado à função de árbitro midiático estaria asfixiado, enquanto a crítica alternativa estaria longe de se extinguir. Russo indica que a instituição ressurgiu de forma diferente nos novos meios – *websites* e *blogs* – “nos quais há um desejo crítico poderoso que torna possível praticar a discussão que nasce dos filmes, prolongando-os em outros suportes”. De certa maneira, essas formas de criação crítica dariam continuidade à lógica diletante dos “primeiros críticos” ou dos “críticos modernos”, que discutiam filmes de forma apaixonada, passando a entender o cinema a partir de livres fruções. Tal julgamento dá a entender que, embora tenha havido uma transferência de um *status* diletante para uma condição burocratizada e profissionalizada do campo, ainda seria possível escrever crítica e pensar cinema à moda antiga. Assim, novos veículos, mantendo certa tradição conceitual e metodológica, apontariam para um futuro estimulante ao implementarem discursos singulares e autônomos. Ao diferenciar a recepção quantitativa da qualitativa, Russo questiona o valor simbólico da escritura, acreditando que “em meios massivos como a Internet, por

exemplo, é possível estabelecer conexões mais comprometidas do que em meios mais clássicos”.

Nesse âmbito, uma outra situação da qual se deve desconfiar é a “defesa da crítica a filmes nacionais”. De acordo com Eduardo Russo e outros críticos argentinos, especialmente devido à ideologia nacionalista implementada pela ditadura, era (e ainda é) comum a crítica argentina aplicar um padrão de valoração distinto aos filmes nacionais e aos estrangeiros. Na atitude de ampla defesa pelo nacional, o que menos importa na avaliação da película é sua qualidade. O que preocupa Russo ao pensar tal postura é um exaltamento de uma política de exportação. Em outras palavras, o perigo de proteção conferida ao cinema argentino seria sua valorização como entidade monolítica, criando-se um padrão de arte como produto de exportação “como se fosse uma caixa de vinho ou de alimentos em conserva”. Esse entendimento de posituação irrestrita do que é “nosso” iria de encontro à própria concepção de crítica, cuja função, para Russo, estaria em desenquadrar e expandir a forma de pensar.

### **TERCEIRA ORDEM COMPARATIVA: O CASO CUBANO**

A pertinência em estabelecer um terceiro eixo comparativo está em ampliar o entendimento/mapeamento do campo crítico atentando a consensos e dissensos discursivos em perspectiva mais continental. De pensamentos clássicos a meios alternativos, veremos que críticos cubanos assumem posições menos pessimistas que as dos mexicanos, e mais otimistas que as dos argentinos. Deles, trago dois exemplos distintos: as considerações de Joel del Río, que trabalha para veículos institucionalizados, e de Dean Luis Reyes, crítico independente que elabora suas análises fora do meio.<sup>8</sup>

Formado em geografia, Del Río escreve para o jornal *Juventud Rebelde*, para a revista *Cine Cubano* e para sítios eletrônicos como o da *Escuela Internacional de Cine y Televisión* (EICTV).<sup>9</sup> Quando perguntado sobre o possível fim de sua profissão, relativiza tal teoria, definindo seus diversos papéis. Para ele, a crítica massiva – transmitida em jornais, Internet, televisão ou rádio – não tende a desaparecer, muito ao contrário. Por outro lado, a crítica ensaística, pautada na *política dos autores* e veiculada em revistas especializadas, pode vir a ter um destino um pouco mais conturbado, o que não significa que será extinta, na medida em que “sempre haverá grupos e cinéfilos interessados nesse tipo de ensaio e em sua relação com o cinema”. A crítica, em suas múltiplas variantes, só desapareceria “caso desaparecesse o desejo de conhecimento dos seres humanos”. Entusiasmado com a carreira que escolheu, Del Río afirma existirem quase tantas formas de crítica quanto de cinemas. Nesse contexto, é interessante notar que o cubano não faz distinção entre cinema

comercial e cinema de arte. Mesmo quando trata dos diferentes tipos de crítica, não se baseia em princípios distintivos. Para ele, tal posicionamento põe em xeque determinadas regras ou preceitos de gosto, fazendo com que a profundidade da escrita e suas opções metodológicas sejam incutidas *a priori* pela obra em si, e não pela subjetividade do próprio crítico.

Ao se intitular um pertencente à “terceira geração de críticos da revolução”, descreve o campo cubano tomando como base seus predecessores, que fizeram parte do que chama de “crítica pedagógica”. Joel conta que a década de 1960 em Cuba foi de grande efervescência cultural, tendo como ícones cineastas/documentaristas como Santiago Alvarez e filmes como *Memórias do subdesenvolvimento*, de Tomás Gutiérrez Alea, que por si só teriam sido tão produtivos e críticos que “não precisavam de críticas” – estas últimas, por sua vez, também geradoras de debates polêmicos. Por motivos econômicos e políticos, o “mundo bipolar” dos anos 1970 testemunhara um maior recolhimento não apenas da crítica como também do cinema cubano, na medida em que efeitos da ditadura se refletiram diretamente no universo cinematográfico. Em decorrência da “sovietização” do país, teriam diminuído espaços de reflexão, de crítica e de manifestações artísticas. Em 1990, quando começou a trabalhar com crítica de cinema, Joel del Río percebeu um alargamento do campo, que passou a abarcar vários tipos de ideias e debates. A seu ver, atualmente existem críticos que praticam uma escritura mais analítica e literária, críticos mais promocionais e aqueles que ainda seguem o modelo pautado no realismo socialista. Isto quer dizer que “de lá para cá a crítica cubana tornou-se mais pluralizada”.

Colega de Del Río da EICTV, Dean Luis Reyes também compartilha da visão mais pluralista. Para ele, em seu país, “o velho modo de fazer crítica corre perigo de extinção, dada a escassez de recursos necessários para compreender novas formas cada vez mais contaminadas de linguagens cinematográficas”. Assim, a contaminação do cinema contemporâneo refletiria a dissolução de antigas hierarquias que feriam a concepção simbólica do cinema. Esse movimento seria positivo na medida em que implicaria o desaparecimento de “dinossauros”, que seguiam paradigmas estruturantes, em oposição ao surgimento de “novas formas de vida que abrem múltiplos caminhos para se pensar o cinema por meio de teorias – como os estudos culturais, pós-coloniais, perspectivas semiológicas, entre outros”. Reyes aponta o caminho da crítica em direção a um conhecimento renascentista, não mais limitado a hierarquias e paradigmas absolutos. Deste modo, “em oposição à cinefilia clássica, que se dedicava a um conhecimento ilustrado e elitista, a crítica renascentista atual tem se tornado cada vez mais democrática”. Tal arranjo imaginado pelo crítico não seria de todo positivo uma vez que conteria com dificuldades intrínsecas ao campo a irem à seguinte direção: ao se institucionalizar, a crítica passa a estruturar modelos que negam a possibi-

Ilustração de capa da revista *Cine Cubano*, 1972, n. 73/74/75. *Cine Cubano* é uma das mais importantes referências latino-americanas no campo cinematográfico, tendo concentrado todo um debate acerca do movimento denominado Nuevo Cine Latinoamericano.



lidade de emergência de discursos plurais e móveis, com potencial ampliação do debate. Para Dean, em Cuba haveria uma “economia simbólica que se reproduz muitas vezes com a contradição entre o discurso e a prática”. Apesar do desejo de pluralizar a crítica, discursos diferentes ainda soam raros em decorrência de um pensamento que ainda vê vozes dissidentes de modo ameaçador.

Seja pautada por modelos estruturados ou por tendências mais fluidas, a crítica – definida por Reyes como um “discurso de poder, muitas vezes visto como parasitário, por vir depois da obra que, contudo, clarifica a relação entre intenção e resultado, a partir da qual se constrói um processo de conhecimento da própria realidade” – se estabelece a partir da racionalização do sensório, da transformação do sentimento em conhecimento racional. Tal procedimento geraria a essência do fazer crítico. Para ele, independentemente do modelo – “narratológico, impressionista, desconstrutivista, semiótico etc.” – a atividade crítica pode ser descrita como um exercício de prazer. O perigo dessa concepção “fenomênica”, no entanto, seria de “o crítico se deixar levar por opiniões, escapando de critério fundamentado em análise mais rigorosa, onde estaria sua habilidade e virtuosismo”. Tal análise deveria pautar-se por uma contextualização sincrônica e diacrônica da obra, de forma a entendê-la em sua historicidade e complexidade, para que ela própria não se esgote.

### **OUTROS SIGNIFICADOS DA CRÍTICA: VELHOS E NOVOS APONTAMENTOS**

Dos entendimentos de crítica aqui traçados é possível mapear dois principais tipos formadores de gerações constitutivas dos campos nos países abordados. A começar pelos agentes “ilustrados” da década de 1960, que instituíram o conceito de autor, vemos que não se formaram em cursos, mas em cineclubes. A consciência de pertencerem a um grupo social valorizado apoiava-se na ideia de estar a serviço de um projeto criador. O controle e a articulação dos agentes garantiam regras e práticas que se legitimavam pelo propósito de dever dar suporte a determinado autor ou cinematografia. Essa ideia e a política por ela inspirada asseguravam um

campo e, ao mesmo tempo, conferiam seu prestígio. No entanto, a partir do momento em que sofre transformações, o *status* do crítico, como parte de um grupo supostamente qualificado, passa a ocupar um espaço indeterminado, a meio caminho entre uma ilustração atuante e uma “contraesfera pública desejável, mas inexistente” (Eagleton, 1991: 104).

Não obstante a produção especializada e restrita, a crítica cinematográfica experimenta um processo de democratização, ampliando-se pelo advento de novos espaços, como os meios eletrônicos, por exemplo. E aqui se encontra o segundo tipo descrito: os críticos das décadas de 1980 e 1990 que aprenderam lendo os trabalhos da geração anterior e se tornaram professores especializados de novos cursos de crítica e cinema. Estes últimos expressam opiniões diversas, tanto as que enfatizam o risco do hipotético fim da crítica, não obstante a sua amplitude em novos meios contemporâneos, quanto as que veem a pluralidade com otimismo, apontando para a riqueza da descentralização de padrões institucionalizados.

As várias tipificações e definições relativas à instituição crítica se tornam ainda mais explícitas se verificarmos outros apontamentos, rumos e posturas indicados por pensadores e profissionais. Em meados da década de 1990, o crítico brasileiro José Carlos Avellar já atentava para certo deslocamento da prática escritural ao sugerir que “talvez o desafio que o cinema agora propõe à crítica se encontre na aparente desnecessidade da crítica. Ela já não integra o espaço cinematográfico, ou continua parte dele em outra forma, latente, ainda não revelada de todo” (Avellar, 1996: 42-46). Ao considerar que o trabalho do crítico é “canalizar a consciência do espectador para a imagem em sua expressão simbólica; não lhe dizer qual significado tem o filme, mas mobilizar sua imaginação e inteligência”, Michael Chanan, teórico inglês dedicado ao cinema latino-americano, reconhece novas condições a implicarem mudanças na forma da atividade crítica. Com relação a estas últimas, ressalta fenômenos como os de “a crítica formal-estética ter deixado de ser importante, ou começado a ocupar um segundo plano, ou encontrado seu lugar nas escolas de cinema” (Chanan, s/d: 75-78). Ao valorizar o papel do leitor na relação comunicacional, Roberto Smith, vice-presidente do Instituto Cubano del Arte e Indústria Cinematográficos (ICAIC), diagnostica que a crítica deveria conhecer características do público ao qual se dirige, por intermédio de ferramentas das ciências sociais contemporâneas, que “romperam com esquemas que consideravam o espectador como leitor homogêneo, passivo e indefeso ou com uma possibilidade de ação mecanicamente entendida”. Nesse sentido, “a crítica deve estar consciente dessa diversidade, adequando os meios que utiliza à medida de suas aspirações” (Smith, s/d: 84-87).

Ao mesmo tempo prática escritural e exercício de interpretação, e construída em suportes e regras distintos dos de seu objeto, a crítica cinematográfica

*André Bazin en la redacción de Travail et culture*

## Dossier: la crítica en cuestión

*Para muchos, hablar de crisis en la crítica cinematográfica es quedarse corto, ya que la actividad presenta signos de encontrarse en estado terminal. Pero hablar del estado de la crítica lleva a preguntarse por lo que la crítica es. Este pequeño grupo de notas ensaya aproximaciones al tema por distintas vías.*

*Tras un fragmento sin firma de la revista española Dirigido que protesta contra el nuevo periodismo, viene un artículo hecho en casa y luego siguen dos testimonios de gente que la practica: el francés Emmanuel Burdeau y el italiano Lino Micciché. Ambos están separados por 40 años y distintas tradiciones, pero unidos por una batalla en común.*

*Bueno, no tan unidos. En el Festival de Mar del Plata, Burdeau defendió entusiastamente la película francesa La sentinelle. Preguntado Micciché por el film, respondió: "Es un invento de Cahiers du cinéma".*

Dossier: la crítica en cuestión faz parte do número 61, ano VI, março de 1997, da revista argentina *El Amante - Cine*. Do Dossiê consta artigo de Eduardo Antín (Quintín), que foi um dos fundadores da revista, criada no ano de 1991, com periodicidade mensal. Uma de suas características foi instituir o recurso linguístico da primeira pessoa, até então raro nos textos críticos.

gráfica pode ser entendida como habilidade linguística reinventora de imagens em palavras, tradutora verbal de um estado sensorio e mental por excelência. Em adaptação às palavras de Roland Barthes “o mundo existe, o cineasta fala, eis o cinema”, a crítica existiria menos por conta do mundo diretamente do que por suas imagens, representando “o discurso de um outro”, a saber, “o discurso sobre um discurso; uma linguagem *segunda* ou *metalinguagem*, que se exerce sobre uma linguagem primeira (ou *linguagem-objeto*)” (Barthes, 2007: 160, grifos do autor). Em conformidade com o entendimento barthesiano, Jean-Claude Bernardet faz referência a um paralelismo entre discurso crítico e obra fílmica, em que o primeiro não se identifica com a segunda, pelo contrário, entre ambos haveria um “jogo de aproximações e distanciamentos” (ver Bernardet, 1986). O objeto filme, desse modo, não estaria isolado à tela, mas encontraria uma forma de ser re-narrado e reinventado em discurso poderoso.

Na construção de cânones, a instituição crítica deveria constituir-se de formas mais complexas, não se propondo a descobrir verdades, mas, sim, validades em sistemas de signos específicos. Neste sentido, entendo ser necessária uma configuração mais pluralista do pensar cinematográfico em relação aos paradigmas da recepção. Diversificar a crítica, incentivar a disseminação de seus sentidos e ampliar suas articulações e espaços são pressupostos que sugerem um bom início para pensarmos não apenas as novas condições de recepção, como seu próprio estudo sociológico.

Recebido em 10/08/12 | Aprovado em 08/02/13

**Eliska Altmann** é professora adjunta da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), no Departamento de Ciências Sociais e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS). Autora do livro *O Brasil imaginado na América Latina – a crítica de filmes de Glauber Rocha e Walter Salles* (2010). Idealizadora do portal eletrônico “CineCríticos” ([www.cinecriticos.com.br](http://www.cinecriticos.com.br)).

## NOTAS

- 1 Como amostra de pesquisa mais ampla, citarei alguns trechos de entrevistas realizadas em cada país. Ao todo, foram entrevistados os seguintes críticos: da Argentina: Eduardo Antín, Eduardo A. Russo, Gustavo Noriega, Javier Porta Fouz, Jorge García, Luciano Monteagudo, Sergio Wolf e Silvia Schwarzböck. De Cuba: Alberto Ramos Ruiz, Antonio Mazón, Dean Luis Reyes, Joel del Río, Luciano Castillo, María Caridad e Mario Naito. Do México: Carlos Bonfil, Fernanda Solórzano, Javier Betancourt, Jorge Ayala Blanco, José de la Colina, Leonardo García Tsao, Nelson Carro, Rafael Aviña e Tomás Perez Turrent.
- 2 Os críticos brasileiros entrevistados até o momento foram: Andrea Ormond, Carlos Alberto Mattos, Cléber Eduardo, Daniel Caetano, Eduardo Valente, Francis Vogner dos Reis, Ismail Xavier, Jean-Claude Bernardet, José Carlos Avellar, Marcelo Janot, Marcelo Miranda, Marcus Mello, Pedro Butcher, Rodrigo Fonseca, Ruy Gardnier. Seus relatos, ainda não sistematizados, não fazem parte da presente análise.
- 3 As três entrevistas foram realizadas na Cidade do México em 26, 28 e 31 de julho de 2006.
- 4 Além dos dois citados, os também entrevistados Tomás Perez Turrent e José de la Colina, por exemplo.
- 5 Os críticos argentinos foram entrevistados entre dezembro de 2006 e janeiro de 2007.
- 6 De periodicidade mensal, a revista instituiu o recurso linguístico da primeira pessoa, raro até então. Embora dedicada exclusivamente ao cinema (e não a outras formas de entretenimento, espetáculos e lazer), *El Amante* tem um público amplo e diverso, e seus textos fogem do academicismo, valorizando uma cinefilia informal.
- 7 Fundado nos anos 1980 e com viés de esquerda, *Página 12* é hoje um dos diários mais influentes da Argentina, ainda que sua linha editorial tenha sido alterada desde que foi parcialmente adquirido pelo grupo *Clarín*, no fim dos anos 1990.
- 8 Os críticos cubanos foram entrevistados em outubro de 2006.
- 9 Com o subtítulo *Diário da juventude cubana*, o *Juventud Rebelde*, segundo periódico de maior tiragem do país, foi fundado por Fidel Castro, em outubro de 1965, no contex-

to do V Aniversario de la Integración del Movimiento Juvenil Cubano. Depois de contar com edições extras e tiragens nacionais, em 1997, o jornal ganhou versão eletrônica. *Cine cubano*, uma das mais tradicionais referências latino-americanas no campo cinematográfico, concentrou um debate acerca do “movimento” denominado Nuevo Cine Latinoamericano. Criada como veículo do ICAIC e fundada em 1960, logo após a revolução cubana, a revista pode ser considerada uma espécie de *Cahiers du Cinéma* latino-americano.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Avellar, José Carlos. (1996). A arte da crítica, crítica da arte. *Nossa América – Revista do Memorial da América Latina*, 1, p. 42-46.

Barthes, Roland. (2007). *Crítica e verdade*. São Paulo: Perspectiva.

Bernadet, Jean-Claude. (1986). *O cinema segundo a crítica paulista*. São Paulo: Nova Stella.

Chanan, Michael. (s/d). El cine como realidad del outro. La situación de la crítica del NCLA en Inglaterra. *Cine Cubano*, La Habana, 101, p. 75-78.

Eagleton, Terry. (1991). *A função da crítica*. São Paulo: Martins Fontes.

Heinich, Nathalie. (2008). *A sociologia da arte*. Bauru, SP: Edusc.

Mendieta y Nunez, Lucio. (1967). Sociologia da arte. In: Velho, Gilberto (org.). *Sociologia da arte*. Rio de Janeiro: Zahar (Série II), p. 54-72.

### **FORMAÇÃO, CAMPO E OCASO: REGISTROS DA CRÍTICA CINEMATOGRAFICA NA AMÉRICA LATINA**

#### **Palavras-chave**

Crítica; Cinema;  
América Latina;  
Teorias da recepção;  
Sociologia da cultura.

#### **Resumo**

No contexto dos estudos da recepção, o artigo traz resultados de uma pesquisa sobre crítica cinematográfica na América Latina por intermédio de pressupostos sociológicos. Formação, campo e um suposto ocaso da função da crítica são elementos-chave para a discussão dos personagens em questão. Assim, com base em entrevistas com críticos da Argentina, de Cuba e do México, são discutidas questões do tipo: qual o papel específico da crítica nesses países? E qual o seu estado nos dias de hoje em comparação a sua institucionalização nos anos de 1950/1960? Apesar da dificuldade de se chegar a uma definição estrita sobre a instituição “crítica”, busca-se 1) valorizar o debate sobre recepção de bens culturais, e 2) compreender certo circuito latino-americano nele inscrito.

### **FORMATION, FIELD AND DECLINE: RECORDING FILM CRITICISM IN LATIN AMERICA**

#### **Keywords**

Criticism; Cinema;  
Latin America;  
Theories of reception;  
Sociology of culture.

#### **Abstract**

In the context of reception studies, this paper presents the results of a survey of film criticism in Latin America based on sociological assumptions. Formation, field and a supposed decline of the function of criticism are key elements for the discussion of the critics in question. Thus, based on interviews with critics of Argentina, Cuba and Mexico, this article addresses questions such as: what is the specific role of criticism in these countries? And what is their status today compared to its institutionalization in the years 1950/1960? Despite the difficulty of reaching a strict definition of the “critic” institution, we seek to 1) enhance the debate on reception of cultural goods, and 2) understand a Latin-American circuit inscribed on it.



**RESENHA**



## CAPITALISMO E NOVOS NÔMADES EM DUBAI

***Dubai: gilded cage.* (2010). Syed Ali. New Haven e Londres: Yale University Press, 240p.**

Na cena árabe, uma zona de estabilidade parece alheia à onda recente de abalos da ordem política. Com a sexta maior reserva de petróleo do mundo, os Emirados Árabes são uma federação de monarquias tradicionais governados pela dinastia Al-Nahyan desde 1971, em solução de continuidade arranjada com o governo britânico. A despeito de importantes distinções entre si, os Emirados compartilham governo extremamente restritivo, estado de bem-estar para a diminuta população local e, em níveis variados, economia em processo de diversificação, com notável efeito de atração de profissionais estrangeiros. O fluxo da economia combina-se a impressionante fluxo de pessoas. Suas principais unidades federadas, Dubai e Abu

Dhabi, têm cerca de 90% da população constituída por estrangeiros em idade economicamente ativa e em condição temporária de residência.

Na escassa bibliografia sobre os Emirados Árabes, *Dubai: gilded cage*, de Syed Ali, constitui referência necessária. Publicado em 2010 pela Yale University Press, o livro reúne temas-chave para o entendimento sobre o fenômeno Dubai e, de modo associado, sobre os Emirados em geral. O autor não chega a tratar da recessão de 2008, que conduziu à reconfiguração do pacto federativo na região, com retrocesso da autonomia de suas partes e controle mais estreito do governo central em Abu Dhabi. Em momento anterior à crise, Ali se dedica aos contornos ambíguos de uma cena autoritária cuja propagan-

da versa sobre imagens de liberdade individual. Num ambiente político restrito aos movimentos da família real, o imaginário constituído em torno do “venha, faça dinheiro e consuma” associa-se à ideia de lugar aberto onde “qualquer ideia pode virar realidade”. O capitalismo ganhou versão icônica no Golfo Pérsico. A ousadia física e estética da arquitetura local tornou-se a imagem-síntese do Emirado em questão.

No texto de Ali, a narrativa sobre Dubai valoriza suas rígidas rotinas de controle social e exploração do trabalho estrangeiro. Nas últimas décadas, consecutivas à descoberta de petróleo na região, produziu-se distinção marcada entre três grupos sociais: cidadãos locais com benefícios do governo, estrangeiros com inserção privilegiada no mercado de trabalho e, na ponta da linha, com maioria numérica, estrangeiros com baixa qualificação e condições precárias de exercício profissional. Vítimas de violações reiteradas de direitos humanos, compõem um ambiente esvaziado de direitos civis e políticos. Sensível à contraface do desenvolvimento econômico pronunciado, Ali desenvolve seu argumento a partir da observação da segunda geração de não nacionais residentes no Emirado. A partir da sua condição de “permanente impermanência” o autor lança luz sobre a Dubai contemporânea.

Antes da sua versão global, Dubai era um centro comercial com importância regional. Em princípios do século XX, atraiu comerciantes persas-árabes e indianos para seu porto com

isenção de taxas e distribuição de terras. Desde então, sua economia transitou entre legalidade e ilegalidade e envolveu contato estreito com países vizinhos. A inflexão rumo ao lugar de destaque na cena capitalista esteve sobretudo referida à efervescência da economia do petróleo nos anos 1970, mas também incluiu práticas comerciais não declaradas. Negociantes da cidade extraíram grande vantagem, por exemplo, da intermediação de bens entre Índia e Paquistão, valendo-se do rompimento de relações diplomáticas entre os dois países e dos vínculos remanescentes por necessidades comerciais. Também na altura do embargo norte-americano ao Irã, operadores econômicos em Dubai contornaram informalmente a situação de isolamento do país vizinho. A expansão das redes de infraestrutura – estradas, aeroporto e porto – garantiu excelentes condições para o contrabando de bens variados.

A permissividade dos poderes local e federal em relação aos movimentos da economia não é, contudo, irrestrita. Há distinção rígida entre bens passíveis e não passíveis de circulação extraformal. No caso das drogas, faz-se notar a feição autoritária do governo, com aplicação de penas duras e irrevogáveis a seus negociadores. As barreiras comerciais reais tendem a ser morais, portanto, e não legais.

Ao sondar a realidade dos estrangeiros residentes, Ali prossegue no tema dos limites da liberdade econômica. Embora atraia profissionais

para posições de relevo, estimulados por salários extremamente competitivos no mercado internacional, o governo dos Emirados assegura-se de que o interesse estrangeiro não ofusque o interesse nacional. Com este propósito estabelece, por exemplo, que todos os negócios sediados no país tenham cidadãos nacionais como sócios majoritários, o que os exime de investimentos e limita a evasão de capital.

Entre as medidas de regulação do mercado, a mais extrema refere-se ao controle estrito da mão de obra estrangeira. A despeito do abismo econômico entre não nacionais residentes, todos compartilham a condição comum de estadia temporária, vinculada a emprego formal. Os vistos são concedidos a cada três anos para trabalhadores e suas famílias. A possibilidade de aquisição de cidadania ou residência permanente é remota e as regras para esta concessão não são claras, legadas, na prática, ao arbítrio pessoal dos membros da família real. Isto significa que a quase totalidade da população estabelece laços provisórios com a cidade. Mesmo as histórias de vida que se estendem por médio e longo termo têm a marca do transitório, pontuadas por níveis variados, mas constantes, de incerteza sobre o futuro. Embora exista um viés combinado de classe e nacionalidade nos processos de renovação de visto, nenhum indivíduo ou estrato social goza *a priori* de garantias de permanência. Para tratar dos estrangeiros em Dubai, portanto, Ali descarta o conceito de imigran-

te pelo sentido de estabilidade que ele implica.

A experiência permanente da impermanência é vivida em expressão limite pelos filhos de não-nacionais nascidos nos Emirados. Tendo em vista que a cidadania é comunicada pela descendência, e não pelo local de nascimento, e, ainda, que a residência de maiores de idade é condicionada à inserção no mercado de trabalho – ou, alternativamente, no caso das mulheres, ao matrimônio com cidadão ou estrangeiro em situação regular –, muitos jovens nascidos e criados em Dubai têm que deixar a cidade caso não consigam filiar-se à rede formal de empregos. Muitos contornam precariamente a interdição trabalhando ilegalmente com visto de turista. Neste caso, convivem com a possibilidade real de serem banidos para seus países de ascendência. Em muitos casos, sequer conhecem o lugar de cidadania de seus pais e/ou têm conhecimento rudimentar do idioma. Segundo Ali, a considerar a fragilidade formal dos seus vínculos com Dubai, são “estranhos na sua própria terra”.

Entre os estrangeiros com baixa qualificação para o trabalho – prostitutas, babás, empregadas domésticas, trabalhadores da construção civil e motoristas de táxi – o rigoroso regime de controle social pelo visto costuma implicar violação de códigos internacionais de direitos. A pressão de organismos estrangeiros fez o governo dos Emirados retroceder de práticas irregulares como o uso de mão de obra escrava infantil em corridas de

camelo. As crianças *jockeys*, que permitem aos camelos correr mais em razão do seu pouco peso, são menos comuns hoje do que em outros tempos. A despeito disto, persistem rotinas de extorsão do trabalhador. O sistema *kafala*, por exemplo, também empregado em outros Estados do Golfo árabe, vincula estreitamente empregado a empregador e cancela sua mobilidade no mercado de trabalho. Para evitar que abandonem o emprego e se lancem no mercado informal, empresas que importam trabalhadores – e parecem contar com o consentimento tácito do governo com seus métodos – confiscam passaportes na chegada, não pagam salários mensalmente e são coniventes com condições precárias de habitação e transporte. Neste ambiente, a indisciplina é punida com deportações temporárias ou, em casos considerados graves, permanentes. Uma vez que os custos de visto, viagem e recrutamento (este último, ilegal) são do próprio trabalhador, essa dinâmica de idas e vindas do país de origem institui condições ainda mais precárias de sobrevivência.

Quanto aos profissionais qualificados, beneficiados por padrão de vida mais alto do que poderiam aspirar em seus países, não temem a deportação como os demais. Embora a atribuição de salário não seja indiferente à nacionalidade – indianos e ingleses no exercício da mesma função, por exemplo, tendem a ser remunerados de modo diferenciado –, estrangeiros bem situados no mercado de trabalho não são objeto de precon-

ceito social como domésticas, operários e outros. O texto de Ali conduz o leitor a supor que o baixo nível de angústia dos não-nacionais de altos estratos sociais é função, em medida significativa, da sua renúncia ou simples desinteresse por valores democráticos ocidentais. Em geral, afirma o autor, o governo não empreende esforços para garantir disciplina cívica e política entre estrangeiros que ocupam importantes cargos. O interesse mútuo garante certa “docilidade” nesta relação. Isto é, reconhece-se um regime de complementaridade entre o objetivo de desenvolvimento e estabilidade da cidade e do país, por parte dos governantes, e os objetivos individuais ou corporativos de progressão econômica. Toda ameaça à ordem formal instituída seria um ruído nesta situação de equilíbrio. Conforme Ali, para os estrangeiros que escolhem residência em Dubai, a ideia de liberdade tende a contornar sua versão política. Nas suas *bolhas* de sociabilidade, constituída por critérios de afinidade cultural, movem-se sem maiores constrangimentos físico ou moral e chegam mesmo a experimentar a sensação de “vida real em suspenso” (Sayed, 2010: 120). Na comunidade mais ampla, sem prejuízo de seu comportamento social insular, encontram condições desejáveis para movimentação dos negócios. Dado este regime de conveniências, portanto, o envolvimento com a política tende a ser desimportante, ou mesmo disfuncional.

Entre os estrangeiros, este alinhamento com o governo extrapola os

segmentos mais abastados, privilegiados pela produção de riqueza. Entrevistada por Ali, uma indiana de baixo estrato social não lastima o governo autoritário. A corrupção no seu país é que inspira lamento. Não há no seu discurso a noção de falta ou ausência para descrever a experiência da política em Dubai.

Representações sociais deste tipo potencializam e são potencializadas por mecanismos de controle social geridos pelo governo, como os benefícios sociais, os vistos de trabalho e os sistemas de exploração econômica, referidos a cada um dos três grupos sociais que constituem a sociedade em tela – isto é, nacionais, estrangeiros com alta e baixa qualificação profissional, nesta ordem, sem prejuízo de zonas de interseção na incidência do controle. Embora haja fissuras no modelo, com dissonâncias internas e externas aos Emirados, os operadores da cena autoritária alcançaram importante esvaziamento da política.

Em *Dubai: gilded cage*, Ali traz valiosa narrativa sobre o estado da arte da sociedade, da economia e da política em um dos principais eixos do capitalismo na cena contemporânea, os Emirados Árabes, ainda marginais na agenda de reflexões das Ciências Sociais. A experiência de Dubai traz elementos para o debate sobre noções de liberdade, direitos e política em contextos autoritários.

**Cristina Buarque de Hollanda** é professora do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestre e doutora em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Publicou *Modos da Representação Política: o experimento da Primeira República brasileira* (2009) e *Teoria das Elites* (2011).



# INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES

## ESCOPO E POLÍTICA EDITORIAL

*Sociologia & Antropologia* pretende contribuir para o fortalecimento de um diálogo profícuo e consistente entre as disciplinas da sociologia e da antropologia em diferentes dimensões, sem que a interdisciplinaridade dilua suas tradições de pesquisa e identidades cognitivas próprias. O diálogo entre essas disciplinas procura fomentar permanentemente um espaço de comunicação dinâmica sobre questões empíricas, históricas e analíticas cruciais entre elas e com outras ciências sociais e humanas. Entendemos, assim, que as exigências de especialização da nossa época não se realizam, necessariamente, desacompanhadas de oportunidades cognitivas de confronto e convergência entre os diferentes campos do conhecimento. É isso que o “&” entre as duas denominações tradicionais das disciplinas pretende simbolizar.

*Sociologia & Antropologia* aceita os seguintes tipos de contribuição:

- 1) Artigos inéditos (até 9 mil palavras incluindo referências bibliográficas e notas)
- 2) Registros de pesquisa (até 4.400 palavras). Esta seção inclui:
  - a. Apresentação de fontes e documentos de interesse para a história das ciências sociais
  - b. Entrevistas
  - c. Notas de pesquisa com fotografias
  - d. Balanço bibliográfico de temas e questões das ciências sociais
- 3) Resenhas bibliográficas (até 1.600 palavras).

A pertinência para publicação será avaliada pela Comissão Editorial no que diz respeito à adequação ao perfil e à linha editorial da revista e por pareceristas *ad hoc* no que diz respeito ao conteúdo e à qualidade das contribuições. Serão aceitos originais em língua estrangeira desde que o autor se responsabilize por sua tradução para o português, excepcionalmente será concedido auxílio financeiro.

A revista funciona sob o princípio do duplo anonimato: os artigos serão submetidos a dois pareceristas *ad hoc* e, em caso de pareceres contraditórios, uma terceira avaliação será requerida. Sendo identificado conflito de interesse da parte dos pareceristas, o texto será reencaminhado para avaliação. Os artigos serão avaliados de acordo com os critérios de qualidade e rigor dos argumentos apresentados,

validade dos dados, oportunidade e relevância para sua área de pesquisa, atualidade e adequação das referências. A revista encaminhará, em prazo estimado de aproximadamente seis meses, uma carta de decisão sobre o artigo recebido, anexando, de acordo com cada caso, os devidos pareceres.

O periódico segue as diretrizes dos Códigos de Ética do Committee on Publication Ethics (COPE) (<http://www.publicationethics.org/>), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (<http://www.cnpq.br/web/guest/diretrizes>) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (<http://www.fapesp.br/boaspraticas/>).

## **NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE COLABORAÇÕES**

### **Forma e preparação de textos**

O texto deverá ser preparado num mesmo arquivo na seguinte sequência: artigo de até 9 mil palavras (incluindo referências bibliográficas e notas); nota biográfica (de até 90 palavras) incluindo formação, instituição, cargo, áreas de interesse, principais publicações e e-mail; notas substantivas (de fim de texto) em algarismos arábicos; referências bibliográficas; título do artigo, resumo (entre cem e 150 palavras) acompanhado de cinco palavras-chave, em português e inglês; e, quando for o caso, os créditos das imagens utilizadas.

Desenhos, fotografias, gráficos, mapas, quadros e tabelas devem conter título e fonte, e estar numerados. Deverão, ainda, estar em condições adequadas à reprodução e impressão fidedignas e de qualidade P&B. Além de constarem no corpo do artigo, as imagens deverão ser encaminhadas em arquivo separado do texto. No caso de imagens que exijam autorização para reprodução, a obtenção da mesma caberá ao autor.

Os textos deverão ser escritos em fonte Times New Roman, tamanho 12, recuo padrão de início de parágrafo, alinhamento justificado, espaçamento duplo e em páginas de tamanho A4 (210x297 cm), numa única face.

As notas devem vir ao final do texto, não podendo consistir em simples referências bibliográficas. Estas devem aparecer no corpo do texto com o seguinte formato:

**(sobrenome do autor, ano de publicação),  
conforme o exemplo: (Tilly, 1996)**

No caso de citações, quando a transcrição ultrapassar cinco linhas deverá ser centralizada em margens menores do que as do corpo do artigo; quando menor do que cinco linhas, deverá ser feita no próprio corpo do texto entre aspas. Em ambos os casos a referência seguirá o formato:

**(sobrenome do autor, ano de publicação: páginas),**

**conforme os exemplos:**

**(Tilly, 1996: 105)**

**(Tilly, 1996: 105-106)**

As referências bibliográficas em ordem alfabética de sobrenome devem vir após as notas, seguindo o formato que aparece nos seguintes exemplos (os demais elementos complementares são de uso facultativo):

**1. Livro**

Pinto, Luis de Aguiar Costa. (1949). *Lutas de famílias no Brasil: introdução ao seu estudo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

**2. Livro de dois autores**

Cardoso, Fernando Henrique & Ianni, Octávio. (1960). *Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil meridional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

**3. Livro de vários autores**

Wagley, Charles et al. (1952). *Race and class in rural Brazil*. Paris: Unesco.

**4. Capítulo de livro**

Fernandes, Florestan. (2008). Os movimentos sociais no “meio negro”. In: *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Globo, p. 7-134 (vol. 2).

**5. Coletânea**

Botelho, André & Schwarcz, Lilia Moritz (orgs.). (2009). *Um enigma chamado Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

**6. Artigo em coletânea organizada pelo mesmo autor**

Gonçalves, José Reginaldo Santos. (2007). Teorias antropológicas e objetos materiais. In: *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: IPHAN, p. 13-42.

**7. Artigo em coletânea organizada pelo autor em conjunto com outro**

Villas Bôas, Glaucia. (2008). O insolidarismo revisitado em *O problema do sindicato único no Brasil*. In: Villas Bôas, Glaucia; Pessanha, Elina Gonçalves da Fonte & Morel, Regina Lúcia de Moraes. *Evaristo de Moraes Filho, um intelectual humanista*. Rio de Janeiro: Topbooks, p. 61-84.

**8. Artigo em coletânea organizada por outro autor**

Alexander, Jeffrey. (1999). A importância dos clássicos. In: Giddens, Anthony & Jonathan Turner (orgs.). *Teoria social hoje*. São Paulo: Ed. Unesp, p. 23-89.

**9. Artigo em Periódico**

Lévi-Strauss, Claude. (1988). Exode sur exode. *L'Homme*, XXVIII/2-3, p. 13-23.

**10. Tese Acadêmica**

Veiga Junior, Maurício Hoelz. (2010). *Homens livres, mundo privado: violência e pessoalização numa sequência sociológica*. Dissertação de Mestrado. PPGSA/Universidade Federal do Rio de Janeiro.

**11. Segunda ocorrência seguida do mesmo autor**

Luhmann, Niklas. (2010). *Introdução à teoria dos sistemas*. Petrópolis: Vozes.

Luhmann, Niklas. (1991). *O amor como paixão*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil.

**12. Consultas on-line**

Sallum Jr., Brasília & Casarões, Guilherme. (2011). O impeachment de Collor: literatura e processo. Disponível em <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=1374>>. Acesso em 9 jun. 2011.

## **ENVIO DE CONTRIBUIÇÕES**

*Sociologia & Antropologia* não assume responsabilidade por conceitos emitidos pelos autores.

Os trabalhos enviados para publicação devem ser inéditos, não sendo permitida sua apresentação simultânea em outro periódico nacional.

Possíveis modificações de estrutura ou de conteúdo, por parte da Editoria, serão previamente acordadas com os autores, e não serão admitidas após os trabalhos serem entregues para composição.

Contribuições deverão ser enviadas para o e-mail  
revistappgsa@gmail.com

O envio de textos implica a cessão de direitos autorais e de publicação à revista. Com a publicação do artigo, o autor receberá dois exemplares da revista.

Para assinaturas e mais informações, consultar os editores no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia:

**Sociologia & Antropologia**

**Revista do PPGSA**

**Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia/UFRJ**

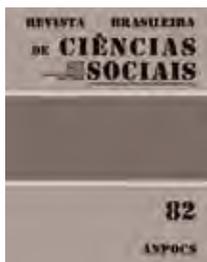
**Largo de São Francisco de Paula, 1, sala 420**

**20051-070 — Rio de Janeiro — RJ**

**Telefone/Fax +55 (21) 2224-8965 ramal 215**

**revistappgsa@gmail.com**

**revistappgsa.ifcs.ufrj.br**



# REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

volume 28  
número 82  
junho de 2013  
publicação quadrimestral

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E  
PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
ISSN 0102-6909

## SUMÁRIO

### CONFERÊNCIA

Crise e metamorfoses da democracia  
*Nádia Urbinati*

### ARTIGOS

Relações entre múltiplas redes no Bairro Alto (Lisboa)  
*Heitor Frúgoli Jr.*

A vida com farda. A vestimenta policial como relato institucional em disputa  
*Mariana Sirimarco*

A relação contingente entre representação e legitimidade democrática. Sob a perspectiva da sociedade civil  
*Débora Rezende de Almeida*

As transformações nas formas de militância no interior do PT: maior inclusão e menor intensidade  
*Oswaldo E. do Amaral*

Incentivos da dinâmica política sobre a corrupção. Reeleição, competitividade e coalizões nos municípios brasileiros  
*Mariana Batista*

A nação como relato. A estrutura narrativa da imaginação nacional  
*Francisco Colom Gonzáles*

Um clássico por amadurecimento: Raízes do Brasil  
*Luiz Feldman*

Linhas retas ou labirintos? A tradução da sociologia da modernização nos textos de Florestan Fernandes e de Gino Germani (1960-1970)  
*Antonio Brasil Jr.*

Da fisiologia à sociologia? Elementos para uma revisão da história teórica da sociologia sistêmica  
*Léo Peixoto Rodrigues*

Decisões entre *quali* e *quantu* sob a perspectiva de mecanismos causais  
*Charles Kirschbaum*

É proibido fumar. Análise de uma controvérsia sobre a exposição passiva à fumaça do tabaco  
*Maíko Rafael Spiess, Maria Conceição da Costa e Josué Laguardia*

A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo  
*Luiz Inácio Gaiger*

### RESENHAS

On society, de Bryan Turner e Anthony Elliot  
*Carlos Benedito Martins*

Machiavellian democracy, de John P. Mccornick  
*Ricardo Silva*

O bairro fala: conflitos, moralidade e justiça no conurbano bonaerense, de Lucía Eilbaum  
*Letícia Carvalho de Mesquita Ferreira*

Migration and new media: transnational families and poly media, de Mirca Madianou e Daniel Miller  
*Bruna Bumachar*

# ANPOCS

Av. Professor Luciano Gualberto, 315  
Cidade Universitária  
CEP 05508-010 São Paulo - SP  
[www.anpocs.org.br](http://www.anpocs.org.br)  
[rbc@anpocs.org.br](mailto:rbc@anpocs.org.br)

# DADOS

ISSN 0011-5258

## Revista de Ciências Sociais

Vol. 56, nº 1, 2013

### Editores

Breno Bringel  
Charles Pessanha

**O Sistema Oligárquico Representativo da Primeira República**  
Wanderley Guilherme dos Santos

---

**Política de Reconhecimento, Raça e Democracia no Brasil**  
Leonardo Avritzer e Lilian C. B. Gomes

---

**Monteiro Lobato e o Politicamente Correto**  
João Feres Júnior, Leonardo Fernandes Nascimento e Zena Winona Eisenberg

---

**La Igualdad en el Lazo Social. Procesos Sociohistóricos y Nuevas Percepciones de la Desigualdad en la Sociedad Chilena**  
Kathya Araujo

---

**Os Alunos do Ensino Médio e Sciences Po: Entre a Meritocracia e a Percepção das Desigualdades**  
Marco Oberti e Agathe Voisin

---

**Juventude: Idades da Vida e Gerações**  
Gérard Mauger

---

**O Direito dos Idosos na União Europeia**  
Sanja Ivic

---

**Indicações Geográficas e Desenvolvimento Territorial: Um Diálogo entre a Realidade Europeia e Brasileira**  
Flávio Sacco dos Anjos, Encarnación Aguilar Criado e Nádia Velleda Caldas

---

**DADOS**

DADOS REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

É uma publicação trimestral editada no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

REDAÇÃO E ASSINATURAS: Rua da Matriz, 82  
22260-100 – Botafogo  
Rio de Janeiro – Brasil  
Tel.: (21) 2266-8300  
Fax: (21) 2266-8345  
Redação: [dados@iesp.uerj.br](mailto:dados@iesp.uerj.br)  
DADOS online: [www.iesp.uerj.br](http://www.iesp.uerj.br) e  
[www.scielo.br/dados](http://www.scielo.br/dados)



# LUA NOVA

revista de cultura e política

**LUA NOVA** é uma revista quadrimestral publicada pelo Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC) e orientada para o debate dos aspectos socioculturais e políticos de questões controversas do mundo contemporâneo.

Brasil: Anual R\$ 50,00 (3 números)

Bienal R\$ 90,00 (6 números)

Exterior: Anual US\$ 59,00 (3 números)

Bienal US\$ 101,00 (6 números)

**Dados do Assinante:**

**Pessoa Física**

**Pessoa Jurídica**

Nome/Instituição: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ Cep: \_\_\_\_\_ Fone/Fax: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_ País: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_ CPF/CNPJ \_\_\_\_\_

**Assinatura a partir do número:**

## Formas de pagamento

- Depósito em nome do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea – Cedec

Banco do Brasil - Agência: 1199-1 – C/C 30.923-0

**CNPJ: 48.608.251/0001-80**

Valor: \_\_\_\_\_ (Favor enviar o comprovante do depósito junto com a ficha preenchida pelo fax 11.3871.2123 ou pelo e-mail [luanova@cedec.org.br](mailto:luanova@cedec.org.br))

O recibo será emitido em seguida e as publicações, enviadas após seu lançamento por correio.

- Cheque cruzado em nome do Cedec no valor da(s) assinatura(s)

Valor: \_\_\_\_\_ (Favor enviar o cheque nominal junto com a ficha preenchida para o endereço abaixo)

O recibo será enviado pelo correio após a compensação do cheque e as publicações, após seu lançamento.

- Empenho

Envie seu pedido para o endereço abaixo ou acesse: [www.cedec.org.br](http://www.cedec.org.br)

**Centro de Estudos de Cultura Contemporânea CEDEC**

Rua Airosa Galvão, 64 – Água Branca

05002-070 São Paulo, SP

Fone: (0xx11) 3871-2966 e 3569-9237; Fax: (0xx11) 3871-2123

E.mail: [luanova@cedec.org.br](mailto:luanova@cedec.org.br)

Homepage: [www.cedec.org.br](http://www.cedec.org.br)





